



MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PDM DE MATOSINHOS

Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território

Junho de 2026

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	9
1.1.	Enquadramento	9
1.2.	Sistema de indicadores de avaliação e monitorização do PDMM	12
2.	ESTADO E DINÂMICAS TERRITORIAIS	14
2.1.	Domínio A: Demografia	14
2.2.	Domínio B: Uso do solo e edificação	21
2.3.	Domínio C: Habitação	32
2.4.	Domínio D: Turismo	37
2.5.	Domínio E: Ação social, Educação, Saúde e Bem-estar	39
2.6.	Domínio F: Atividades económicas	45
2.7.	Domínio G: Transportes e mobilidade	48
2.8.	Domínio H: Qualidade e infraestruturas ambientais	53
2.9.	Domínio I: Gestão e mitigação de riscos	55
2.10.	Domínio J: Cultura e Património Cultural	57
2.11.	Domínio K: Governança	58
2.12.	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	59
2.13.	Avaliação ambiental (monitorização ambiental e territorial)	63
3.	INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E OUTROS REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS	64
4.	EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (EFICÁCIA)	75
4.1.	Ações	75
4.2.	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão	86
4.3.	Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão	93
4.4.	Áreas Urbanas Disponíveis a Consolidar	97
4.5.	Execução do perímetro urbano	102
5.	CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO PLANO (EFICIÊNCIA)	106
6.	QUALIDADE E FUNCIONALIDADE DO PLANO	111
6.1.	Avaliação da funcionalidade do regulamento e da planta de ordenamento	111
6.2.	Avaliação do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística	113
6.3.	Cumprimento das recomendações da avaliação ambiental (monitorização estratégica)	115

7.	SÍNTESE DE CONCLUSÕES	118
7.1.	Estado e dinâmicas territoriais	118
7.2.	Instrumentos de planeamento e outros referenciais estratégicos	121
7.3.	Eficácia (execução) e eficiência (cumprimento de objetivos) do PDMM	123
7.4.	Qualidade e funcionalidade do Plano	127
8.	RECOMENDAÇÕES.....	128
8.1.	No âmbito das dinâmicas territoriais	128
8.2.	No âmbito do sistema de planeamento	128
8.3.	No âmbito da execução e cumprimento de objetivos	130
8.4.	No âmbito da qualidade e funcionalidade do Plano	131
9.	ANEXOS	133
Anexo A: Indicadores de Monitorização Ambiental e Territorial da avaliação ambiental do PDMM		134
Anexo B: Tipologias de Fogos		140
Anexo C: Ponderação da execução dos objetivos gerais do PDM - indicadores não financeiros.....		151

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Matriz estratégica do PDM	11
Figura 2 - Evolução da população residente em Matosinhos, 1991-2024 e projeções 2034	15
Figura 3 - Densidade Populacional.....	16
Figura 4 - Evolução da população estrangeira residente em Matosinhos, 2011-2021	17
Figura 5 – Saldo migratório anual 2011-2024.....	18
Figura 6 - Evolução do saldo populacional em Matosinhos, 2011-2021	18
Figura 7 - Evolução da natalidade em Matosinhos, 2011-2021	19
Figura 8 - Evolução da mortalidade em Matosinhos, 2011-2021	19
Figura 9 - Evolução da dinâmica entre natalidade e mortalidade — taxa de crescimento natural — em Matosinhos, 2011-2021	20
Figura 10 – Impermeabilização do solo urbano.....	24
Figura 11 – Planos de Urbanização e de Pormenor em vigor, por concelho, em setembro 2024	25
Figura 12 – Área de Reabilitação Urbana.....	26
Figura 13 – Operações de Loteamento – total (situação em 2023)	27
Figura 14 – Edifícios com necessidades de reparação, 2021	29
Figura 15 – Alojamentos vagos, 2021	30
Figura 16 – Licenças emitidas para novas construções em Matosinhos, entre 2014 e 2023	32
Figura 17 – Licenças emitidas para ampliações, modificações ou reconstruções em Matosinhos, entre 2014 e 2023	32
Figura 18– Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar: total e por tipologia do fogo, em Matosinhos entre 2014 e 2023	35
Figura 19 – Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Tipologia do fogo.....	35
Figura 20– Estabelecimentos de Alojamento Local, Matosinhos	39
Figura 21– Creches: cobertura territorial	40
Figura 22– Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas: cobertura territorial	41
Figura 23– Centros de Dia: cobertura territorial	42
Figura 24 –Sistema rodoviário – hierarquia viária (rede existente e prevista)	49
Figura 25 – Linha de Leixões (passageiros).....	51
Figura 26 – Metro do Porto – Linha de S. Mamede de Infesta (Estádio do Mar-IPO)	52

Figura 27 –BRT/Metrobus Mercado-Aeroporto.....	52
Figura 28 – Diagrama conceptual da CMHM, enquanto modelo territorial	67
Figura 29 – Diagnóstico de Carências de Habitação e de Habitat	68
Figura 30 – Recursos e Potencialidades para a Habitação e o Habitat	68
Figura 31 – Capacitação Territorial.....	69
Figura 32 – Políticas Municipais de Habitação	69
Figura 33 – Relação entre vetores estratégicos do PDMM e áreas temáticas do PPI	80
Figura 34 – Investimento global por área temática.....	81
Figura 35 – Evolução da execução financeira anual por área temática	81
Figura 36 – Diferença entre estimativas de investimento no PDMM e PPI, por área temática.....	82
Figura 37 – Execução global do investimento previsto no PPI, por área temática	82
Figura 38 - Distribuição territorial das ações previstas em PPI	83
Figura 39 – Grau de execução financeira das ações, global e por área temática	84
Figura 40 – Grau de execução financeira das ações, previstas no PE-PDM e aditadas pelo PPI	84
Figura 41 – Execução das ações previstas no PE-PDM (inscritas no PPI) e aditadas pelo PPI	85
Figura 42 – Grau de execução financeira das ações inscritas no PPI (2020-2024)	86
Figura 43 - Distribuição territorial das ações inscritas no PPI (2020-2024), por UOPG.....	88
Figura 44 – N.º de ações e valor de investimento previsto no PPI (2020-2024) por UOPG.....	89
Figura 45 - Execução financeira das ações por UOPG	89
Figura 46 - N.º de ações e ações inscritas no PPI e % das ações executadas/em execução (2020-2024), por UOPG	90
Figura 47 - Investimento por habitante por UOPG	91
Figura 48 - Nível de execução das ações por UOPG.....	92
Figura 49 - Delimitação das SUOPG do PDMM	94
Figura 50 – Visão urbanística da SUOPG 3 – Arrozeia	96
Figura 51 – Visão urbanística da SUOPG 1 – Antigo Monte de São Gens.....	97
Figura 52 – Área do solo afeto a AUDAC, por freguesia	98
Figura 53 – Distribuição territorial das AUDAC no solo urbano.....	99
Figura 54 - Estado de desenvolvimento das AUDAC, em número.....	100
Figura 55 - Estado de desenvolvimento das AUDAC, em área.....	100

Figura 56 - Distribuição territorial das AUDAC	101
Figura 57 - Distribuição dos solos vagos por freguesia	103
Figura 58 - Distribuição territorial das áreas livres do perímetro urbano do PDMM.....	103
Figura 59 - Distribuição dos solos vagos por tipo	104
Figura 60 - Distribuição dos solos vagos por UOPG	104
Figura 61 - Distribuição dos solos vagos por categorias do solo urbano	105
Figura 62 – Relação entre objetivos e projetos territoriais (UOPG)	107

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população, 2011-2021	15
Tabela 2 – Estrutura etária da população	17
Tabela 3 – Evolução da dimensão dos agregados familiares, 2011-2021	20
Tabela 4 – Dimensão média dos agregados familiares em 2011 e 2021	21
Tabela 5 – Proporção dos solos classificados como RAN	21
Tabela 6 – Proporção dos solos classificados como REN	22
Tabela 7 – Solo classificado como rústico pelo PDM	22
Tabela 8 – Solo classificado como urbano pelo PDM	22
Tabela 9 - Proporção de solo urbano impermeabilizado	23
Tabela 10 – Extensão de solo urbano abrangido por ARU	25
Tabela 11 – Proporção do solo urbano abrangido por operações de loteamento, 2019-2023	27
Tabela 12 – Número de novos certificados de classificação energética atribuídos em Matosinhos, por tipo de classes de certificação	28
Tabela 13 – Edifícios existentes destinados a habitação em Matosinhos entre 2011 e 2021	28
Tabela 14 – Proporção de edifícios com necessidades de reparação em 2021	29
Tabela 15 – Alojamentos vagos devolutos em Matosinhos, 2021	30
Tabela 16 – Estado das intervenções e obras em espaço público, 2023	31
Tabela 17 – Evolução dos alojamentos familiares, 2011-2021	33
Tabela 18 – Tipo de propriedade dos alojamentos ocupados, 2011-2021	33
Tabela 19 – Regime de ocupação dos alojamentos, 2011-2021	33
Tabela 20 – Tipologia dos fogos criados, 2011-2021	34
Tabela 21 – Fogos em regime de subarrendamento, 2023.....	36

Tabela 22 – Família apoiadas no acesso à habitação, 2019-2023	36
Tabela 23 – Evolução do valor mediano das rendas, 2019-2022	36
Tabela 24 – Evolução do valor mediano das vendas, 2019-2023.....	36
Tabela 25 – Estabelecimentos de alojamento local em Matosinhos, 2017-2023.....	37
Tabela 26 – Estabelecimentos de alojamento hoteleiro em Matosinhos, 2017-2023	37
Tabela 27 – Capacidade dos estabelecimentos de alojamento turístico, 2010-2023	38
Tabela 28 – Ocupação dos estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de alojamento, 2018-2023	38
Tabela 29 – Cobertura de serviços de solidariedade social, 2022	43
Tabela 30 – Instituições de ensino existentes, 2011-2023	43
Tabela 31 – Alunos matriculados em instituições de ensino, 2011-2023.....	43
Tabela 32 – Instituições de ensino superior, 2011-2023	44
Tabela 33 – Alunos matriculados em instituições de ensino superior, 2011-2023.....	44
Tabela 34 – Estabelecimentos de saúde, 2022.....	44
Tabela 35 – Campos de jogos e recintos desportivos municipais existentes, 2021	45
Tabela 36 – Empresas em atividade segundo a sua agregação por área temática, 2011-2022	45
Tabela 37 – Pessoal ao serviço das empresas, 2011-2022	46
Tabela 38 – Explorações agrícolas, pecuárias e mistas existentes, 2009-2019.....	46
Tabela 39 – Superfície agrícola utilizada, 2009-2019	46
Tabela 40 – Solos classificados como urbanos qualificados como áreas de atividades económicas, 2023	47
Tabela 41 – Solos qualificados como urbanos qualificados como áreas de logística, 2023	47
Tabela 42 – Movimentações de embarcações comerciais no Porto de Leixões, 2011-2023	47
Tabela 43 – Movimentação de mercadorias no Porto de Leixões, 2011-2023	47
Tabela 44 – Oferta pública de carregadores geridos pela rede Mobi.e em Matosinhos, de acordo com a sua velocidade de carregamento, 2023	50
Tabela 45 – Extensão total da rede pedonal do município de Matosinhos, 2023	50
Tabela 46 – Índice de qualidade do ar em Matosinhos, 2013-2022.....	53
Tabela 47 – Qualidade das massas de água superficiais em, 2015-2021	53
Tabela 48 – Qualidade das águas balneares, 2015-2021	54
Tabela 49 – Proporção de água segura em Matosinhos, 2022.....	54
Tabela 50 – Proporção de água não faturada em Matosinhos, 2022	54

Tabela 51 – Perdas reais de água em Matosinhos, 2022	54
Tabela 52 – Proporção de áreas ripícolas sobre a área total do município, 2018	55
Tabela 53 – Área de parques e jardins, 2023	55
Tabela 54 – Ocorrências associadas a eventos naturais	55
Tabela 55 – Acidentes de viação	56
Tabela 56 - Proporção de corredores húmidos com impermeabilização, 2018	56
Tabela 57 - Proporção das áreas litorais com impermeabilização, 2018	56
Tabela 58 – Extensão da linha de costa em situação de erosão, 2021	56
Tabela 59 – Extensão das áreas de instabilidade de vertentes, 2023	56
Tabela 60 – Bens patrimoniais históricos e arquitetónicos classificados ou em vias de classificação com interesse ou classificação patrimonial, 2023	57
Tabela 61 – Espaços de atividades culturais, 2023	57
Tabela 62 – ODS 6 – Água Potável e Saneamento	60
Tabela 63 – ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas	60
Tabela 64 – ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	61
Tabela 65 – ODS 13 – Combate às Mudanças Climáticas	61
Tabela 66 – ODS 14 – Proteger a Vida Marinha	62
Tabela 67 – ODS 15 – Vida sobre a Terra	62
Tabela 68 – Resumo da Estratégia Setorial de Mobilidade e Transporte	71
Tabela 69 – Dinâmica das servidões administrativas e restrições de utilidade pública em Matosinhos	72
Tabela 70 – Ações do PE-PDMM e respetiva execução	77
Tabela 72 – Ações do PE-PDMM e respetiva execução (continuação)	78
Tabela 72 – UOPG e respetivos projetos territoriais	87
Tabela 73– Montante executado por habitante, em cada UOPG	90
Tabela 74 – Execução financeira dos projetos territoriais	92
Tabela 75 – Execução de UOPG (síntese)	109
Tabela 76 – Indicador de eficiência (cumprimento dos objetivos)	110
Tabela 77 – Avaliação do regulamento	111
Tabela 78 – Receitas do FMSAU	114
Tabela 79 – Encargos do FMSAU	114
Tabela 80 – Operações financiadas pelo FMSAU	114

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Enquadramento

A elaboração dos Relatórios de Estado do Ordenamento do Território (REOT) encontra-se prevista no quadro jurídico do ordenamento do território, nomeadamente na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, Capítulo IV, onde se estabelece o princípio da necessidade de avaliação da gestão territorial e dos instrumentos que a concretizam, e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), que regulamenta a referida lei, no artigo 189º.

O RJIGT impõe a elaboração de REOT aos vários níveis de planeamento (nacional, regional e municipal) conferindo-lhes o poder de fundamentação da necessidade de modificação dos instrumentos objeto de avaliação e o recurso a procedimentos de dinâmica específicos. Neste contexto, a nível municipal, deve ser elaborado um REOT¹ de 4 em 4 anos, que traduza o balanço da execução do plano territorial objeto de avaliação e os níveis de coordenação interna e externa obtidos. O REOT poderá ainda, eventualmente, incluir a fundamentação para a alteração ou revisão de um dos planos territoriais em vigor. No caso do plano territorial que abrange a totalidade do concelho, o Plano Diretor Municipal, a elaboração de um REOT é obrigatória, devendo acompanhar a deliberação de elaboração ou revisão respetiva.

O REOT municipal é aprovado pela Assembleia Municipal e submetido à discussão pública, à semelhança dos planos territoriais.

Em termos de conteúdo, o REOT deve suportar-se nos indicadores qualitativos e quantitativos neles previstos nos próprios planos que são objeto de avaliação.

O Plano Diretor Municipal de Matosinhos (PDMM), publicado através do Aviso n.º 13198/2019, de 21 de agosto, foi elaborado à luz do quadro legal acima descrito, contendo um conjunto de prescrições em matéria de avaliação e monitorização que procuram responder ao disposto no capítulo VIII do RJIGT.

Após a sua entrada em vigor, o PDMM foi objeto da seguinte dinâmica:

- **1.ª correção material** (Aviso n.º 9648/2022, de 12 de maio de 2022) - as correções recaíram sobre a planta de ordenamento, a planta de condicionantes e o regulamento e enquadraram-se em quatro, das cinco alíneas legalmente admissíveis para este procedimento: a) Acertos de cartografia, determinados por incorreções de cadastro, transposição de escalas, de definição de limites físicos identificáveis no terreno, bem como por discrepâncias entre plantas de condicionantes e plantas de ordenamento; b) Correções de erros materiais ou omissões, patentes e manifestos, na representação cartográfica ou no regulamento; c) Correções do regulamento ou das plantas, determinadas por incongruências destas peças entre si; d) Correção de lapsos gramaticais, ortográficos, de cálculo ou de natureza análoga.
- **1.ª alteração por adaptação do PDM ao Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho** (Declaração n.º 20/2022, de 3 de fevereiro de 2022) - as adaptações recaíram sobre o regulamento e a planta de ordenamento IV, transpondo integralmente o conteúdo determinado pelo Programa para a área do município.

¹ De acordo com o Artigo 189.º (Relatórios sobre o estado do ordenamento do território) do DL n.º 80/2015, de 14 de maio (na versão do DL n.º 16/2024, de 19 de janeiro).

- **1.ª alteração** (Aviso n.º 3787/2023, de 20 de fevereiro de 2023) - a alteração teve por finalidade atualizar o PDMM para compatibilização com o Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (RCM n.º 111/2021, de 11 de agosto) em conteúdos que pressupunham opção de planeamento e eliminar ambiguidades na interpretação de algumas matérias que, embora se tratassem de erros e omissões, foram juridicamente entendidas como fora do âmbito de correção material, através da supressão de incoerências e omissões relativamente a: regime das condicionantes; cumprimento dos índices em “Espaços centrais” e “Espaços urbanos de baixa densidade”; modalidades de alojamento nos «Espaços de atividades económicas»; aplicação dos parâmetros qualitativos de referência na conceção do desenho urbano e atualizar o conteúdo das salvaguardas, face ao encerramento da refinaria de Matosinhos, compatibilizando as premissas que decorrem da evolução do contexto socioeconómico, com as opções do Município, quanto ao processo de reconversão em marcha, por forma a responder ao desenvolvimento daquela área do concelho.
- **1.ª suspensão parcial e estabelecimento de medidas preventivas** (Aviso n.º 21531/2022, 11 de novembro de 2022) - A suspensão teve origem na incompatibilidade das opções estabelecidas no PDMM com uma operação urbanística que se afigurava de importância fundamental para a transformação económica e social do território (a instalação do Parque Empresarial *Fuse Valley/Tech Campus*), mas que razões do foro de erro processual administrativo inviabilizavam.
- **1.ª alteração simplificada e 1.ª correção material à REN** (Aviso n.º 11601/2023, de 16 de junho) - Consistiu na alteração simplificada da delimitação da REN com exclusão de 2.061,42 m², na tipologia “áreas de instabilidade de vertentes” e na correção material de 11 troços de cursos de água cujos leitos e margens se encontravam classificados como REN, mas que correspondiam a troços entubados de dimensão média entre os 150 m e os 200 m em áreas urbanas consolidadas, deixando assim de figurar como troços classificados na REN.

Ainda que o PDMM não inclua os indicadores qualitativos e quantitativos nos quais se devem suportar a acima referida avaliação, o seu regulamento (artigo 78.º) define que:

- O PDM é objeto de monitorização permanente com o objetivo de avaliar a respetiva execução, bem como a adequação dos objetivos à prossecução dos desígnios territoriais, que podem conduzir à adoção de eventuais propostas de alteração ou de revisão do plano.
- A monitorização da execução do PDM processa-se com base nos seguintes princípios:
 - (i) O programa de execução, associado ao orçamento global estimado para cada projeto territorial, é ajustado à medida que a programação é materializada mediante inscrição das ações, em Plano Plurianual de Investimentos ou Plano das Atividades Municipal;
 - (ii) O grau de realização das ações é verificado, em função do orçamento global, através de indicadores financeiros²;
 - (iii) O grau de realização das ações que não impliquem investimento financeiro é verificado através de indicadores não financeiros.

² Desde já se faz uma referência à utilização de indicadores de natureza financeira. Embora prática comum, apresenta fragilidades, dada a sua volatilidade/potencial desatualização, resultado de recorrentes reprogramações financeiras dos projetos, seja por mudança de prioridades ao nível da estratégia de investimento ou devido a fatores exógenos macroeconómicos (p.e. inflação e preços das matérias-primas). Em sede de monitorização do PDMM, é preferível a utilização, sempre que possível, de indicadores de outra natureza, como por exemplo indicadores de execução física, aspeto que será tido em consideração para a definição das variáveis e indicadores a utilizar neste REOT.

- A avaliação da execução do PDM processa-se através da elaboração de Relatórios sobre o Estado do Ordenamento do Território, com regularidade legalmente prevista³, contendo:
 - (i) A avaliação da eficácia do PDM, com enfoque na forma como as ações são implementadas;
 - (ii) A avaliação da eficiência do PDM, com análise dos impactos das ações executadas face aos objetivos nele previstos e nos resultados alcançados.

Esta perspetiva sobre a avaliação é bastante abrangente, exigindo recurso a um corpo de indicadores complexo, que relacionem a execução do plano com os resultados alcançados. Neste contexto, salienta-se que o PDMM contém uma matriz estratégica, na qual se fundamentam as opções em matéria de ordenamento territorial, constituída por vetores estratégicos e finalidades, que se desdobram em objetivos estratégicos, como se observa na figura seguinte. O PDMM contém também um conjunto de opções programáticas e, ainda, um programa de execução e um plano de financiamento.

Figura 1 - Matriz estratégica do PDM



Fonte: PDMM

Após a entrada em vigor do PDMM, foi desenvolvido o Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT Norte) em cujos desafios territoriais, componente integrante da estratégia territorial, é feita referência à importância dos REOT. Com efeito, no âmbito do desafio D.10, relativo ao sistema de gestão e governança territorial, são definidas as seguintes medidas:

³ De acordo com o Artigo 189.º (Relatórios sobre o estado do ordenamento do território) do DL n.º 80/2015, de 14 de maio (na versão do DL n.º 16/2024, de 19 de janeiro), os REOT devem ser elaborados de quatro em quatro anos.

- Reforçar a dimensão estratégica dos PDM, onde os novos REOT marcam o arranque de um novo ciclo de planeamento, com o fundamento necessário da adaptação dos PDM às novas dinâmicas territoriais;
- Trabalhar novos paradigmas, através de uma “gestão adaptativa”, flexível nos procedimentos e sustentada em processos de monitorização eficazes, onde os REOT relevam para a adoção de práticas de monitorização e avaliação sucessiva, com subsequentes novos ciclos de planeamento.

No seu conjunto, estes elementos estratégicos e programáticos constituem a base sobre a qual se desenvolveu o Sistema de Avaliação e Monitorização do PDMM (SAM), apresentado sumariamente na secção seguinte, o qual suporta o presente, bem como os futuros, REOT.

1.2. Sistema de indicadores de avaliação e monitorização do PDMM

O modelo de monitorização e avaliação do PDMM assenta num sistema de indicadores, designado por SAM (Sistema de Avaliação e Monitorização), cuja arquitetura adota uma abordagem holística e integrada. Esta atende aos requisitos definidos no artigo 78.º do regulamento da PDMM (e da legislação, de forma mais abrangente) e vai ainda mais além, dado que abrange também um nível de avaliação da qualidade do plano enquanto instrumento de gestão territorial e pretende servir um novo paradigma de gestão territorial, mais coerente, consequente, responsável, dotado da racionalidade coletiva que o ordenamento do território lhe confere, enquadrando as dinâmicas económicas e sociais.

Convém assinalar que há outros âmbitos de monitorização direta ou indiretamente relacionados com matérias de ordenamento territorial que não devem ser ignorados neste SAM, por razões de eficiência de processos e de harmonização e integração dos processos municipais. Referimo-nos aos indicadores de seguimento da avaliação ambiental do PDM, ao quadro de referência dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo Município e ao sistema de informação no Município, que integra dados e processos de praticamente todos os setores municipais, em base georreferenciada.

O SAM é estruturado de acordo com a necessidade de responder a 4 âmbitos de monitorização e avaliação, que respondem aos objetivos e conteúdos deste REOT:

- Monitorização do **estado e das dinâmicas** no território. Este âmbito é fundamental para conhecer as dinâmicas no espaço municipal, a diversos níveis e em diversas áreas temáticas, já que é sobre este contexto que o PDMM atua e é de acordo com a sua capacidade para impactar tais dinâmicas que o plano deve ser avaliado.
- Monitorização da **execução** do plano, isto é, do grau de concretização dos seus mecanismos programáticos e territoriais. É um âmbito diretamente útil para a monitorização e gestão, mas também para construir a base de avaliação, já que é a partir deste nível que se constroem os raciais de causalidade entre a implementação e os resultados obtidos. Corresponde ao âmbito da eficácia referido no artigo 78.º do Regulamento do PDMM.
- Monitorização dos **resultados e efeitos**, correspondente a uma estimação dos potenciais impactos da execução do plano nas dinâmicas do território e no cumprimento dos objetivos definidos (a eficiência do PDM, nos termos do Regulamento).
- Monitorização do **desempenho**, muito relevante também para a gestão do plano, que incide sobre dois âmbitos: (i) a funcionalidade-qualidade do PDMM como ferramenta operativa de gestão do território e (ii) a sua qualidade-adequação como instrumento para alcançar determinados resultados-objetivos.

O REOT está estruturado nos seguintes capítulos:

- o capítulo 2 sistematiza indicadores de estado e dinâmicas no território; inclui uma leitura dos indicadores de monitorização ambiental e territorial previstos na avaliação ambiental do PDMM e do grau de cumprimento dos ODS;
- o capítulo 3 faz uma síntese dos instrumentos de gestão territorial e outros instrumentos de natureza estratégica e programática em vigor, com um balanço crítico da sua execução;
- capítulo 4 analisa a execução do plano, na perspetiva das ações previstas no programa de execução e das diversas componentes da gestão territorial;
- capítulo 5 analisa os resultados alcançados em termos de cumprimento dos objetivos;
- o capítulo 6 incide sobre a avaliação da qualidade e funcionalidade do PDMM; inclui uma abordagem aos indicadores de monitorização estratégica previstos na avaliação ambiental do PDMM, atendendo às alterações que ocorreram após a sua publicação;
- o capítulo 7 contém um conjunto de conclusões e o capítulo 8 faz algumas recomendações, a diversos níveis.

2. ESTADO E DINÂMICAS TERRITORIAIS

Neste capítulo são apresentadas as principais dinâmicas e transformações ocorridas no território do município de Matosinhos, recorrendo a indicadores de estado-contexto (i.e. indicadores, que traduzem as transformações ocorridas de forma global e em domínios e áreas temáticas concretas).

Na medida do possível, e sempre que pertinente, estes indicadores procuram descrever a situação atual e a evolução nos últimos anos, bem como enquadrar Matosinhos num quadro espacial mais alargado e evidenciar as diferenciações internas das várias partes do território.

Não se trata, em rigor, de um âmbito de avaliação ou monitorização do próprio PDM. Traduz as transformações ocorridas, de forma global ou em determinados domínios e áreas temáticas, ou ainda nos diversos setores territoriais (privilegiando-se a matriz espacializada do PDM, com as UOPG e os Projetos Territoriais na primeira linha, embora a origem da informação possa estar estruturada noutras unidades, como as administrativas (freguesias, por exemplo).

São considerados 11 domínios de análise, que se relacionam com as áreas temáticas relevantes para o PDM, por sua vez ainda divididas em temas. Os domínios de análise são:

- A** — Demografia;
- B** — Uso do Solo e Edificação;
- C** — Habitação;
- D** — Turismo;
- E** — Ação Social, Educação, Saúde e Bem-estar;
- F** — Atividades Económicas;
- G** — Transportes e Mobilidade;
- H** — Qualidade e Infraestruturas Ambientais;
- I** — Gestão e Mitigação de Riscos;
- J** — Cultura e Património Cultural;
- K** — Governança.

Além destes domínios, integra-se também aqui uma secção dedicada ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, focando-se apenas aqueles que têm uma dimensão espacial, e outra que aborda os indicadores de monitorização ambiental e territorial da avaliação ambiental.

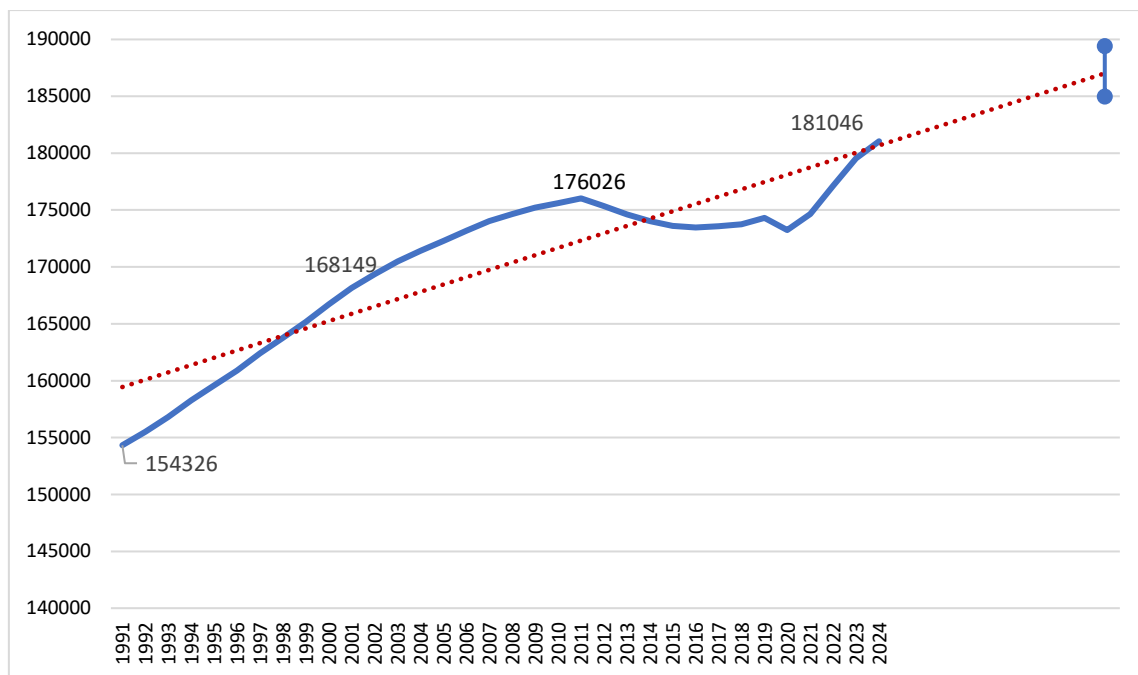
2.1. Domínio A: Demografia

População residente

A **população residente** no Município de Matosinhos registou, nas últimas décadas, uma tendência de crescimento que foi invertida no último período censitário — entre 2011 e 2021 — onde o número de habitantes diminuiu, mas com recuperação desde aí, fixando-se, atualmente, em cerca de 181 mil habitantes.

As projeções demográficas realizadas no âmbito da Carta Municipal de Habitação (2024) para a próxima década estimam que a população residente possa crescer num intervalo entre os 185 e os 190 mil habitantes em 2034.

Figura 2 - Evolução da população residente em Matosinhos, 1991-2024 e projeções 2034



Fonte: INE – Estimativas anuais da população residente e Carta Municipal de Habitação de Matosinhos

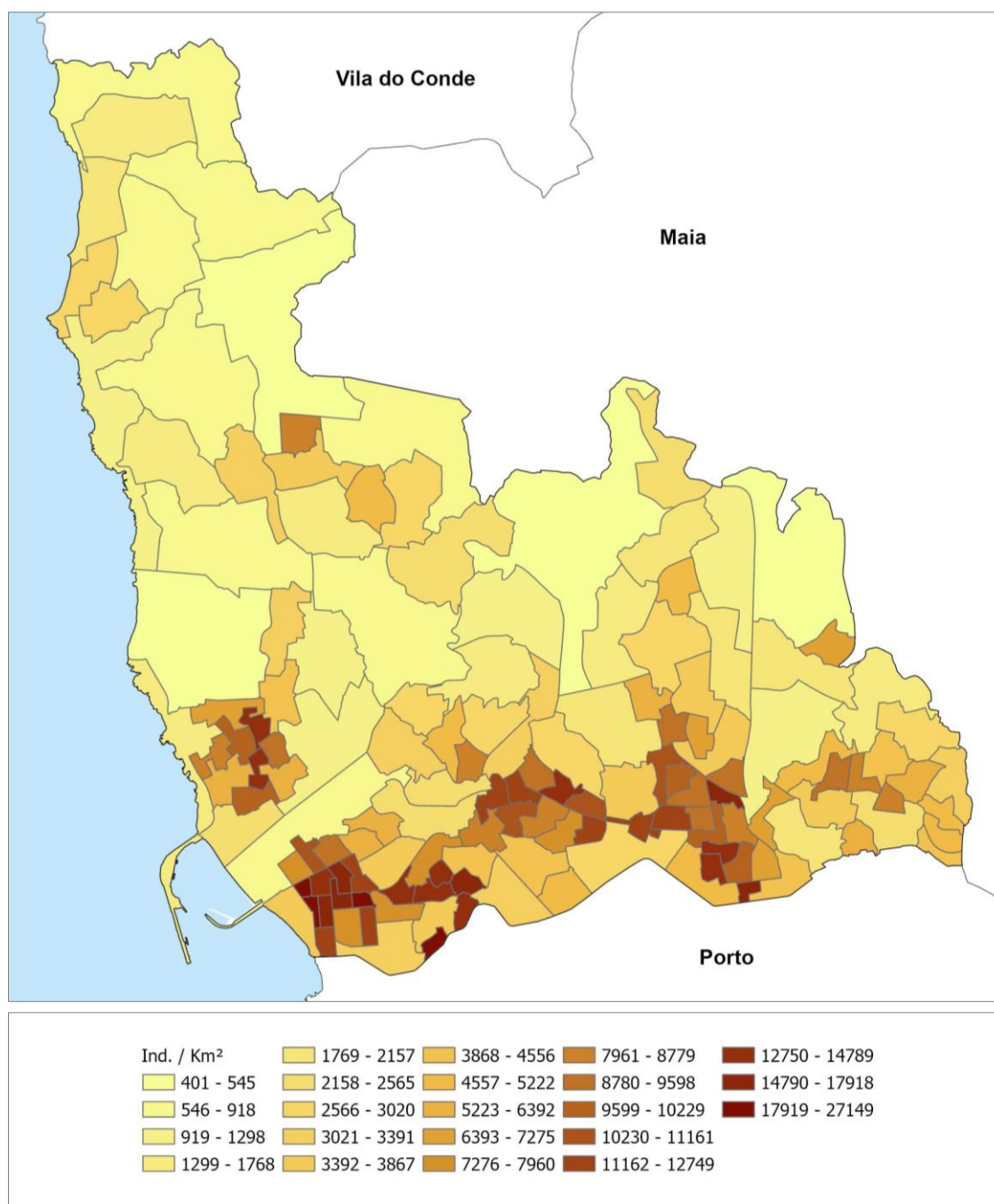
A uma escala mais local, tomando os dados censitários em 2011 e 2021 (os quais ainda não incorporam a recuperação registada nos últimos 3 anos), a UF de Custóias, Leça do Balio e Guifões foi aquela que registou um maior decréscimo populacional (-3,66%), seguida da UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora (-2,04%) e UF Matosinhos e Leça da Palmeira (-0,91%). Em sentido contrário, UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo foi a única que registou um crescimento da população residente (+0,81%).

Tabela 1 – Evolução da população, 2011-2021

Unidade geográfica	População 2011	População 2021	Varição
Matosinhos (município)	175.478	172.557	-1,66%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	45.716	44.045	-3,66%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	49.486	49.034	-0,91%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	29.407	29.646	+0,81%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	50.869	49.832	-2,04%

Fonte: População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Figura 3 - Densidade Populacional



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Estrutura etária da população

No último período censitário a estrutura etária da população sofreu alterações significativas e de uma forma transversal a todas as freguesias do município. Neste período a população do município com idade inferior a 15 anos decresceu 13.85%, tendo este decréscimo sido mais acentuado na UF Custóias, Leça do Balio e Guifões (-18.06%) e menos na UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo (-7.71%). Em sentido inverso, a população com idade superior a 65 anos cresceu de uma forma muito

acentuada, 39.66% no município, com destaque para a UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora e para a UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo onde este grupo etário cresceu 46.71% e 41.92% respetivamente. Esta dinâmica revela um envelhecimento da população ao longo deste período censitário.

Tabela 2 – Estrutura etária da população

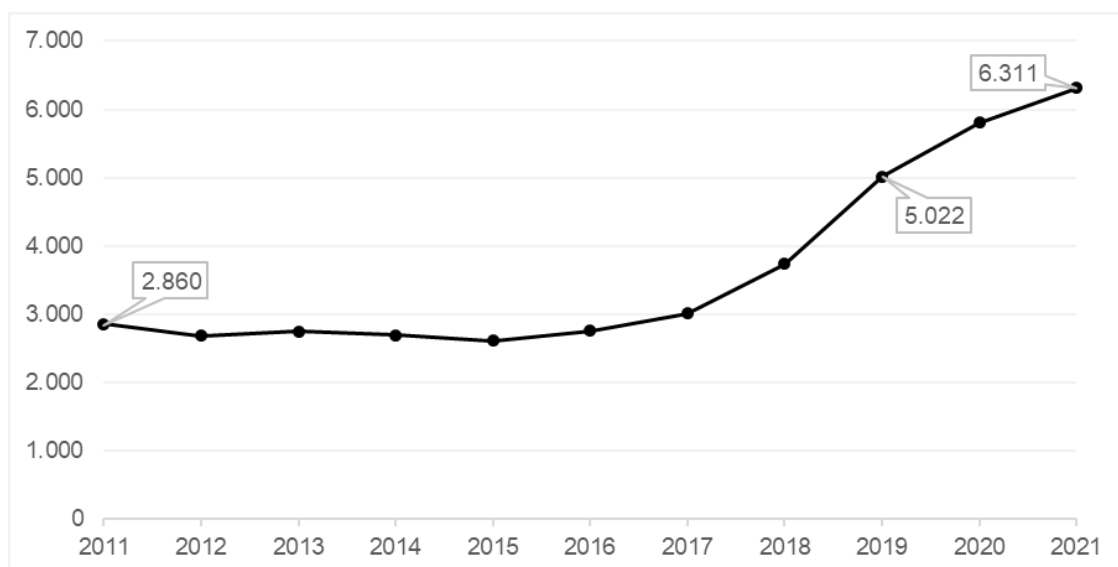
Unidade geográfica	População por grupo etário - 2021							
	0-14	Var. 11-21	15-24	Var. 11-21	25-64	Var. 11-21	65+	Var. 11-21
Matosinhos (município)	21634	-13.85%	16954	-10.06%	94467	-8.49%	39502	39.66%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	5464	-18.06%	4489	-9%	23944	-10.32%	10148	36.82%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	6447	-10.67%	4787	-6.98%	26644	-7.51%	11156	34.15%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	3961	-7.71%	2822	-10.33%	16427	-5.77%	6436	41.92%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	5762	-16.91%	4856	-13.67%	27452	-9.38%	11762	46.71%

Fonte: População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Movimentos migratórios

A **população estrangeira com estatuto legal de residente** no município de Matosinhos flutuou por volta dos 2.700 habitantes entre 2011 e 2017, data a partir da qual se começou a verificar uma tendência de crescimento expressiva. Entre 2011 e 2021 este valor mais que duplicou (+120,66%), fixando-se nos 6.311 habitantes.

Figura 4 - Evolução da população estrangeira residente em Matosinhos, 2011-2021



Fonte: INE, AIMA/MP, PORDATA. População estrangeira com estatuto legal de residente: total.

Quanto ao **saldo migratório** (diferença entre número de emigrantes e imigrantes, nacionais ou estrangeiros) foi negativa entre 2011 e 2016, apresentado uma recuperação nos anos seguintes, com exceção de 2020, tendo atingido o seu pico em 2022 (+3.037).

Figura 5 – Saldo migratório anual 2011-2024

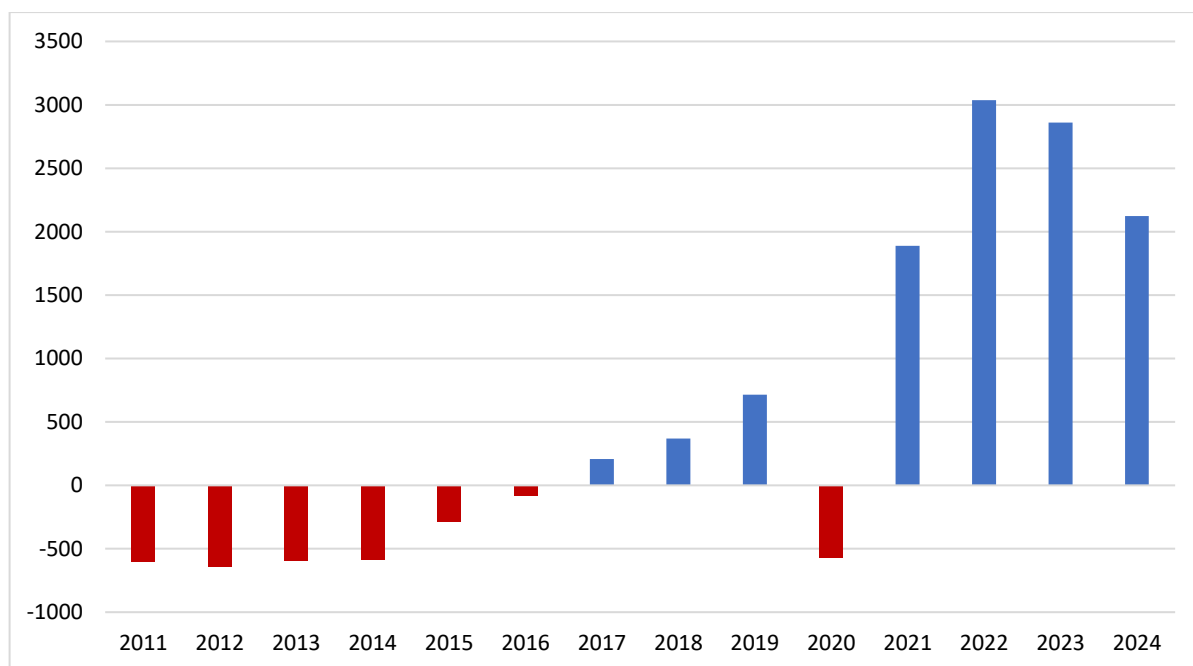
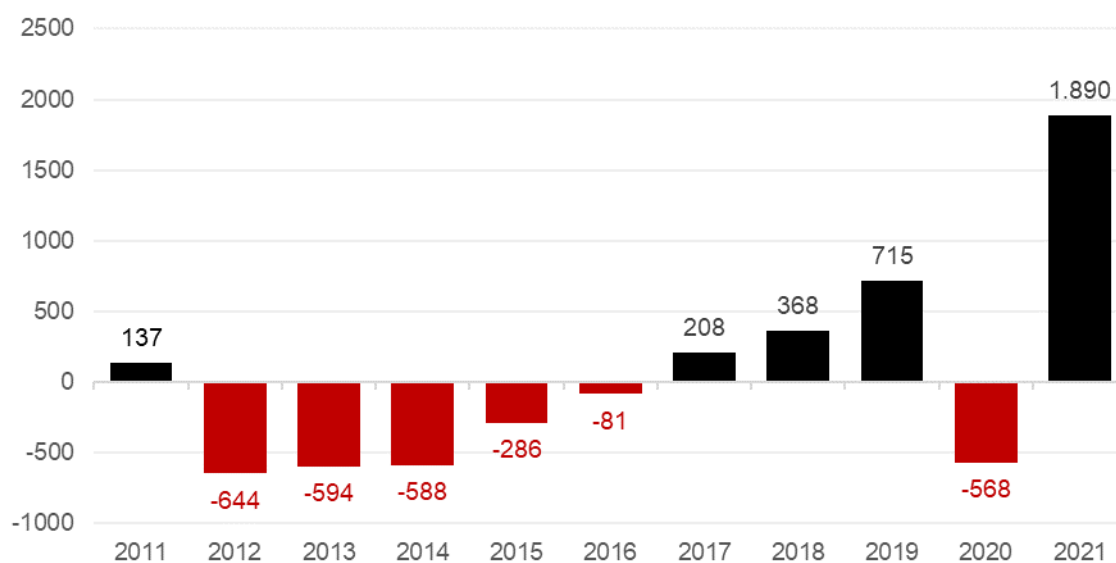


Figura 6 - Evolução do saldo populacional em Matosinhos, 2011-2021

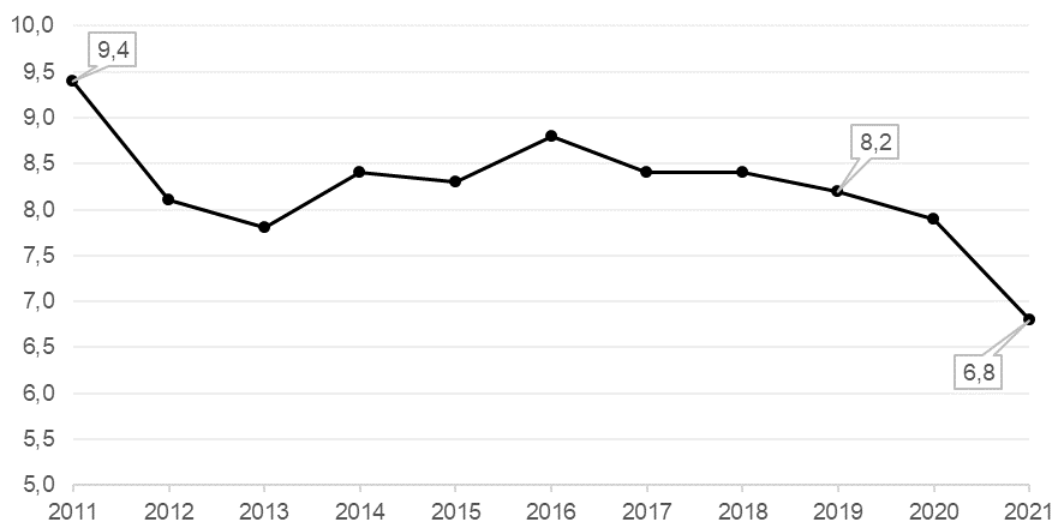


Fonte: PORDATA, Saldos populacionais anuais: saldo total, saldo natural e saldo migratório

Dinâmicas de crescimento natural

A **taxa bruta de natalidade** tem vindo sistematicamente a diminuir no município de Matosinhos, tendo atingido o mínimo em 2021 (6,8‰).

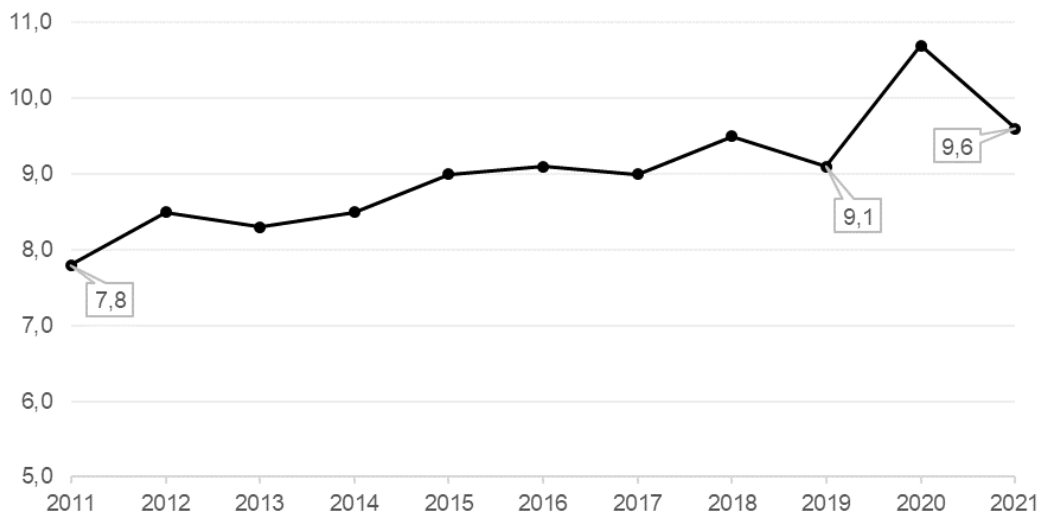
Figura 7 - Evolução da natalidade em Matosinhos, 2011-2021



Fonte: Taxa bruta de natalidade (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos

Por sua vez, a **taxa bruta de mortalidade** tem vindo a registar uma tendência de subida, atingindo o seu pico em 2020 e estabilizando em 6,8‰ em 2023. Trata-se de uma evolução em tudo semelhante à verificada no país, de uma forma global, resultante do processo de envelhecimento da população. No país, o valor passou, no mesmo período, de 9,7‰ para 12,0‰. Os valores de 2020/2021 estão ainda inflacionados pela pandemia de Covid-19.

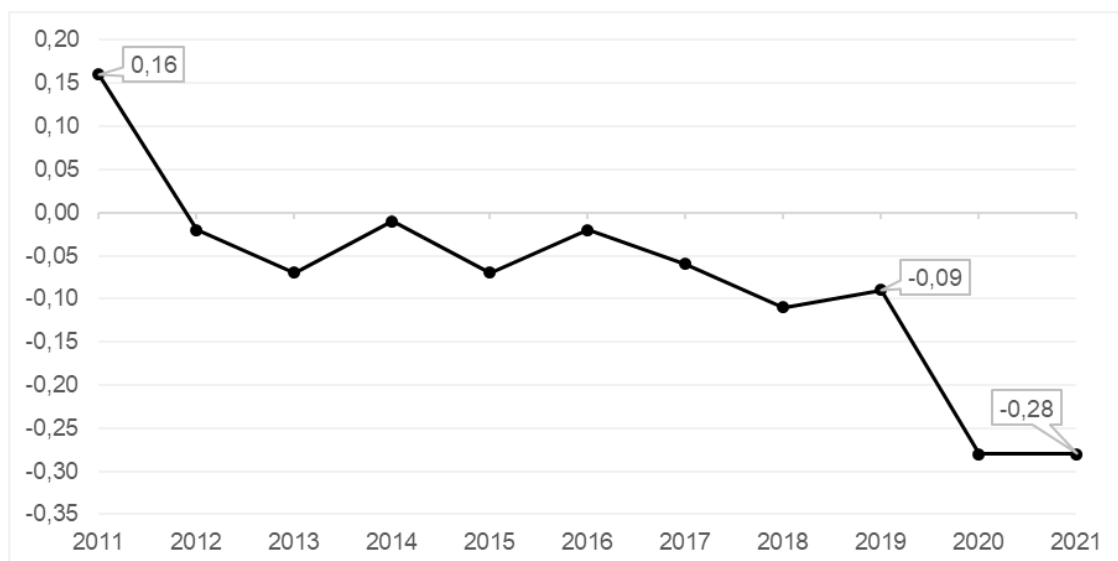
Figura 8 - Evolução da mortalidade em Matosinhos, 2011-2021



Fonte: Taxa bruta de mortalidade (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos

Dado este desequilíbrio entre natalidade e mortalidade, — verificado a partir de 2012 — a **taxa de crescimento natural** tem sido negativa, tendo havido um aprofundamento do desequilíbrio nos últimos anos.

Figura 9 - Evolução da dinâmica entre natalidade e mortalidade — taxa de crescimento natural — em Matosinhos, 2011-2021



Fonte: Taxa de crescimento natural (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual - INE, Indicadores demográficos

Agregados familiares

Em 2021, a população residente em Matosinhos agrupava-se em **69.997 famílias**, o que representa um crescimento de 3,2% na década de 2011-21. Esta evolução é de sinal contrário ao do número de residentes registados no Censo 2021, o que se explica pela progressiva diminuição da dimensão média dos agregados: 3,5 pessoas em 1981, 3,3 em 1991, 2,9 em 2001, 2,6 em 2011 e 2,4 em 2021.

Na década 2011-21 registou-se um aumento das famílias com duas ou menos pessoas (+22,96% de famílias com apenas 1 pessoa; +12,58% de famílias com 2 pessoas), com diminuição do número de famílias com 3 ou mais pessoas (-9,09% de famílias com 3 pessoas; -5,45% de famílias com 4 ou mais pessoas).

Tabela 3 – Evolução da dimensão dos agregados familiares, 2011-2021

Unidade geográfica	Dimensão agregado	Variação 2011-2021
Matosinhos (município)	1 pessoa	+22,96%
	2 pessoas	+12,58%
	3 pessoas	-9,09%
	≥4 pessoas	-5,45%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	1 pessoa	+22,72%
	2 pessoas	+10,06%
	3 pessoas	-12,16%
	≥4 pessoas	-8,11%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	1 pessoa	+20,10%
	2 pessoas	+8,45%
	3 pessoas	-6,36%
	≥4 pessoas	-3,49%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	1 pessoa	+49,30%
	2 pessoas	-15,94%

Unidade geográfica	Dimensão agregado	Variação 2011-2021
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	3 pessoas	-15,36%
	≥4 pessoas	+31,11%
	1 pessoa	+22,05%
	2 pessoas	-1,04%
	3 pessoas	-7,21%
	≥4 pessoas	+14,55%

Fonte: Agregados domésticos privados (N.º) nos alojamentos familiares clássicos de residência habitual por Local de residência (à data dos Censos 2021), Regime de ocupação e Dimensão (Agregado Doméstico Privado); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Estas variações materializam-se num decréscimo da **dimensão média dos agregados familiares**:

Tabela 4 – Dimensão média dos agregados familiares em 2011 e 2021

Unidade geográfica	Dimensão média agregado, 2011	Dimensão média agregado, 2021
Matosinhos (município)	2,55	2,43
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	2,64	2,51
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	2,48	2,38
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	2,69	2,57
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	2,48	2,34

Fonte: Dimensão média dos agregados domésticos privados (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

De acordo com as projeções realizadas no âmbito da Carta Municipal de Habitação (2024), esta tendência vai manter-se: em 2024 o número de agregados familiares poderá situar-se entre 74 mil (cenário conservador) e 84 mil (cenário de tensão, assim designado pela maior pressão que coloca no acesso à habitação), com a dimensão média dos agregados a cair para 2,3 ou 2,4 pessoas.

2.2. Domínio B: Uso do solo e edificação

Condicionantes ao uso do solo

Em 2023, o município de Matosinhos apresentava um quinto da sua superfície inserida na **Reserva Agrícola Nacional** (19,3%), relativamente acima dos valores registados a nível nacional (17,1%), considerando apenas os 263 municípios divulgados.

Tabela 5 – Proporção dos solos classificados como RAN

Unidade geográfica	Solos RAN (2023)
Matosinhos (município)	19,3%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	6,6%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	-
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	11,7%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	1,0%

Fonte: CM Matosinhos

Em relação à **Reserva Ecológica Nacional**, o município de Matosinhos apresenta 15,5% do seu solo classificado como REN, valores abaixo da média nacional (41,1%) considerando os 214 municípios divulgados.

Tabela 6 – Proporção dos solos classificados como REN

Unidade geográfica	Solos REN (2023)
Matosinhos (município)	16,1%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	5,4%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	1,2%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	9,2%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	0,3%

Fonte: CM Matosinhos

Solo rústico

O solo classificado como **rústico** (1.966 ha) pelo PDMM é constituído por **espaços agrícolas** (69%), **espaços florestais** (13%) e **espaços naturais e paisagísticos** (17%):

Tabela 7 – Solo classificado como rústico pelo PDM

Unidade geográfica	Espaços agrícolas (ha)	Espaços florestais (ha)	Espaços naturais e paisagísticos (ha)
Matosinhos (município)	1.371,19	255,33	343,78
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	488,07	11,45	118,17
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	2,19	0,35	65,02
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	802,17	132,88	157,29
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	78,73	10,64	3,29

Fonte: PDMM

Solo urbano

Os espaços centrais representam 38,7% dos solos classificados como urbanos pelo PDMM, enquanto os espaços urbanos de baixa densidade correspondem a 28,3%:

Tabela 8 – Solo classificado como urbano pelo PDM

Unidade geográfica	Espaços urbanos centrais (ha)	Espaços urbanos de baixa densidade (ha)
Matosinhos (município)	1.632,78	1.194,03
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	390,32	478,57
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	577,24	54,75
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	0	643,30
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	655,22	17,40

Fonte: PDMM

O solo urbano em Matosinhos encontra-se significativamente impermeabilizado como mostra a tabela seguinte, com uma média de 60% a nível do concelho.

Tabela 9 - Proporção de solo urbano impermeabilizado

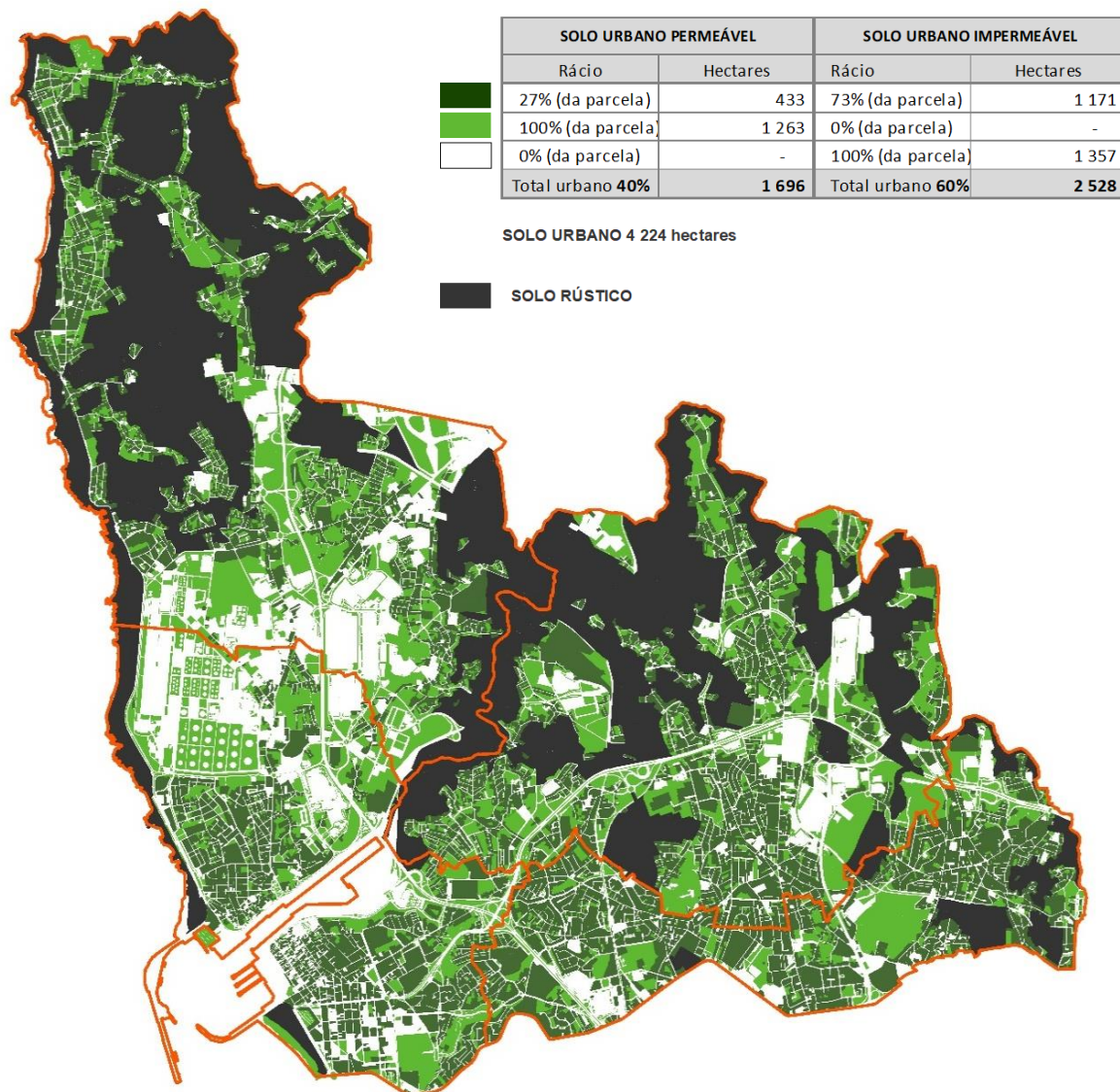
Unidade geográfica	Solo urbano impermeabilizado
Matosinhos (município)	60%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	55%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	65%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	57%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	64%

Fonte: CMM, 2021

No estudo de aproximação ao cálculo do índice de impermeabilização realizado em 2012, foi apurado que, em solo urbano, as parcelas e os lotes ocupados apresentavam, em média, uma taxa de impermeabilização de 73%.

Considerando que, no conjunto do solo urbano — incluindo áreas livres e ocupadas — a impermeabilização não ultrapassa 60%, conclui-se que existe uma margem de 13% para aumento da impermeabilização.

Figura 10 – Impermeabilização do solo urbano



Área municipal coberta por planos de urbanização e de pormenor

A área do município coberta por planos territoriais de maior detalhe – planos de urbanização e planos de pormenor - é de 373,85 hectares, o equivalente a 8% do solo classificado como urbano e 6% do concelho. A maior parte desta área (94%) é abrangida por planos de urbanização (350,76 hectares) enquanto apenas 23,09 hectares dispõem de plano de pormenor.

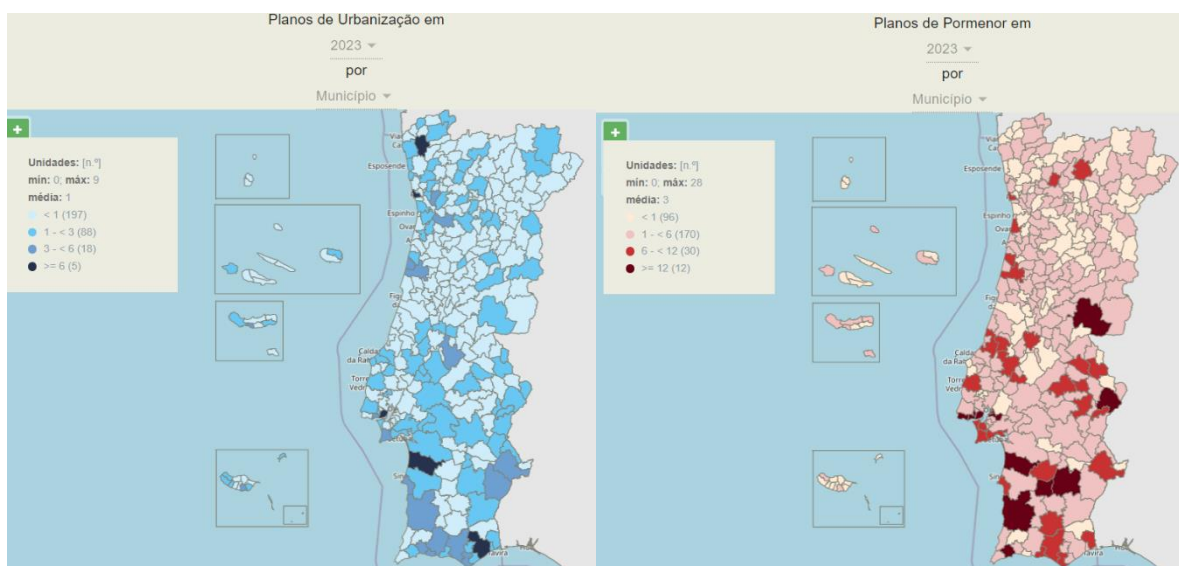
No capítulo 3 encontram-se identificados os 7 planos de urbanização e 6 planos de pormenor em vigor no concelho.

Não havendo dados que permitam comparar a realidade municipal com o seu contexto geográfico ao nível das áreas efetivamente abrangidas, apenas é possível efetuar essa comparação pelo número de planos territoriais desta natureza.

Assim, com base na informação disponível no Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo⁴, pode-se afirmar que Matosinhos se destaca a nível nacional como um dos 5 concelhos com 6 ou mais planos de urbanização. Nesta tipologia de plano, a esmagadora maioria dos concelhos não tem qualquer plano. Na região Norte, apenas um concelho se encontra no mesmo nível (Ponte de Lima).

Já no que se refere aos planos de pormenor, Matosinhos situa-se num nível intermédio, uma vez que existem diversos municípios com 12 ou mais planos. O conjunto de concelhos que dispõe de 6 a 11 planos de pormenor corresponde a 30, ou seja, cerca de 10% dos concelhos. Deste modo, ainda que Matosinhos não esteja nos lugares cimeiros no que respeita à elaboração de planos de pormenor, destaca-se também na globalidade no país onde um terço dos concelhos não tem qualquer plano de pormenor e 60% tem entre um 1 a 5 planos deste tipo.

Figura 11 – Planos de Urbanização e de Pormenor em vigor, por concelho, em setembro 2024



Fonte: DGT

Solo urbano abrangido por ARU

As Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) representam 12% do solo classificado como urbano pelo PDMM, onde a UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora é a freguesia com maior ARU (221 ha):

Tabela 10 – Extensão de solo urbano abrangido por ARU

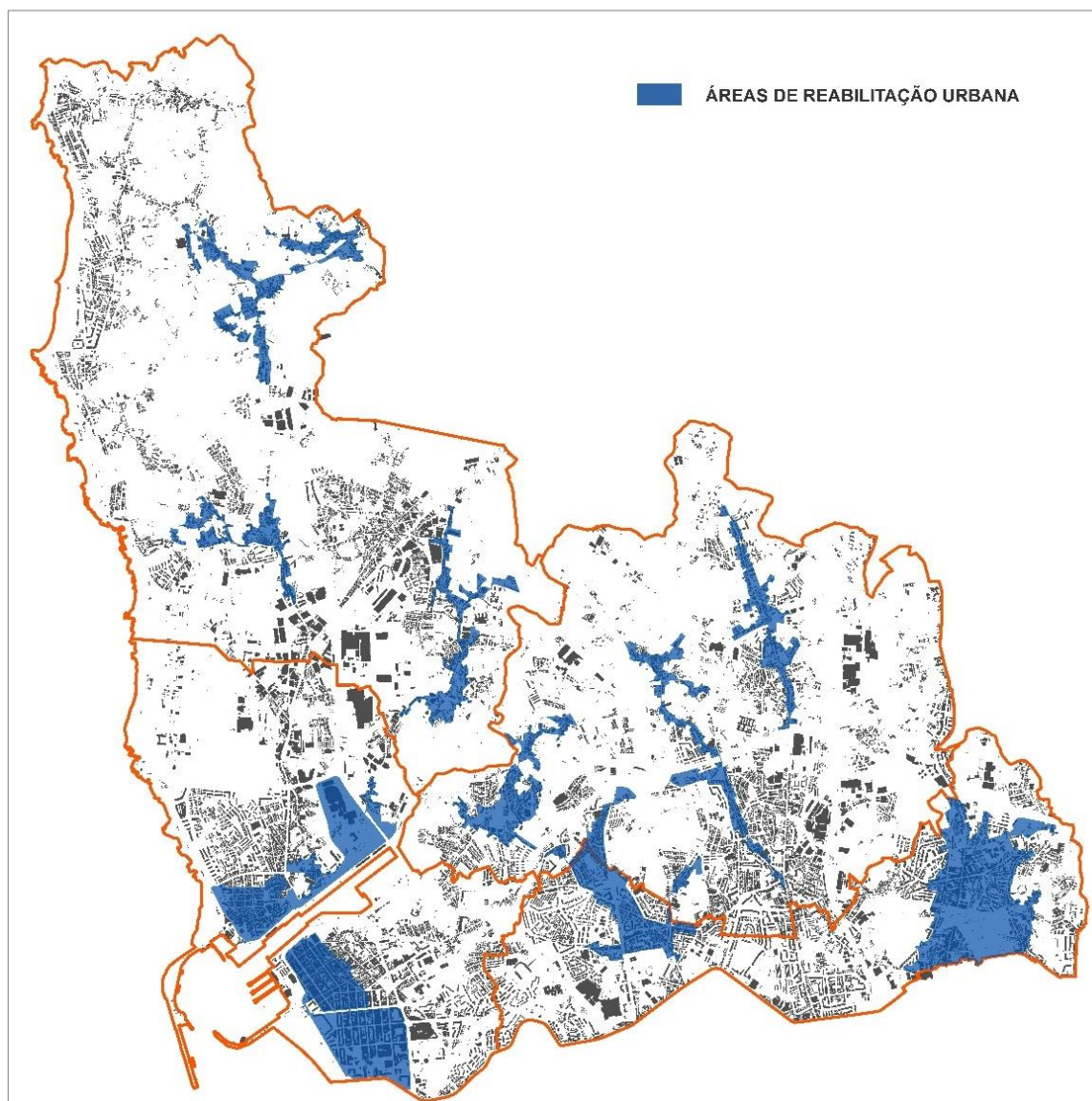
Unidade geográfica	Área de solo urbano abrangido por ARU (ha), 2021	Proporção de solo urbano abrangido por ARU (%), 2021
Matosinhos (município)	495	12%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	122	10%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	170	16%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	123	11%

⁴ <https://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/sgt>

Unidade geográfica	Área de solo urbano abrangido por ARU (ha), 2021	Proporção de solo urbano abrangido por ARU (%), 2021
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	78	10%

Fonte: CMM

Figura 12 – Área de Reabilitação Urbana

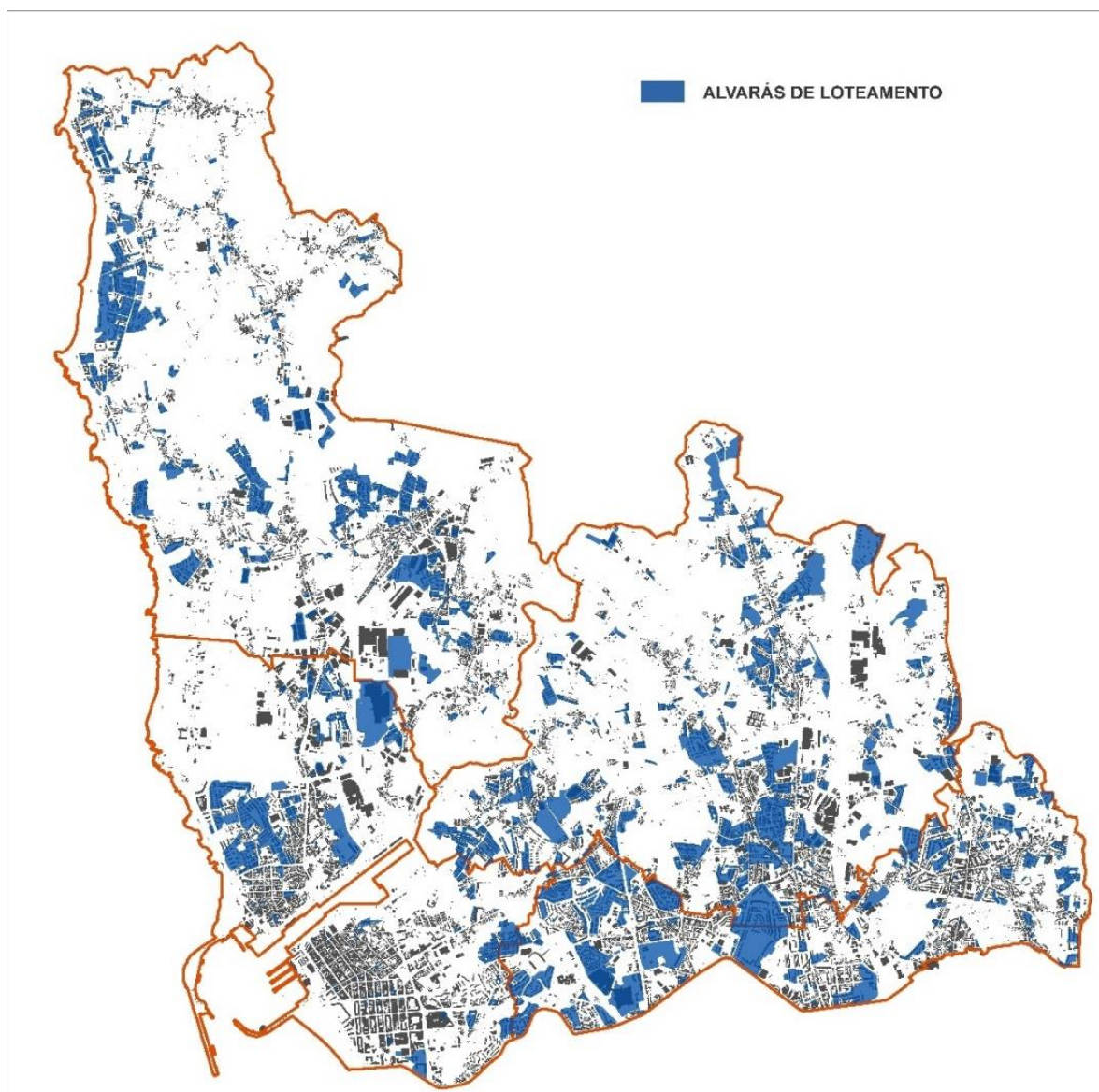


Fonte: CM Matosinhos

Solo urbano abrangido por operações de loteamento

Desde 2019, a proporção de solo urbano (considerando espaços de alta e baixa densidade) abrangida por novas operações de loteamento, ascendeu a 12,25 hectares no município de Matosinhos. Destas operações de loteamento, 63% realizaram-se na UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, 20% na UF Matosinhos e Leça da Palmeira, 10% na UF Custóias, Leça do Balio e Guifões e 7% na UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora.

Figura 13 – Operações de Loteamento – total (situação em 2023)



Fonte: CM Matosinhos

Tabela 11 – Proporção do solo urbano abrangido por operações de loteamento, 2019-2023

Unidade geográfica	Área de solo urbano com operações de loteamento (ha)	Proporção de solo urbano com operações de loteamento (%)
Matosinhos (município)	12,25	0,43%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	1,22	0,14%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	2,50	0,48%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	7,70	1,28%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	0,82	0,12%

Fonte: CM Matosinhos

Edifícios

De um ponto de vista de **sustentabilidade ambiental dos edifícios** — concluídos (novos, renovados) e projetados (construção, renovação) — houve uma melhoria significativa nas 2 melhores classificações (A+ e A) e um decréscimo nas menos eficientes (B a F):

Tabela 12 – Número de novos certificados de classificação energética atribuídos em Matosinhos, por tipo de classes de certificação

Classificação energética	Certificados, 2019	Certificados, 2021	Variação
A+	5.699	11.535	102,40%
A	29.383	33.388	13,63%
B	28.214	21.799	-22,74%
B-	20.427	17.035	-16,61%
C	47.262	42.862	-9,31%
D	40.923	36.894	-9,85%
E	25.419	23.961	-5,74%
F	14.783	14.669	-0,77%

Fonte: ADENE, Estatística do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios

Na última década registou-se uma diminuição de **edifícios para habitação existentes**⁵ no município de Matosinhos (-3%), com a UF de UF Matosinhos e Leça da Palmeira a liderar essa perda (-5,69%) e a UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo a registar um fraco crescimento (+0,17%).

Tabela 13 – Edifícios existentes destinados a habitação em Matosinhos entre 2011 e 2021

Unidade geográfica	Edifícios, 2011	Edifícios, 2021	Variação
Matosinhos (município)	33.389	32.387	-3,00%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	10.166	9.786	-3,74%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	7.666	7.230	-5,69%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	7.668	7.681	+0,17%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	7.889	7.690	-2,52%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Dos edifícios existentes em Matosinhos, 36,6% tem **necessidade de reparação**, valor acima da média nacional (35,8%), mas abaixo das médias da região norte (37,2%) e da Área Metropolitana do Porto (41,3%). Aproximadamente metade dos edifícios da UF Matosinhos e Leça da Palmeira necessitam de reparação:

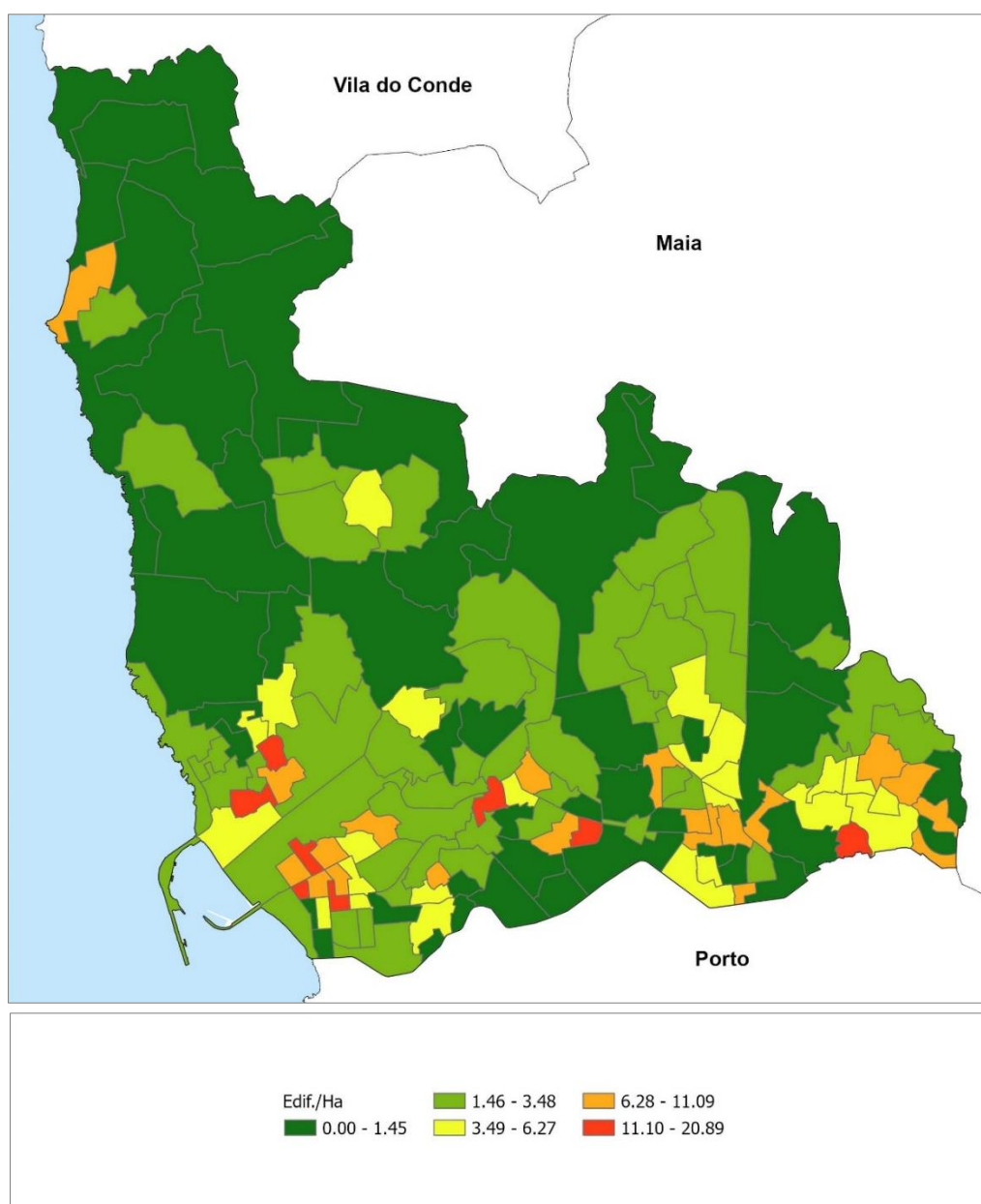
⁵ Embora com um ligeiro aumento do número de alojamentos. Esta variação no número de edifícios pode ficar a dever-se a diferenças nos conceitos estatísticos utilizados pelo INE nos dois recenseamentos ou às dinâmicas de reabilitação urbana, com densificação, substituindo vários edifícios de mais pequena dimensão por edifícios, provavelmente multifamiliares, de maior dimensão.

Tabela 14 – Proporção de edifícios com necessidades de reparação em 2021

Unidade geográfica	Proporção de edifícios com necessidades de reparação, 2021
Matosinhos (município)	36,6%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	32,4%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	47,1%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	28,7%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	40,0%

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Figura 14 – Edifícios com necessidades de reparação, 2021



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

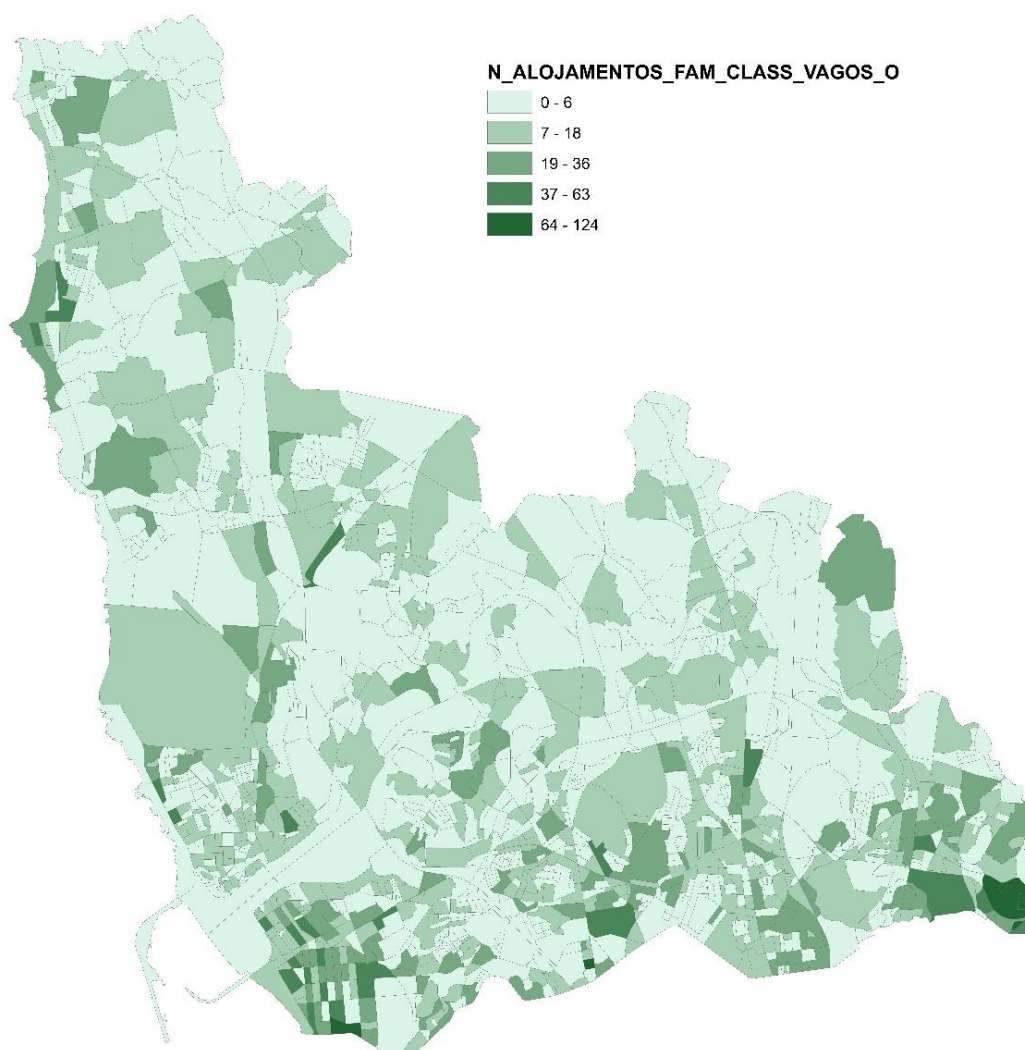
No que respeita aos alojamentos ou edifícios devolutos, representavam, de acordo com os dados dos Censos 2021, cerca de 10% do parque, sendo que quase metade podia ser considerada como ativo no mercado, para venda ou arrendamento. Associados ao conceito de devoluto” contavam-se quase 4.000 fogos, distribuídos pelas diversas freguesias como se refere na tabela seguinte.

Tabela 15 – Alojamentos vagos devolutos em Matosinhos, 2021

	Alojamentos vagos		
	Total	Para venda ou arrendamento	Outros motivos
Matosinhos	7.022	3.071	3.951
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	1.553	530	1.023
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	2.295	1.094	1.201
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	1.005	400	605
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	2.169	1.047	1.122

Fonte: INE, Censos 2021

Figura 15 – Alojamentos vagos, 2021



Fonte: INE, Censos 2021

Espaço público, equipamentos e infraestruturas

Em 2023, a **extensão da rede viária em Matosinhos** era de 678,12 km, dos quais 639,96 km (94%) de estradas e caminhos municipais e 38,17 km (6%) de rede rodoviária nacional e regional.

As **obras em execução em espaço público do município de Matosinhos** expandiam-se por 80,43 hectares, estando 108,69 ha previstas e com projeto aprovado e ainda 62,56 hectares adicionais de intenção de intervenção.

Tabela 16 – Estado das intervenções e obras em espaço público, 2023

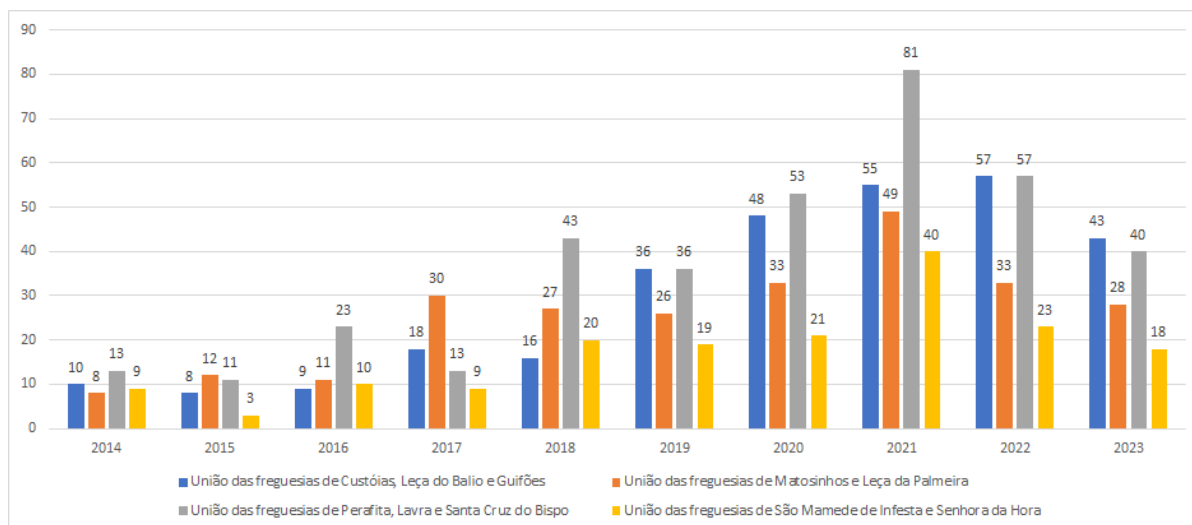
Unidade geográfica	Obras/intervenções (ha)
Matosinhos (município)	80,43 hectares em execução (31,96%), 62,56 hectares em intenção (24,86%) e 108,69 hectares com projeto aprovado (43,19%).
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	6,05 hectares em execução (7,55%), 19,45 hectares em intenção (24,27%) e 54,62 hectares com projeto aprovado (68,18%).
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	55,95 hectares em execução (59,40%), 16,47 hectares em intenção (17,48%) e 21,77 hectares com projeto aprovado (23,11%).
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	9,42 hectares em execução (16,46%), 24,36 hectares em intenção (42,56%) e 23,45 hectares com projeto aprovado (40,98%).
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	9,01 hectares em execução (44,71%), 2,29 hectares em intenção (11,38%) e 8,85 hectares com projeto aprovado (43,91%).

Fonte: CM Matosinhos

Licenciamento

Comparando as **licenças para a construções novas emitidas** entre 2014 e 2023 em Matosinhos, registou-se um aumento de 322,5% (+89 licenças), tendo-se verificado um pico no ano de 2021 (225 novas licenças emitidas). As UF de Custóias, Leça do Balio e Guifões e UF de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo têm registado a maioria de novas construções nos últimos 5 anos (2019-2023).

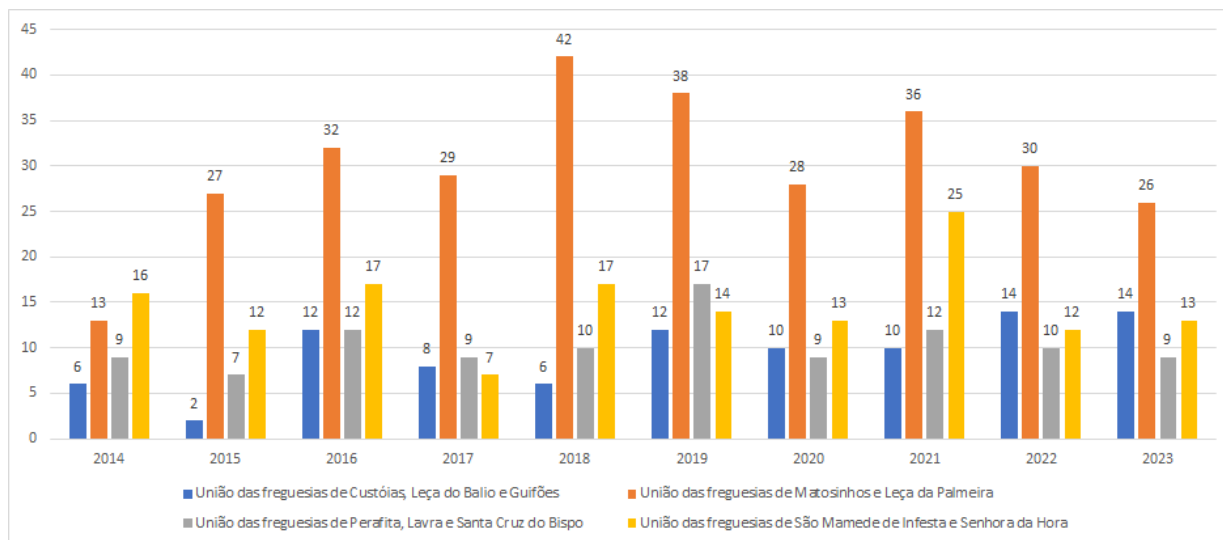
Figura 16 – Licenças emitidas para novas construções em Matosinhos, entre 2014 e 2023



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

Relativamente às **licenças emitidas para ampliações, alterações ou reconstruções** registou-se um aumento de 140,9% em Matosinhos, quando comparando 2014 face a 2023, onde o ano de 2021 voltou a ser aquele com maior número de licenças emitidas nos últimos 10 anos (2014-2023). É, também, claramente evidente a concentração destas na UF de Matosinhos e Leça da Palmeira.

Figura 17 – Licenças emitidas para ampliações, modificações ou reconstruções em Matosinhos, entre 2014 e 2023



Fonte: INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição de edifícios

2.3. Domínio C: Habitação

Estado geral da habitação

Na última década registou-se um parco crescimento de (+0,2%) no **alojamento familiar clássico** existente no município de Matosinhos. A habitação de residência habitual cresceu (+4,14%), enquanto

as habitações secundárias diminuíram (-19,48%), assim como as vagas (-16,12%). De notar que apesar de a população ter decrescido neste período, o número de alojamentos familiares ocupados em residência habitual subiu ligeiramente, o que reflete o já assinalado aumento do número de famílias.

Tabela 17 – Evolução dos alojamentos familiares, 2011-2021

Unidade geográfica	Alojamentos familiares clássicos, 2011	Alojamentos familiares clássicos, 2021	Variação
Matosinhos (município)	82.085	82.246	+0,20%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	18.773	19.307	+2,48%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	23.687	24.621	+3,94%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	12.249	13.149	+7,35%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	21.247	25.169	+18,46%

Fonte: Alojamentos familiares clássicos (N.º) por Lugar (Censitário) e Forma de ocupação; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Os **alojamentos ocupados** aumentaram de 4,14% no município de Matosinhos, tendo o alojamento público crescido 4,95% e o alojamento privado 4,09%, entre 2011 e 2021. Esta dinâmica de crescimento está em linha com a verificada a nível nacional (+3,80%), e na Área Metropolitana do Porto (+5,36%):

Tabela 18 – Tipo de propriedade dos alojamentos ocupados, 2011-2021

Entidade proprietária, município Matosinhos	Alojamentos ocupados, 2011	Alojamentos ocupados, 2021	Variação
Privados	63.268	65.855	+4,09%
Públicos	3.920	4.114	+4,95%
Total	67.188	69.969	+4,14%

Fonte: Alojamentos segundo os Censos: total e por entidade proprietária - INE, PORDATA

Em complemento do indicador anterior, olhando para os alojamentos **ocupados por regime de ocupação**, verifica-se que houve um crescimento consistente dos arrendamentos ou subarrendamentos refletindo um crescimento do mercado de arrendamento:

Tabela 19 – Regime de ocupação dos alojamentos, 2011-2021

Unidade geográfica	Regime de ocupação	Alojamentos ocupados, 2011	Alojamentos ocupados, 2021	Variação
Matosinhos (município)	Propriedade ou copropriedade	44.511	44.450	-0,14%
	Arrendamento ou subarrendamento	18.637	20.763	+11,41%
	Outra situação	4.040	4.756	+17,72%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	Propriedade ou copropriedade	10.744	10.823	+0,74%
	Arrendamento ou subarrendamento	4.966	5.175	+4,21%
	Outra situação	1.049	1.061	+1,14%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	Propriedade ou copropriedade	12.611	12.648	+0,29%
	Arrendamento ou subarrendamento	5.869	6.487	+10,53%
	Outra situação	1.097	1.369	+24,79%
	Propriedade ou copropriedade	6.756	6.972	+3,20%

Unidade geográfica	Regime de ocupação	Alojamentos ocupados, 2011	Alojamentos ocupados, 2021	Variação
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	Arrendamento ou subarrendamento	2.978	3.294	+10,61%
	Outra situação	826	915	+10,77%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	Propriedade ou copropriedade	14.400	14.007	-2,73%
	Arrendamento ou subarrendamento	4.824	5.807	+20,38%
	Outra situação	1.068	1.411	+32,12%

Fonte: Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por Lugar (Censitário) e Regime de ocupação; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

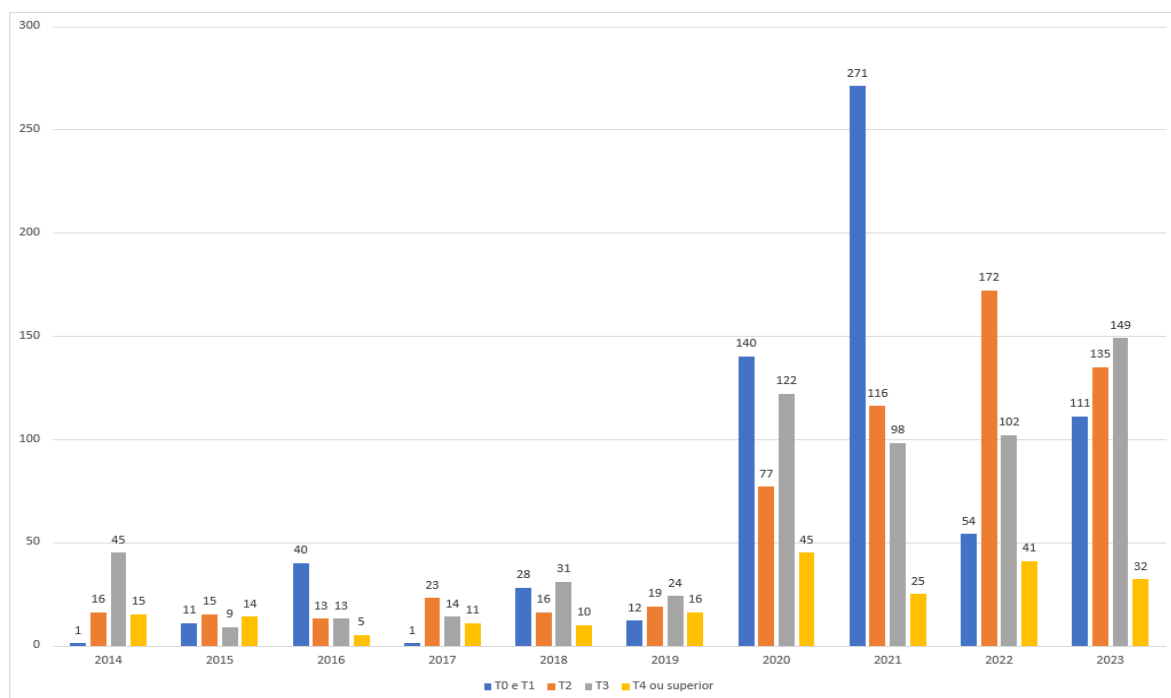
Paralelamente, a criação de novos fogos aumentou, entre 2011 e 2023, acompanhando a já referida diminuição de pessoas por agregado familiar, verificou-se que os novos fogos privilegiam agregados familiares com 1 a 2 pessoas e com 2 a 4, no sentido inverso, verificou-se uma diminuição no número de novos fogos destinados a famílias com mais de 4 pessoas. O período de assistência financeira foi influente na criação de novos fogos, mas tem-se vindo a registar uma recuperação, com um pico em 2021, onde as tipologias T0 e T1 representaram um aumento de mais de 400% face a 2011 (cf. Anexo B: Tipologia de Fogos).

Tabela 20 – Tipologia dos fogos criados, 2011-2021

Unidade geográfica	Tipologia	Fogos criados, 2011	Fogos criados, 2021	Variação
Matosinhos (município)	T0 e T1	53	271	+411,32%
	T2	71	116	+63,38%
	T3	77	98	+27,27%
	T4 ou mais	54	25	-53,70%

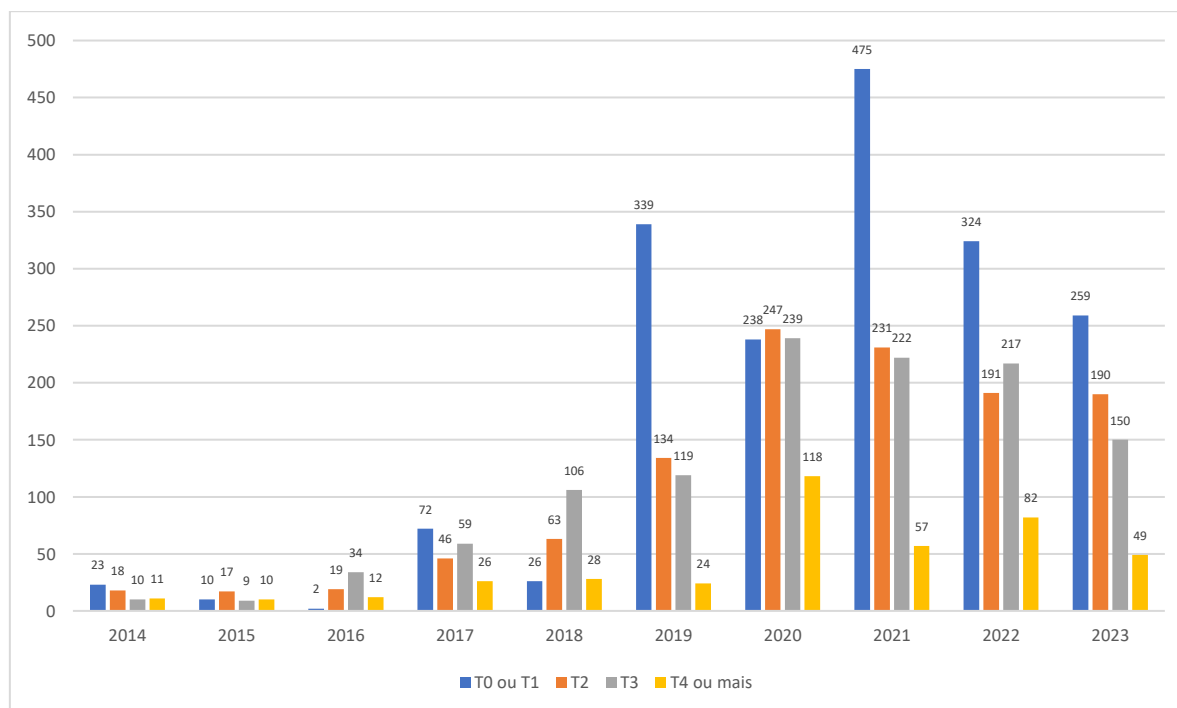
Fonte: PORDATA, dados INE, Estatísticas das Obras Concluídas, 2023

Figura 18– Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar: total e por tipologia do fogo, em Matosinhos entre 2014 e 2023



Fonte: PORDATA. Fonte dos dados: INE - Estatísticas das Obras Concluídas, 2023

Figura 19 – Fogos licenciados (N.º) em construções novas para habitação familiar por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Tipologia do fogo



Fonte: INE. - Anual - INE, Inquérito aos projetos de obras de edificação e de demolição

Apoios municipais à habitação

A CM Matosinhos tem vindo a promover ações de **arrendamento acessível** através do Programa Municipal Matosinhos Casa Acessível, que disponibiliza fogos em regime de **subarrendamento**:

Tabela 21 – Fogos em regime de subarrendamento, 2023

Unidade geográfica	Fogos em regime de subarrendamento, 2023
Matosinhos (município)	9

Fonte: CM Matosinhos/Matosinhos Habit

Simultaneamente — através do Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento — o município tem vindo a apoiar o **arrendamento** a um número crescente de famílias, acompanhando o agudizar do aumento dos preços na habitação:

Tabela 22 – Família apoiadas no acesso à habitação, 2019-2023

Unidade geográfica	Famílias apoiadas, 2019	Famílias apoiadas, 2021	Famílias apoiadas, 2023	Variação 2019-2023
Matosinhos (município)	700	753	811	+15,86%

Fonte: CM Matosinhos/Matosinhos Habit

Preços do mercado de habitação

Entre 2019 e 2022, o **valor mediano das rendas** no município de Matosinhos e nas suas freguesias, tem, em termos relativos, aumentado acima do verificado a nível nacional (+7,02%) e na Área Metropolitana do Porto (+7,48%):

Tabela 23 – Evolução do valor mediano das rendas, 2019-2022

Unidade geográfica	Renda mediana, 2019	Renda mediana, 2022	Variação
Matosinhos (município)	7,55 €/m ²	9,03 €/m ²	+19,60%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	5,73 €/m ²	7,08 €/m ²	+23,56%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	8,43 €/m ²	9,92 €/m ²	+17,67%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	6,15 €/m ²	7,05 €/m ²	+14,63%
UF São Mamede de Infesta e Sra da Hora	7,71 €/m ²	9,31 €/m ²	+20,75%

Fonte: Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

Por sua vez, o **valor mediano das vendas** por m² de alojamentos familiares registou subidas expressivas em todas as freguesias, refletindo a tendência de aumento de preços que se tem vindo a verificar e a atratividade que Matosinhos tem demonstrado nos últimos anos para a fixação de novos residentes dispostos a pagar preços mais altos em troca de qualidade de vida e proximidade a serviços e emprego de qualidade:

Tabela 24 – Evolução do valor mediano das vendas, 2019-2023

Unidade geográfica	Venda mediana, 2019	Venda mediana, 2023	Variação
Matosinhos (município)	1480 €/m ²	2491 €/m ²	+68.31%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	1292 €/m ²	1837 €/m ²	+42.18%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	1790 €/m ²	2849 €/m ²	+59.16%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	1335 €/m ²	2053 €/m ²	+53.78%

Unidade geográfica	Venda mediana, 2019	Venda mediana, 2023	Varição
UF São Mamede de Infesta e Sra da Hora	1412 €/m2	2393 €/m2	+69.48%

Fonte: Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Categoria do alojamento familiar; Anual - INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local

Carta Municipal de Habitação

A *Carta Municipal de Habitação de Matosinhos: Direito à Habitação e à Cidade* (CMHM) foi aprovada pela Assembleia Municipal em 29 de julho de 2024. Nos termos da Lei de Bases da Habitação, a CMHM é o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação e foi elaborada de forma plenamente integrada com o PDM, adotando um modelo territorial assente em três eixos estruturantes: (i) a territorialização das pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional; (ii) a promoção de habitação em centralidade; (iii) a contenção do perímetro urbano. A CMHM contempla as temáticas da habitação e do habitat, encarando de forma integrada a disponibilização e acesso à habitação em condição de amenidades urbanas, de valores sociais e culturais, de vizinhança, entre outros âmbitos físicos e sociais.

A CMH tem uma componente estratégica e programática articulada com uma componente territorial, traduzindo, no quadro do planeamento e gestão territorial, a política local de habitação, integrando-a com outras políticas com dimensão territorial.

2.4. Domínio D: Turismo

Alojamentos turísticos

Entre 2010 e 2023, assistiu-se a um grande crescimento nos **registos de alojamento local**, passando de 1 registo em 2010, na UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, para 133 registos em 2023, dispersos pelas UF Matosinhos e Leça da Palmeira (74%), Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo (15%) e São Mamede de Infesta e Senhora da Hora (11%).

Tabela 25 – Estabelecimentos de alojamento local em Matosinhos, 2017-2023

Geografia	Alojamentos locais registados, 2010	Alojamentos locais registados, 2023
Matosinhos (município)	1	137
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	0	0
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	0	102
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	1	19
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	0	16

Fonte: Turismo de Portugal

Os **estabelecimentos hoteleiros** — incluindo as categorias hotel, aparthotel e parque de campismo/caravanismo — registaram um aumento da oferta em Matosinhos, entre 2010 (13 estabelecimentos) e 2023 (19 estabelecimentos).

Tabela 26 – Estabelecimentos de alojamento hoteleiro em Matosinhos, 2017-2023

Geografia	Estabelecimentos hoteleiros registados, 2010	Estabelecimentos hoteleiros registados, 2023
Matosinhos (município)	13	19
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	2	2

Geografia	Estabelecimentos hoteleiros registados, 2010	Estabelecimentos hoteleiros registados, 2023
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	6	10
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	2	2
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	3	4

Fonte: Turismo de Portugal

Um aumento de unidades de alojamento turístico leva a um aumento da **capacidade de alojamento turístico** (camas disponíveis). Entre 2018 e 2022, a capacidade total do alojamento local cresceu 34,50%, o maior contributo para este aumento de camas disponíveis vem das novas unidades hoteleiras que abriram neste período, demonstrando que Matosinhos está no radar dos investidores para a construção de infraestruturas desta natureza.

Tabela 27 – Capacidade dos estabelecimentos de alojamento turístico, 2010-2023

Tipo de Alojamento	Capacidade de Alojamento, 2018	Capacidade de Alojamento, 2022	Variação
Hotelaria	1899	2599	36.86%
Alojamento local	335	438	30.75%
Turismo no espaço rural e de habitação	24	0	-100.00%
Total	2258	3037	34.50%

Fonte: Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (alojamento turístico); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

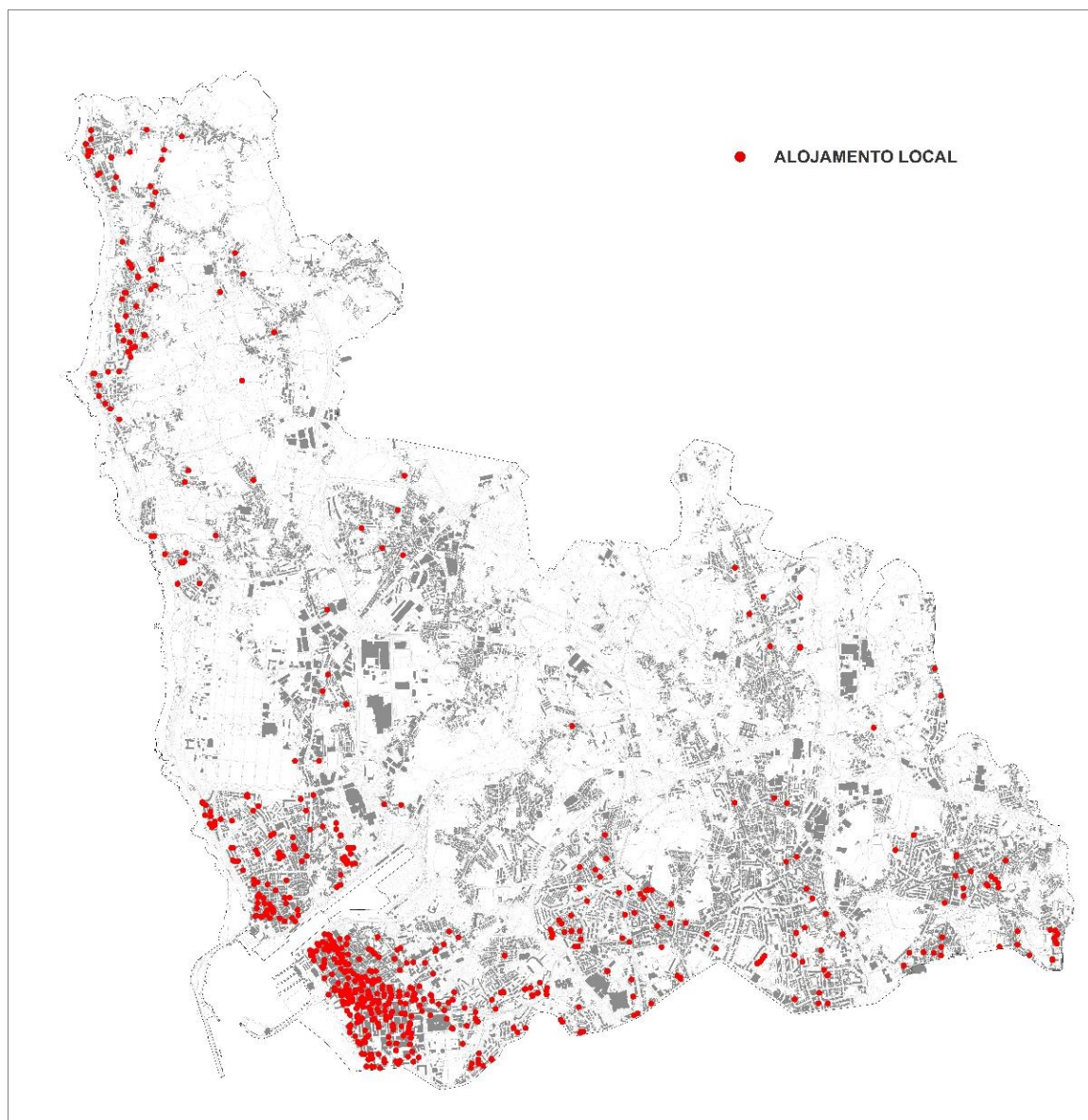
As **dormidas em estabelecimentos hoteleiros e de alojamento local** têm acompanhado a tendência de crescimento das unidades de alojamento e de camas disponíveis. Em 2023 houve mais de 100.000 dormidas do que em 2018, principalmente devido a uma boa dinâmica do alojamento local embora, tenham sido as unidades hoteleiras a acolher a maior parte das dormidas em termos absolutos.

Tabela 28 – Ocupação dos estabelecimentos de alojamento turístico por tipologia de alojamento, 2018-2023

Tipo de Alojamento	Dormidas, 2018	Dormidas, 2023	Variação
Hotelaria	427308	504137	17.98%
Alojamento local	62882	92226	46.67%
Turismo no espaço rural e de habitação	912	0	-100.00%
Total	491102	596363	21.43%

Fonte: Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (alojamento turístico); Anual - INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos

Figura 20– Estabelecimentos de Alojamento Local, Matosinhos



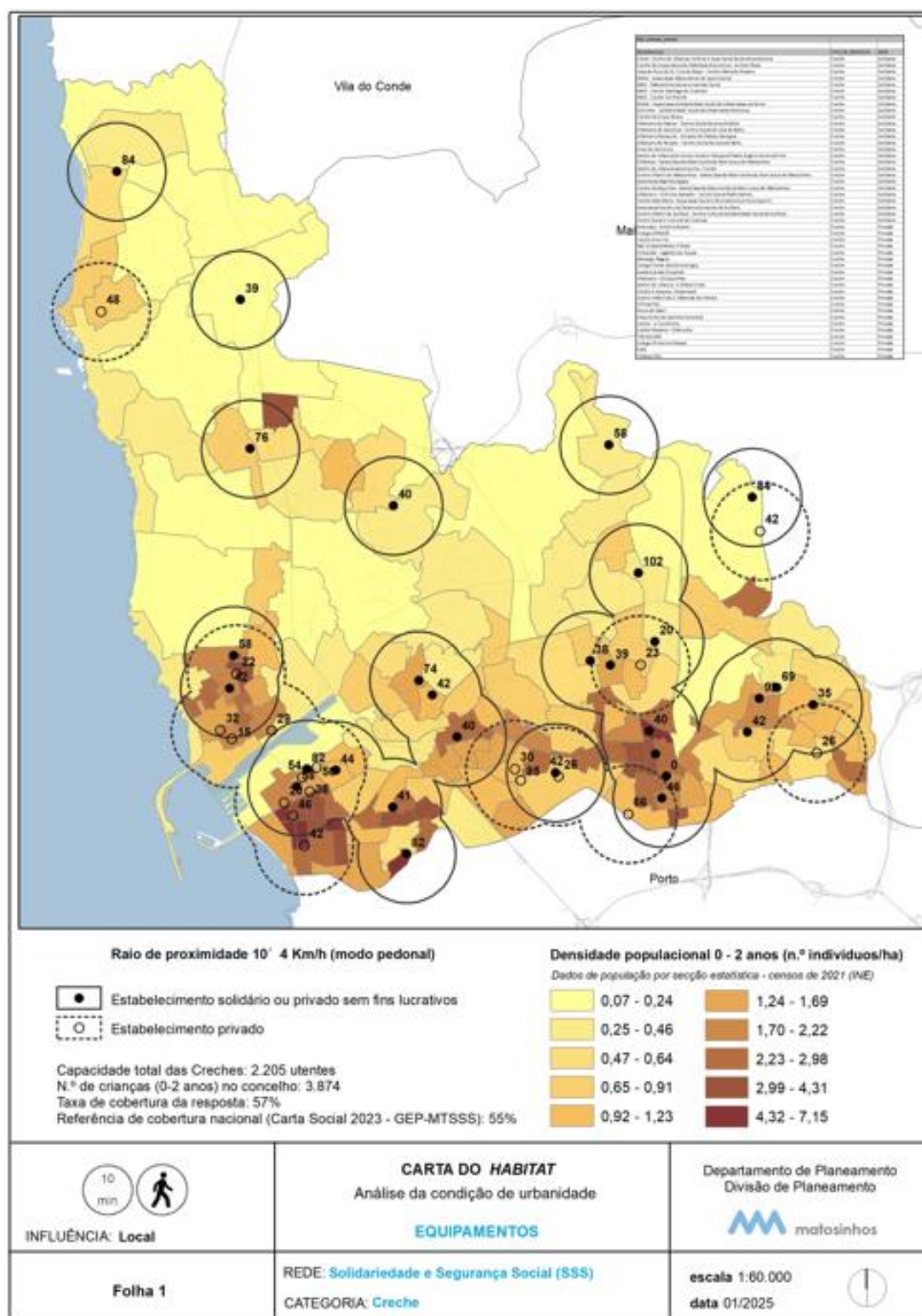
Fonte – CM Matosinhos

2.5. Domínio E: Ação social, Educação, Saúde e Bem-estar

Cobertura de serviços de solidariedade social

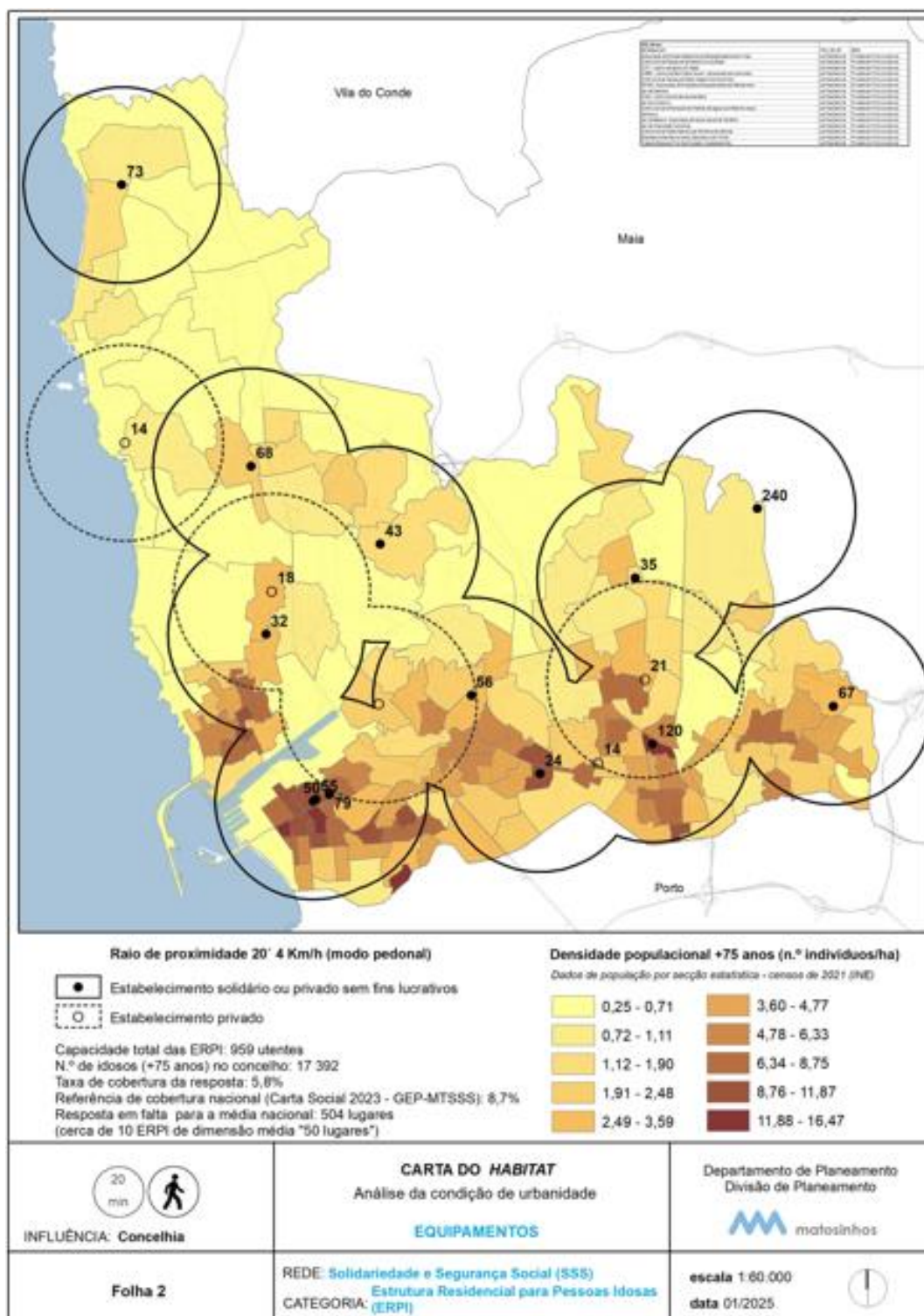
O concelho é coberto por um conjunto de equipamentos sociais que em 2022 tinham capacidade para servir 5.433 utentes. Destes destacam-se as creches com capacidade para acolher 1.826 crianças e respostas sociais a idosos com capacidade para servir 3.000 pessoas em centros de dia, estruturas residenciais e serviços de apoio ao domicílio, serviços que num cenário de envelhecimento da população são de uma importância acrescida.

Figura 21– Creches: cobertura territorial



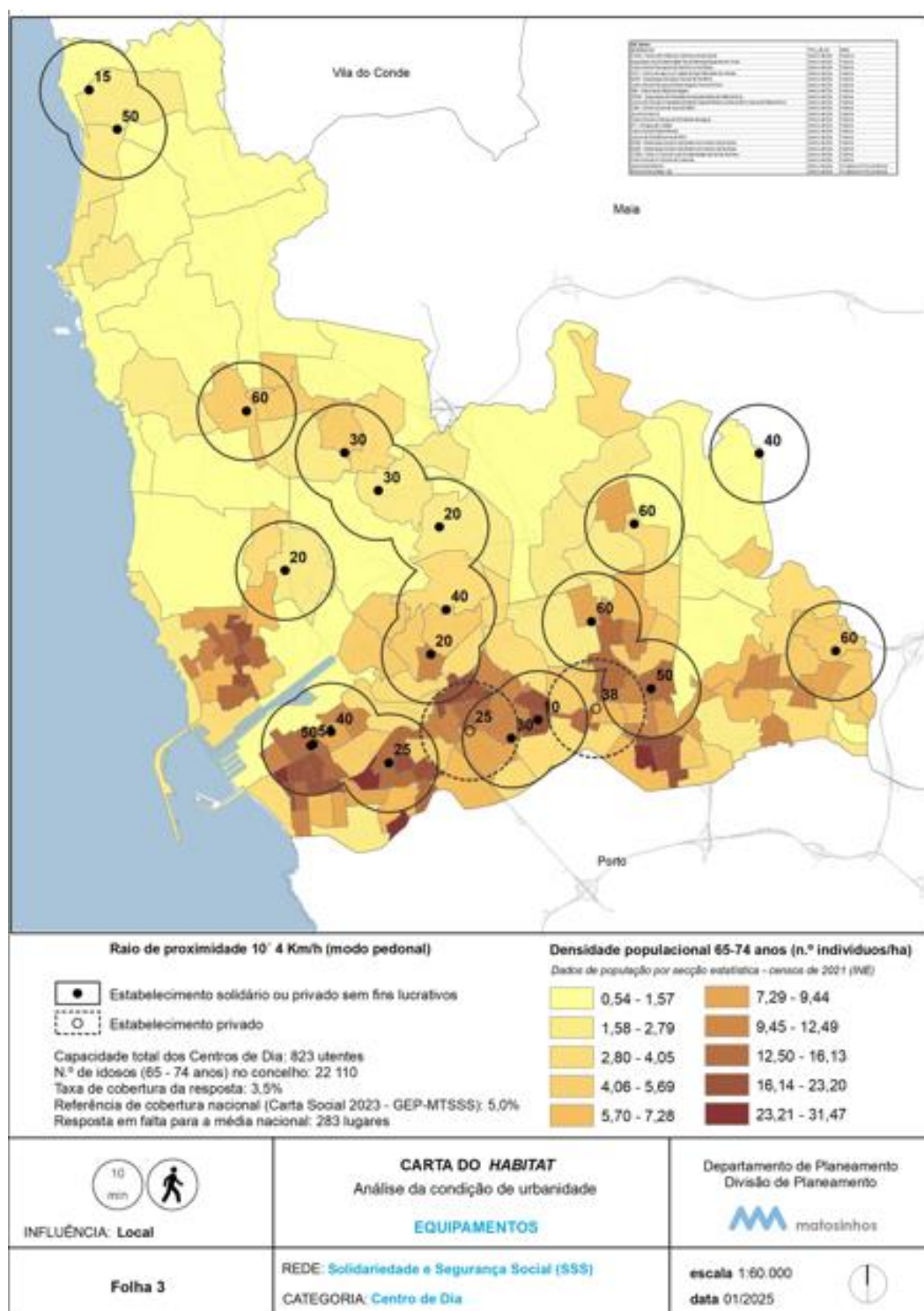
Fonte – CM Matosinhos: Carta da Proximidade

Figura 22– Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas: cobertura territorial



Fonte – CM Matosinhos: Carta da Proximidade

Figura 23– Centros de Dia: cobertura territorial



Fonte – CM Matosinhos: Carta da Proximidade

Tabela 29 – Cobertura de serviços de solidariedade social, 2022

Tipo de Resposta Social	Número de lugares, 2022	Cobertura Matosinhos, 2022	Cobertura Continente, 2022
Creche	1826	47,1%	51%
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (Deficiência)	464	ND	ND
Lar Residencial (Deficiência)	143	ND	ND
Centro de Dia	808	3,7%	5,1%
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	1075	6,2%	8,8%
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	1117	2,8%	4,7%

Fonte: carta social.pt e INE

Instituições de ensino pré-escolar, básico e secundário

O número de estabelecimentos de ensino entre 2021 e 2023 diminuiu em 12 estabelecimentos sendo que foi nos níveis escolares mais baixos que esta descida mais foi observada. Em 2023 havia menos 7 estabelecimentos de ensino pré-escolar e menos 7 escolas do 1º ciclo do ensino básico, esta diminuição de escolas nestes ciclos, pode ser consequência do envelhecimento da população e consequente menor número de crianças em idade de frequentar este tipo de estabelecimentos.

Tabela 30 – Instituições de ensino existentes, 2011-2023

Nível de Ensino	Número de Estabelecimentos, 2011	Número de Estabelecimentos, 2023	Variação
Pré-Escolar	77	70	-9.09%
Básico - 1º Ciclo	47	40	-14.89%
Básico - 2º Ciclo	14	15	7.14%
Básico - 3º Ciclo	20	21	5.00%
Ensino Secundário	10	10	0.00%
Total	168	156	-7.14%

Fonte: Pordata Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino

Alunos matriculados em instituições de ensino pré-escolar, básico e secundário (públicas e privadas)

Entre 2011 e 2023 o número de estudantes nos estabelecimentos de ensino caiu mais de 10%, tendo diminuído em todos os níveis de ensino à exceção do ensino secundário onde cresceu 5.32%. A situação é particularmente preocupante em todos os ciclos do ensino básico em que todos perderam acima de 15% dos seus alunos, com especial destaque para o 2º ciclo que perdeu 22.61%. Mais uma vez, o problema demográfico que tem vindo a ser evidenciado pode justificar esta situação.

Tabela 31 – Alunos matriculados em instituições de ensino, 2011-2023

Nível de Ensino	Número de Alunos, 2011	Número de Alunos, 2023	Variação
Pré-Escolar	4172	4064	-2.59%
Básico - 1º Ciclo	6782	5729	-15.53%
Básico - 2º Ciclo	4030	3119	-22.61%
Básico - 3º Ciclo	6444	5367	-16.71%

Nível de Ensino	Número de Alunos, 2011	Número de Alunos, 2023	Variação
Ensino Secundário	5523	5817	5.32%
Total	26951	24096	-10.59%

Fonte: Pordata - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino

Instituições de ensino superior (universitário e politécnico)

Sem contar com a *Porto Business School*, escola que oferece pós-graduações, mas que não se enquadra como escola de ensino universitário ou politécnico, em 2023 havia em Matosinhos três instituições de ensino superior (ISCAP, ESAD e o ISSSP), sendo que destas apenas uma é pública (ISCAP).

Tabela 32 – Instituições de ensino superior, 2011-2023

Tipo de Ensino	N.º de Estabelecimentos, 2011	N.º de Estabelecimentos, 2023	Variação
Universitário	1	1	0.00%
Politécnico	3	2	-33.33%
Total	4	3	-25.00%

Fonte: Pordata - Estabelecimentos de ensino superior: total e por tipo de ensino

Entre 2011 e 2023, verificou-se um acréscimo de **alunos matriculados nas instituições de ensino superior universitário e politécnico**. Este aumento foi devido a um crescimento no número de alunos a frequentar cursos do ensino politécnico.

Tabela 33 – Alunos matriculados em instituições de ensino superior, 2011-2023

Tipo de Ensino	N.º de Estudantes, 2011	N.º de Estudantes, 2023	Variação
Universitário	446	365	-18.16%
Politécnico	5231	5973	14.18%
Total	5677	6338	11.64%

Fonte: Pordata - Alunos matriculados no ensino superior: total e por tipo de ensino

Serviços de saúde e hospitalares

Entre 2013 e 2022, não se verificaram alterações em Matosinhos ao nível de estabelecimentos de saúde hospitalar, havendo 3 hospitais no concelho. Existem 4 centros de saúde localizados em duas freguesias, 2 na UF Matosinhos e Leça da Palmeira e 2 na UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora, estando as outras duas UF cobertas apenas por serviços dependentes destes centros.

Tabela 34 – Estabelecimentos de saúde, 2022

Unidade geográfica	Estabelecimentos de Saúde, 2022
Matosinhos (município)	4 Centros de Saúde (CS) e respetivas unidades, 3 hospitais
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	USF Custóias (pertence ao CS da Sra. da Hora)
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	CS de Leça da Palmeira (USF Leça, UCC Leça, USF Maresia, USF Dunas, USF Progresso) CS de Matosinhos (UCP Matosinhos, UCSP Matosinhos, USF Horizonte, USF Oceanos,
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	Hospital da Boa Nova (Privado) UCSP Santa Cruz do Bispo (pertence ao CS de Leça da Palmeira)

Unidade geográfica	Estabelecimentos de Saúde, 2022
UF São Mamede de Infesta e Sra. da Hora	Hospital Pedro Hispano Instituto CUF (Privado) CS da Sra. da Hora (UCC Sra. da Hora, USF Lagoa, USF Caravela) CS de São Mamede de Infesta (UCC São Mamede de Infesta, USF Godinho de Faria, USF Infesta, USF Porta do Sol)

Fonte: CM Matosinhos e SNS

Desporto

Em 2021 existiam em Matosinhos 28 **campos de jogos e recintos desportivos públicos, geridos pela Matosinhos Sport**:

Tabela 35 – Campos de jogos e recintos desportivos municipais existentes, 2021

Unidade geográfica	Campos de jogos e recintos desportivos, 2021
Matosinhos (município)	28
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	7 no total (1 complexo desportivo, 3 pavilhões municipais e 3 piscinas)
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	11 no total (1 complexo desportivo, 4 pavilhões escolares, 2 pavilhões municipais, 3 piscinas e 1 polidesportivo)
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	4 no total (1 campo de ténis, 1 complexo desportivo, 1 pavilhão municipal e 1 piscina)
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	6 no total (1 complexo desportivo, 2 pavilhões municipais, 2 piscinas, 1 polidesportivo)

Fonte: Matosinhos Sport, Equipamentos

2.6. Domínio F: Atividades económicas

Empresas e emprego

Entre 2011 e 2023 o número de empresas em Matosinhos aumentou 21.11%, passando de 19.117 em 2011 para 23.152 em 2022. Estes números demonstram a boa dinâmica do concelho na atração de empresas, embora o número de empresas da indústria transformadora tenha decrescido. De destacar, em termos absolutos, o grande número de empresas do setor das tecnologias de informação e comunicação que se instalaram no concelho neste período: foram quase 300.

Tabela 36 – Empresas em atividade segundo a sua agregação por área temática, 2011-2022

Área temática	2011	2022	Variação
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	12	58	383.33%
Indústrias transformadoras	832	730	-12.26%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	230	484	110.43%
Atividade de Informação e comunicação	310	601	93.87%
Transporte e armazenagem	599	956	59.60%
Alojamento, restauração e similares	1249	1629	30.42%
Construção	942	997	5.84%
Comércio por grosso e a retalho	3957	3456	-12.66%

Fonte: PORDATA, Empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica

Relativamente ao **peçoal empregado**, para o mesmo horizonte temporal de análise, registou-se um aumento de 32.29%, passando de 86234 pessoas ao serviço das empresas em 2011 para 114083 em 2022. Este acentuado aumento ficou muito a dever-se ao excecional desempenho do emprego criado no setor das TIC que neste período aumentou 386.74%, passando de 1636 em 2011 para 7963 em 2022.

Tabela 37 – Peçoal ao serviço das empresas, 2011-2022

Área temática	2012	2022	Varição
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	18	207	+1.050%
Indústrias transformadoras	8.938	9.054	+1%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	558	777	+39%
Atividade de Informação e comunicação	1.564	7.963	+409%
Transporte e armazenagem	4.360	5.046	+16%
Alojamento, restauração e similares	4.700	6.993	+49%
Construção	4.182	5.235	+25%
Comércio por grosso e a retalho	35.264	46.900	+33%

Fonte: PORDATA, Peçoal ao serviço nas empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica

Agricultura e pecuária

Apesar da tendência de crescimento do número de empresas na fileira, o número total de **explorações agrícolas** (considerando apenas agrícolas, pecuárias e mistas) em Matosinhos diminuiu (-17,81%) entre 2009 e 2019. A UF de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora contrariou essa tendência decrescente:

Tabela 38 – Explorações agrícolas, pecuárias e mistas existentes, 2009-2019

Unidade geográfica	Explorações agrícolas, 2009	Explorações agrícolas, 2019	Varição
Matosinhos (município)	219	180	-17,81%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	73	50	-31,51%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	16	7	-56,25%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	105	85	-19,05%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	25	38	+52,00%

Fonte: Explorações agrícolas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Orientação técnico-económica; Decenal - INE, Recenseamento agrícola - séries históricas

Complementarmente verificou-se um decréscimo generalizado ao nível da **superfície agrícola utilizada (SAU)** no município de Matosinhos (-14,22%), com a UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora novamente a contrariar a tendência:

Tabela 39 – Superfície agrícola utilizada, 2009-2019

Unidade geográfica	SAU (ha), 2009	SAU (ha), 2019	Varição
Matosinhos (município)	1.147	984	-14,21%
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	383	283	-26,11%
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	32	9	-71,88%
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	657	595	-9,44%
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	75	95	+26,67%

Fonte: Superfície agrícola utilizada (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Orientação técnico-económica; Decenal - INE, Recenseamento agrícola - séries históricas

Espaços de acolhimento industrial e logístico existentes

O PDM de Matosinhos classifica quase 25% do solo urbano como “área para atividades económicas”.

Tabela 40 – Solos classificados como urbanos qualificados como áreas de atividades económicas, 2023

Unidade geográfica	Áreas de atividades económicas (ha)
Matosinhos (município)	1.022,42
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	227,18
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	312,33
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	423,70
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	59,10

Fonte: PDMM

Destas áreas, cerca de um quarto corresponde a um uso específico (áreas de logística), destinadas a acolher uma fileira muito relevante na economia local.

Tabela 41 – Solos qualificados como urbanos qualificados como áreas de logística, 2023

Unidade geográfica	Áreas logísticas (ha)
Matosinhos (município)	248,22
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	54,33
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	112,53
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	81,34
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	0

Fonte: PDMM

Atividade portuária

O número de embarcações que usou o porto de Leixões para movimentar cargas e descargas diminuiu 9.32% entre 2011 e 2023, esta situação poderá ter duas explicações, por um lado a pandemia que levou a uma diminuição do comércio internacional e as cadeias de reabastecimento não retomaram o nível pré-pandemia, por outro lado a tendência para o aumento da dimensão dos navios.

Tabela 42 – Movimentações de embarcações comerciais no Porto de Leixões, 2011-2023

Movimento portuário (entradas e saídas de embarcações comerciais)	2011	2023	Variação
Portos nacionais	28823	26067	-9.56%
Porto de Leixões	5216	4730	-9.32%

Fonte: Movimento de embarcações de comércio (N.º) por Porto declarante e Tipo de fluxo das embarcações; Anual - INE, Inquérito ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias

Contudo, ao analisarmos o movimento de cargas e descargas em toneladas, verificamos que este subiu a nível nacional, o que pode ser explicado pela capacidade de alguns portos poderem receber navios maiores do que Leixões, podendo a quebra verificada em Leixões poder, parcialmente, explicada pelo desvio de tráfego para outros portos devido à falta de capacidade para receber navios maiores.

Tabela 43 – Movimentação de mercadorias no Porto de Leixões, 2011-2023

Movimento portuário (toneladas de mercadorias carregadas e descarregadas)	2011	2023	Variação
Portos nacionais	67506738	82109706	21.63%
Porto de Leixões	15288907	13059988	-14.58%

Fonte: Mercadorias carregadas e descarregadas (t) por Porto declarante e Tipo de carga; Anual - INE, Inquérito ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias

Evolução do perfil das atividades económicas

Matosinhos tem vindo, nos últimos anos, a registar uma transformação significativa no perfil das atividades económicas que acolhe, demonstrando uma elevada capacidade de adaptação às dinâmicas recentes do setor económico.

O concelho tem progressivamente transitado de uma base predominantemente industrial para uma economia cada vez mais orientada para os serviços, a inovação e a tecnologia. Nos últimos cinco anos verificou-se um decréscimo do número de empresas da indústria transformadora e um crescimento expressivo do setor terciário, com particular destaque para atividades ligadas às tecnologias de informação e comunicação, energia, inovação, consultoria e serviços empresariais de apoio, bem como para a restauração e turismo, setores que têm vindo a instalar-se e a dinamizar o território.

Fortemente marcado pela atividade portuária, o concelho continua a afirmar a sua relevância estratégica nos domínios da logística, exportação e abastecimento de mercadorias – nomeadamente nos setores dos transportes e armazenagem – sustentado pelo papel estruturante do Porto de Leixões.

O crescimento do setor terciário de base tecnológica é ainda reforçado pela proximidade ao Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto e a outros polos de conhecimento, assim como pela presença de equipamentos culturais e pela realização de eventos, fatores que estimulam o empreendedorismo e favorecem o surgimento de start-ups, contribuindo para a mudança do tecido económico local.

Apesar desta evolução, o setor industrial mantém relevância, ainda que com menor peso relativo, evidenciando uma especialização crescente em segmentos tecnologicamente mais avançados, com exigências distintas na sua relação com o território.

2.7. Domínio G: Transportes e mobilidade

Rede viária

A rede rodoviária de Matosinhos está organizada em 3 níveis (principal, distribuidora e local), cf. figura 24. Em 2023, a extensão total da rede era de 678,12 km, dos quais 639,96 km (94%) de estradas e caminhos municipais e 38,17 km (6%) de rede rodoviária nacional e regional.

O ponto de situação das intervenções previstas é analisado no capítulo 4 deste REOT (execução do PDMM).

Ligação viária Matosinhos-Leça

A nova ligação viária entre Matosinhos e Leça da Palmeira, através do porto de Leixões, não teve execução, nem se registou evolução significativa ao nível da discussão necessária à sua futura implementação.

A recorrente inoperacionalidade da ponte móvel, associada ao progressivo agravamento das condições de circulação na A28, evidencia de forma cada vez mais clara a urgência de concretizar uma solução de ligação alternativa que responda às necessidades de mobilidade entre Matosinhos e Leça.

Figura 24 – Sistema rodoviário – hierarquia viária (rede existente e prevista)



Fonte: CM Matosinhos – PMT e PDMM

Mobilidade elétrica

Em 2023 existiam no município de Matosinhos 81 **postos de carregamento para veículos elétricos**, que ofereciam um total de 179 tomadas das quais 47% eram semirrápidas, 46% de carregamento rápido e 7% de carregamento ultrarrápido. Estes postos estão distribuídos, de forma pouco equilibrada, pelas freguesias do município:

Tabela 44 – Oferta pública de carregadores geridos pela rede Mobi. em Matosinhos, de acordo com a sua velocidade de carregamento, 2023

Unidade geográfica	Tomadas semirrápidas	Tomadas rápidas	Tomadas ultrarrápidas
Matosinhos (município)	85	82	12
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	6	7	0
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	67	48	12
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	2	6	0
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	10	21	0

Fonte: MOBI-E, Mobi.data

Qualidade dos espaços de circulação pedonal e ciclável

De acordo com o PMT, a hierarquia da rede pedonal encontra-se fortemente ancorada nas zonas residenciais, pretendendo-se simultaneamente uma relação inversa com a hierarquia do transporte individual. A rede principal assume o papel mais importante para o modo pedonal, priorizando o peão e, de um modo geral, os modos ativos, fomentando as deslocações a pé de curta distância e, simultaneamente, tornando o ambiente urbano mais aprazível. Esta rede coincide maioritariamente com a rede de acesso local da hierarquia da rede de transporte individual e concretiza-se largamente sobre a forma de vias partilhadas de tráfego limitado e velocidade reduzidas. Nesta rede devem garantir-se condições privilegiadas para a circulação a pé, sendo dada prioridade de atravessamento aos peões, podendo este atravessar em qualquer ponto do arruamento.

Além desta rede principal, o PMT define ainda uma rede complementar (onde se torna necessário compatibilizar o tráfego pedonal com o tráfego rodoviário; os eixos de maior concentração de comércio de rua estão incluídos neste nível) e uma rede secundária (fora do território classificado como urbano pelo PDM).

A extensão **total da rede pedonal** municipal é de 582,7 km, dos quais 71,6% têm passeio e 28,4% não têm passeio ou têm passeio com largura insuficiente. A UF Matosinhos e Leça da Palmeira é aquela que tem mais passeios nas suas vias (86% das vias) enquanto a UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo é a que menos condições de circulação para peões apresenta (apenas 55% das vias).

Tabela 45 – Extensão total da rede pedonal do município de Matosinhos, 2023

Unidade geográfica	Rede total	Rede com passeios	Rede sem passeios ou com passeios com dimensão insuficiente
Matosinhos (município)	582,7 km	417,3 km	165,4 km
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	161,02 km	104,55 km	56,48 km
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	144,64 km	124,37 km	20,27 km
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	153,03 km	84,03 km	68,99 km
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	123,97 km	104,31 km	19,66 km

Fonte: CM Matosinhos, Plano de Mobilidade e Transportes

O PMT propõe também uma rede ciclável hierarquizada, que está em estado bastante mais incipiente de concretização. A rede de ciclovias contava, em 2023, com 20 km, estando prevista a construção de mais 117 km de extensão ciclável.

Corredores BUS e linhas de metro

- Corredores BUS
 - Extensão atual: 1,2 km (2024).
 - Previsão PMD: 19,2 km.
- Linhas de metro:
 - N.º de estações Metro do Porto: 20.
 - Estações com parque de estacionamento automóvel e *park+ride*: 9.
 - Extensão de linhas: 15,7 km.
- Ferrovia (serviço de passageiros):
 - N.º estações Linha de Leixões: 4
 - Extensão de linha: 5 km.

- 51

Figura 26 – Metro do Porto – Linha de S. Mamede de Infesta (Estádio do Mar-IPO)



Fonte: Metro do Porto

Figura 27 –BRT/Metrobus Mercado-Aeroporto



Fonte: Jornal Público

2.8. Domínio H: Qualidade e infraestruturas ambientais

No final deste capítulo dedicado à evolução do contexto pode encontrar-se uma secção referente aos indicadores de seguimento da avaliação ambiental do PDM, cuja leitura é complementar da que aqui se apresenta.

Ruído

A nova versão do Plano de Ação de Redução de Ruído, aprovado no final de 2024, faz uma avaliação da implementação do anterior Plano, em vigor desde 2018. Esse Plano 2018 identificava 11 zonas críticas, carecendo de intervenção prioritária.

A taxa de realização das 21 medidas de mitigação propostas para essas zonas era, em 2024, de 29% (6 das 21 medidas estavam executadas).

O Plano aprovado em 2024 identifica 6 zonas críticas de atuação com alta prioridade (4 em Matosinhos/Leça da Palmeira, 1 em SM Infesta/Senhora da Hora e 1 em Custóias/Leça do Balio/Guifões) e ainda 15 com prioridade média e 2 com prioridade baixa.

Qualidade do ar

Entre 2013 e 2022, verificaram-se melhorias na qualidade do ar, aferidas através de matérias particuladas PM10, nas estações de Custóias e da Senhora da Hora. De uma forma geral, o estado da qualidade do ar é Bom ou Muito Bom em Matosinhos:

Tabela 46 – Índice de qualidade do ar em Matosinhos, 2013-2022

Estação	Índice Qualidade do Ar, 2013	Índice Qualidade do Ar, 2022
Custóias-Matosinhos	Bom	Muito Bom
Meca-Perafita	Bom	Bom
João Gomes Laranjo – Senhora da Hora	Bom	Muito Bom
Leça do Balio - Matosinhos	Bom	Bom
Seara - Matosinhos	Bom	Bom

Fonte: QualAr

Qualidade da água

A **qualidade das massas de água superficiais** em Matosinhos melhorou entre 2015 e 2021. Este indicador traduz a combinação da avaliação do estado/potencial ecológico e do estado químico das massas de água superficiais — naturais e/ou artificiais ou fortemente modificadas — e corresponde ao pior dos dois estados:

Tabela 47 – Qualidade das massas de água superficiais em, 2015-2021

Unidade geográfica	Classificação global das massas de água superficiais	Massas de água superficiais, 2015	Massas de água superficiais, 2021
Matosinhos (município)	Bom e superior	0	1
	Inferior a bom	5	4

Fonte: Massas de água superficiais por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Classificação do estado global; Não periódica - Agência Portuguesa do Ambiente

Tabela 48 – Qualidade das águas balneares, 2015-2021

Unidade geográfica	Classificação global das massas de água superficiais	Águas balneares, 2015	Águas Balneares, 2021
Matosinhos (município)	Excelente	12	15
	Boa	3	0
	Aceitável	1	1
	Má	0	0

Fonte: Águas balneares (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Tipo de água balnear e Classes de qualidade; Anual - Agência Portuguesa do Ambiente

Abastecimento público de água

O fornecimento de **água segura** para consumo humano pelo município de Matosinhos mantém-se ao nível dos valores de referência (>99%):

Tabela 49 – Proporção de água segura em Matosinhos, 2022

Unidade geográfica	Água segura (%), 2011	Água segura (%), 2022	Variação
Matosinhos (município)	99,85	99,65	-0,2 pp
Portugal	98,67	99,97	+0,3 pp

Fonte: ERSAR, Dados e indicadores do ciclo de avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores

Quanto à **água não faturada**, Matosinhos registou um notável progresso (-58,58%) em relação à realidade nacional (-8,18%):

Tabela 50 – Proporção de água não faturada em Matosinhos, 2022

Unidade geográfica	Água não faturada (%), 2011	Água não faturada (%), 2022	Variação
Matosinhos (município)	30,90	12,80	-18,1 pp
Portugal	37,28	34,23	-3,05 pp

Fonte: ERSAR, Dados e indicadores do ciclo de avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores

Por fim, sobre as **perdas reais de água**, Matosinhos demonstrou um excelente desempenho, reduzindo em 69,82% as perdas verificadas enquanto a nível nacional esta tendência de desperdício e ineficiência acentuou-se (+5,93%):

Tabela 51 – Perdas reais de água em Matosinhos, 2022

Unidade geográfica	Perdas reais (L/ramal.dia), 2011	Perdas reais (L/ramal.dia), 2022	Variação
Matosinhos (município)	222	67	-69,82%
Portugal	112,84	119,53	+5,93%

Fonte: ERSAR, Dados e indicadores do ciclo de avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores

Corredores ecológicos

Em 2018, a proporção de **áreas ripícolas existentes** em Matosinhos representava 12% da área municipal, valores superiores face à realidade regional (11,60%) e na Área Metropolitana do Porto (10,76%).

Tabela 52 – Proporção de áreas ripícolas sobre a área total do município, 2018

Unidade geográfica	Áreas ripícolas (%), 2018	Estimativa de superfície (ha), 2018
Matosinhos (município)	12%	794,04

Fonte: DGT, Percentagem de área do município ocupada por corredores húmidos

Relativamente aos **parques e jardins municipais**, contabilizavam-se aproximadamente 232 hectares em Matosinhos. As UF Custóias, Leça do Balio e Guifões (36,5%) e UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo (24,6%) são aquelas que concentram mais espaços verdes para fruição pública. Quando projetados sobre a extensão do município, estes espaços representam 3,7% da área total (232,84 hectares).

Tabela 53 – Área de parques e jardins, 2023

Unidade geográfica	Jardins e parques, 2023
Matosinhos (município)	232,8 ha
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	85,0 ha
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	56,0 ha
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	57,2 ha
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	34,6 ha

Fonte: CM Matosinhos

2.9. Domínio I: Gestão e mitigação de riscos

Acidentes de origem natural

Comparando as ocorrências associadas a episódios de eventos naturais (nomeadamente cheias, galgamentos, quedas e/ou danos em árvores e em infraestruturas) identificadas entre 2017 e 2022, verificou-se um aumento de 118% a nível municipal, com a UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo a registar o maior incremento (+215%), seguida da UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora (+207%), UF Custóias, Leça do Balio e Guifões (+192%) e UF Matosinhos e Leça da Palmeira (+41%).

Tabela 54 – Ocorrências associadas a eventos naturais

Unidade geográfica	2017	2022
Matosinhos (município)	101	220
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	13	38
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	54	76
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	20	43
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	14	43

Fonte: CM Matosinhos

Acidentes de origem antropogénica

Os acidentes de origem antropogénica, aqui quantificados pelos acidentes de viação com vítimas (mortais e não mortais), registaram uma diminuição de 18% em Matosinhos, entre 2017 e 2022. Os acidentes registados nas estradas nacionais foram aqueles que mais diminuíram (-31%), seguidos pelos acidentes em autoestrada (-21%) e restantes vias (-16%).

Tabela 55 – Acidentes de viação

Unidade geográfica	2017	2022
Total	552	455
Autoestradas	75	59
Estradas nacionais	26	18
Restantes vias	451	378

Fonte: INE - Acidentes de viação com vítimas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de acidente e Tipo de via; Anual - Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária

Risco de inundação

A **proporção da impermeabilização nos corredores húmidos** atingia os 26%, valores acima dos registados a nível da Área Metropolitana do Porto (20%) e da Região Norte (10%):

Tabela 56 - Proporção de corredores húmidos com impermeabilização, 2018

Unidade geográfica	Proporção de área de corredores húmidos impermeabilizados, 2018
Matosinhos (município)	26%

Fonte: DGT, Proporção da impermeabilização nos corredores húmidos

No que à **proporção de impermeabilização dos corredores litorais** diz respeito, Matosinhos tinha mais de metade (56%) de áreas impermeabilizadas, face à média de 47,8% da Área Metropolitana do Porto e 40,2% da região Norte:

Tabela 57 - Proporção das áreas litorais com impermeabilização, 2018

Unidade geográfica	Proporção de área de corredores litorais impermeabilizados, 2018
Matosinhos (município)	56%

Fonte: DGT, Proporção da impermeabilização nos corredores litorais

A **extensão da linha de costa em situação de erosão** em Matosinhos era de 4,5 km, valores acima das médias dos municípios costeiros a nível nacional (3,78 km), abaixo dos municípios costeiros da região norte (5,24 km) e dos municípios costeiros da Área Metropolitana do Porto (4,67 km):

Tabela 58 – Extensão da linha de costa em situação de erosão, 2021

Unidade geográfica	Extensão da linha de costa em situação de erosão, 2021
Matosinhos (município)	4,5 km

Fonte: DGT, Extensão da linha de costa em situação de erosão

Extensão de vertentes em situação de instabilidade

Em 2023, as **áreas de instabilidade de vertentes** mapeadas registavam uma extensão total de 30,5 hectares no município, estando concentradas na UF Custóias, Leça do Balio e Guifões (71%), UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo (19%) e UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora (10%).

Tabela 59 – Extensão das áreas de instabilidade de vertentes, 2023

Unidade geográfica	Área de instabilidade de vertentes, 2023
Matosinhos (município)	30,5 ha

Unidade geográfica	Área de instabilidade de vertentes, 2023
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	21,6 ha
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	5,8 ha
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	3,1 ha

Fonte: CM Matosinhos

2.10. Domínio J: Cultura e Património Cultural

Património histórico

Matosinhos conta com uma vasta rede de bens com classificação patrimonial (de nível nacional ou municipal) ou em processo de classificação.

Tabela 60 – Bens patrimoniais históricos e arquitetónicos classificados ou em vias de classificação, 2023

Unidade geográfica	Bens patrimoniais com classificação ou em vias de classificação patrimonial
Matosinhos (município)	42
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	12 (Castro de Guifões; Mosteiro de Leça do Balio; Cruzeiro de Leça do Balio; Ponte do Carro; Ponte de D. Goimil; Casa de Recarei; Quinta de Fafiães; Quinta do Chantre; Complexo Conventual do Mosteiro de Leça do Balio; Casa da Quinta do Gestal; Antiga Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda; Casa do Major - Casa dos Leões)
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	21 (Casa de Santiago; Forte de Leça da Palmeira; Igreja do Bom Jesus de Matosinhos; Quinta da Conceição; Padrão do Bom Jesus de Matosinhos; Edifício da Real Companhia Vinícola (Casa da Arquitetura); Mercado Municipal de Matosinhos; Casa de Chá da Boa Nova; Piscina das Marés; Fábrica de Conservas Pinhais e C.ª Lda; Casa do Ribeirinho; Quatro Casas de Álvaro Siza; Casa Roberto Ivens; Palacete do Godinho; Casa de Eduardo de Sousa Guimarães; Estação de passageiros no porto de Leixões; Ponte de Guifões; Teatro Constantino Nery; Sete casas na rua Brito Capelo; Casa Edmundo Alves Ferreira; Casa João de Souza Maciel - Casa José da Silva Torres)
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	5 (Duas sepulturas abertas na rocha granítica no lugar de Pampelido; Quinta de Santa Cruz do Bispo; Conjunto de tanques cavados nos rochedos da praia de Angeiras; Casa do Moleiro; Casa Galante)
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	4 (Quinta do Dourado - Quinta de Santo António; Casa-Museu Abel Salazar; Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil; Casa Ferreira da Costa - Miranda Santos)

Fonte: CM Matosinhos — Património Histórico, CM Matosinhos — Património Arquitetónico.

Espaços culturais

Matosinhos apresenta uma vasta diversidade de **espaços culturais**: 10 auditórios, 3 bibliotecas, 4 centros culturais, 2 cinemas, 3 galerias de arte, 19 museus, 1 arquivo histórico, 1 incubadora de design, 4 salões polivalentes, 1 cineteatro, 4 salas de teatro. Mais de metade destas unidades localizam-se na UF Matosinhos e Leça da Palmeira.

Tabela 61 – Espaços de atividades culturais, 2023

Unidade geográfica	Espaços culturais, 2023
UF Custóias, Leça do Balio e Guifões	Auditório (4), Salão Polivalente (1)

Unidade geográfica	Espaços culturais, 2023
UF Matosinhos e Leça da Palmeira	Auditório (3), Biblioteca (1), Centro Cultural (3), Cinema (1), Galeria (3), Museu (10), Teatro (3), Arquivo Histórico Municipal (1), Centro de Interpretação Ambiental (1), Incubadora Design (1), Salão Polivalente (1), Cineteatro (1)
UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo	Auditório (2), Biblioteca (1), Museu (5), Teatro (2), Salão Polivalente (1)
UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora	Auditório (1), Biblioteca (1), Centro Cultural (1), Cinema (1), Museu (4), ESAD-IDEA (1), Salão Polivalente (1)

Fonte: CM Matosinhos, Cultura

2.11. Domínio K: Governança

Auscultação e participação pública

Um dos indicadores no domínio da governança que indicia uma cultura incipiente de envolvimento e participação cidadã é a participação na auscultação pública referente aos instrumentos de política de ordenamento e gestão territorial municipal. Os indicadores adotados são o n.º de instrumentos colocados à discussão pública e o n.º de participações de cidadãos ou outros agentes locais, tendo sido registado o seguinte, no período 2020-2024;

- Instrumentos colocados à discussão pública: 7.
- Nível de participação:
 - Plano de Ação de Redução de Ruído. 2 participações na fase de discussão pública.
 - CMHM (2024). 1 participação na fase de discussão pública.
 - 1.ª alteração ao PDM (2023). 7 participações iniciais e 7 participações na fase de discussão pública.
 - 3ª alteração ao Plano de Urbanização de Matosinhos Sul (2022). 2 participações iniciais e 5 participações em discussão pública.
 - Discussão Pública AUDAC 120 (2022). 0 participações.
 - Discussão Pública AUDAC 150 (2021). 0 participações.
 - Discussão Pública AUDAC 148 (2021). 0 participações.

O número total de manifestações, sugestões ou reclamações. foi de apenas 23.

Acresce referir que as participações recebidas focam-se frequentemente no interesse particular, tendo por isso baixo nível de relevância para as questões de interesse público relacionadas com o ordenamento e planeamento do território, pelo que delas não é possível extrair contributos significativos para os processos de planeamento.

Este quadro sugere a necessidade de adotar metodologias mais estimulantes da participação por parte do Município.

Monitorização do PDM e outros instrumentos de política territorial

A prática de disponibilização de elementos de monitorização e avaliação do PDM e de outros instrumentos de política territorial não está implementada de forma sistemática, podendo considerar-se que a conceção do SAM e este REOT são um passo muito significativo. Este indicador (n.º de relatórios de monitorização de instrumentos de política produzidos e divulgados publicamente) deverá manter-se como sinalizador desta boa prática.

Apenas se sinaliza a produção e disponibilização ao Conselho Local de Habitação dos Relatórios Municipais de Habitação (previstos na Lei de Bases de Habitação), referente aos anos de 2021, 2022 e 2023. O de 2024 está em preparação.

Contratos para planeamento

O Regime Jurídico dos IGT prevê (artigos 79.º a 81.º) a realização de contratos para planeamento:

- entre o Município e as entidades competentes pela elaboração de programas de âmbito nacional e regional, precedendo a elaboração, a revisão ou a alteração de planos territoriais de âmbito municipal, definindo as formas e os prazos para adequação dos planos municipais existentes, em relação a planos supervenientes, com os quais devem ser compatíveis.
- entre o Município e quaisquer interessados na elaboração, na revisão ou na alteração de um plano de urbanização ou de um plano de pormenor, sob proposta destes interessados.

No período em análise não foi celebrado qualquer contrato para planeamento em Matosinhos.

2.12. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

No âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assumem particular relevância para o ordenamento do território, nomeadamente aqueles que se relacionam com infraestruturas, mobilidade, habitação, recursos naturais e resiliência ambiental. Neste relatório, é analisada a evolução de indicadores associados aos ODS com impacto direto no território, em particular o ODS 6 – Água Potável e Saneamento, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 13 – Ação Climática, ODS 14 – Proteger a Vida Marinha e ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre. Esta análise permite aferir tendências e desafios no desempenho municipal em domínios essenciais à sustentabilidade e gestão integrada do território.

Abaixo apresenta-se a evolução recente de indicadores selecionados para cada um destes ODS, com base em dados estatísticos oficiais. A leitura conjunta destes dados permite compreender como Matosinhos tem vindo a posicionar-se face aos compromissos da sustentabilidade territorial.

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

O ODS 6 visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos, objetivos centrais para a qualidade de vida urbana e a sustentabilidade ambiental. Em Matosinhos, os indicadores disponíveis revelam níveis elevados de cobertura dos serviços básicos, em linha com os padrões nacionais.

Tabela 62 – ODS 6 – Água Potável e Saneamento

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (%)	100	100	100	100		
Água segura (percentagem de água controlada e de boa qualidade para consumo humano) (%)	100	99.8	99.6	99.6	99.9	
Proporção de alojamentos servidos por drenagem de águas residuais (%)	99	99	99	99		
Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)		99	99			
Proporção da área das massas de água superficiais com estado global "bom e superior" (%)			7.3			7.3
Águas balneares com qualidade excelente (%)	100	93.7	100	93.7	93.7	

Fonte: INE e ODS Local

Matosinhos apresenta um elevado desempenho nos serviços urbanos de água e saneamento, compatível com os objetivos do ODS 6. No entanto, os dados relativos à qualidade ecológica das massas de água apontam para desafios persistentes ao nível da qualidade ambiental dos sistemas hídricos naturais.

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

O ODS 9 procura promover infraestruturas resilientes, a industrialização sustentável e a inovação, dimensões com impacto direto na organização e funcionalidade do território. No contexto local, este objetivo cruza-se com áreas como a conectividade digital, a capacidade de investigação e desenvolvimento, a economia do conhecimento e os investimentos em ambiente urbano.

Tabela 63 – ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Proporção de participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital das câmaras municipais (%)			0		
Investigadoras/es equivalente a tempo integral (ETI) por 1000 habitantes nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento (n.º)	11.3	9.8	14	13.9	14.5
Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento, por habitante [€ (milhares) / hab.]]	0.7	0.84	1	1.1	1.2
Proporção de pessoas coletivas e entidades comparadas constituídas em atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (%)	11.5	14.6	15.3	13.8	9.6

Fonte: INE e ODS Local

Como observado, os dados indicam que Matosinhos tem vindo a reforçar a sua base de inovação, mantendo uma conectividade digital sólida e um nível constante de despesa ambiental. Estes fatores contribuem para uma estrutura territorial mais competitiva, resiliente e sustentável.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 procura tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Este objetivo tem implicações diretas no ordenamento do território, nomeadamente na gestão do solo urbano, habitação, mobilidade, resíduos, património e acesso a equipamentos e espaços verdes.

Tabela 64 – ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€)	1480	1637	1870	2089	2491	
Rácio entre valores de arrendamento de habitação e rendimento (%)	55.2	56.3	55.3			
Imposto Único de Circulação (IUC) (€/1000hab)			24.5	25.9		
Solo Rústico ocupado por tecido edificado (%)				4.5		
Reconstruções concluídas / 100 construções novas concluídas (n.º)	2.6	1.4	1.1		0.9	
Bens imóveis classificados por 10 mil habitantes (nº/hab)	1.1	1.1	1.2	1.6	1.7	
Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)	10	10	10	10		
Despesas do município em património cultural por habitante (€/hab.)	7.1	4.2	5	6.1	5.2	
Proporção de superfície ardida (%)	0.02	0.1	0.05	0.06	0.5	
Habitantes por bombeiro (nº)	709	760	787	747		
Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%)	25	25	24	25	27	
Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro (%)	5	2.4	2.1	2	4.1	
Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)	550	550	548	531	530	
Proporção de Solo Urbano não artificializado (%)				17.7		
Proporção de espaços verdes em Solo Urbano (%)			1.4			1.43
Proporção da área da unidade geográfica ocupada por edificação isolada ou dispersa (%)			0.8			

Fonte: INE, Observatório do Território e Urbanismo e ODS Local

A leitura dos indicadores do ODS 11 revela desafios urbanos relevantes, como a pressão sobre a habitação, escassez de espaços verdes, e tensão entre crescimento urbano e sustentabilidade, mas também progresso na gestão de resíduos e no património edificado. Estes elementos devem ser integrados na estratégia de ordenamento municipal com enfoque em soluções compactas, inclusivas e ambientalmente responsáveis.

ODS 13 – Combate às Mudanças Climáticas

O ODS 13 apela à adoção de medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos, com implicações diretas no planeamento urbano, nos sistemas de mobilidade, no consumo energético e na preservação de estruturas ecológicas. No caso de Matosinhos, esta preocupação materializa-se, entre outras formas, pela adesão ao Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia, reforçando o compromisso local com a neutralidade carbónica e a resiliência territorial.

Tabela 65 – ODS 13 – Combate às Mudanças Climáticas

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Proporção de superfície das áreas classificadas ⁶ (%)	0.5	0.5	0.5	0.5	0
Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/hab.)	1.1	0.89	0.97	1	1.5
Emissão de gases de efeito estufa (kt CO ₂ eq)			1644		
Associados de organizações não governamentais de ambiente por 1000 habitantes	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: INE, APA e ODS Local

⁶ Áreas protegidas e áreas integradas na Rede Natura 2000.

A trajetória dos indicadores locais do ODS 13 evidencia desafios persistentes na descarbonização da mobilidade urbana e na mobilização da sociedade civil para a ação climática. A adesão a iniciativas como o Pacto de Autarcas pode constituir uma base estratégica para reforçar a governança climática e integrar a mitigação e adaptação nas políticas de ordenamento do território.

ODS 14 – Proteger a Vida Marinha

O ODS 14 está associado à gestão sustentável dos ecossistemas aquáticos, à qualidade da água e à redução da poluição marinha, dimensões que, embora menos frequentemente tratadas à escala municipal, estão intimamente ligadas ao ordenamento do território costeiro. Em Matosinhos, este objetivo ganha relevância particular devido à sua frente atlântica e à importância da atividade balnear, pesca e turística. Os indicadores disponíveis refletem o esforço na manutenção da qualidade das águas e no combate à poluição, ainda que algumas fragilidades persistam.

Tabela 66 – ODS 14 – Proteger a Vida Marinha

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Proporção de alojamentos servidos por tratamento de águas residuais (%)		99	99			
Plástico recolhido (t) por 10.000 habitantes	127.9	146	149.5	151.6	152.7	
Proporção de massas de água com bom estado / potencial ecológico (%)			20			20
Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Má" (%)					0	
Proporção de águas balneares costeiras e de transição/estuarinas com qualidade "Excelente" ou "Boa" (%)	100	100	100	100	93.7	

Fonte: INE e ODS Local

Apesar da estabilidade em vários indicadores, a tendência ligeira de degradação na qualidade balnear e a elevada geração de plástico sinalizam desafios ambientais contínuos. Estas dinâmicas devem ser tidas em conta no planeamento costeiro e nas estratégias de ordenamento, incluindo a valorização dos ecossistemas estuarinos e o reforço da economia circular.

ODS 15 – Vida sobre a Terra

O ODS 15 tem como objetivo proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, o que se reflete diretamente na gestão do solo, na prevenção de riscos naturais e na conservação da biodiversidade, domínios com implicações diretas no ordenamento do território.

Tabela 67 – ODS 15 – Vida sobre a Terra

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Proporção de superfície das áreas classificadas (%)	0.5	0.5	0.5	0.5	0	
Proporção de massas de água com bom estado / potencial ecológico (%)			20			20
Sapadores florestais por 10 km ² de área florestal (nº)	0	0	0	0		0
Proporção de superfície ardida (%)	0.02	0.1	0.05	0.06	0.5	
Proporção de espaços naturais no Solo Rústico (%)			20.2			17.59
Despesas dos municípios em proteção da biodiversidade e paisagem por habitante (€/hab.)	10	10	10	10		

Fonte: INE, Observatório do Território e Urbanismo e ODS Local

A evolução dos indicadores ligados ao ODS 15 em Matosinhos revela níveis residuais de proteção formal da natureza e baixa resiliência ecológica, mas também alguma estabilidade na gestão ambiental municipal. O ordenamento do território poderá beneficiar da integração mais explícita de objetivos de conservação ecológica e da valorização do solo rústico enquanto infraestrutura verde.

A evolução dos indicadores associados aos ODS 6, 9, 11, 13, 14 e 15 em Matosinhos evidencia uma realidade territorial complexa, marcada por avanços em domínios como a gestão de resíduos, a inovação tecnológica e o acesso universal a infraestruturas básicas, mas também por desafios persistentes, nomeadamente na pressão sobre o solo urbano, na mobilidade carbónica e na valorização dos espaços verdes. Estes dados reforçam a importância de uma abordagem integrada ao ordenamento do território, que articule sustentabilidade ambiental, coesão social e eficiência urbana. A monitorização contínua dos ODS constitui, assim, um instrumento útil para informar políticas públicas e alinhar estratégias municipais com os compromissos nacionais e internacionais em matéria de desenvolvimento sustentável

2.13. Avaliação ambiental (monitorização ambiental e territorial)

A Declaração Ambiental do PDMM elenca e analisa a forma como as considerações ambientais decorrentes da avaliação ambiental foram integradas no Plano. De uma forma geral, conclui que o processo de revisão do PDMM integrou as recomendações, estimando, do ponto de vista ambiental, efeitos positivos e evolutivos significativos relativamente à situação de referência (com a vigência do PDM anterior).

Não obstante essa conclusão, a Declaração Ambiental define a necessidade de adotar, durante a implementação do Plano, medidas de monitorização da aplicação de algumas daquelas recomendações. Para isso, foi definido um conjunto de indicadores/medidas de avaliação e controlo, em conformidade com o disposto no artigo 11.º do DL n.º 232/2007.

Essa monitorização desenvolve-se a 2 níveis:

- Monitorização Ambiental e Territorial, que incide na evolução das variáveis de estado do território. Nesta secção apresenta-se a leitura desses indicadores.
- Monitorização Estratégica, destinada a avaliar as oportunidades e ameaças, bem como a eficácia das recomendações da AAE. Tratando-se de uma matéria relacionada com a qualidade e funcionalidade do próprio Plano, esta matéria será abordada no capítulo 6 deste REOT.

A tabela apresentada no Anexo A apresenta os valores mais atuais dos indicadores de monitorização ambiental e territorial. Verifica-se que os indicadores propostos compõem um conjunto desequilibrado e, na maioria dos casos, sem consistência metodológica nem validação da viabilidade da sua obtenção em sistemas estatísticos ou a partir de outras fontes, com o detalhe territorial necessário.

Quanto aos indicadores referentes à monitorização estratégica, são abordados na secção 6.3 deste REOT (Cumprimento das recomendações da avaliação ambiental).

3. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E OUTROS REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

O presente capítulo identifica os programas e planos territoriais aplicáveis ao concelho com os quais o PDMM se deve compatibilizar/articular, bem como outros instrumentos de estratégia municipal ou supramunicipal relevantes para o ordenamento do território e, ainda, as principais condicionantes legais ao uso do solo.

Para além da sua enumeração, pretende-se analisar a coerência entre tais instrumentos e o PDMM bem como o potencial que o PDMM apresenta para a materialização das propostas e opções de política dos vários instrumentos em causa.

O PDMM em vigor incorpora e articula as orientações estabelecidas nos seguintes **instrumentos de gestão territorial de âmbito supramunicipal** com incidência no concelho (em conformidade com o artigo 4º do regulamento):

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (publicado em 2007);
- Plano Nacional da Água (publicado em 2016);
- Plano Nacional Marítimo-Portuário (publicado em 2007);
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha-Espinho (publicado em 1999 e alterado em 2007 e 2008);
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça (publicado em 2013 e retificado em 2016);
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (publicado em 2013 e retificado em 2016);
- Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (publicado em 2019);
- Plano Rodoviário Nacional (publicado em 1998 e alterado em 1999 e 2003);
- Programa Nacional das Alterações Climáticas (publicado em 2015).

Após a entrada em vigor do PDMM, os seguintes instrumentos supramunicipais acima referidos sofreram alterações, a saber:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – foi revisto e publicado em 2019;
- Programa Nacional das Alterações Climáticas – revogado pelo Plano Nacional Energia e Clima 2030, que foi publicado em 2020;
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha-Espinho – foi substituído pelo Programa da Orla Costeira de Caminha-Espinho (POC), publicado em 2021;
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça – foi aprovado o 3º ciclo de planeamento em 2023;
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro – foi aprovado o 3º ciclo de planeamento em 2023;

Para além daqueles, foram aprovados os seguintes instrumentos de âmbito supramunicipal:

- Plano de Gestão de Riscos de Inundação - Região Hidrográfica do Cavado, Ave e Leça – publicado em 2024;
- Plano de Gestão de Riscos de Inundação - Região Hidrográfica do Douro – publicado em 2024;
- Programa Nacional de Habitação 2022-2026? – aprovado pela Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro.

Do ponto de vista da compatibilidade entre o PDMM e os planos/programas supramunicipais alterados ou novos, salienta-se o seguinte:

- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Trata-se do instrumento mais abrangente e integrador do sistema de gestão territorial, que define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial bem como o modelo de organização do território nacional. Os seus conteúdos constituem o referencial para a elaboração, alteração ou revisão de todos instrumentos de gestão territorial, incluindo os de âmbito municipal, devendo ser integradas, traduzidas e desenvolvidas nos vários programas e planos, em função da sua dinâmica e tendo em consideração os objetivos, conteúdos e funções de cada tipo de instrumento. Considerando que os PDM são determinantes para a concretização das orientações e diretrizes de organização e funcionamento territorial emanadas do PNPOT, qualquer processo de dinâmica do PDMM, nomeadamente alteração ou revisão, deve ter em consideração as opções do PNPOT, embora não se justificando um procedimento de adequação ao mesmo na medida em que o PDMM é convergente com a globalidade dos princípios subjacentes ao modelo territorial do PNPOT. Reconhece-se que PDMM não respeita a referência orientadora e diretriz nacional do PNPOT n.º 74 que prevê a necessidade de "... restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico. O solo rústico deve tendencialmente limitar-se a acolher as atividades económicas relacionadas com as utilizações que lhe são próprias, seguindo as diretrizes que, para o efeito, estejam contempladas nos Programas Regionais. Por outro lado, as novas construções destinadas a habitação, devem cingir-se ao solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa, (...)". A proposta de PROT-N confirma que será necessário promover a adequação do PDMM a esta norma.
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha-Espinho – O PDMM foi sujeito a uma alteração por adaptação ao POC em 2023, com impacto no regulamento para atualização e compatibilização com o POC, sobre normas que implicavam opções de planeamento, (Aviso n.º 3787/2023 de 20 de fevereiro);
- Planos de Gestão da Região Hidrográfica – o PDMM já incorpora as recomendações e as medidas suplementares do PGRH para o território do concelho;
- Planos de Gestão de Riscos de Inundação Região Hidrográfica – o PDMM já incorpora as recomendações e as medidas suplementares do PGRH para o território do concelho.

Para além dos instrumentos de âmbito supramunicipal, o PDMM assumiu os seguintes **planos territoriais de âmbito municipal**, mantendo-os aplicáveis e prevalecendo sobre as disposições do PDMM:

- Plano de Urbanização para o centro urbano de Perafita;
- Plano de Urbanização de Leça da Palmeira entre a rua Belchior Robles e avenida dos Combatentes da Grande Guerra;
- Plano de Urbanização de Matosinhos Sul;

- Plano de Urbanização de Real de Baixo;
- Plano de Urbanização para o Complexo Desportivo do Mar e sua envolvente;
- Plano de Urbanização da frente urbana da Circunvalação, do IC1 à rua do Alto Viso;
- Plano de Urbanização para o quarteirão definido pela rua Alfredo Cunha, avenida Dom Afonso Henriques e rua da Misericórdia;
- Plano de Pormenor para o terreno entre a avenida dos Combatentes da Grande Guerra e a rua Nogueira Pinto;
- Plano de Pormenor dos Paus;
- Plano de Pormenor da Gist-Brocades;
- Plano de Pormenor para os terrenos adjacentes do entroncamento entre a avenida Salgado Zenha e a rua Joaquim da Silva Cruz;
- Plano de Pormenor de uma zona da rua de Santana;
- Plano de Pormenor para a zona urbana da Quinta de Santo António.

Do conjunto de 13 planos de urbanização e de pormenor identificados, apenas dois sofreram alterações desde a entrada em vigor do PDMM:

- Plano de Urbanização de Matosinhos Sul – alteração da estrutura de qualificação e regime dos espaços verdes; articulação com o Plano de Mobilidade e Transportes; alteração da identificação e regime dos imóveis a salvaguardar; correções e clarificações do regulamento de acordo com a prática da gestão do plano; alteração da qualificação da área do Centro de Excelência para a Investigação da Indústria Automóvel;
- Plano de Urbanização para o Complexo Desportivo do Mar e sua envolvente - revisão das áreas destinadas a equipamentos e a espaços verdes de utilização coletiva face ao nível de execução do plano e dinâmicas de procura; alteração da identificação e regime dos imóveis a salvaguardar; alteração de rede viária prevista; retirada da área de intervenção de uma área objeto de operação de loteamento.

Estas alterações devem-se, em suma, ao reconhecimento da necessidade de adequação dos dois planos de urbanização em causa quer às dinâmicas das respetivas áreas de intervenção, por um lado, quer ao próprio processo de revisão do PDMM que induziu novas abordagens a aspetos transversais como a mobilidade. Embora não se verificassem incompatibilidades entre aqueles planos e o PDM, entendeu-se oportuno ajustar estes planos ao PDMM e não o seu contrário.

Num contexto em que o que se aplica, para efeitos de gestão urbanística, nas áreas abrangidas pelos vários planos de urbanização e de pormenor vigentes, são as normas dos mesmos e não tanto as do PDMM, do ponto de vista da avaliação do PDMM, salienta-se o seguinte:

- O normativo do PDMM é útil à gestão territorial das áreas abrangidas pelos planos territoriais de maior detalhe na medida em que regula matérias em que esses planos são omissos, nomeadamente: i) regime económico-financeiro; ii) normas relativas ao estacionamento de

automóveis e bicicletas; iii) disposições de salvaguarda diversas tais como as relativas à orla costeira, à prevenção de risco associado a estabelecimentos com substâncias perigosas, à proteção do heliporto e salvaguarda arqueológica.

- Face à atualização das regras da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO) que motivaram o encerramento do heliporto do Hospital Pedro Hispano, poderá ser o momento de reavaliar, junto da ANAC, a delimitação da zona de proteção da infraestrutura.
- Quando à heterogeneidade dos normativos dos vários planos territoriais em vigor, não são identificados conflitos relevantes relativamente à gestão do PDMM.

A nível municipal, importa mencionar um instrumento de carácter estratégico que foi aprovado após a entrada em vigor do PDMM e que tem impacto no mesmo: a **Carta Municipal de Habitação** de Matosinhos (CMHM), que é, nos termos da Lei de Bases da Habitação, o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação. A *CMHM: Direito à Habitação e à Cidade* foi aprovada pela Assembleia Municipal em 29 de julho de 2024 e foi elaborada de forma plenamente integrada com o PDM, adotando um modelo territorial assente em três eixos estruturantes: (i) a territorialização das situações de vulnerabilidade habitacional; (ii) a promoção de habitação em centralidade; (iii) a contenção do perímetro urbano. A CMHM contempla as temáticas da habitação e do habitat, encarando de forma integrada a disponibilização e acesso à habitação em condição de amenidades urbanas, de valores sociais e culturais, de vizinhança, entre outros âmbitos físicos e sociais.

A CMH tem uma componente estratégica e programática (isto é, das medidas e dos instrumentos da política local de habitação que serão adotados), articulada com uma componente territorial, traduzindo, no quadro do planeamento e gestão territorial, a política local de habitação, integrando-a com outras políticas com dimensão territorial. No seu conjunto, as duas componentes permitem territorializar a visão prospetiva e quantificada, compatibilizando as políticas municipais de diversa natureza e dando coerência aos diversos instrumentos da política de habitação, a partir de um modelo ancorado em 4 eixos, representados no diagrama e nos cartogramas seguintes:

Figura 28 – Diagrama conceptual da CMHM, enquanto modelo territorial



Fonte: CM Matosinhos, 2024

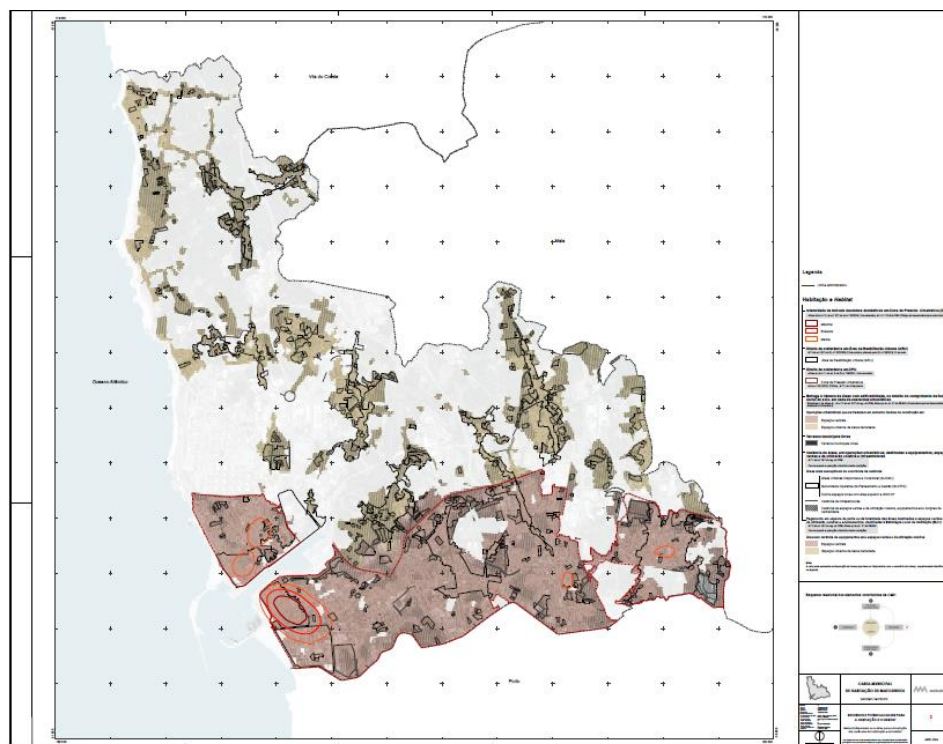
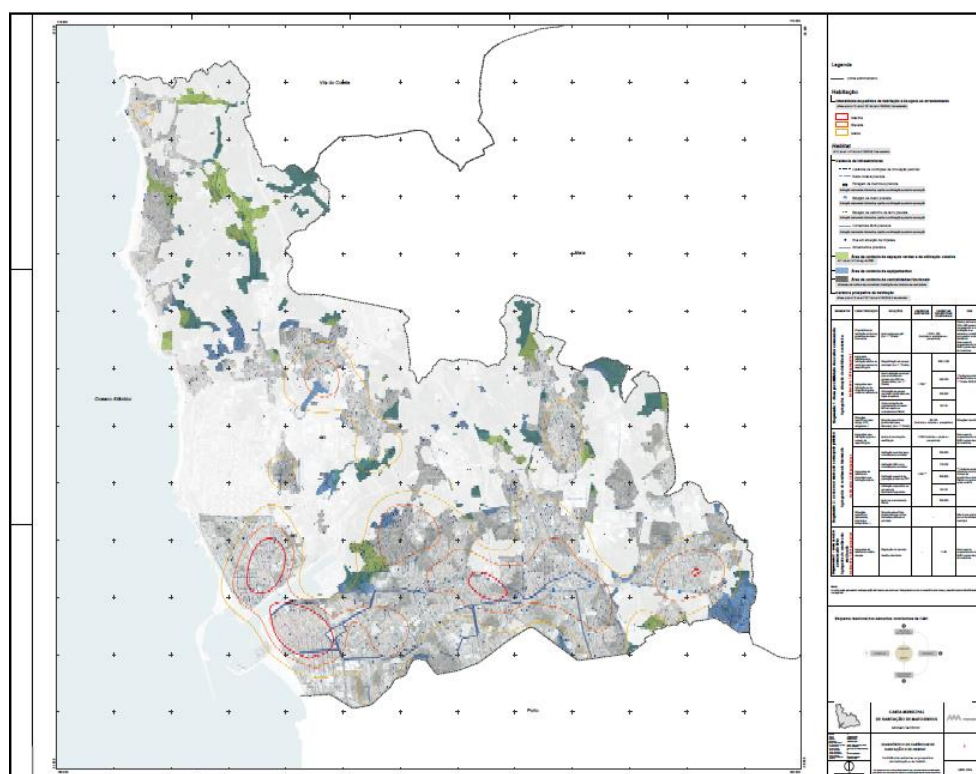
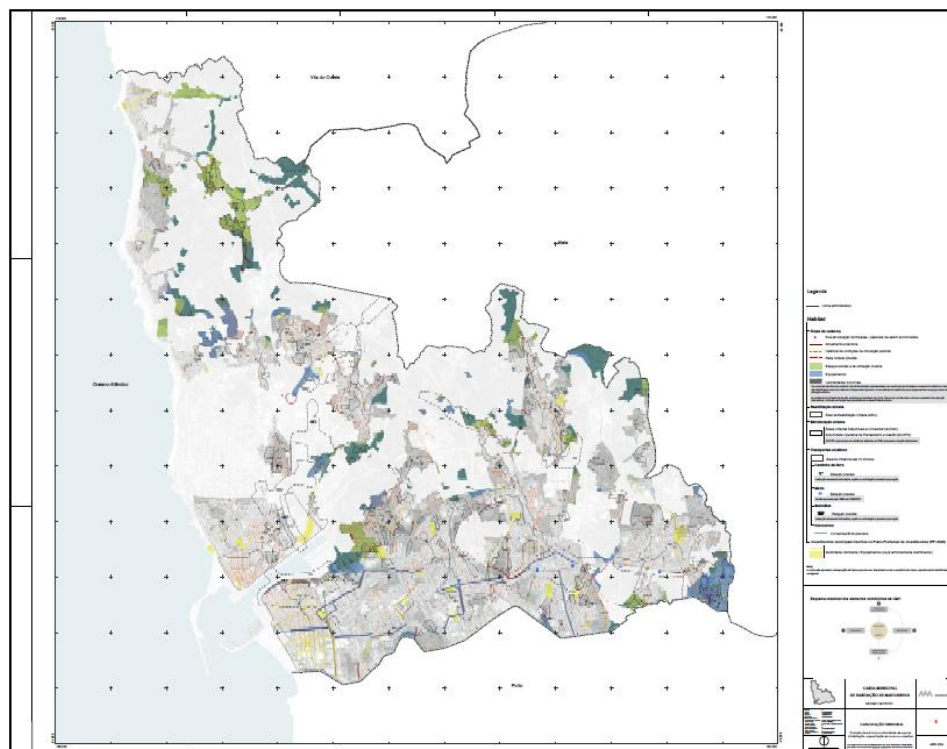
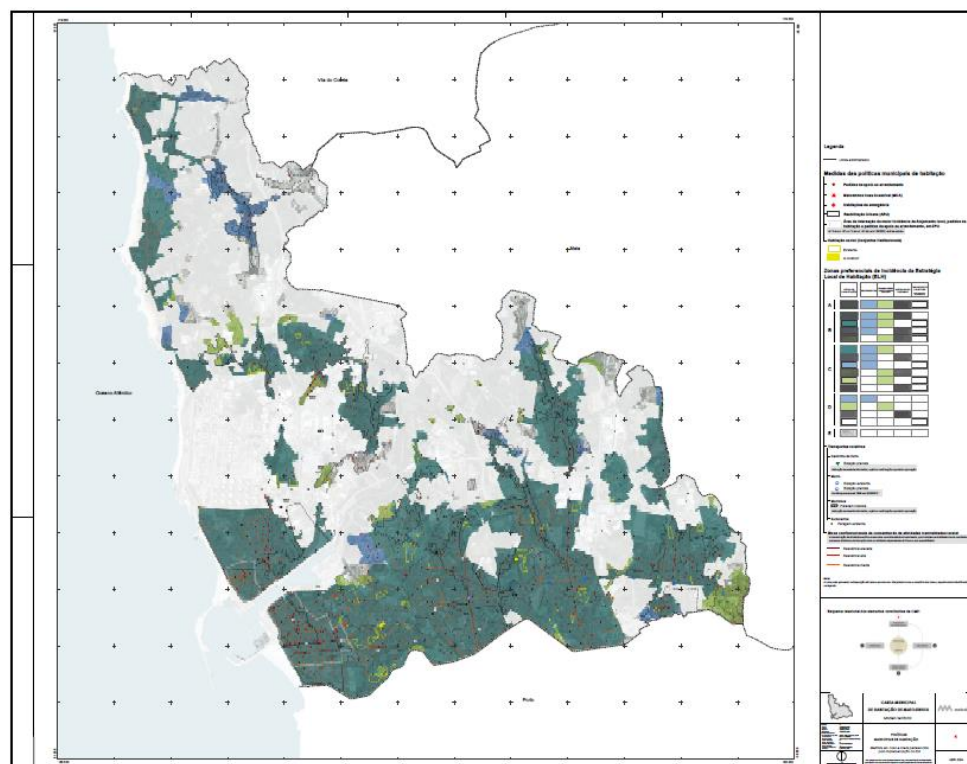


Figura 31 – Capacitação Territorial



Fonte: CM Matosinhos, CMHM 2024

Figura 32 – Políticas Municipais de Habitação



Fonte: CM Matosinhos, CMHM 2024

Combinando a leitura das carências com os recursos, os dois eixos restantes (Políticas de Habitação e Capacitação Territorial) estruturam a proposta territorial da CMHM, cujo plano de ação se organiza da seguinte forma:

Eixo 1 – Reforço da oferta e apoio público à habitação

Eixo 2 – Regulação do mercado da habitação.

Eixo 3 – Capacitação

Atendendo a que o PDMM foi publicado em 2019, a elaboração da CMH de Matosinhos atendeu às respetivas opções e modelo territorial, sendo apenas necessárias algumas atualizações de terminologia no PDM, tal como a especificação dos mecanismos através dos quais a Câmara obtém recursos para implementar as políticas de habitação.

No processo de elaboração da CMH, foi avaliado o contributo do PDMM para as políticas de habitação, concluindo-se que o atual perímetro urbano dispõe de solo suficiente e adequado para o desenvolvimento dessas políticas, de promoção pública ou privada. O modelo territorial do PDMM permite um aumento substancial da área de construção – capaz de absorver um acréscimo de 33% no número de fogos em relação ao existente - e, através do seu regime económico-financeiro, prevê a obtenção de recursos (terrenos e compensações financeiras) para responder à procura de habitação nos diversos segmentos.

Considerando ainda a visão integrada do contexto territorial indissociável da habitação - o habitat, os objetivos e as ações do Programa de Execução do PDMM visam a capacitação territorial do ambiente urbano, atendendo às necessidades de dotação e requalificação de infraestruturas, transportes, equipamentos e espaços verdes.

O regulamento do PDMM estipula que a cedência de áreas para a função social do solo deve ser ponderada pela CMM, avaliando-se a necessidade e o dimensionamento caso a caso, em função da dotação existente na envolvente e da programação territorial (alínea b), do n.º 1, do artigo 29.º). Com a aprovação da CMH - de carácter evolutivo, sujeita a monitorização e atualização constantes - essa decisão passa a ser orientada por este instrumento que identifica as áreas do território com necessidade de capacitação, onde devem ser reforçadas as infraestruturas, os equipamentos ou os espaços verdes.

Assim, da CMH resulta a necessidade de alteração do n.º 2, do artigo 29.º (Áreas de cedência destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva infraestruturas e equipamentos) e o artigo 79.º (Política municipal de habitação) - conforme descrição da dinâmica do regulamento do PDMM.

Outro instrumento de planeamento muito relevante para as opções do PDMM é o **Plano de Mobilidade e Transportes (PMT)**, aprovado em 2017. Este plano propõe a visão territorializada para o sistema de vias e sistemas de transportes que o PDMM adotou: **Mobilidade + Acessível e + Próxima**, visando os seguintes objetivos:

O1. Melhorar as condições de acessibilidade

O1.1 Aproximar as pessoas e as atividades

O1.23 Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e transporte públicos.

O2. Reequilibrar as oportunidades de deslocação pelos diversos modos

O2.1 Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais

O2.2 Criar uma cultura de mobilidade à volta da bicicleta

O2.3 Aumentar a competitividade do Transporte Público

O2.4 Reestruturação do sistema rodoviários

O PMT propõe um pacote de 30 ações (na sua generalidade, adotadas no PDM), que deverão ser concretizadas em 3 setores territoriais distintos:

Setor S1 (secção norte, abrangendo a zona de Lavra e os extremos norte de Custóias, Leça do Balio, Perafita e São Mamede de Infesta), onde se propõem ações que impeçam a proliferação da rarefação da ocupação urbana. Tratando-se de áreas de cariz mais periférico face aos espaços mais urbanizados a sul, é necessário um reforço das centralidades, permitindo a reestruturação do território. A promoção da utilização dos modos ativos nas zonas residenciais dispersas pelo território, nomeadamente da bicicleta, é fundamental.

Setor S2 (território de transição, ocupando uma faixa de orientação nascente-poente), de grande heterogeneidade de padrões de ocupação urbana. Neste caso, o reforço das centralidades atribuirá um papel mais estruturante aos núcleos urbanos aqui presentes, sendo o restante impacto sentido com maior intensidade nas áreas residenciais, em virtude das ações de apoio à utilização dos modos ativos.

Setor S3 (território mais urbanizado do município, na sua faixa a sul, incluindo Matosinhos/Leça da Palmeira e o sul de Senhora da Hora/São Mamede de Infesta), o palco de medidas que promovem a densificação urbana e o reforço da utilização dos modos ativos e do transporte público, enquanto se procura a redução da pressão automóvel sobre a rede viária. A zona central de Matosinhos será também uma área de destaque da estratégia de 'branding' da Cidade Ciclável.

Tabela 68 – Resumo da Estratégia Setorial de Mobilidade e Transporte

Setor	Estratégia
S1	Controlo da expansão urbana
	Reforço das centralidades
	Promoção dos modos ativos nas zonas residenciais
S2	Reforço das centralidades urbanas
	Acalmia de tráfego em zonas residenciais
	Promoção dos modos ativos nas zonas residenciais
S3	Promoção da densificação urbana
	Promoção da utilização dos modos ativos
	Reforço da competitividade do Transporte Público
	Acalmia de tráfego nas zonas residenciais
	Gestão do estacionamento
	<i>Branding</i> da Cidade Ciclável

Fonte: CM Matosinhos - Plano de Mobilidade e Transportes

A proposta inclui a definição de um sistema de monitorização, assente na constituição de um Observatório da Mobilidade de Matosinhos. Este não foi ainda concretizado.

Atualmente está em elaboração o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Matosinhos, que será um referencial mais atualizado para o futuro modelo de mobilidade e transportes.

Por fim, e no que se refere a instrumentos de gestão territorial, importa referir o **PROT Norte**, instrumento que desenvolve o quadro de referência estratégico nacional, que se encontra em fase final de elaboração. De forma geral, considera-se que a estratégia do PDMM está alinhada com as orientações e diretrizes preconizadas pelo PROT. A lei vigente, com a qual o PDM se conforma, garante já o cumprimento substancial dessas diretrizes.

No entanto, no âmbito do acompanhamento da elaboração do PROT, a CM Matosinhos identificou e reportou estratégias propostas pelo programa que considera inadequadas, no que diz respeito à gestão da acessibilidade regional e à exploração das fontes de energia renovável, por serem incompatíveis com o modelo de desenvolvimento territorial pretendido para o concelho, consideradas mesmo desqualificadoras do território. Por esta razão, não serão opção a nível local nem integradas no PDM.

Por outro lado, à escala local, o PROT consagra um conjunto de boas práticas que se traduzem em indicações específicas para a gestão territorial. Reconhece-se, em particular, a necessidade de implementar e desenvolver as seguintes indicações na elaboração e monitorização do PDMM:

- Reforçar o carácter excecional da construção em solo rústico;
- Diminuir a segmentação entre áreas exclusivamente habitacionais e áreas de serviços, de modo a incrementar a integração e inclusão social, reduzindo as marginalidades e periferias, otimizando os fluxos associados e dotando o solo urbano de relevância, progressivamente, igualitária;
- Melhorar as ferramentas de informação geográfica de suporte ao acompanhamento, em tempo real, das dinâmicas urbanísticas, incrementando o conhecimento e apoio à decisão;
- Basear os atos de gestão urbanística municipal, em mapas digitais permanentemente atualizados em aprofundamento da relação entre a gestão urbanística e o acompanhamento da transformação do território decorrente das suas opções, incluindo os compromissos urbanísticos e as transformações do edificado.

Nesse sentido, considera-se necessária a alteração dos artigos 18.º (Regime dos espaços agrícolas) e 24.º (Disposições gerais da edificabilidade em solo urbano) do PDMM.

No que se refere às condicionantes legais que foram identificadas na planta de condicionantes do PDMM, importa descrever a dinâmica de alteração respetiva, porquanto se trata de fatores que condicionam o uso e ocupação do solo.

Para o efeito, apresenta-se na tabela seguinte uma lista da respetiva dinâmica, identificando-se as condicionantes alteradas e as que surgiram desde a entrada em vigor do PDMM.

Tabela 69 – Dinâmica das servidões administrativas e restrições de utilidade pública em Matosinhos

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública				Situação
Recursos naturais	Recursos hídricos	Domínio Público lacustre e fluvial	Leitos e Linhas de Água	Sem alteração
			Margem da Linha de Água - 10m do Limite do Leito	Sem alteração
			Leito de cheia	Sem alteração
		Domínio público marítimo	DPM	Sem alteração
			Área de Jurisdição da APDL	Alterada
	Recursos agrícolas e florestais	Reserva Agrícola Nacional		Sem alteração
		Povoamento de Oliveiras		Sem alteração

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública			Situação			
			Espécies Protegidas (Sobreiro, Azinheira e Azevinho)	Sem alteração		
Património edificado	Monumento nacional e respetiva zona de proteção		Conjunto de Tanques cavados nos rochedos da praia de Angeiras	Sem alteração		
			Mosteiro de Leça do Balio compreendendo a lâmina sepulcral de bronze	Alterada		
			Cruzeiro de Leça do Balio	Alterada		
			Casa de Chá da Boa Nova	Sem alteração		
			Piscina de Marés de Leça da Palmeira	Sem alteração		
	Imóveis de interesse público e respetiva zona de proteção		Ponte do Carro	Sem alteração		
			Ponte D. Goimil	Sem alteração		
			Ponte de Guifões	Sem alteração		
			Castro do Monte Castelo de Guifões	Sem alteração		
			Conjunto de elementos arquitetónicos delineados por Nazoni que ainda existem na Quinta de Santa Cruz do Bispo, nomeadamente a portada principal	Sem alteração		
			Casa de Recarei, incluindo os jardins do séc. XVII e os elementos escultóricos atribuídos a Nicolau Nazoni	Sem alteração		
			Quinta de Fafiães com todo o conjunto de edificações, nomeadamente a casa, a capela e o tanque	Sem alteração		
			Quinta do Chantre com todo o conjunto de edificações, nomeadamente a casa a capela, os chafarizes do terreiro, a janela do jardim e a portada	Sem alteração		
			Forte de Leça da Palmeira	Sem alteração		
			Mercado Municipal de Matosinhos	Sem alteração		
			Igreja do Bom Jesus de Matosinhos	Sem alteração		
			Edifício da Real Companhia Vinícola	Sem alteração		
			Imóveis de interesse municipal e respetiva zona de proteção		Duas sepulturas abertas na rocha granítica, no lugar de Pampelido	Sem alteração
					Complexo Conventual do Mosteiro de Leça do Balio, atual Quinta do Mosteiro	Alterada
					Fábrica de Conservas Pinhais & Cª, Lda	Acrescentada
	Casa Roberto Ivens - Casa da Arquitetura	Acrescentada				
	Casa do Ribeirinho	Acrescentada				
	Quatro Casas do Álvaro Siza	Acrescentada				
	Casa da Quinta do Gestal	Acrescentada				
	Casa do Moleiro	Acrescentada				
	Casa Ferreira da Costa - Miranda Santos	Acrescentada				
	Palacete do Godinho	Acrescentada				
	Casa Galante	Acrescentada				
	Casa de Santiago	Acrescentada				
	Casa de Eduardo de Sousa Guimarães	Acrescentada				
	Antiga Fábrica de Tecidos de Seda Lionesa, Lda.	Acrescentada				
	Bairro da Caixa de Previdência da Indústria Têxtil	Acrescentada				
	Casa do Major ou Casa dos Leões	Acrescentada				
Imóveis em vias de classificação e respetiva zona de proteção		Casa-Museu Abel Salazar	Sem alteração			
		Quatro Casas do Álvaro Siza	Acrescentada			
		Casa de Santiago	Acrescentada			
		Quinta da Conceição	Acrescentada			
		Quinta do Dourado - Quinta de Santo António	Acrescentada			
		Estação de Passageiros no Porto de Leixões	Acrescentada			
Equipamentos		Estabelecimentos prisionais e respetiva zona de proteção		Instalação da Cadeia de Custóias	Sem alteração	
				Instalações da Cadeia de Santa Cruz do Bispo	Sem alteração	
		Defesa nacional e respetiva servidão		Instalações da Refinaria de Petróleos do Porto	Revogada	
				Instalações do Quartel do Viso	Sem alteração	
		Rede elétrica de Serviço Público	Rede Nacional de Transporte e respetiva servidão	Subestação	Sem alteração	
				Linhas da RNT	Sem alteração	
				Linhas da RNT - Subterrâneas	Sem alteração	
				Rede Nacional de Distribuição e	Linhas da RND	Sem alteração

Servições administrativas e restrições de utilidade pública				Situação	
		respetiva servidão			
	Gasodutos e oleodutos	Serviço Público de Distribuição e respetiva servidão	Gasoduto - Ramal Industrial de Leça	Sem alteração	
			Gasoduto (1º Escalão)		
			Ligação Refinaria/Parque de Gás de Perafita	Sem alteração	
			Oleoduto JET A-1 (Ligação Refinaria/ Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Sem alteração	
			Oleoduto de Ligação da Refinaria à Monobóia	Sem alteração	
			Oleodutos da Marginal de Leça da Palmeira	Sem alteração	
			Oleodutos de Ligação da CEPISA ao TPL	Sem alteração	
			Oleodutos de Ligação da CEPISA ao cais nº2 do Porto de Leixões	Sem alteração	
		Militar e respetiva servidão	Oleoduto NATO Leixões - Ovar	Sem alteração	
	Rede Rodoviária Nacional e Estradas Nacionais Desclassificadas	Rede Rodoviária Nacional - Eixos Vias	Rede Nacional Fundamental (Itinerários Principais)	Sem alteração	
			Rede Nacional Complementar (Itinerários Complementares)	Sem alteração	
			Rede Nacional Complementar (Estradas Nacionais)	Sem alteração	
		Estradas Nacionais não incluídas no Plano Rodoviário Nacional	Estradas Nacionais não incluídas no Plano Rodoviário Nacional	Sem alteração	
		Zona "Non Aedificandi"	Sem alteração		
	Rede Ferroviária	Linha ferroviária e respetiva servidão	Linha de Leixões	Sem alteração	
			Linha de Guimarães (antigo traçado)	Sem alteração	
	Aeroportos		Instalações do Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Sem alteração	
			Zona de Servidão Aeronáutica	Sem alteração	
	Telecomunicações		Servidão do Radiofarol VOR do Porto (Zona secundária)	Sem alteração	
	Faróis e outros Sinais Marítimos e respetiva servidão			Farolim de Angeiras Posterior I	Sem alteração
				Farolim de Angeiras Anterior I e II	Sem alteração
				Farolim de Angeiras Posterior II	Sem alteração
				Farol de Leça	Sem alteração
	Infraestruturas Portuárias			Porto Marítimo (Porto de Leixões)	Sem alteração
				Prolongamento do quebra-mar exterior do Porto de Leixões	Sem alteração
	Marcos Geodésicos e respetiva zona de proteção			Sem alteração	
Atividades perigosas	Estabelecimentos com Substâncias Perigosas - Abrangidos pela Diretiva SEVESO	Estabelecimentos de Nível Superior e respetivos limites	CEPSA - Portuguesa Petróleos, S.A. (instalações de Matosinhos)	Sem alteração	
			Fater Portugal Unipessoal, Lda.	Sem alteração	
			Luís Simões Logística Integrada, S.A. (centro de Operações Logística de Leixões	Sem alteração	
			PERGÁS - Armazenamento de Gás, A.C.E. (Parque de Perafita)	Sem alteração	
			Petrogal-Refinaria do Porto (Petróleos de Portugal - Petrogal S.A.)	Sem alteração	
			Terminal Petrolero de Leixões (Petróleos de Portugal - Petrogal S.A.)	Sem alteração	
			Repsol - Instalações de Leixões (Repsol Portuguesa, S.A.)	Sem alteração	
		Estabelecimentos de Nível Inferior e respetivos limites	GASIN - Gases Industriais e Hospitalares	Acrescentada	
	Topografia	Limites administrativos		Limite do Concelho CAOP (Área do Plano)	Sem alteração
Limite de Freguesia CAOP				Alterada	

O património classificado tem sido a condicionante com maior dinamismo. Foram concluídas ou estão em curso 20 novas classificações, elevando o total de imóveis classificados para 42, ou seja, quase duplicando o número de 2019.

4. EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (EFICÁCIA)

O PDMM apresenta uma orgânica de execução complexa e multifacetada. Por um lado, o programa de execução contém um conjunto de ações, que correspondem a intervenções físicas em domínios como espaços verdes, equipamentos, infraestruturas, entre outras. Por outro lado, dispõe de um conjunto de opções programáticas às quais se associam objetivos, metas e concretizações específicas que também importa avaliar de forma individualizada, nomeadamente as unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), as subunidades operativas de planeamento e gestão (SUOPG) e as áreas urbanas disponíveis a consolidar (AUDAC).

Considera-se, ainda, como fazendo parte da execução do PDMM o grau de “preenchimento” do perímetro urbano. Tal opção decorre do facto de a opção de qualificação do solo como urbano ter de ser, por imposição do quadro legal em vigor, obrigatoriamente fundamentada com base nos princípios da necessidade e da sustentabilidade económico-financeira, o que significa que o seu eventual preenchimento total poderá justificar a sua ampliação, assim como o não preenchimento a sua eventual diminuição.

Neste contexto, a monitorização da execução do PDMM que se apresenta nos subcapítulos seguintes incide sobre as suas opções programáticas e de execução, sendo estruturada nas seguintes componentes:

- Ações;
- Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG);
- Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão (SUOPG);
- Áreas Urbanas Disponíveis a Consolidar (AUDAC);
- Execução do perímetro urbano.

4.1. Ações

As ações correspondem a intervenções físicas em domínios tão diversos como espaços verdes, equipamentos, infraestruturas, etc. Estas ações encontram-se caracterizadas no anexo I ao programa de execução do PDMM (PE) e contêm os seguintes descritores:

- Designação;
- Entidades envolvidas (a quase totalidade é da responsabilidade da CMM);
- Estimativa orçamental;
- Prioridade (anos);
- Fontes de financiamento;
- Entidade responsável pelos encargos de conservação;
- Indicadores não financeiros de monitorização (m², km, n.º).

Para além das ações identificadas no anexo ao PE, este refere ainda três projetos transversais:

- Plano de Mobilidade e Logística de Matosinhos
- Estratégia Local de Habitação
- Plano Estratégico de Marketing Turístico para Matosinhos

Destes, apenas a Estratégia Local de Habitação foi concretizada desde a entrada em vigor do PDMM: foi aprovada em 2019 e posteriormente atualizada pela Carta Municipal de Habitação de Matosinhos,

aprovada pela Assembleia Municipal em julho de 2024. Os outros dois planos ainda não foram desenvolvidos.

O PE organiza as ações em cinco vetores estratégicos - qualificação ambiental, indução económica, qualificação urbanística, mobilidade e transportes e governança – associando-os às diferentes finalidades, objetivos estratégicos e objetivos gerais.

O PDM estabelece que integram a sua execução tanto as ações expressamente identificadas no PE como todas aquelas que, embora não previstas, contribuam de modo igual e relevante para a prossecução dos seus objetivos. De facto, em termos operacionais, a programação da execução do PDM é estabelecida pela câmara através da inscrição no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Atividades Municipal (PAM), com decisão em sede das Grandes Opções do Plano Municipal (GOP), para a concretização dos objetivos estratégicos do PDM.

Das 71 ações identificadas no PE, a quase totalidade (96%) é da responsabilidade da CMM, três são da responsabilidade da Administração Central⁷ e uma ação é partilhada entre a CMM e a CM de Vila do Conde.

Nos primeiros quatro anos de vigência do PDM, constata-se que 62% das ações (44) já foram inscritas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Contudo, em 11 dessas ações o montante executado permanece nulo. Em contrapartida, noutras 11, a execução financeira ultrapassa a estimativa orçamental definida no PE-PDM. O exemplo mais expressivo é o Conjunto Habitacional de Custió, cujo nível de execução atingiu 474%.

⁷ A Linha de Metro de São Mamede de Infesta foi prevista pelo Metro do Porto em 2008 e tem um custo previsto de 281.710.000€.

Tabela 70 – Ações do PE-PDMM e respetiva execução

AÇÕES IDENTIFICADAS NO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM (PE-PDM)							EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES IDENTIFICADAS NO PE-PDM INSCRITAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI 2020-2024)									Nível de execução financeira do PE-PDM
Designação das ações	Promotor	Parceiros	Estimativa orçamental	Prioridade de execução			Inscrição PPI	Encerramento	desde o início da ação até 31 dezembro 2024			a partir de 1 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2024				
				3 anos	7 anos	10 ou > anos	ano/ n.º	ano	Montante previsto (€)	Montante executado (€)	Nível de execução financeira do PPI	Montante previsto (€)	Montante executado (€)	Nível de execução financeira do PPI		
(1)	Criar uma rede de caminhos rurais	CMM		2 000 000 €												
	Caminho rural de ligação entre a rua dos Caçadores e a rua do Marreco						2022 12	ativa em 2025	168 977,26	151 329,42	90%	168 977,26	151 329,42	90%		8%
(2)	Promover a autossustentabilidade dos espaços verdes existentes	CMM		848 871 €			?									
	Proteção e valorização da orla costeira	CMM		1 723 798 €			2007 58	ativa em 2025	5 798 167,54	5 798 166,76	100%	3 241 804,05	3 241 803,27	100%		188%
(3)	Melhoria da eficiência energética em edifícios e iluminação pública	CMM		4 500 000 €			2019 11	ativa em 2025	2 082 842,72	1 072 474,45	51%	2 082 842,72	1 072 474,45	51%		24%
	Criação de novos arruamentos na rede local	CMM		27 102 930 €												
	Variante à rua de S. Gens - 5.5;						2021 22	2021	1,88	-	0%	1,88	-	0%		15%
	Ligação da av. Edison Magalhães à escola básica da Cruz de Pau - 4.7						2018 24	2024	2 538 723,69	2 538 723,69	100%	2 538 723,69	2 538 723,69	100%		
	Ligação da A28 à Petrolgal - 3.10						2011 15	2024	1 419 731,04	1 419 730,26	100%	1 419 731,04	1 419 730,26	100%		
	Rotunda da rua Silva Aroso (junto à Lassen) - Perafita						2015 25	2024	4 189,74	522,75	12%	3 666,99	-	0%		
	Ligação rua Joaquim Neves dos Santos à rua S. João						2014 01	2024	27 934,35	27 934,35	100%	27 934,35	27 934,35	100%		
	Criação de novos atravessamentos e ligações à rede supralocal	CMM	Ad. Central	14 200 000 €												
	Ligação entre a Barranha e a Cruz de Pau - 4.1						2008 57	ativa em 2025	4 886 690,48	2 278 914,06	47%	3 825 704,47	1 217 928,05	32%		9%
	Desvio do tráfego de atravessamento metropolitano	Ad. Central	CMM	0,00 € (*)												
	Planos Especiais de Estacionamento	CMM		120 000 €			Não inscrita									
(4)	Criação de uma rede ciclável destinada à mobilidade diária	CMM		24 920 000 €			Não inscrita									
	Criação da ciclovia do Corredor Verde do Leça	CMM		10 000 000 €			2015 37	ativa em 2025	12 733 608,49	12 530 796,61	98%	12 442 420,74	12 239 608,86	98%		122%
	Criação de uma rede de pontos de estacionamento para bicicletas	CMM		270 000 €			Não inscrita									
	Melhoria das condições de circulação pedonal	CMM		14 469 500 €												5%
	Ruas de Tourais e Monte Castelo - Guilhões						2020 30	ativa em 2025	676 200,43	1 352 399,29	200%	676 200,43	676 199,65	100%		9%
	Rua Gonçalves Zarco						2020 32	ativa em 2025	1 252 497,05	425 012,38	34%	1 252 497,05	406 246,21	32%		
	Arruamentos de Matosinhos Sul						2020 13	ativa em 2025	1 563 041,12	212 665,08	14%	1 563 041,12	212 665,08	14%		
(5)	Arruamentos de Matosinhos Norte						2018 25	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%		
	Criação de zonas de vizinhança - "O meu bairro / A minha rua"	CMM		7 600 000 €			Não inscrita									
	Melhoria da rede de interfaces	CMM		4 300 000 €			Não inscrita									
	Intervenção nos corredores E_O de elevada frequência	CMM		470 000 €			Não inscrita									
	Intervenção em paragens (dos corredores E_O de elevada frequência)	CMM		140 000 €			Não inscrita									
	Enquadramento paisagístico das áreas adjacentes à rede rodoviária nacional	CMM		1 000 000 €			Não inscrita									
	Infraestruturas ferroviárias															
(6)	Linha de Leixões	Ad. Central		0,00 € (*)			2024 20	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%		
	Linha de Metro de São Mamede Infesta	Ad. Central		0,00 € (*)												
	Recuperar os corredores ecológicos das linhas de água															
	Ribeiro/as	CMM	APA	2 274 985 €												
	Ribeira da Riguinha						2023 30	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%		0%
	Bacia hidrográfica da envolvente da rua Gonçalves Zarco						2023 47	ativa em 2025	23 383,48	-	0%	23 383,48	-	0%		
	Linhas de água						2024 10	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%		
	Rio Leça	CMM	APA	2 138 734 €			Não inscrita									
	Rio Onda	CMM	APA	200 665 €			Não inscrita									
	Promover uma rede deespaços verdes para fruição dos corredores fluviais															
	Parque da Paz	CMM		500 000 €			Não inscrita									
	Parque de S. Brás - 2ª fase	CMM		2 000 000 €			2008 40	2022	2 890 591,17	2 864 068,99	99%	102 659,32	76 137,14	74%		4%
	Parque do Monte Castelo	CMM		333 037 €			Não inscrita									
	Parque intermunicipal de Angeiras	CMM CMVIA Conde	APA	1 817 484 €			Não inscrita									
	Equipamentos culturais															
	Infraestruturas de apoio aos peregrinos do Caminho de Santiago	CMM	TPNP	582 000 €			2020 18	2021	1 613 828,39	17 382,82	1%	1 613 828,39	17 382,82	1%		3%
(7)	Trabalhos arqueológicos Mosteiro de Bouças e Castro de Guilhões	CMM		2 360 000 €			2007 15	ativa em 2025	2 290 462,73	2 290 462,73	100%	379 024,13	379 024,13	100%		16%
(8)	Museu Cais da Língua e das Migrações	CMM		6 337 744 €			2016 15	ativa em 2025	494 617,04	385 038,69	78%	157 671,35	48 093,00	31%		1%
	Auditório do Centro Cívico	CMM		6 000 000 €			2008 29	2021	1 358 896,69	1 358 895,75	100%	0,94	-	0%		0%
	Equipamentos desportivos															
	Campo de futebol de Gatões	CMM		350 000 €			Não inscrita									
	Campo de futebol da Junqueira	CMM		500 000 €			2016 07	2022	0,84	-	0%	0,84	-	0%		0%
	Zona desportiva do Estádio do Mar	CMM		1 500 000 €			2016 14	ativa em 2025	2 043 899,09	2 040 668,06	100%	1 949 885,98	1 946 654,95	100%		130%
	Pavilhão Desportivo Nascente	CMM		1 000 000 €			Não inscrita									

Tabela 71 – Ações do PE-PDMM e respetiva execução (continuação)

AÇÕES IDENTIFICADAS NO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM (PE-PDM)							EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES IDENTIFICADAS NO PE-PDM INSCRITAS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI 2020-2024)									Nível de execução financeira do PE-PDM
Designação das ações	Promotor	Parceiros	Estimativa orçamental	Prioridade de execução			Inscrição PPI	Encerramento	desde o início da ação até 31 dezembro 2024			a partir de 1 de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2024				
				3 anos	7 anos	10 ou > anos			ano/ n.º	ano	Montante previsto (€)	Montante executado (€)	Nível de execução financeira do PPI	Montante previsto (€)	Montante executado (€)	
Equipamentos escolares																
	EB da Agudela	CMM		2 600 000 €				2015 36	ativa em 2025	3 757 046,11	3 756 794,27	100%	3 644 873,02	3 644 621,18	100%	140%
	ES da Boa Nova	CMM		6 400 000 €				2016 24	ativa em 2025	9 072 276,02	9 065 133,00	100%	8 838 726,00	8 831 582,98	100%	138%
	EB do Godinho	CMM		1 000 000 €				2019 16	ativa em 2025	36 351,69	24 546,94	68%	36 351,69	24 546,94	68%	2%
	EB da Barranha	CMM		3 600 000 €				2012 19	ativa em 2025	350 836,68	326 833,79	93%	145 533,54	121 530,65	84%	3%
(9)	EB da Amieira 1	CMM		1 000 000 €				2013 01	2022	110 620,81	110 578,80	100%	57 094,01	57 052,00	100%	6%
(9)	EB da Amieira 2	CMM		?				2021 01	ativa em 2025	74 498,05	2 396,73	3%	74 498,05	2 396,73	3%	6%
	ES Abel Salazar	CMM		5 000 000 €				2016 25	ativa em 2025	9 499 696,23	9 483 322,65	100%	9 376 619,15	9 360 245,57	100%	187%
Equipamentos de saúde																
	Unidade de Cuidados Continuados	CMM	Ad. Central	2 500 000 €				2014 13	ativa em 2025	2 348 718,27	2 342 390,91	100%	6 327,36	-	0%	0%
Equipamentos de segurança e proteção civil																
	Quartel de Manhufe	CMM		2 000 000 €				Não inscrita								
Reabilitar o Património Habitacional Municipal																
	CH da Biquinha 3.ª fase	CMM		1 000 000 €				2018 06	ativa em 2025	999 206,24	992 966,96	99%	999 206,24	992 966,96	99%	99%
	CH da Biquinha - Antigo	CMM		3 000 000 €				2018 07	ativa em 2025	2 358 843,96	2 358 843,18	100%	2 326 700,48	2 326 699,70	100%	78%
	CH de Carcavelos	CMM		3 400 000 €				2018 08	ativa em 2025	4 509 646,06	4 502 237,06	100%	4 509 646,06	4 502 237,06	100%	132%
	CH do Seixo 1ª Fase	CMM		2 600 000 €				2018 05	ativa em 2025	2 571 218,26	2 571 217,48	100%	2 571 218,26	2 571 217,48	100%	99%
	CH de Custóias - Antigo (ex Igaphe)	CMM		1 850 000 €				2018 09	ativa em 2025	2 745 441,32	2 354 468,87	86%	2 745 441,32	2 354 468,87	86%	127%
	CH de São Gens	CMM		800 000 €				2021 08	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%	0%
	CH do Seixo 2ª Fase	CMM		6 000 000 €				2021 10	ativa em 2025	3 712 047,41	2 436 344,18	66%	3 712 047,41	2 436 344,18	66%	41%
	CH de Moalde	CMM		250 000 €				2018 04	ativa em 2025	517 331,95	517 331,17	100%	517 331,95	517 331,17	100%	207%
	CH da Guarda Antigo	CMM		1 500 000 €				2018 20	ativa em 2025	1 530 919,17	1 474 461,61	96%	1 530 919,17	1 474 461,61	96%	98%
	CH de Gatões	CMM		2 000 000 €				2021 16	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%	0%
	CH de Custiô	CMM		1 000 000 €				2021 14	ativa em 2025	6 241 199,29	4 741 842,98	76%	6 241 199,29	4 741 842,98	76%	474%
	CH de Recarei	CMM		1 000 000 €				2021 02	ativa em 2025	3 031 120,30	2 569 860,93	85%	3 031 120,30	2 569 860,93	85%	257%
	CH da Cruz de Pau Austrálias	CMM		500 000 €				2021 05	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%	0%
	CH de São Tiago de Custóias	CMM		400 000 €				2021 07	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%	0%
	CH das Farrapas	CMM		450 000 €				2021 17	ativa em 2025	60 406,23	60 405,45	100%	60 406,23	60 405,45	100%	13%
	CH do Telheiro	CMM		400 000 €				2021 15	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%	0%
	CH do Padrão da Légua	CMM		400 000 €				2021 06	ativa em 2025	0,78	-	0%	0,78	-	0%	0%
Promover uma rede de espaços exteriores de fruição urbana																
	Praça central de Perafita	CMM		574 854 €				Não inscrita								
	Praça de Angeiras	CMM		800 001 €				Não inscrita								
	Parque Monte Espinho	CMM		1 726 175 €				Não inscrita								
(10)	Mata das Ribeiras (Parque das Ribeiras)	CMM		2 513 132 €				2020 07	ativa em 2025	380 112,14	380 111,36	100%	380 112,14	380 111,36	100%	15%
	Jardim da área desportiva de Perafita	CMM		411 446 €				Não inscrita								
	Largo do Castelo	CMM		608 475 €				2015 34	ativa em 2025	74 465,73	67 860,35	91%	65 991,03	59 385,65	90%	10%
	Ligação do Parque das Austrálias ao Soneto Ecológico	CMM		500 000 €				Não inscrita								
	Parque Eng. Pinto de Oliveira	CMM		732 410 €				Não inscrita								
	Campo de Santana	CMM		2 500 000 €				2008 54	2022	6 798,26	6 795,75	100%	2,51	-	0%	0%
	Parque do Seixo	CMM		250 000 €				2016 26	ativa em 2025	230 573,08	230 572,30	100%	230 573,08	230 572,30	100%	92%
	Parque da Pedreira de S. Gens	CMM		3 000 000 €				Não inscrita								
	Frente da avenida Dr. Antunes Guimarães	CMM		4 000 000 €				Não inscrita								
TOTAIS				209 826 241 €						98 087 666	87 142 503	89%	84 571 946	72 931 817	86%	35%

(1) Extensão total da potencial rede: 54.061 m lineares; Extensão do caminho: 700 m lineares (1,3% do total)

(2) Não foi possível avaliar a execução desta ação. As intervenções realizadas nos espaços verdes existentes podem ter promovido a autossustentabilidade - não foi ainda possível obter essa informação.

(3) Nos PPI a ação apenas contempla iluminação pública

(4) Não se conseguiram identificar ações nos PPI (nota: as ações da mobilidade estimadas no Programa de Execução são as do PMT)

(5) Conde Alto Mearim, do Godinho, 1.º de Dezembro, de Gago Coutinho e de Tomás Ribeiro e áreas envolventes

(6) Ativação de 4 estações/apadeiros para serviços de passageiros - investimento da Administração Central (?)

(7) Património e museus (Castro de Guifões e outros) classificação económica: 070101 (terrenos) Centro interpretativo do Castro de Guifões e trabalhos arqueológicos

(8) Nos PPI aparecem várias designações Núcleo Museológico: Cais da Língua e das Migrações / Museu da Língua, do Mar e da Indústria Conservira

(9) Nos PPI aparecem duas ações com a designação EB da Amieira - o montante previsto no PPI para qualquer uma das ações é muito inferior à estimativa orçamental do PE-PDM. Por essa razão se apresentam as duas.

(10) Em 2020, é lançada no PPI a ação "Parque das Ribeiras". É provável que a designada "Mata da Ribeiras", do PE, corresponda a essa ação do PPI. Contudo, a mata proposta durante a revisão do PDM dizia respeito a um extenso espaço privado, adjacente à A41 e com uma área equivalente à soma da Quinta da Conceição e da Quinta de Santiago. Daí a estimativa orçamental de 2,5 M€, valor significativamente superior ao previsto para o Parque das Ribeiras.

O quadro de intervenções estabelecido no PDMM e a respetiva estimativa financeira encontram-se em permanente atualização, devido à sua dinâmica de execução, às alterações e ajustamentos de políticas e prioridades e às condições e custos de investimento.

Deve-se considerar que algumas das 71 ações identificadas no PE se desdobram em ações mais específicas. É o caso da mobilidade, em que 3 ações de carácter mais genérico se desagregam em ações mais específicas: 87 ações relativas à “Criação de novos arruamentos na rede local”; 13 ações referentes à “Criação de novos atravessamentos e ligações à rede supralocal” e 15 ações para “Melhoria das condições de circulação pedonal”. Estas ações da mobilidade, desagregadas, encontram-se detalhadas no anexo 9 ao 1B- Relatório do PDM (Rede viária – intervenções propostas).

Também as ações “Criar uma rede de caminhos rurais” e “Recuperar os corredores ecológicos das linhas de água” vão sendo inscritas no PPI com multiplicação de ações. Por esse motivo, faz pouco sentido comparar o número de ações, devendo-se, em vez disso, comparar os valores estimados.

Relativamente à ação “Criar uma rede de caminhos rurais”, importa salientar que, embora o nível de execução financeira atinja já 8% do orçamento estimado no PE-PDM, a dimensão física da intervenção realizada permanece bastante reduzida. Com efeito, os cerca de 700 metros lineares de caminho executado correspondem a apenas 1,3% do potencial total da rede, estimado em aproximadamente 54.061 metros.

Este desfasamento entre o investimento já realizado e a extensão efetivamente intervencionada sugere a necessidade de uma reflexão e constitui um importante indicador para ajustar o planeamento, assegurando que a rede de caminhos rurais cumpra a sua função de rede estruturante e de ordenamento da acessibilidade do espaço rústico.

Em conclusão, dos cerca de 200 M€ estimados no PE-PDM para a concretização das ações nele identificadas, e sem prejuízo de outras que prossigam igualmente os objetivos do Plano, em quatro anos foi executado 35% do orçamento estimado, (despesa realizada em 62% das ações inscritas em PPI). Isto significa que, em termos de execução financeira, a dinâmica já ultrapassou um terço do total previsto.

Se não forem contabilizados os montantes executados das ações que ultrapassaram a estimativa orçamental definida no PE-PDM, o nível de execução do Plano fica limitado a 26%. No entanto, como já referido, é fundamental considerar também a execução de outras ações que igualmente contribuíram para o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Nessa perspetiva, o nível de execução do Plano, relativamente às ações georreferenciáveis, atinge 47%. Acrescentando ainda a execução das ações não georreferenciáveis, o Plano registou uma taxa global de execução de 57% face ao previsto no PE-PDM, o que constitui um resultado bastante expressivo.

Como estabelecido, foi analisada a execução não só das ações previstas no PE, com inscrição no PPI, que são 44, mas também as que constam do PPI mas que não foram previstas no PE, as quais materializam igualmente os objetivos do PDM e que, de certa forma, constituem uma atualização e desenvolvimento, e em alguns casos, uma revisão, do PE.

De acordo com dados do final de 2024, as ações do PDM em conjunto com as do PPI, na sua versão “desdobrada” (com as ações desagregadas) totalizavam 346 das quais 188 estavam previstas no PE-PDM. Este acréscimo significativo de número de ações (mais 158 ações, da ordem dos 84%) tem que ver com as dinâmicas próprias da gestão territorial e com as opções de política municipal que se traduzem em intervenções físicas. Estas, por sua vez, são ajustadas em função de incentivos financeiros, bem como em função do desenvolvimento de estudos técnicos e projetos.

Este acréscimo era expectável, pois a maioria das ações incluídas no PE do PDM, já constava, à época, do Plano Plurianual de Investimentos ou tinha a sua inclusão decidida. Além disso, como já explicado, o PDMM estabelece que a programação da execução não se esgota no Programa de Execução, sendo definida progressivamente pela CMM, no âmbito das Grandes Opções do Plano Municipal, através de novas ações que igualmente concretizam os objetivos do PDMM. Tanto o

número de ações como o montante estimado para a sua execução não podiam, de modo algum, abranger o horizonte temporal do plano.

Assim, entre 2020-2024, constaram do PPI cerca de 206 ações (das quais, apenas 48 estavam previstas no PDM, 23%) e é com base nestas que se apresenta um balanço da execução financeira do PDMM.

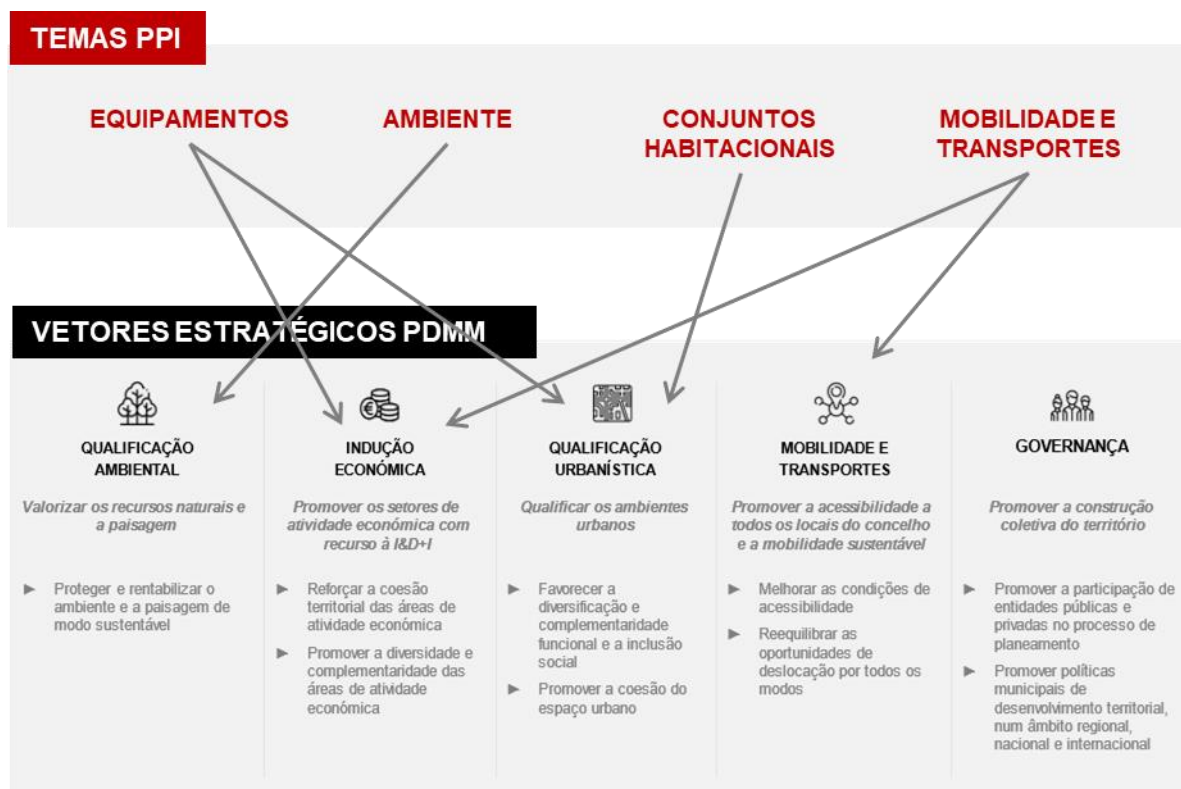
Por outro lado, importa salientar que a avaliação da execução em apreço é de natureza financeira, ou seja, resulta da diferencial entre o valor de despesa previsto, a partir de 2020 (com atualização de 2024), para cada ação e o valor de despesa realizado desde 2020 até à data (neste caso, no final de 2024). A este respeito, destaca-se, ainda, que para que se possa comparar os montantes ao longo do tempo, foram desconsiderados os valores respeitantes à inflação

Por fim, aos aspetos de enquadramento atrás referidos, importa salientar que os dados de execução das ações tratados no presente capítulo abrangem 5 anos, de 2020 a 2024.

O investimento total previsto no PDMM para a concretização das respetivas ações (77 desagregadas em 188) é de aproximadamente 210 M€. No final de 2024, o investimento previsto, a partir de 2020, relativo às 206 ações inscritas em PPI (48 do PDM) atinge cerca de 275 M€, já tendo sido executados cerca de 155 M€, pouco mais de metade desta (55%).

A monitorização do PPI organiza as intervenções em 4 áreas temáticas distintas – equipamentos, conjuntos habitacionais, ambiente, e mobilidade e transportes – sendo estas não totalmente coincidentes com os vetores estratégicos do PDMM (veja-se capítulo 1). A figura seguinte procura traduzir essa correspondência.

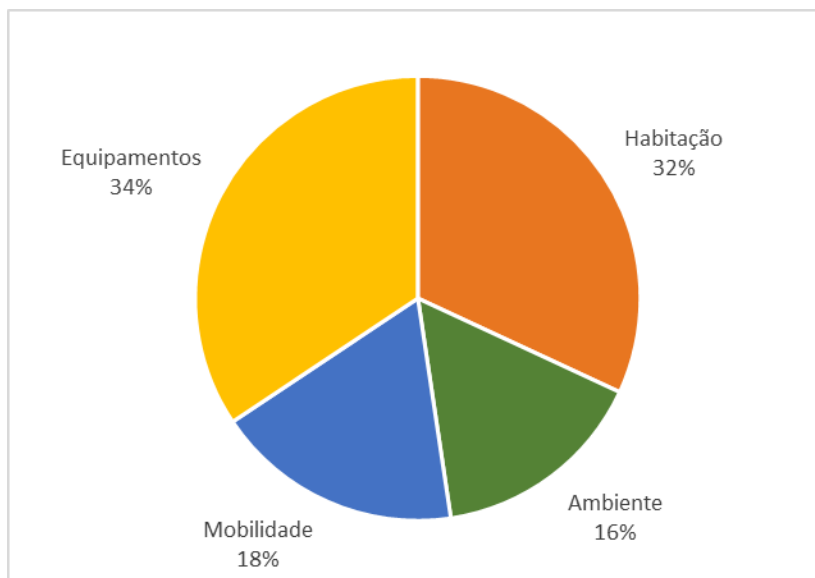
Figura 33 – Relação entre vetores estratégicos do PDMM e áreas temáticas do PPI



Para manter a coerência com os dados de base relativos aos investimentos municipais e de modo a permitir a sua futura atualização, a análise considera as 4 temáticas do PPI.

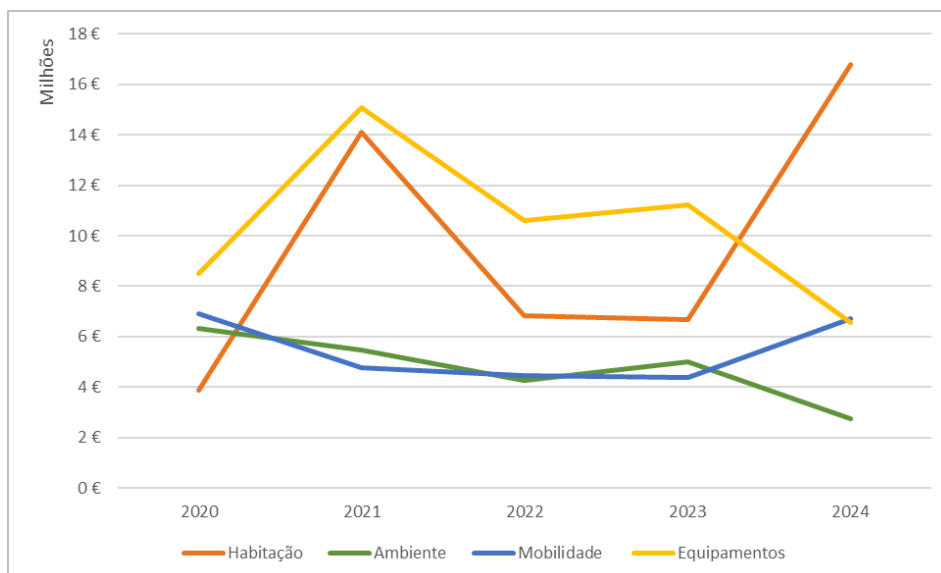
Da análise de execução financeira por área temática, resulta que cerca de 66% do investimento tem sido direcionado, com igual peso, para os domínios da habitação e dos equipamentos, enquanto a mobilidade e o ambiente absorveram, em partes iguais, os restantes 34%.

Figura 34 – Investimento global por área temática



Ao longo do intervalo temporal em análise, têm sido as ações no domínio dos equipamentos que mais investimento têm absorvido, exceto no último ano, onde a habitação superou todas as restantes temáticas, com cerca de metade do total do investimento. O ano de 2021 foi aquele em que o volume de investimento em ações foi maior, com cerca de 40 milhões de euros.

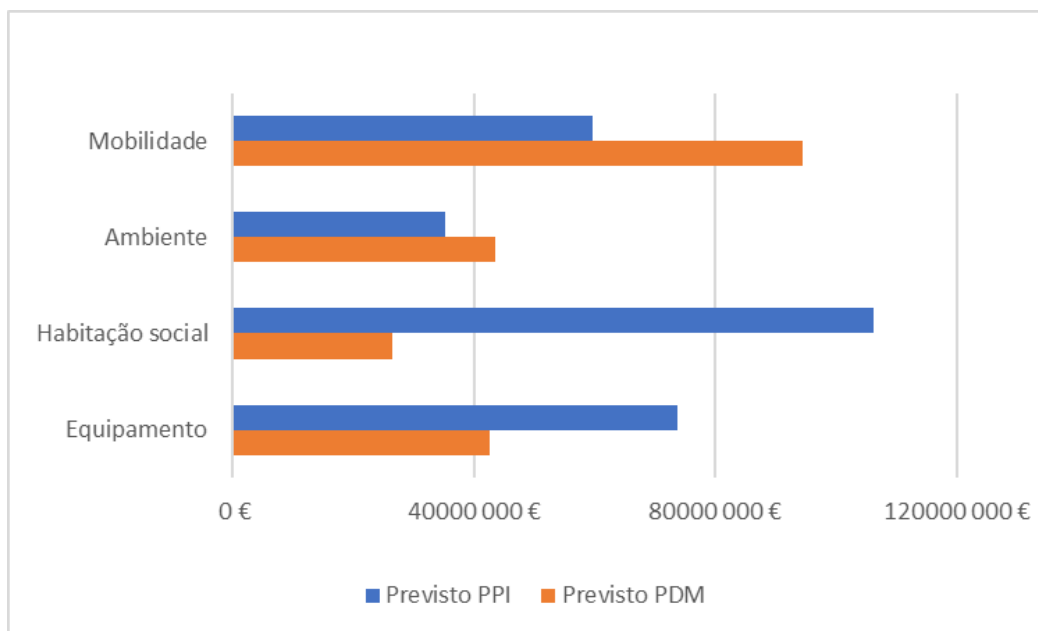
Figura 35 – Evolução da execução financeira anual por área temática



Quando comparados os montantes previstos para as ações previstas no PE do PDMM e as que integram o PPI, por área temática, verifica-se que nas duas áreas mais significativas, equipamentos e habitação, o ajustamento da lista de ações a concretizar em sede de PPI tem resultado num aumento

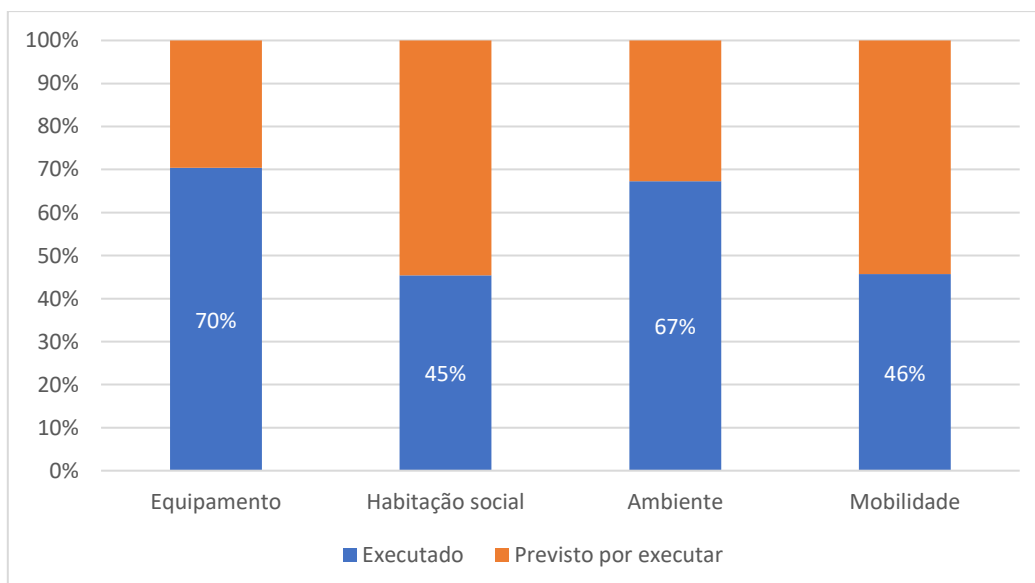
substantial do volume de investimento previsto, enquanto acontece o oposto nos domínios da mobilidade e ambiente, ainda que com diferenças pouco significativas neste último.

Figura 36 – Diferença entre estimativas de investimento no PDMM e PPI, por área temática



Dos montantes previstos em PPI, as áreas temáticas com maior grau de execução relativo são o ambiente e os equipamentos, com 67% e 70% respetivamente. O grau de execução financeira global é de 55%.

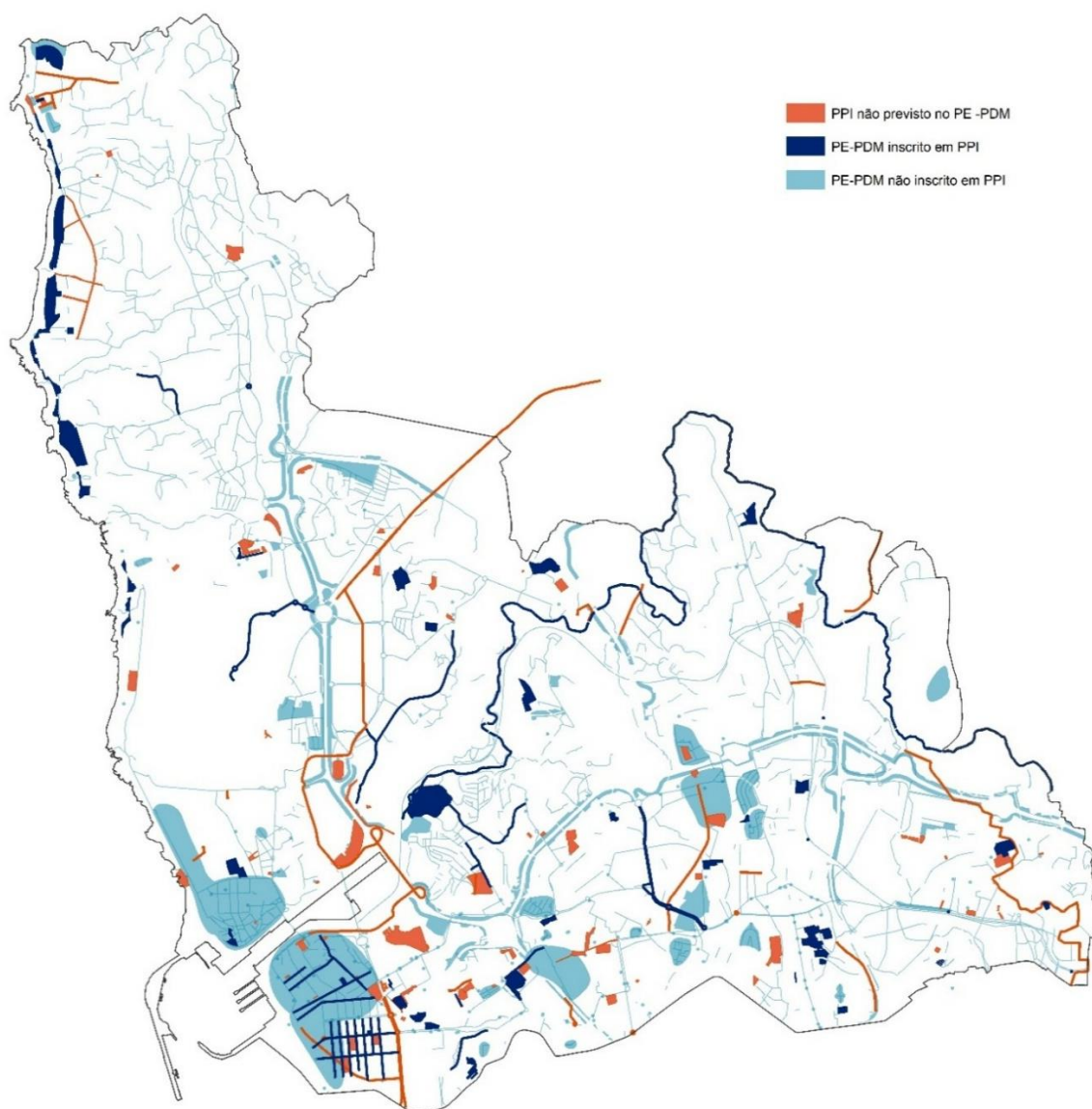
Figura 37 – Execução global do investimento previsto no PPI, por área temática



Na figura seguinte é apresentada a localização territorial das ações passíveis de representação geográfica, incluindo aquelas que constavam do PE-PDM e do PPI (entre 2020 e 2024). A azul-escuro estão assinaladas as ações previstas no PE-PDM que foram integradas no PPI, a azul-claro, as ações que não foram inscritas no PPI, e a laranja, as que foram adicionadas pelo PPI. Do total de ações do

PPI em análise, cerca de 52 correspondem a conjuntos de intervenções não identificadas individualmente – razão pela qual não foi possível georreferenciá-las - enquanto 154 abrangem um território identificável, seja um edifício, uma via ou uma área do solo. Estas últimas são as que se encontram apresentadas na figura seguinte, a azul-escuro e a laranja.

Figura 38 - Distribuição territorial das ações previstas em PPI



Ao analisar o conjunto total das 206 ações do PPI, sejam georreferenciáveis ou não, observa-se que cerca de um terço já está concluído ou em fase final de execução, enquanto outro terço encontra-se em andamento — a maioria com nível de execução inferior a 50%. A temática que apresenta pior desempenho, em termos de execução financeira, é a mobilidade, enquanto as demais demonstram níveis de execução relativamente aproximados.

Figura 39 – Grau de execução financeira das ações, global e por área temática

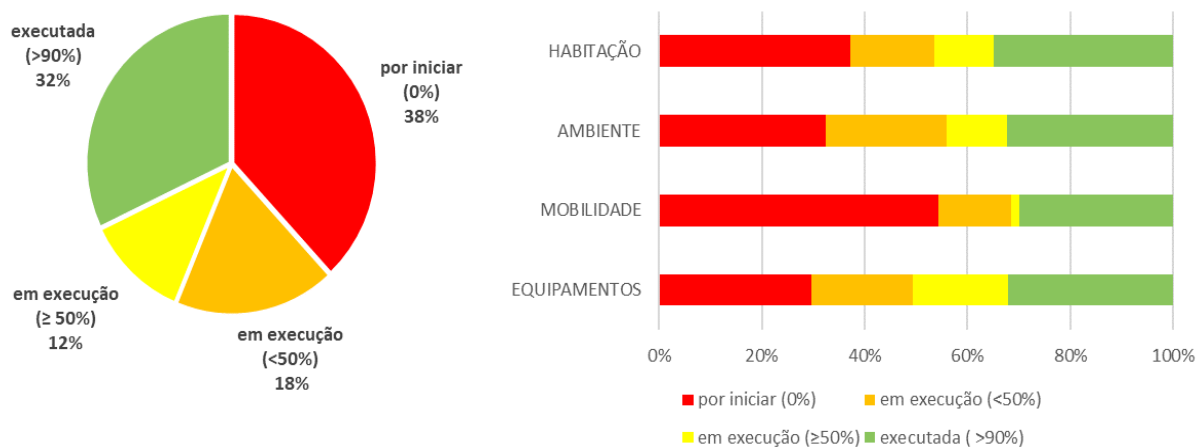


Figura 40 – Grau de execução financeira das ações, previstas no PE-PDM e aditadas pelo PPI

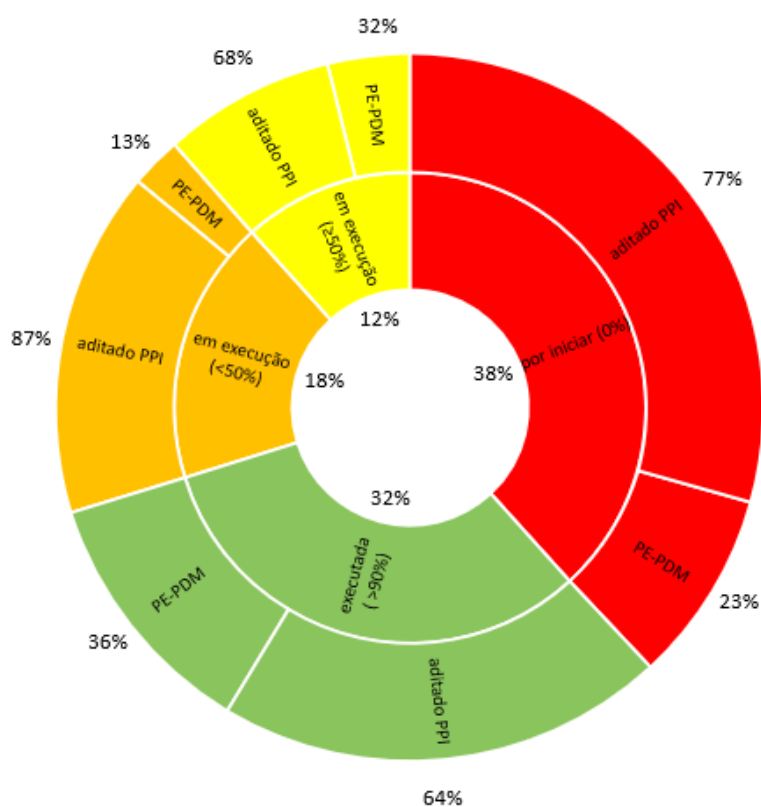
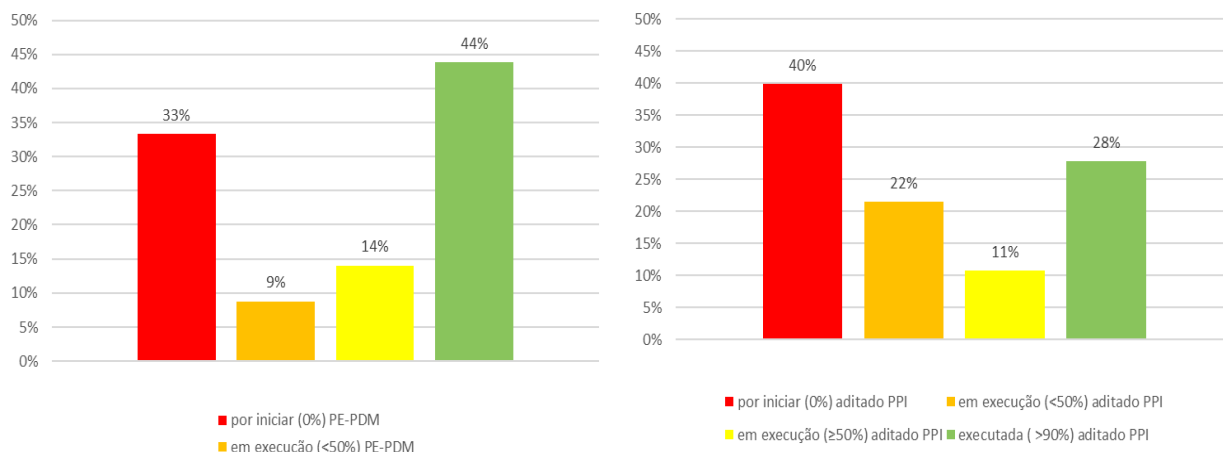


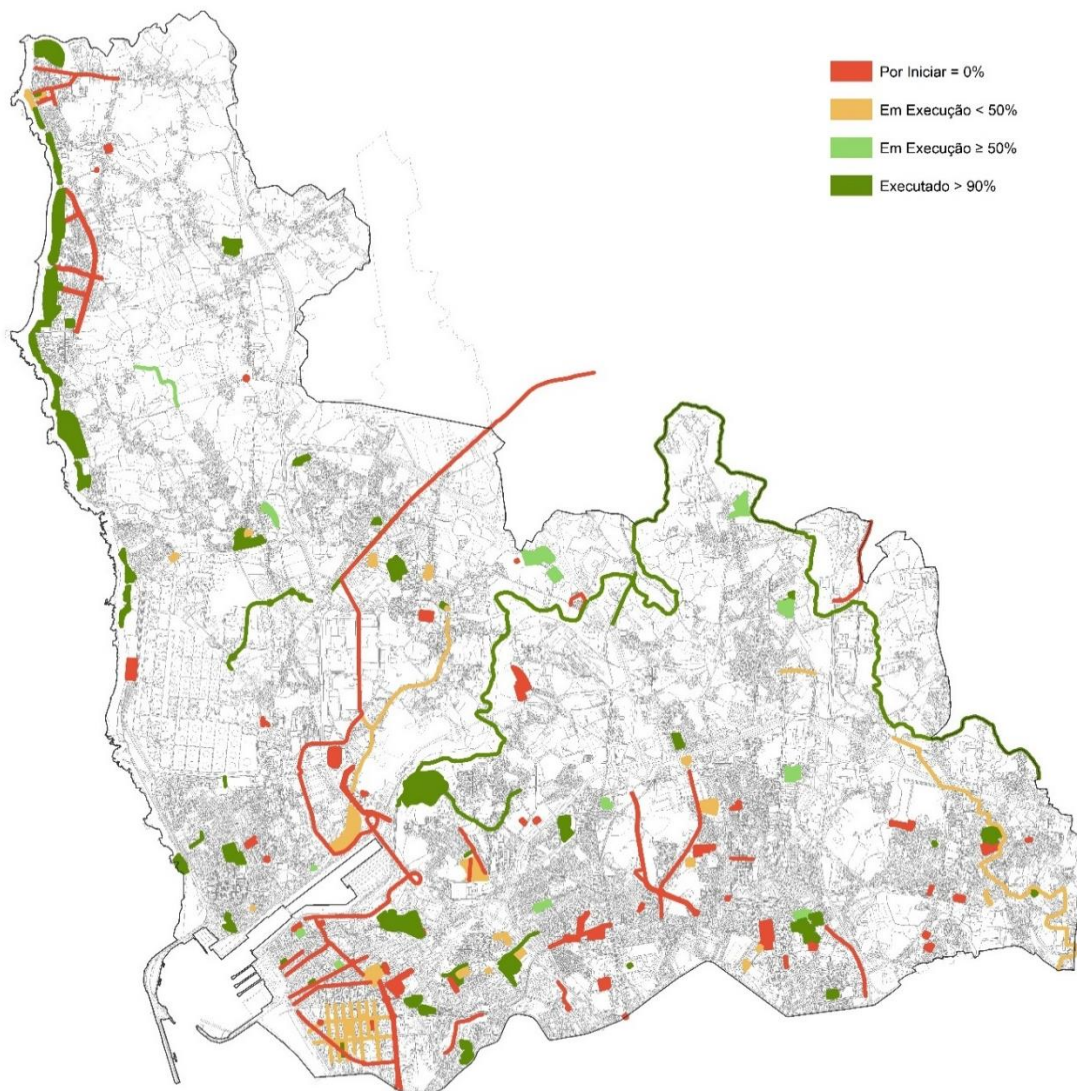
Figura 41 – Execução das ações previstas no PE-PDM (inscritas no PPI) e aditadas pelo PPI



Entre as ações originalmente do PE e as que foram, entretanto, adicionadas ao PPI, regista-se que as primeiras apresentam um nível de execução superior (44%). Com efeito, as ações sem qualquer execução provenientes do PDM são apenas 33% enquanto as aditadas representam 40%. Por outro lado, encontram-se totalmente executadas 44% das ações provenientes do PDM, enquanto as restantes representam apenas 28% do seu conjunto.

A figura seguinte traduz a distribuição territorial das ações cuja localização espacial pôde ser representada, com o respetivo grau de execução financeira.

Figura 42 – Grau de execução financeira das ações inscritas no PPI (2020-2024)



4.2. Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Uma unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG) constitui uma porção contínua de território, delimitada em plano territorial para efeitos de programação da execução do plano ou da realização de operações urbanísticas.

A sua delimitação é acompanhada do estabelecimento dos respetivos objetivos e enquadram as opções dos planos de urbanização e planos de pormenor a desenvolver bem como a realização de operações urbanísticas e outras ações municipais no âmbito da gestão do território.

O PDMM optou por cobrir todo o território do concelho com UOPG, definindo 6 UOPG. A cada UOPG estão associados dois ou três Projetos Territoriais, que servem de referência tanto para a ação do

município como para a dos privados e que se caracterizam por um conjunto de objetivos gerais que detalham e especificam o conteúdo programático das respetivas UOPG.

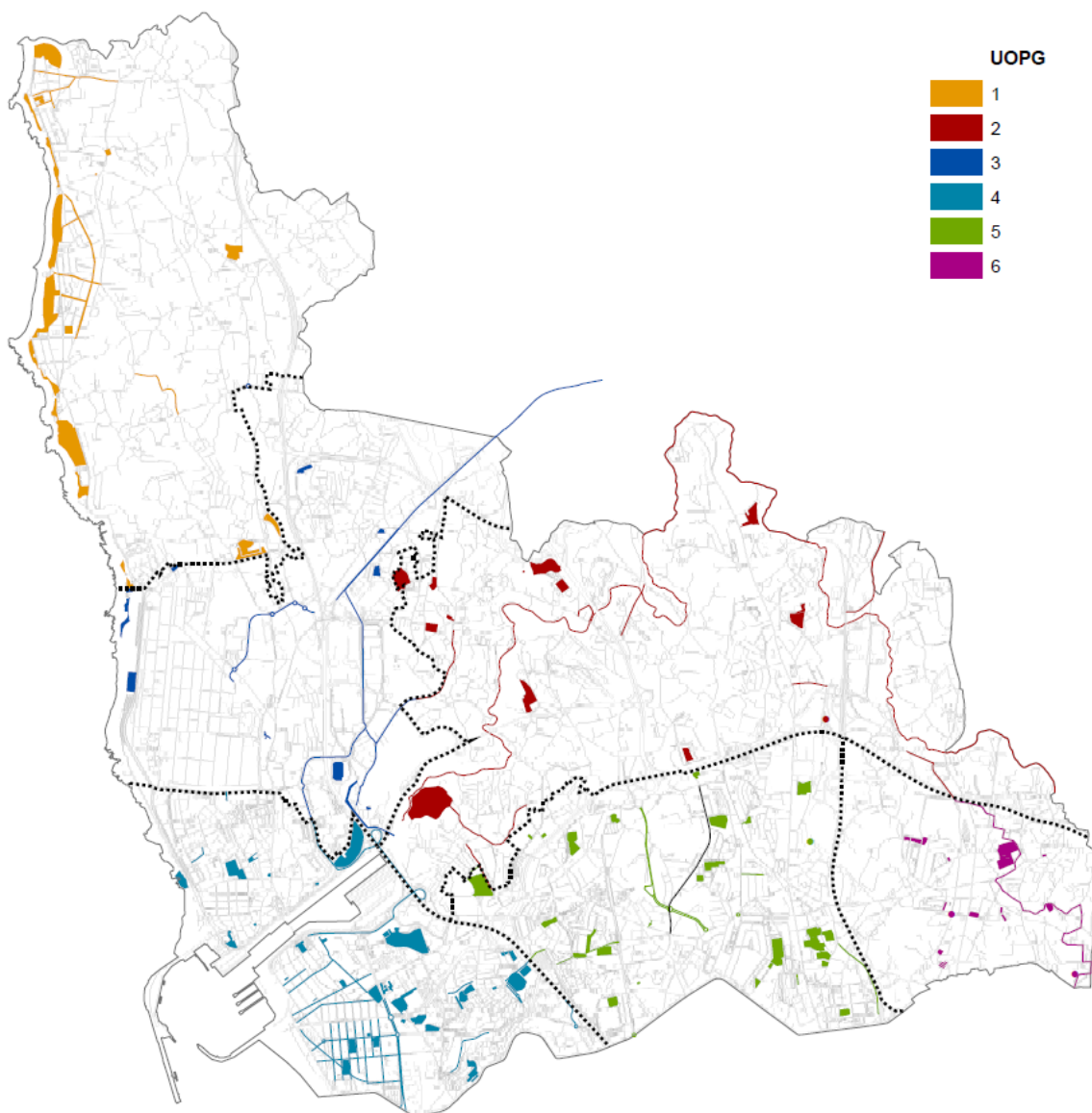
Tabela 72 – UOPG e respetivos projetos territoriais

UOPG	Projetos territoriais
UOPG 1	Parque rural de Lavra e Perafita Faixa Atlântica Norte O disperso mais perto 1
UOPG 2	Parque do Vale do Leça O disperso mais perto 2
UOPG 3	Faixa Atlântica Areias Altas Polo Económico do Freixieiro Coesão Urbana 3
UOPG 4	Cidade Atlântica Coesão Urbana 4
UOPG 5	Cidade nova Coesão Urbana 5
UOPG 6	Cidade Nascente Arco Verde de São Mamede Coesão Urbana 6

As UOPG encontram-se representadas na planta de ordenamento – programação do solo e regulamentadas no artigo 80º. Por outro lado, de acordo com o anexo 3 do PE, a cada UOPG está associado um conjunto de ações (a que se refere o capítulo anterior).

A distribuição territorial das ações que concretizam as UOPG encontra-se representada na figura seguinte, evidenciando uma distribuição não uniforme pelas 6 UOPG, englobando 168 incidências - das 154 ações georreferenciadas (uma vez que algumas ações abrangem mais do que uma UOPG). Na presente análise não são consideradas as ações cuja localização geográfica não pôde ser representada.

Figura 43 - Distribuição territorial das ações inscritas no PPI (2020-2024), por UOPG

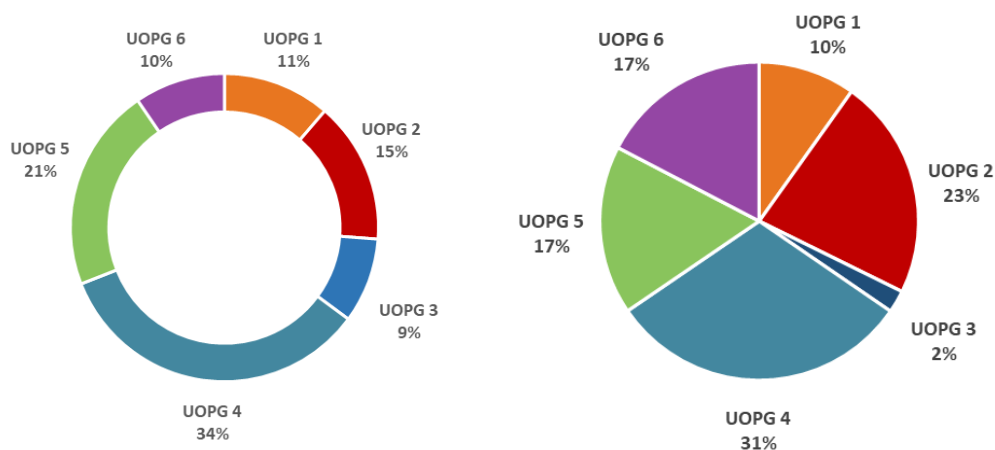


As ações têm áreas de abrangência muito distintas, como se pode verificar no mapa anterior, assim como o número de projetos por UOPG é também bastante variável: a UOPG 3 tem 15 ações enquanto a UOPG 4 tem 57.

Como se pode observar no gráfico seguinte (à esquerda), a UOPG 4 concentra cerca de um terço das ações e em conjunto com a UOPG 5, abarcam mais de metade das ações, num total de cerca de 93 ações. As UOPG 3 e 6, por sua vez, são as que apresentam um menor número de ações, 15 e 16, respetivamente. Quando comparada a distribuição do número de ações com o valor orçamentado, verifica-se alguma desproporionalidade, desde logo nas UOPG 2, 3 e 6.

O valor global de investimento previsto em PPI para as 154 ações associadas às UOPG é de cerca de 187 M€, tendo já sido executado 53% (cerca de 99 M€).

Figura 44 – N.º de ações e valor de investimento previsto no PPI (2020-2024) por UOPG



Quando analisado o investimento executado por UOPG, verifica-se que em três UOPG o valor executado é superior a 60% do orçamentado: a UOPG 2 com 83% de execução, a UOPG 1 com 70% de execução e a UOPG 6 com 62%. À exceção da UOPG 3, que tem um valor de investimento reduzido e muito reduzida execução global, salienta-se que as UOPG com valores mais baixos de execução são também aquelas com maior número de ações previstas.

Figura 45 - Execução financeira das ações por UOPG

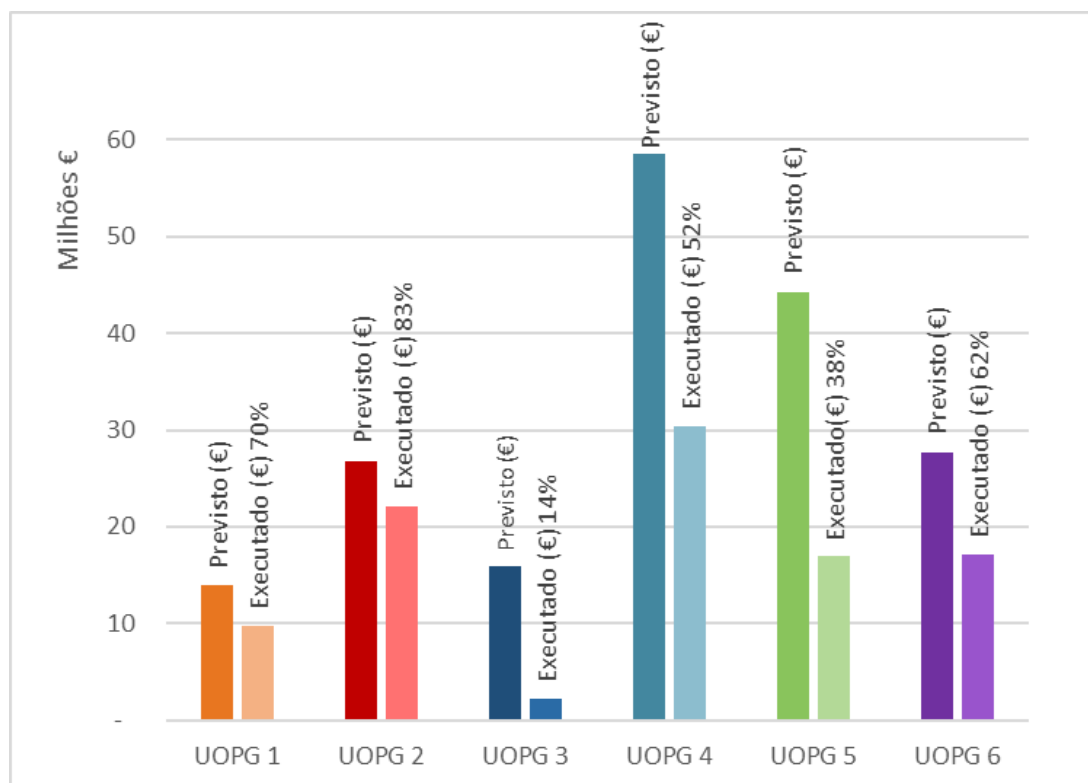
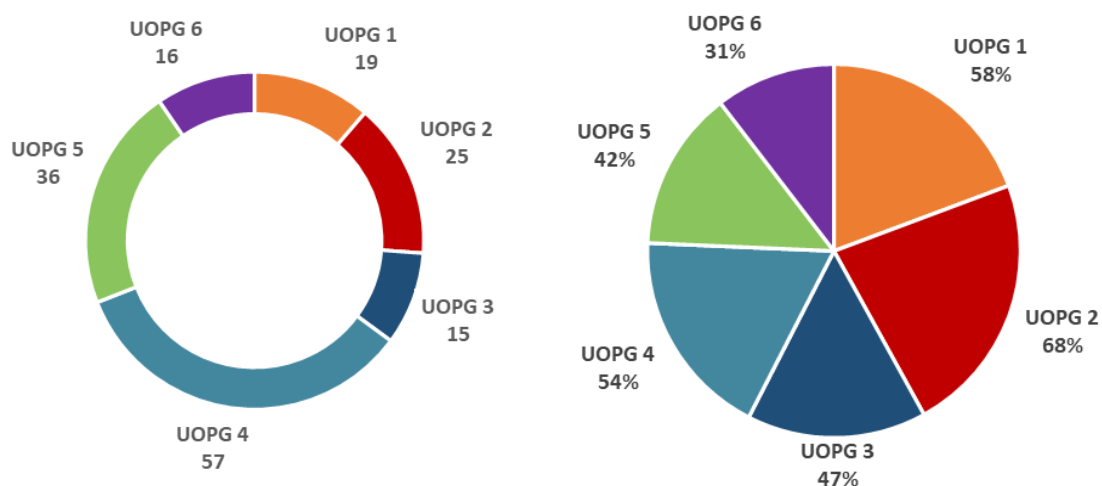


Figura 46 - N.º de ações e ações inscritas no PPI e % das ações executadas/em execução (2020-2024), por UOPG

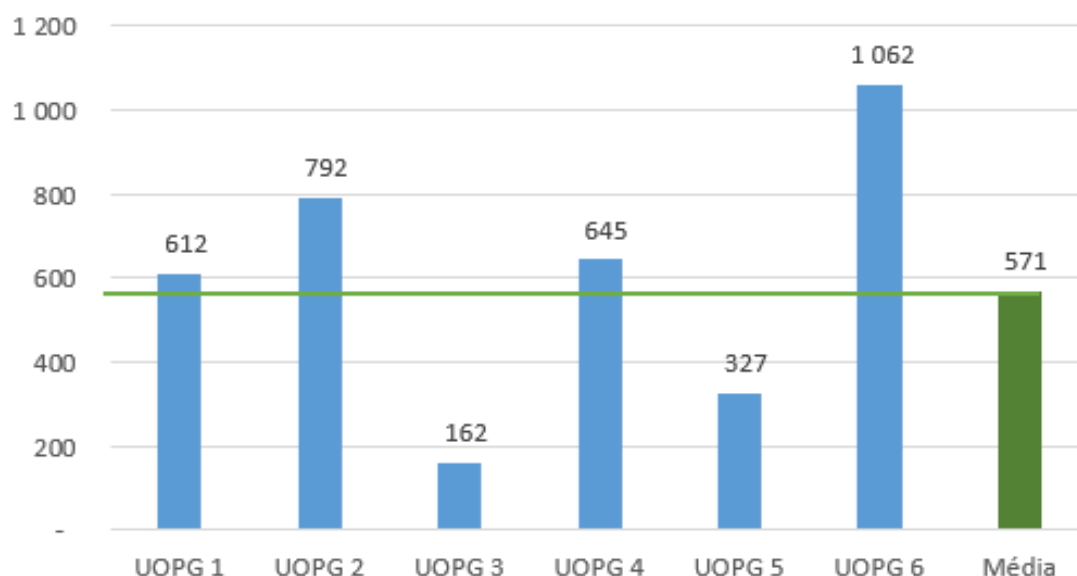


Considerando a análise relativa ao grau de execução das ações a que se refere o subcapítulo anterior, quando feita a mesma análise, mas por UOPG, verifica-se que a UOPG 2 é a que se encontra mais adiantada com 83% da despesa realizada e 68% das ações em curso ou executadas. A UOPG 4 é a que inclui mais ações (57), no entanto o nível de execução da despesa fica pelos 52% e a percentagem de ações executadas ou em curso pelos 54%. A UOPG 6 destaca-se por apresentar a menor percentagem de ações iniciadas ou concluídas (31%).

Tabela 73— Montante executado por habitante, em cada UOPG

UOPG	N.º de residentes (aproximado)	% do total de residentes	Investimento (€)	Investimento por residente (€)
1	15 822	9%	9 690 461	612
2	27 940	16%	22 165 779	793
3	13 841	8%	2 240 483	162
4	47 170	27%	30 407 102	645
5	51 688	30%	16 918 019	327
6	16 096	9%	17 088 691	1 062
Total	172 557	100%	98 510 536	571

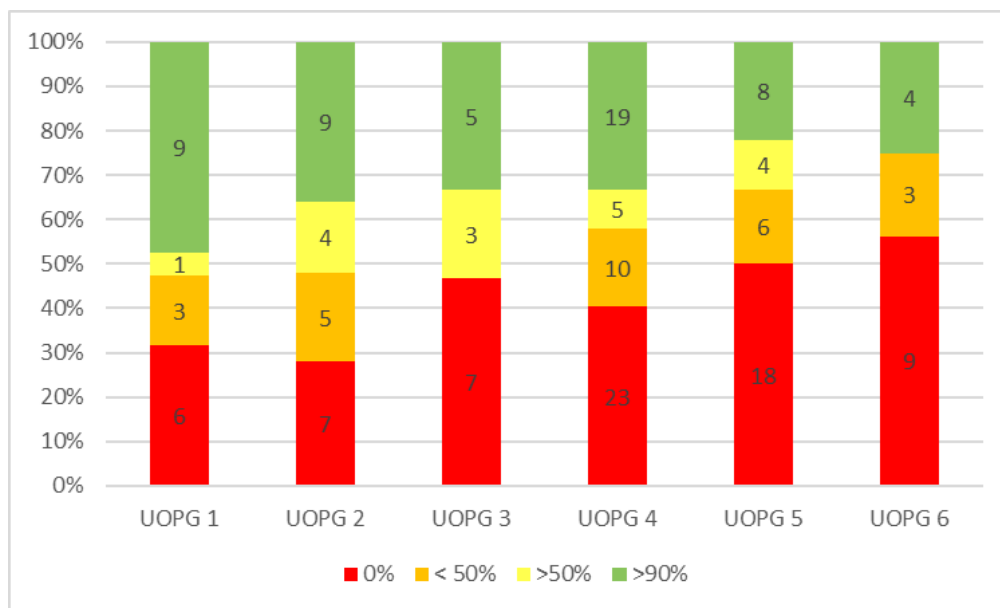
Figura 47 - Investimento por habitante por UOPG



Determinado o investimento por habitante, no gráfico e tabela acima, a leitura dos dados muda consideravelmente. A UOPG 6, na área nascente do concelho, é a que regista, em proporção, o maior investimento *per capita*. Em seguida, destaca-se a UOPG 2, do Corredor Verde do Leça, cujo investimento é 39% superior à média (muito se deve à implementação do Corredor Verde do Leça). Já as UOPG 1 e 4 apresentam um investimento *per capita* semelhante, ligeiramente acima da média, contrariando a ideia de que o investimento em Matosinhos-Leça é o mais elevado. De certo modo, as medidas de defesa da orla costeira e a EB da Agudela, que somam quase 7 M€, e o reduzido n.º de habitantes de Lavra/Perafita, em muito contribuem para essa equiparação.

Por outro lado, o investimento na SUOPG 5, na Senhora da Hora, fica 43% abaixo da média. Apesar do n.º de ações e o investimento realizado serem consideráveis, o valor por habitante não é suficiente para atingir a média do concelho. Por último, a UOPG 3 apresenta um investimento muito inferior à média, seja em termos absolutos ou por habitante.

Figura 48 - Nível de execução das ações por UOPG



Relativamente aos projetos territoriais, em termos de valor executado face ao valor orçamentado, os projetos territoriais com maior grau de execução são a Faixa Atlântica Norte, a Faixa Atlântica Areias Altas, o Parque do Vale do Leça e o Parque Rural de Lavra e Perafita. No entanto, todos estes projetos territoriais comportam um número reduzido de ações. Os projetos territoriais com mais ações apresentam níveis de execução financeira que variam entre os 25% e os 60%.

Tabela 74 – Execução financeira dos projetos territoriais

UOPG	Projeto Territorial	N.º de ações	Nível de execução financeira
1	O disperso + perto 1	17	60%
	Parque Rural de Lavra e Perafita	1	90%
	Faixa Atlântica Norte	1	100%
2	O disperso + perto 2	17	65%
	Parque do vale do Leça	8	96%
3	Polo económico do Freixieiro	9	10%
	Coesão urbana 3	4	55%
	Faixa Atlântica Areias Altas	2	100%
4	Coesão urbana 4	34	57%
	Cidade Atlântica	23	25%
5	Coesão urbana 5	25	33%
	Cidade Nova	11	47%
6	Coesão urbana 6	0	0%
	Cidade Nascente	13	62%
	Arco Verde de São Mamede	3	1%
TOTAL		168	53% (média)

4.3. Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão

As SUOPG abrangem cinco áreas do concelho que totalizam cerca de 154 hectares. Estas subunidades carecem de um planeamento mais desenvolvido e a sua iniciativa cabe, em primeira mão, aos particulares, pressupondo a partilha de investimento entre os mesmos.

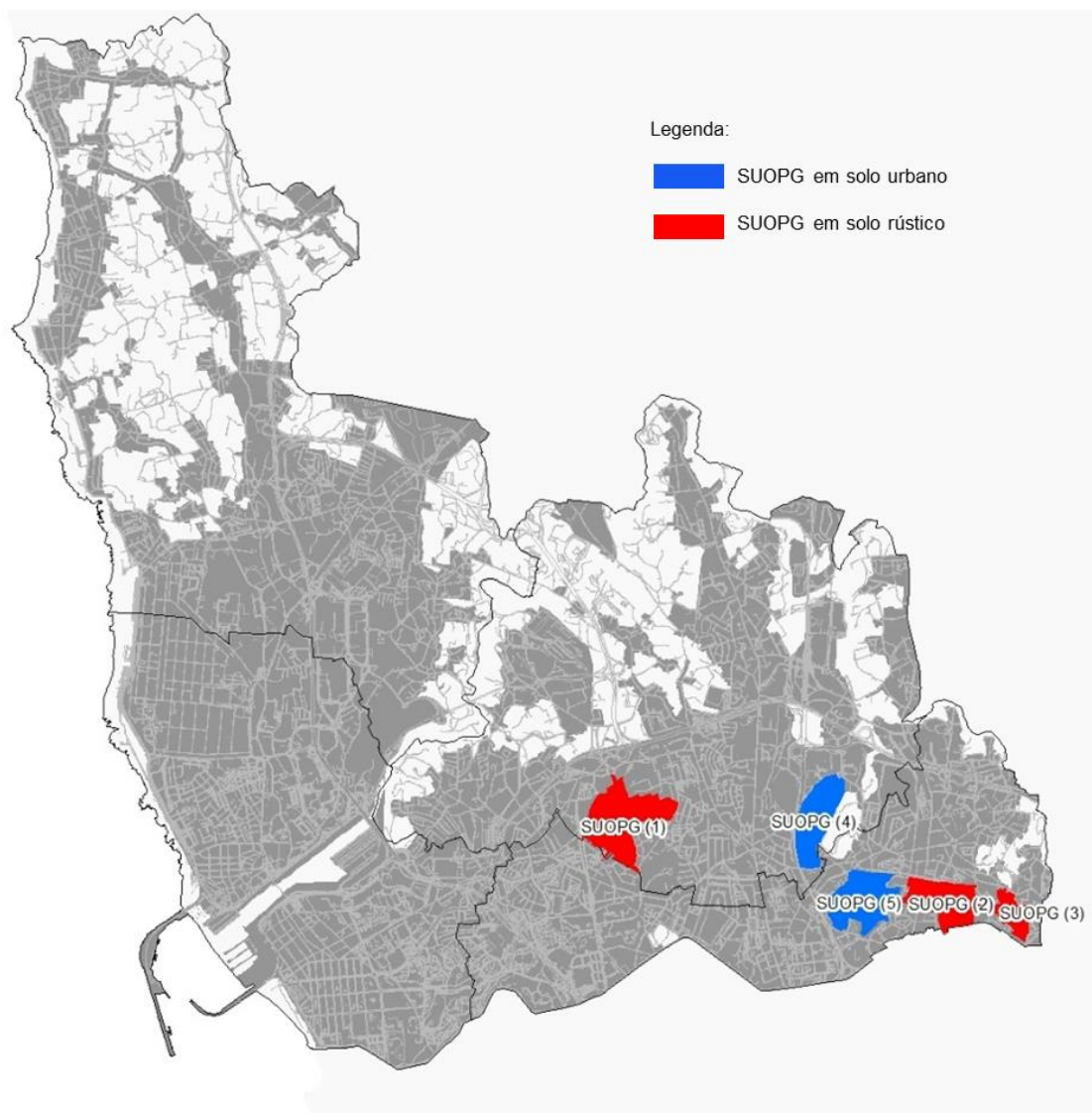
Cada SUOPG tem os seus termos de referência específicos e modelo de execução associado. As 3 SUOPG localizadas em solo rústico concretizam-se através de planos de pormenor ou outro instrumento legal de reclassificação do solo, enquanto as duas SUOPG localizadas em solo urbano, que correspondem a espaços de atividades económicas, podem ser executadas, por regra, através de plano de urbanização ou de pormenor, unidades de execução e/ou operações urbanísticas avulsas.

As SUOPG encontram-se representadas na planta de ordenamento – programação do solo e regulamentadas nos artigos 81º a 87º, sendo as seguintes:

- **SUOPG 1 – Zona de atividades económicas e parque urbano do antigo monte de São Gens:** visa a criação de uma nova centralidade dedicada essencialmente a atividades económicas e a criação de novos espaços de uso público e de um parque urbano.
- **SUOPG 2 – Parque urbano de São Mamede de Infesta:** visa a promoção do espaço público de estadia e dos percursos pedonais em articulação com a estrutura verde, a valorização da linha de água e a diversificação funcional de serviços, atividades económicas e equipamentos aos quais se deve associar o uso habitacional.
- **SUOPG 3 – Arroteia:** visa o reforço da centralidade no modelo urbano de cidade contínua de Leça da Palmeira a São Mamede de Infesta, na captação da dinâmica urbana associada ao Pólo Universitário da Asprela e na garantia da continuidade física do sistema de corredores verdes estruturantes.
- **SUOPG 4 – Mainça:** visa a constituição de novo espaço de atividades económicas.
- **SUOPG 5 – Amieira:** visa a constituição de novo espaço de atividades económicas.

As SUOPG concentram-se no setor sudeste do concelho, em duas das freguesias: União de Freguesias de S. Mamede de Infesta e Senhora da Hora (3) e União de Freguesias de Custóias, Leça do Bailio e Guifões (2). Cinco delas são abrangidas pela UOPG 6 e uma pela UOPG 5 (SUOPG 1).

Figura 49 - Delimitação das SUOPG do PDMM



Considerando que a implementação das SUOPG é realizada através de processos administrativos complexos que variam consoante a sua natureza, em função da sua localização em solo rústico ou em solo urbano, a monitorização depende da aferição no estado de desenvolvimento de cada uma delas.

Relativamente às SUOPG localizadas em solo urbano, o Departamento de Planeamento tem vindo a desenvolver, de forma progressiva, estudos de caracterização e propostas de Soluções Urbanísticas Preliminares (SUP) para as SUOPG e as AUDAC definidas no PDM. Já em solo rústico, foram elaboradas Visões Urbanísticas para as SUOPG 2 e 3, orientadas para a futura transformação destas áreas em solo urbano. Estes processos, embora relativamente autónomos face aos procedimentos formais dos instrumentos de execução, não são, por si só, suficientes para garantir a concretização das referidas áreas. Ainda assim, constituem um passo significativo na antecipação e preparação da sua execução.

Uma SUP constitui um programa urbanístico de base que visa promover um desenvolvimento urbano harmonioso e a justa repartição dos benefícios e encargos, integrando as áreas a afetar a espaços

públicos, a infraestruturas ou a equipamentos, em conformidade com o disposto no n.º 2, do artigo 148.º, do RJIGT. A SUP representa uma estrutura conceptual da organização funcional do solo que, na ausência de outros instrumentos, serve de orientação para o desenho urbano a desenvolver em sede de operação de reparcelamento/loteamento a licenciar. A aprovação de uma SUP traduz a posição do município relativamente ao ordenamento do território da área abrangida. No entanto, a SUP é limitada nos seus efeitos, não possuindo carácter normativo nem é suscetível de produzir efeitos externos, nomeadamente no âmbito de procedimentos administrativos, tais como a aprovação ou indeferimento de pretensões de realização de operações urbanísticas pelos particulares.

De modo idêntico, uma Visão Urbanística é um estudo de carácter exploratório que traduz uma espacialização global dos termos de referência definidos no PDM para as SUOPG em solo rústico, mas que não exclui outras possibilidades mais oportunas durante o desenvolvimento da elaboração de Planos de Pormenor, com vista à sua reclassificação.

Assim, cada SUOPG é classificada através da seguinte tipologia, sendo que em solo urbano, as opções refletem uma maior diversidade nos instrumentos de execução previstos no PDMM que podem conduzir à execução destas áreas:

- Em solo rústico:
 1. SUOPG sem desenvolvimento;
 2. SUOPG com Visão Urbanística;
 3. SUOPG com Contrato para Planeamento;
 4. SUOPG com deliberação de elaboração de PP;
 5. SUOPG com PP aprovado;
 6. SUOPG com obras de urbanização concluídas;
 7. SUOPG com obras de edificação concluídas.
- Em solo urbano:
 1. SUOPG sem desenvolvimento;
 2. SUOPG com SUP;
 3. SUOPG com primeiro contacto com proprietários (seja de iniciativa dos mesmos, ou da CMM);
 4. SUOPG com delimitação de unidade de execução;
 5. SUOPG com alvará emitido;
 6. SUOPG com obras de urbanização concluídas;
 7. SUOPG objeto de operação urbanística parcial.

De acordo com dados de novembro de 2024, as 3 SUOPG que não integram o perímetro urbano, destinam-se à urbanização e edificação, mediante a reclassificação do solo, legalmente efetuada através de Plano de Pormenor. Duas delas já se dispõem de uma Visão Urbanística (SUOPG 1 e 3), enquanto a SUOPG 2 ainda não teve desenvolvimento. Já no solo urbano, as SUOPG 4 e 5 encontram-se ambas em fase de primeiro contacto com proprietários.

Em suma, 4 das 5 SUOPG foram já iniciadas e, se se contabilizar a área abrangida, verifica-se que 40% se situa na etapa 2 e 43% na etapa 3 para o solo urbano (contactos com os proprietários).

As SUOPG 4 e 5 têm previsto um horizonte de execução de 10 anos, que termina em 2029. O sistema de execução aplicável em ambos os casos é a iniciativa dos particulares, com um prazo de três anos, tendo no caso da SUOPG 5 sido aplicado, parcialmente, este sistema de execução.

Relativamente às SUOPG 1 e SUOPG 3, esta, a única que se destina à colmatação do tecido urbano multifuncional, apresentam-se alguns elementos gráficos das respetivas Visões Urbanísticas.

Figura 50 – Visão urbanística da SUOPG 3 – Arroiteia



Figura 51 – Visão urbanística da SUOPG 1 – Antigo Monte de São Gens



4.4. Áreas Urbanas Disponíveis a Consolidar

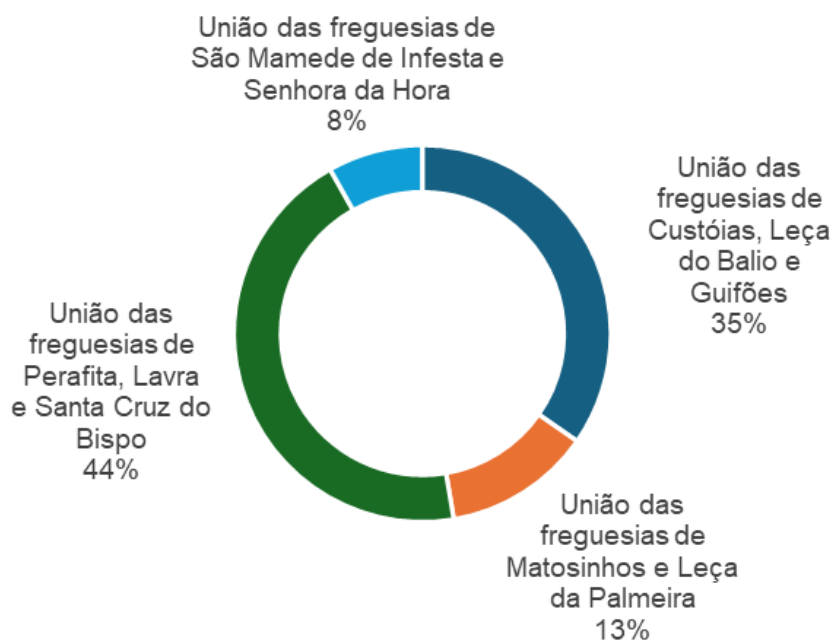
As AUDAC constituem “espaços intersticiais com indefinições a nível da estrutura viária e do ordenamento do espaço público indispensáveis à consolidação do tecido urbano”.

As AUDAC encontram-se representadas na planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo e regulamentadas nos artigos 27º, 28º e 89º.

O PDMM delimita 160 AUDAC no concelho cuja área totaliza 406 hectares, o correspondente a 10% do perímetro urbano e a 7% do território municipal.

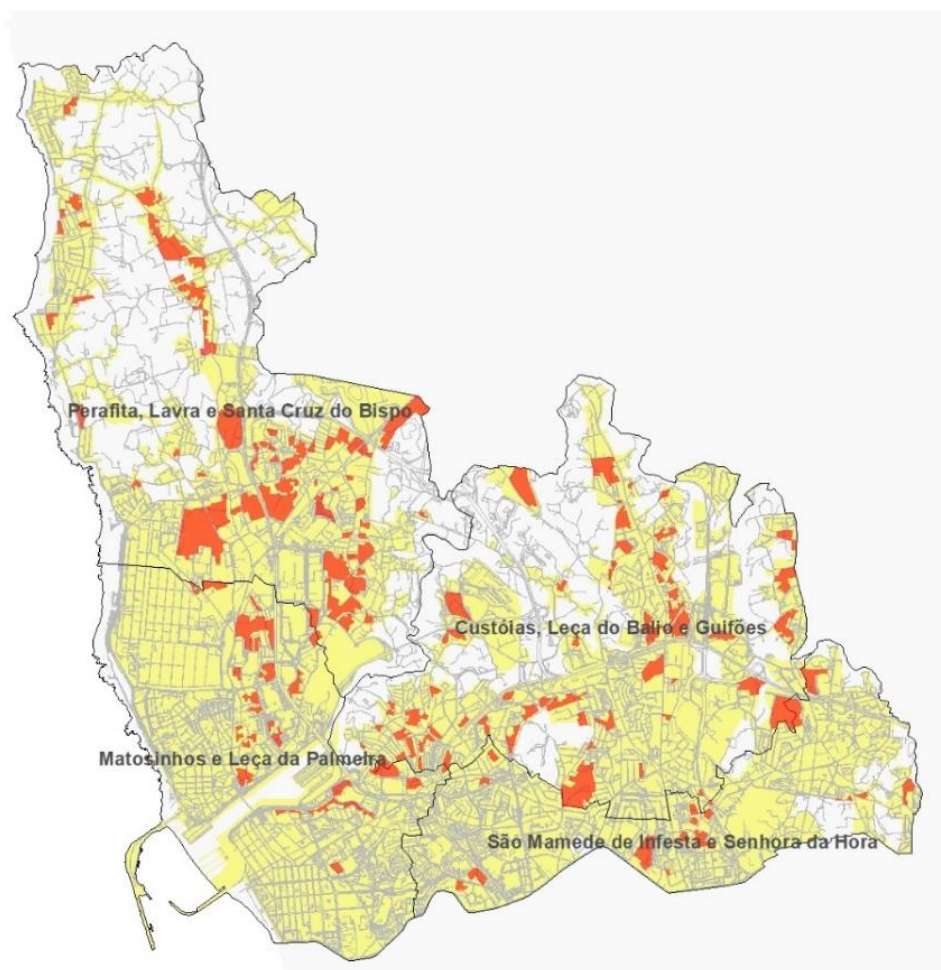
A sua distribuição pelas 4 freguesias não é uniforme, concentrando-se sobretudo naquelas onde o grau de urbanização é menor: União de Freguesias de Custóias, Leça do Bailio e Guifões e União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo.

Figura 52 – Área do solo afeto a AUDAC, por freguesia



A figura seguinte apresenta a distribuição das 160 AUDAC no concelho, evidenciando a elevada concentração na União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, a qual representa quase metade das AUDAC, bem como nos locais periféricos do perímetro urbano.

Figura 53 – Distribuição territorial das AUDAC no solo urbano



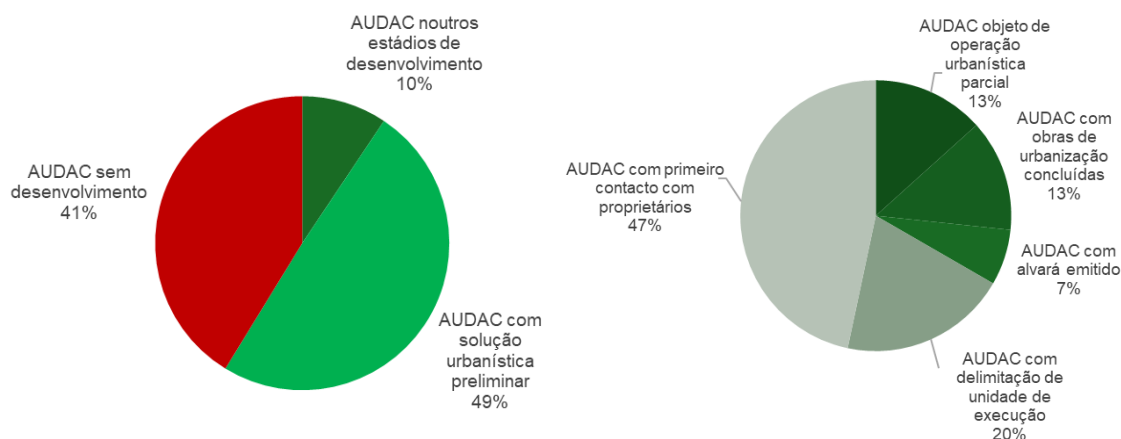
Estas áreas, de dimensão inferior às SUOPG, mas em maior número, concretizam-se preferencialmente através de unidades de execução, sendo a concretização mediante operação urbanística isolada apenas admitida em determinadas condições. De acordo com dados de novembro de 2024, de um total de 23 AUDAC executadas ou em execução, 18 tinham recorrido à exceção prevista n.º 2 do artigo 89.º do regulamento do PDMM, donde se conclui que a maioria tem vindo a concretizar-se, parcialmente, sem recurso ao desenvolvimento de unidades de execução.

À semelhança do referido para as SUOPG, a avaliação da execução das AUDAC assenta no indicador qualitativo de estado de desenvolvimento, com a seguinte tipologia, que traduz as etapas do processo de execução das AUDAC:

1. AUDAC sem desenvolvimento;
2. AUDAC com SUP (veja-se conceito no subcapítulo anterior);
3. AUDAC com primeiro contacto com proprietários (seja de iniciativa dos mesmos, ou da CMM);
4. AUDAC com delimitação de unidade de execução;
5. AUDAC com alvará emitido;
6. AUDAC com obras de urbanização concluídas;
7. AUDAC objeto de operação urbanística parcial.

De acordo com a análise do ponto de situação de cada AUDAC (dados de novembro de 2024), conclui-se que cerca de 60% se encontram em desenvolvimento (94). Destas, uma parte significativa já foi alvo de conceção de SUP (79), e em 7 AUDAC apenas ainda foram realizados contactos iniciais entre a CMM e os respetivos proprietários. Do total de AUDAC, 3 foram objeto de unidade de execução e 5 enquadram-se nas etapas mais avançadas: 2 já têm concluídas as obras de urbanização, 2 foram objeto de operação urbanística parcial e 1 já dispõe de alvará. Os gráficos seguintes representam o quadro global do estado de desenvolvimento das AUDAC.

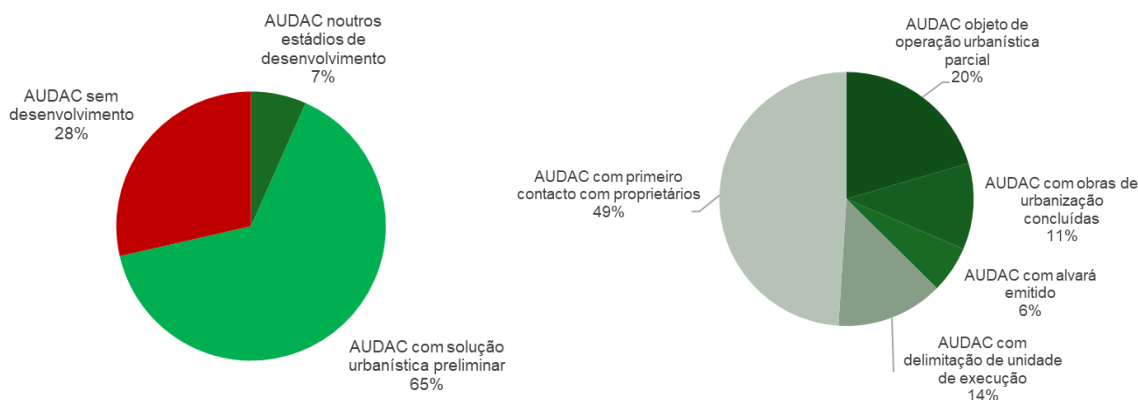
Figura 54 - Estado de desenvolvimento das AUDAC, em número



O estado de desenvolvimento das AUDAC evidencia a dinâmica social inerente ao processo. As dificuldades de adaptação dos agentes envolvidos – proprietários e promotores - aos mecanismos de perequação e à lógica de desenvolvimento coletivo de um loteamento entre pessoas que não se conhecem, revelam uma cultura profundamente individualista, que importa ultrapassar. Nesse sentido, o contacto direto com os proprietários tem constituído um primeiro passo essencial para transformar a execução urbanística numa tarefa coletiva e de iniciativa civil. Além disso, esta cultura não é mais do que adaptação do modus operandi à Lei, que estabelece a Unidade de Execução como regra de execução dos planos.

Quando observamos o grau de concretização das AUDAC por área, verifica-se que o nível de execução é bastante melhor, já que apenas cerca de um quarto do solo afeto a AUDAC não apresenta qualquer desenvolvimento. A outra grande diferença na análise por áreas reside no peso daquelas onde já existe SUP, situação que cobre 65% da área afeta a AUDAC.

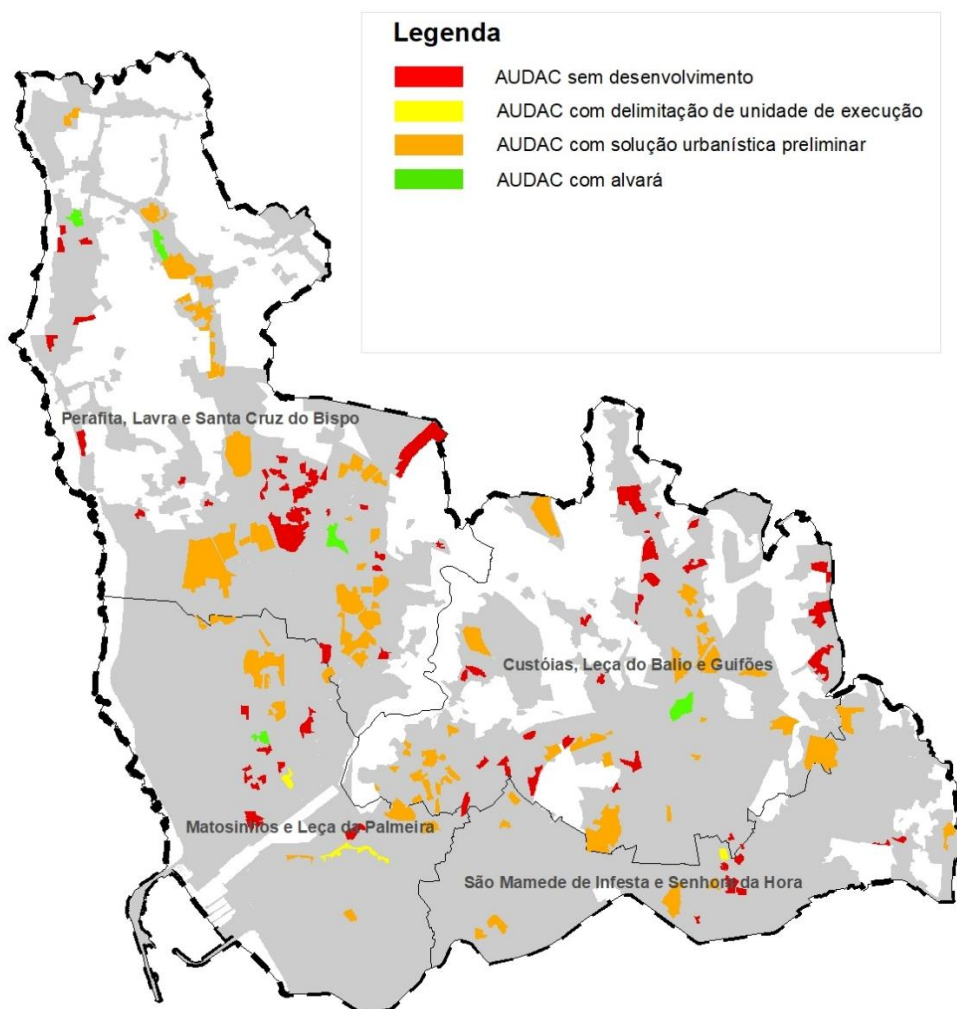
Figura 55 - Estado de desenvolvimento das AUDAC, em área



O cartograma abaixo apresenta a distribuição territorial das AUDAC por nível de execução, verificando-se que é a União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira que apresenta um maior número de AUDAC em desenvolvimento face ao total de AUDAC previstas.

As AUDAC em estados mais avançados, sendo em número reduzido, encontram-se disseminadas pelas várias freguesias, concentrando-se na União das freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo o maior número de AUDAC nesta situação (3 com operação urbanística parcial e um alvará emitido). As freguesias mais urbanizadas - União de Freguesias de Matosinhos e Leça da Palmeira e União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Sr^a da Hora, por sua vez, concentram as únicas unidades de execução delimitadas. Na etapa de desenvolvimento de SUP, aquela onde se encontra a maioria das AUDAC, o peso no total da AUDAC nas várias freguesias é similar, oscilando entre 46% e 55%, sendo na União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões que existe maior número de AUDAC nesta etapa face ao total de AUDAC previstas. A União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Sr^a da Hora é aquela que, tendo o menor número de AUDAC, tem também o maior número de AUDAC por desenvolver em termos relativos.

Figura 56 - Distribuição territorial das AUDAC



Estes indicadores de execução das AUDAC são bastante positivos dado o tempo de vigência do PDMM. Importa salientar que, da sequência de etapas acima descrita, apenas parte é da total

responsabilidade da CMM, nomeadamente o desenho da SUP e a iniciativa de contacto com os proprietários. A partir desse momento, a concretização fica muito dependente do interesse e iniciativa dos proprietários. Em todo o caso, é de salientar que, do total AUDAC em desenvolvimento, o número de casos em que a iniciativa é dos particulares é significativa (cerca de 50%), sendo apenas ligeiramente inferior àquelas em que a iniciativa é da CMM.

4.5. Execução do perímetro urbano

Para efeitos da metodologia de avaliação do PDMM, assume-se como parte da execução do seu modelo de ordenamento, a afetação à edificação do perímetro urbano, em especial, das categorias destinadas à edificação. Tal opção decorre do facto de a opção de qualificação do solo como urbano ter de ser, por imposição do quadro legal em vigor, obrigatoriamente fundamentada com base nos princípios da necessidade e da sustentabilidade económico-financeira, o que significa que o seu eventual preenchimento total justifica a sua necessidade de ampliação e o não preenchimento, a sua eventual redução.

Neste contexto, foi avaliado o grau de “preenchimento” do solo urbano através da progressiva atualização da delimitação das áreas efetivamente edificadas com base nos atos praticados pelo Município em matéria de controlo prévio das operações urbanísticas.

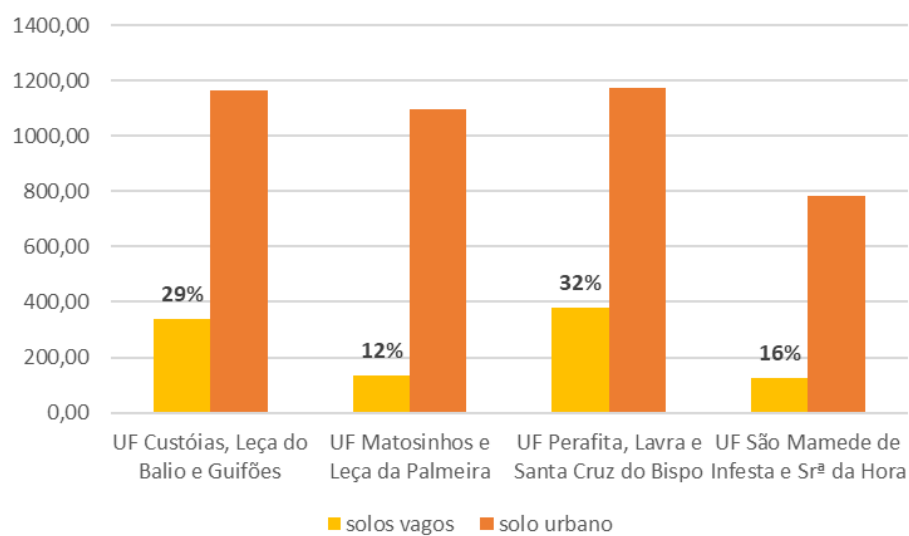
Para esta análise, importa ter em conta o modelo de qualificação do solo urbano do PDMM, que o subdivide em 4 categorias: espaços centrais, espaços urbanos de baixa densidade, espaços de atividades económicas e espaços verdes, num total de 4200 hectares. Para efeitos da análise, não serão considerados os espaços verdes já que estes não se destinam à edificação.

De acordo com dados de 2021 (data do último levantamento tendo por base a análise do ortofotomapa), os solos disponíveis para edificação no concelho, ou vagos, totalizam cerca de 977ha, o correspondente a 23% do solo urbano. Quer isto dizer que quase um quarto dos espaços com vocação edificatória do PDMM se encontram disponíveis.

Os solos vagos incluem as áreas afetas a SUOPG e a AUDAC bem como outras parcelas de terreno dispersas e lotes constituídos. Os solos vagos localizam-se maioritariamente na União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo (39%; cerca de 380 ha) e Custóias, Leça do Balio e Guifões (35%; cerca de 340 ha). A restante área expectante distribui-se pelas duas outras freguesias de modo equilibrado.

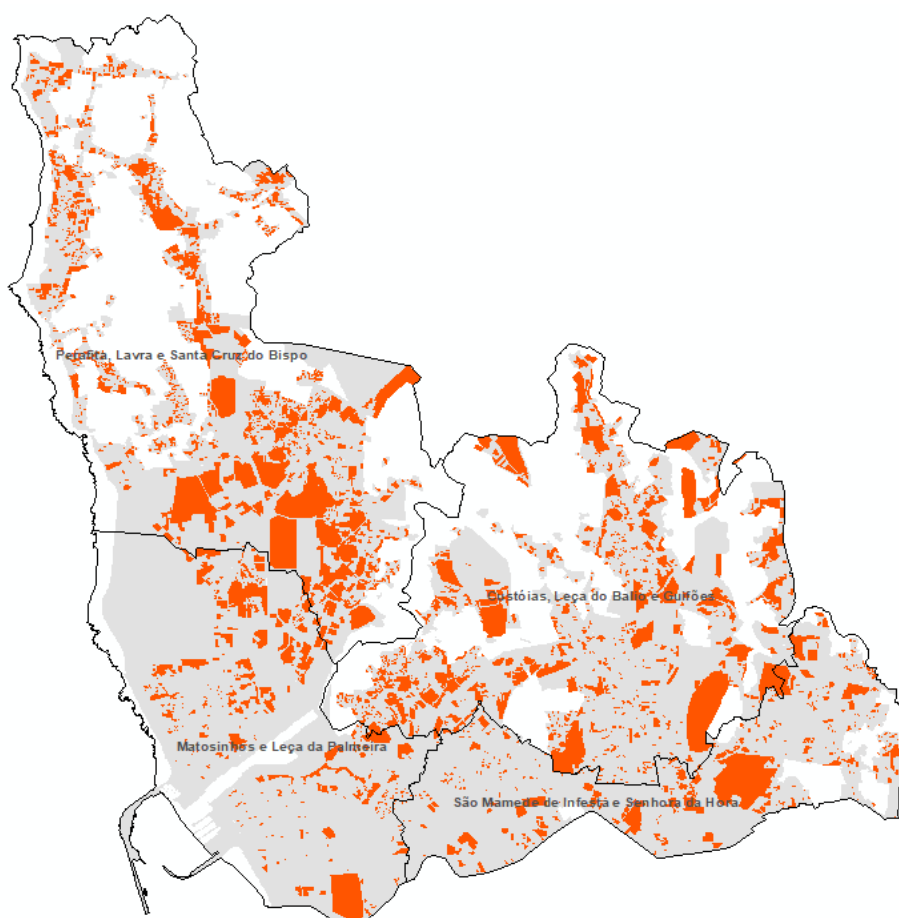
No entanto, a sua dimensão deve ter em consideração a distribuição do solo urbano nas freguesias, pelo que o gráfico seguinte revela o peso proporcional dos solos vagos nas 4 freguesias no total do solo urbano de cada uma. Torna-se claro que as freguesias que têm mais solo urbano são também aquelas que apresentam mais solos disponíveis para edificação, com exceção de Matosinhos e Leça da Palmeira que apresenta um nível de consolidação bastante elevado e, consequentemente, menos solos disponíveis.

Figura 57 - Distribuição dos solos vagos por freguesia



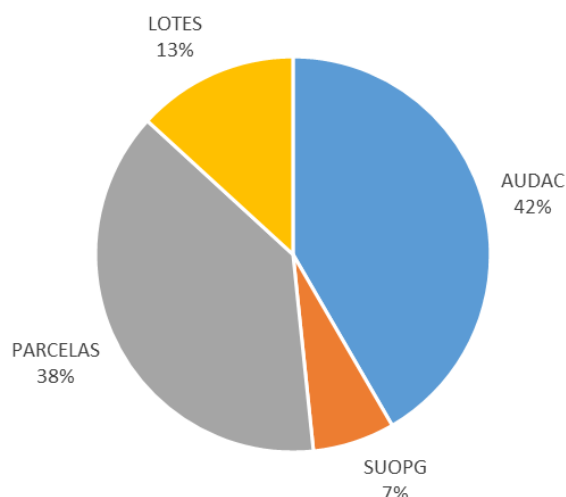
Na figura abaixo apresentam-se as áreas livres do perímetro urbano do PDMM.

Figura 58 - Distribuição territorial das áreas livres do perímetro urbano do PDMM



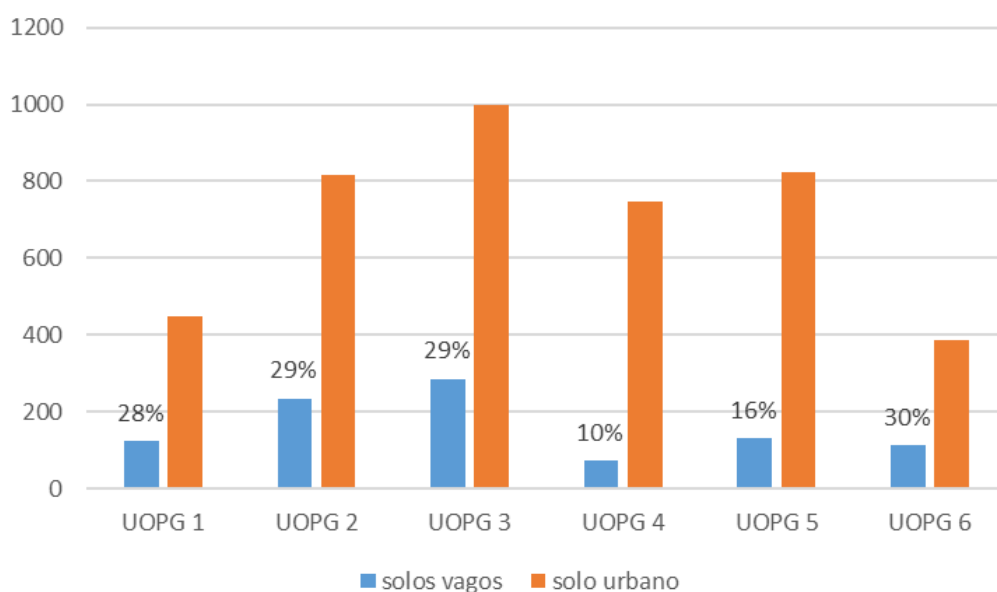
Do total de solos vagos identificados, praticamente metade da sua área corresponde às SUOPG e às AUDAC referidas nos capítulos anteriores. Os cerca de 500ha restantes abrangem 1440 polígonos com parcelas vagas e 1363 lotes (estes têm, em média, áreas bastante inferiores do que as parcelas). Assim, a área das parcelas corresponde a 75% dos solos vagos não afetos a AUDAC ou SUOPG, enquanto os lotes correspondem aos 25% remanescentes.

Figura 59 - Distribuição dos solos vagos por tipo



Quando analisados por UOPG, os solos vagos apresentam a seguinte distribuição semelhante face ao total do solo urbano nas UOPG 1, 2, 3 e 6, onde cerca de um terço do solo urbano se encontra livre, enquanto nas UOPG 4 e 5 os solos vagos assumem um peso bastante inferior no total de solo urbano, confirmando-se o acima se referiu para a distribuição dos solos vagos por freguesia, ou seja, a realidade mais de todo o setor sul do concelho.

Figura 60 - Distribuição dos solos vagos por UOPG

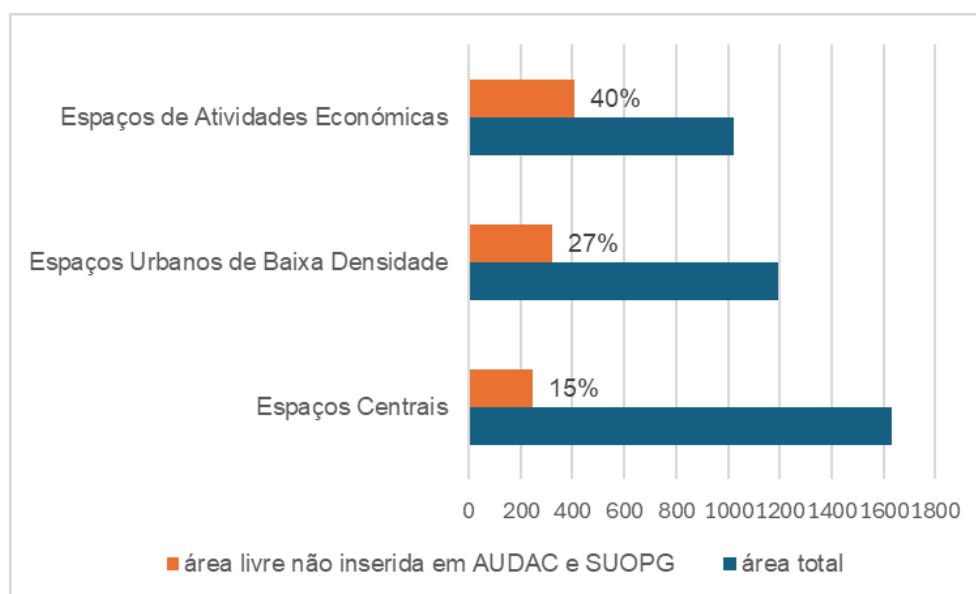


Por fim, analisa-se a distribuição dos solos vagos (excluindo AUDAC e SUOPG) segundo as categorias do solo urbano do PDMM acima referidas. Do total de solos vagos, a parcela mais

significativa disponível é a destinada a atividades económicas (42%), seguindo-lhe a dos espaços urbanos de baixa densidade (33%). Os espaços centrais apresentam, assim, a menor parcela de solos vagos (25%).

Novamente, importa considerar esta distribuição no contexto geral a qualificação do solo urbano, pelo que o gráfico seguinte representa os solos vagos em apreço por subcategoria do solo urbano comparados com a oferta de solo urbano do PDMM nessas mesmas subcategorias. Esta abordagem confirma, de certo modo, a distribuição absoluta anteriormente referida, mostrando que nas categorias de espaços de atividades económicas a disponibilidade de solo é significativa, enquanto nos espaços centrais apenas 15% do solo se encontra disponível.

Figura 61 - Distribuição dos solos vagos por categorias do solo urbano



Importa, finalmente, referir que nos solos vagos incidem já algumas operações urbanísticas em processo de controlo prévio, algumas das quais com alvará. Dos 760 alvarás de construção válidos no final de 2023, cerca de 110 incidiam em solos vagos, o que traduz a dinâmica de transformação potencial do solo e justifica uma monitorização regular da oferta de solo. Por outro lado, algumas das operações de loteamento com alvará emitido até final de 2024 incidem igualmente nos solos vagos, correspondendo a apenas 1% da área de solo vago.

Futuramente, interessará analisar a execução do solo urbano não apenas numa ótica “horizontal” (de ocupação do solo), mas também “vertical” para a qual releva a densidade construtiva que se traduz na construção em altura.

Com efeito, o modelo territorial do PDMM prevê um aumento de edificabilidade (não apenas nova, mas também de renovação do parque edificado existente) que se traduz num aumento de área de construção de 1.658.136 m², correspondendo a 11,4% do total de construção existente no concelho à data da elaboração do PDMM (excluindo a capacidade de ampliação de edifícios existentes em espaços de atividades económicas).

5. CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO PLANO (EFICIÊNCIA)

A monitorização de resultados, ou efeitos, refere-se ao grau de concretização dos objetivos do plano. No artigo 78.º do Regulamento do PDMM este âmbito é designado como “eficiência do Plano”.

Deve notar-se que o PDMM não é um instrumento operacional para todas as áreas de ação que têm efeitos territoriais, ou seja, não é apenas da execução do PDMM que resultam as dinâmicas convergentes com o cumprimento dos seus objetivos, mas também de outros fatores: as políticas e intervenções a diversos níveis e em diversos âmbitos, as macrotendências e as disrupções sociais e económicas, as interações entre regulação pública e dinâmicas de investimento, etc. Será dessa combinatória que resulta a evolução do contexto (cf. capítulo 2 deste REOT).

No entanto, no quadro estrito da monitorização e avaliação do PDM, deve valorizar-se a análise do impacto que a execução do PDMM (cf. capítulo 4) tem face ao contexto territorial que se pretende transformar. Assim, esta monitorização de resultados deve responder, essencialmente, à questão: como está o PDMM a contribuir para transformar e gerir as dinâmicas no território no sentido de atingir os seus objetivos?

Este é um âmbito da monitorização-avaliação muito complexo. Deve assentar num racional bem explícito de relação entre o PDMM que foi aprovado, a sua execução concreta e as transformações no território, lidas na perspetiva dos objetivos definidos. Estas transformações, como referimos, resultam de uma combinação de fatores que, em grande medida, não estão relacionados com a execução do plano, ou cuja relação com essa execução é indeterminada, pelo que a construção do racional referido é um exercício de muito difícil concretização, especialmente se não for realizado na fase de conceção do PDMM. *A posteriori*, dificilmente se consegue reconstituir um racional equilibrado de objetivos e metas alinhadas com os mecanismos de gestão do território que estão no âmbito do PDM, isto é, objetivos e metas cuja concretização dependa, de forma significativa e compreensível, da execução do plano.

A opção aqui seguida é a de fazer uma leitura da execução/dos resultados (eficácia, cf. cap. 4 deste REOT) numa formulação matricial que cruza os objetivos e os projetos territoriais.

Na ótica dos objetivos, consideram-se os 5 vetores de atuação/finalidades; os 9 objetivos estratégicos; os 30 objetivos gerais, tal como estão definidos no artigo 2.º do Regulamento e na Matriz Estratégica apresentada no Relatório do PDMM. Pode, nessa abordagem, admitir-se uma cadeia de *causalidade* como a seguinte:

Resultados (alcançados pela execução do plano)

→ (contribuem para concretizar) **30 objetivos gerais**

→ (que se combinam para atingir) **9 objetivos estratégicos**

→ (no âmbito de cada um dos) **5 vetores/finalidades**

Atendendo aos condicionamentos que resultam do facto de tal cadeia não ter estado estabilizada na fase de construção do PDMM (aspeto que decorre da metodologia utilizada nesse processo), a leitura a realizar tem uma natureza essencialmente qualitativa, numa escala que varia entre “contributo nulo” (objetivos com pouca ou nenhuma concretização) e “contributo significativo” (objetivos do PDMM que estão a ser atingidos).

Para reconstituir e valorizar essa cadeia recorre-se à ótica dos projetos territoriais (considerando-os como a desagregação territorial das 6 UOPG), de acordo com a tabela de síntese seguinte, apresentada no Relatório do PDMM (os objetivos referentes ao vetor Governança consideram-se transversais e aplicáveis em todos os projetos territoriais).

Figura 62 – Relação entre objetivos e projetos territoriais (UOPG)

VETOR	FINALIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS GERAIS (PDM)	Projetos territoriais											
				UOPG1	UOPG2	UOPG3	UOPG4	UOPG5	UOPG6	UOPG1	UOPG2	UOPG3	UOPG4	UOPG5	UOPG6
Qualificação ambiental	Valorizar os recursos naturais e a paisagem	Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável.	A1.1 Promover a qualificação e defesa do espaço rural												
			A1.2 Valorizar o sistema natural costeiro												
			A1.3 Recuperar e valorizar o vale do Leça												
			A1.4 Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades												
			A1.5 Promover os espaços verdes de utilização coletiva												
			A1.6 Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos												
			A1.7 Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade												
			A1.8 Prossecurar a estratégia do Plano de Ação para a Energia Sustentável - PAES												
			A1.9 Prossecurar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAAC												
Indução económica	Promover os setores de atividades económica com recurso à produção científica e tecnológica	Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica	E1.1 Reordenar e requalificar os espaços de atividade económica do concelho												
			E1.2 Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico												
		Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica.	E2.1 Promover a instalação de novas atividades económicas												
			E2.2 Reforçar e capitalizar o potencial turístico, o património histórico-cultural (?), a restauração, a indústria de lazer e o comércio tradicional												
Qualificação urbanística	Qualificar os ambientes urbanos	Favorecer a diversificação e complementaridade funcional e a inclusão social	U1.1 Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial												
			U1.2 Rentabilizar / Projetar / Capacitar as redes de Equipamentos e Infraestruturas, face à distribuição e necessidade da população.												
			U1.3 Prossecurar a Estratégia [Política?] Local de Habitação - ELH												
		Promover a coesão do espaço urbano.	U2.1 Reabilitar o espaço urbano												
			U2.2 Assegurar a continuidade urbano – rural												
			U2.3 Promover a qualidade das novas intervenções urbanas												
Mobilidade e transportes	Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável	Melhorar as condições de acessibilidade	MT1.1 Aproximar as pessoas e as atividades												
			MT1.2 Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e por transporte público												
		Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos	MT2.1 Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais												
			MT2.2 Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta												
			MT2.3 Aumentar a competitividade do Transporte Público												
			MT2.4 Reestruturar o sistema rodoviário												
Governança	Promover a construção coletiva do território	Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional	G2.1 Estabelecer Planos de Trabalho Integrados, cooperação e troca de experiências / "Boas -práticas" (parceria interna e externa)												
			G2.2 Promover estratégias de branding territorial potenciando a atratividade junto de públicos internos e externos												
		Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento	G1.1 Promover a participação da sociedade civil												
			G1.2 Reforçar as parcerias entre a Autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas												
			G1.3 Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo com o Quadro de Governança												

Fonte: Relatório do PDMM

Considera-se que a resultante da análise de eficiência resulta da conjugação de 3 âmbitos:

1. A **evolução do contexto**, que pode assumir 3 valores:

0: Há indicadores regressivos ou não há alterações significativas nos setores/domínios em que se enquadra cada objetivo estratégico.

1: Há progressos modestos ou apenas em alguns indicadores.

2: Há progressos significativos.

Esta valoração aplica-se de uma forma global a todos os projetos territoriais e UOPG e baseia-se na informação disponível no capítulo 2 deste REOT.

2. A **execução das ações do plano de investimentos** por objetivo geral e por projeto territorial, podendo os respetivos ponderadores assumir os seguintes valores:

0: Ações excluídas do plano de investimentos sem terem sido executadas.

1: Ações não executadas, mas que se mantêm no plano de investimentos.

2: Ações com progresso moderado ou significativo de execução.

A secção 4.2 do capítulo referente à análise da eficácia do PDMM apresenta uma síntese desta leitura por área temática. No anexo C a este REOT é apresentada a avaliação mais detalhada por objetivo/projeto territorial, cujo resultado está referido na tabela 76, de síntese de avaliação da eficiência, mais adiante.

3. A **síntese da execução territorial** das UOPG e projetos territoriais, a partir da análise apresentada na secção 4.2 deste REOT, que será um ponderador da execução do plano de investimentos, introduzindo uma dimensão não-financeira, calculado da seguinte forma:

- (a) O nível de execução das ações por UOPG, calculado pelo peso das ações em execução no total de ações:

UOPG1: 11/16 (0,69)

UOPG2: 12/15 (0,80)

UOPG3: 3/10 (0,30)

UOPG4: 28/42 (0,67)

UOPG5: 16/26 (0,62)

UOPG6: 5/12 (0,42)

- (b) Multiplicado pela execução financeira de cada projeto territorial, sendo:

0: nível de execução menor que 10%

1: nível de execução financeira entre 10% e 50%.

2: nível de execução financeira superior a 50%.

- (c) E, finalmente, harmonizado numa escala de 0,5 a 1. A tabela seguinte apresenta os valores deste ponderador.

Tabela 75 – Execução de UOPG (síntese)

UOPG	Projeto Territorial	Ações em execução	Execução financeira	Nível Execução do PT	Ponderador
1	O disperso + perto 1	0,69	2	1,38	0,931
	Parque Rural de Lavra e Perafita		2	1,38	0,931
	Faixa Atlântica Norte		2	1,38	0,931
2	O disperso + perto 2	0,80	2	1,60	1,000
	Parque do vale do Leça		2	1,60	1,000
3	Polo económico do Freixieiro	0,30	1	0,30	0,594
	Coesão urbana 3		2	0,60	0,688
	Faixa Atlântica Areias Altas		2	0,60	0,688
4	Coesão urbana 4	0,67	2	1,34	0,919
	Cidade Atlântica		1	0,67	0,709
5	Coesão urbana 5	0,62	1	0,62	0,694
	Cidade Nova		1	0,62	0,694
6	Coesão urbana 6	0,42	0	0,00	0,500
	Cidade Nascente		1	0,26	0,581
	Arco Verde de São Mamede		0	0,00	0,500

O modelo final de avaliação da eficiência (cumprimento dos objetivos do PDMM) resulta, em cada objetivo geral/projeto territorial, da estimação de um indicador, com valores entre 0 e 2, a partir da fórmula:

$$[(I_{\text{epi}} \times P_{\text{set}}) + I_{\text{ec}}] / 2$$

Em que:

I_{ec} – Indicador de evolução do contexto (0/1/2). Por domínio/objetivo geral.

I_{epi} – Indicador de execução do plano de investimento. Por Projeto Territorial e Objetivo Geral.

P_{set} – Ponderador de síntese de execução territorial. Por Projeto Territorial

Em primeiro lugar determina-se a síntese de execução, cujo valor se situa entre 0 – objetivo ao qual não está associada execução e 2 – objetivo com execução significativa).

Este valor é adicionado a um indicador de evolução do contexto, medido em 3 (0, 1 e 2), como vimos atrás e, posteriormente, determina-se a média simples dos dois, obtendo um indicador de eficiência associado a cada Objetivo Geral.

Adota-se um formato de tabela que permite visualizar, de forma conjunta, estes diferentes níveis de resultado/efeito do PDM.

Como se observa, destacam-se, pela positiva, os Objetivos Gerais:

A1.3 Recuperar e valorizar o vale do Leça

E2.1 Promover a instalação de novas atividades económicas

U2.1 Reabilitar o espaço urbano

Com sinal contrário:

E1.1 Reordenar e requalificar os espaços de atividade económica do concelho – contudo, é de ressaltar que conforme referido no anexo c), a execução do objetivo E 1.1 também é avaliada pela execução das AUDAC e SUOPG.

MT2.2 Criar uma cultura de mobilidade à volta da bicicleta

G1.1 Promover a participação da sociedade civil

Tabela 76 – Indicador de eficiência (cumprimento dos objetivos)

				I_epi												P_set*I_epi																							
				UOPG1			UOPG2		UOPG3			UOPG4		UOPG5		UOPG6			UOPG1			UOPG2		UOPG3			UOPG4		UOPG5		UOPG6								
VETOR	FINALIDADE	OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS GERAIS (PDM)	Parque Rural de Lavra e Perafita	Faixa Atlântica Norte	O Disperso mais perto 1	Parque do Vale do Leça	O Disperso mais perto 2	Faixa Atlântica Áreas Altas	Polo Económico do Freixileiro	Coesão Urbana 3	Cidade Atlântica	Coesão Urbana 4	Cidade Nova	Coesão Urbana 5	Cidade Nascente	Arco Verde de São Mamede	Coesão Urbana 6	Parque Rural de Lavra e Perafita	Faixa Atlântica Norte	O Disperso mais perto 1	Parque do Vale do Leça	O Disperso mais perto 2	Faixa Atlântica Áreas Altas	Polo Económico do Freixileiro	Coesão Urbana 3	Cidade Atlântica	Coesão Urbana 4	Cidade Nova	Coesão Urbana 5	Cidade Nascente	Arco Verde de São Mamede	Coesão Urbana 6	Síntese de execução	L_ec	Síntese eficiência [Exec+Cont]/2			
Qualificação ambiental	Valorizar os recursos naturais e a paisagem	Proteger e rentabilizar o ambiente e a paisagem de modo sustentável.	A1.1 Promover a qualificação e defesa do espaço rural	1	1		2		1									0		0,931	0,931		2		0,688								0		0,91	1	0,96		
			A1.2 Valorizar o sistema natural costeiro		2					2												1,862				1,376										1,62	1	1,31	
			A1.3 Recuperar e valorizar o vale do Leça				2																	2												2,00	2	2,00	
			A1.4 Ordenar a estrutura de circulação rural, promovendo a melhoria funcional da atividade agrícola, os percursos patrimoniais e a ligação entre centralidades	1			1												0		0,931				1									0		0,64	1	0,82	
			A1.5 Promover os espaços verdes de utilização coletiva		0	2	2	0			0	2	2	1	2	1	0	0				0	1,862	2	0			0	1,376	1,418	0,919	1,388	0,694	0	0		0,80	1	0,90
			A1.6 Promover a sustentabilidade dos Recursos Hídricos	2	0	0	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2			0	0	1,862	0	0	2	0	0	0,594	0	0,709	0	0	1,388		0	0	0,47	1	0,73
			A1.7 Reduzir o risco ambiental associado a estabelecimentos que comportem perigosidade								x				x												x			x							nd	nd	nd
			A1.8 Prossecurar a estratégia do Plano de Ação para a Energia Sustentável - PAES			2		0		1	2	2	1	2	1	2	1	0	0			0	0	1,862	0	0	0	0,594	1,376	1,418	0,919	1,388	0,694	0	0	0	0,55	1	0,78
			A1.9 Prossecurar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas - EMAAC	1	1	2	2	0	1	1	2	2	1	2	1	2	1	0	0	0		0,931	0,931	1,862	2	0	0,688	0,594	1,376	1,418	0,919	1,388	0,694	0	0	0	0,85	1	0,93
Indução económica	Promover os setores de atividades económica com recurso à produção científica e tecnológica	Reforçar a coesão territorial das áreas de atividade económica	E1.1 Reordenar e requalificar os espaços de atividade económica do concelho			0		1		2	1				0	0		0				0	1		1,188	0,688					0	0	0	0	0,41	0	0,21		
			E1.2 Implementar a estratégia de Matosinhos Logístico			x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x				x		x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	nd	nd	nd	
		Promover a diversidade e complementaridade das áreas de atividade económica.	E2.1 Promover a instalação de novas atividades económicas						x							x		x								x					x		x		nd	2	2,00		
			E2.2 Reforçar e capitalizar o potencial turístico, o património histórico-cultural (?), a restauração, a indústria de lazer e o comércio tradicional	1	0	1	1		0				2	1	1						0,931	0	0,931	1		0			1,418	0,919	0,694				0,74	1	0,87		
Qualificação urbanística	Qualificar os ambientes urbanos	Favorecer a diversificação e complementaridade funcional e a inclusão social	U1.1 Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial			x		x			x	x	x		x	x		x				x		x		x	x	x		x	x	x	x	x	nd	nd	nd		
			U1.2 Rentabilizar / Projetar / Capacitar as redes de Equipamentos e Infraestruturas, face à distribuição e necessidade da população.		0	2	1	2					2	2		2	1	1				0	1,862	1	2				1,418	1,838		1,388	0,6	0,5		1,18	1	1,09	
			U1.3 Prossecurar a Estratégia [Política?] Local de Habitação - ELH			1		1					2	1	2	1							0,931		1				1,838	0,694	1,388	0,6			1,07	1	1,04		
		Promover a coesão do espaço urbano.	U2.1 Reabilitar o espaço urbano			2		2		1	1	2	2		2	1		0					1,862		2		0,594	0,688	1,418	1,838		1,388	0,6		0	1,15	2	1,58	
			U2.2 Assegurar a continuidade urbano – rural	2			2											0		1,862				2									0		1,29	1	1,14		
			U2.3 Promover a qualidade das novas intervenções urbanas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	nd	1	1,00
Mobilidade e transportes	Promover a acessibilidade a todos os locais do concelho e a mobilidade sustentável	Melhorar as condições de acessibilidade	MT1.1 Aproximar as pessoas e as atividades	0				1		1			2	1	1				0				1		0,594			1,838	0,694	0,694				0,80	1	0,90			
			MT1.2 Aumentar a facilidade de deslocação por modos ativos e por transporte público	0	0	1	1	2	0	1	1	2	2	1	1	1	1	1	0	0	0	0,931	1	2	0	0,594	0,688	1,418	1,838	0,694	0,694	0,6	0,5	0	0,73	1	0,86		
		Reequilibrar as oportunidades de deslocação por todos os modos	MT2.1 Dar prioridade aos modos ativos nas áreas residenciais	0	0	1	1	2	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0,931	1	2	0	0,594	0,688	0,709	0,919	0,694	0,694	0,6	0,5	0	0,62	1	0,81		
			MT2.2 Criar uma nova cultura de mobilidade à volta da bicicleta	0	0	0	0	1	0	2	0	1	2	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1,188	0	0,709	1,838	1,388	0	0,6	0,5	0	0,48	0	0,24		
			MT2.3 Aumentar a competitividade do Transporte Público					1					1	1	0	0	1							1				0,709	0,919	0	0	0,6			0,53	1	0,77		
MT2.4 Reestruturar o sistema rodoviário	0		1	1	1		2	0	1	2	2	2	1	1	0	0		0,931	1	1				1,188	0	0,709	1,838	1,388	1,388	0,6	0,5	0	0,81	2	1,40				
Governança	Promover a construção coletiva do território	Promover políticas municipais de desenvolvimento territorial, num âmbito regional, nacional e internacional	G2.1 Estabelecer Planos de Trabalho Integrados, cooperação e troca de experiências / "Boas -práticas" (parceria interna e externa)																																nd	nd	nd		
			G2.2 Promover estratégias de branding territorial potenciando a atratividade junto de públicos internos e externos																																	nd	nd	nd	
		Promover a participação de entidades públicas e privadas no processo de planeamento	G1.1 Promover a participação da sociedade civil																																	nd	0	0,00	
			G1.2 Reforçar as parcerias entre a Autarquia e os agentes de transformação do território, designadamente através das redes já instituídas																																	nd	1	1,00	
			G1.3 Dinamizar o Sistema de Monitorização do PDM, de acordo com o Quadro de Governança																																	nd	1	1,00	
P_set				0,931	0,931	0,931	1,000	1,000	0,688	0,594	0,688	0,709	0,919	0,694	0,694	0,581	0,500	0,500																					

x <0,5
x 0,5 a 1,0
x 1,0 a 1,5
x >1,5

6. QUALIDADE E FUNCIONALIDADE DO PLANO

No presente capítulo pretende-se avaliar o desempenho do PDMM enquanto instrumento fundamental para o ordenamento do território municipal. Na primeira secção identificam-se alguns aspetos que carecem de revisão ou reflexão, designadamente ao nível do regulamento e da planta de ordenamento. A segunda secção é dedicada à leitura crítica das alterações, de diversa natureza, que foram introduzidas no PDMM, à luz das recomendações da avaliação ambiental (monitorização estratégica).

6.1. Avaliação da funcionalidade do regulamento e da planta de ordenamento

Em primeiro lugar, podem identificar-se ainda algumas disfunções no conteúdo do PDMM, que não foram resolvidas pelas alterações e correções materiais realizadas até ao presente (conforme descrição apresentada no capítulo 1.1), e que devem ser suprimidas no futuro. Trata-se de situações de incongruência, falha, problemas de interpretação, quer suscitadas por parte dos técnicos municipais, quer pelos cidadãos.

Na tabela seguinte, são identificadas as necessidades de correção material, alteração ou revisão de diversas normas do regulamento, incluindo a respetiva fundamentação.

Tabela 77 – Avaliação do regulamento

Artigo	Procedimento	Problema identificado
2º - Objetivos	Alteração	O desequilíbrio na abrangência e a falta de precisão dos objetivos comprometem o processo de monitorização e avaliação do plano.
3º - Conteúdo documental	Correção material	A alteração ao artigo 55º (Zonas de conflito) exige a atualização da descrição do conteúdo documental.
4º - Articulação com outros instrumentos de gestão territorial	Correção material	O "Plano Portugal Logístico" não constitui um instrumento de gestão territorial.
5º - Conceitos e siglas	Alteração	Atualização dos conceitos em função da clarificação do regime económico-financeiro
15º - Condições ambientais	Alteração	A norma pretende acautelar a possibilidade de execução de vias em solo rústico, desde que sejam de interesse público, contudo, contrariamente ao que ficou expresso, a natureza da obra pode não ser pública.
18º - Regime (dos espaços agrícolas)	Alteração para adaptação / Alteração	O plano encontra-se em desconformidade com o PNPOT, segundo o qual as novas construções destinadas à habitação devem cingir-se ao solo urbano, aglomerados rurais ou áreas de edificação dispersa.
24º - Disposições gerais da edificabilidade em solo urbano	Alteração	A norma tem-se revelado insuficiente para assegurar a complementaridade funcional nos espaços residenciais, conforme exigido pela Lei de Bases da Habitação e pela Carta Municipal de Habitação. A conversão de utilizações económicas em habitação, ao abrigo do artigo 62.º-B do RJUE, pode comprometer esse equilíbrio funcional.
29º - Áreas para espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas e equipamentos	Alteração	O artigo está desatualizado face às alterações definidas no âmbito do DL n.º 10/2024, de 8 de janeiro, e da Portaria n.º 75/2024, de 29 de fevereiro, uma vez que não contempla a habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível, para efeitos de cedência. Falta referência à Carta Municipal de Habitação e à Carta da Estrutura Verde Municipal (a aprovar oportunamente) como documentos orientadores na ponderação das áreas de

Artigo	Procedimento	Problema identificado
		cedência, constituindo suporte ao exercício da discricionariedade administrativa.
31º - Infraestruturas viárias	Alteração	Nem sempre se revela conveniente adotar o perfil-tipo designado 'Prioritário para Modos Ativos' em novas vias que, embora previstas no Ordenamento I, não estejam assinaladas no Ordenamento II e cuja função de ligação não se compatibiliza com a hierarquia funcional associada a esse perfil.
32º - Estacionamento automóvel	Alteração	A exigência excessiva de lugares de estacionamento público revela-se desajustada face à estratégia de redução da dependência do transporte individual nas deslocações diárias da população, além de limitar a adequada alocação do espaço público aos modos ativos. A isenção da obrigatoriedade de estacionamento privado para os fogos T0 tem incentivado a proliferação exponencial desta tipologia e a sobrecarga do estacionamento público.
35º - Utilizações e índices (espaços centrais)	Alteração	Verifica-se um desequilíbrio no mercado imobiliário ao nível da oferta de nova habitação, decorrente da excessiva construção de fogos T0/T1 com áreas reduzidas, em detrimento da promoção de uma adequada diversidade tipológica.
36º - Espaços centrais	Correção material	Falta de clareza relativamente à admissão da construção de pisos recuados.
38º - Utilizações e índices (espaços urbanos de baixa densidade)	Alteração	Verifica-se um desequilíbrio no mercado imobiliário ao nível da oferta de nova habitação, decorrente da excessiva construção de fogos T0/T1 com áreas reduzidas, em detrimento da promoção de uma adequada diversidade tipológica.
42º - Identificação e utilizações (áreas de atividades económicas)	Correção material/ Alteração	Não está explícito que as instalações especiais de prestação de serviços de habitação tais como, designadamente, estabelecimentos de alojamento local, serviços de habitação temporária ou de apoio a atividades económicas, residências destinadas a estudantes ou a idosos podem ser admitidas como exceção, para além da habitação.
43º - Edificabilidade do solo (áreas de atividades económicas)	Alteração	As operações urbanísticas focadas em grandes áreas de atividades económicas, apesar do tempo decorrido, não tiveram realização (TERTIR; Farfetch; Jomar; Petrogal). A evolução do perfil das atividades económicas exige uma nova abordagem na organização destes espaços, ajustada às realidades emergentes.
44º - Identificação e utilizações (áreas de atividades económicas e estrutura verde urbana)	Correção material/ Alteração	A evolução do perfil das atividades económicas exige uma nova abordagem na organização destes espaços, ajustada às realidades emergentes.
45º - Edificabilidade do solo (áreas de atividades económicas e estrutura verde urbana)	Alteração	A evolução do perfil das atividades económicas exige uma nova abordagem na organização destes espaços, ajustada às realidades emergentes.
55º - Zonas de conflito	Correção material ou alteração	As zonas de conflito delimitadas no plano estão desatualizadas. As mesmas resultam do cruzamento do mapa de ruído com o zonamento acústico - zonas sensíveis e mistas estabelecidas pelo Plano. Em 2024 foi aprovado um novo mapa de ruído – instrumento com dinâmica própria e autonomia relativamente ao plano - e, como consequência, deu origem a novas zonas de conflito.
72º - Salvaguarda do património arquitetónico	Alteração	As Áreas de Salvaguarda do Património Arquitetónico, que integram a Planta de Ordenamento-V, não têm efeito normativo.

Artigo	Procedimento	Problema identificado
79º - Política Municipal de Habitação	Alteração	A terminologia encontra-se desatualizada face à aprovação da CMH. Sugere-se que o termo “Estratégia Local de Habitação” seja substituído por “Carta Municipal de Habitação” (também no n.º 2 do artigo 29.º).
91º - Edificabilidade média e edificabilidade abstrata	Alteração	Os conceitos associados à edificabilidade, baseados no artigo 178.º do RJIGT, geram ambiguidade conceptual face ao modelo perequativo do Plano e carecem de maior precisão, uma vez que constituem resposta ao n.º 2, do artigo 172.º, do RJIGT e à alínea a) do artigo 66.º da LBS.
92º - Edificabilidade concreta e compensações	Alteração	
94º - Encargos urbanísticos - identificação	Alteração	O conceito de infraestrutura geral é incompleto e impreciso, relativamente aos espaços verdes.
95º - Encargos urbanísticos padrão	Alteração	A utilização integral do potencial construtivo atribuído ao proprietário revela-se inexecutável, em virtude da obrigação de cedência de parte do terreno para infraestruturas gerais, decorrente do encargo padrão.
96º - Encargos urbanísticos a suportar pelos promotores	Correção material	Falta clareza na redação do n.º 3.
Anexo III	Alteração	Existe dúvida sobre se a largura mínima dos passeios inclui as caldeiras para arborização ou se a dimensão destas deve ser adicionada.
Anexo VII	Alteração	Falta articular a Carta da Estrutura Verde Municipal (a aprovar oportunamente) com o PDM, como documento orientador na ponderação das áreas de cedência, constituindo suporte ao exercício da discricionariedade administrativa.

Adicionalmente, foram identificados alguns artigos que carecem de avaliação, podendo a mesma conduzir a alterações, a saber: os artigos 72º a 74º.

A nível da planta de ordenamento, considera-se relevante proceder às seguintes correções materiais e alterações:

▪ **Planta de ordenamento I:**

- Corrigir lapsos que foram detetados na qualificação do solo.

▪ **Planta de ordenamento II:**

- Corrigir lapsos que foram detetados na transposição de traçados de ciclovias.
- Excluir as zonas de conflito.

Planta de ordenamento V:

- Transpor para relatório do PDM as áreas identificadas como “Núcleos e Lugares” e “Malhas e Eixos Urbanos”.

Planta de condicionantes III:

- Corrigir delimitação de área de instabilidade de vertentes.

6.2. Avaliação do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística

Na sequência da revisão do PDMM, a 28 de julho de 2020, foi constituído o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU) para suporte à sua execução, ao qual têm sido afetas receitas resultantes da distribuição das mais-valias e de outras receitas urbanísticas, com vista a promover: a operacionalização dos processos perequativos; o apoio fundiário e financeiro à concretização do programa do PDMM; a disponibilização de solo destinado a infraestruturas,

equipamentos espaços verdes públicos; o desenvolvimento das políticas de habitação; a salvaguarda e valorização ambiental e a mobilidade ativa.

O FMSAU tem-se revelado um contributo inegável para a gestão transparente das receitas geradas pela dinâmica urbanística.

A gestão do FMSAU exige a elaboração de um relatório anual, com explicitação autónoma, o qual integra o Relatório de Atividades e de Gestão anual do Município. Este relatório faz o balanço do desempenho do FMSAU, o qual se transpõe de seguida.

Tratando-se o FMSAU de um instrumento com natureza de mera afetação de receitas e bens imobiliários no âmbito do Orçamento Municipal, nas tabelas seguintes são apresentadas as receitas obtidas e os encargos ocorridos desde a constituição do FMSAU e até 31/12/2024.

Tabela 78 – Receitas do FMSAU

FMSAU – receitas	2020 – 2023	2024	Total
<i>Cedências ao município de terrenos com edificabilidade, em operações urbanísticas</i>	0.00€	0.00€	0.00€
<i>Compensações pecuniárias pagas ao município, em operações urbanísticas</i>	2.508.866,47€	3.042.680,59€	5.551.547,06€
<i>Receitas resultantes da venda de terrenos que tenham sido afetas ao FMSAU</i>	0.00€	0.00€	0.00€
Total	2.508.866,47€	3.042.680,59€	5.551.547,06€

Fonte: Relatório de Atividades e de Gestão 2024

Tabela 79 – Encargos do FMSAU

FMSAU – encargos	2020 – 2023	2024	Total
<i>Compensações pecuniárias para aos promotores, em operações urbanísticas</i>	36.040,51€	0.00€	36.040,51€
<i>Aquisição de imóveis para fins de utilidade pública</i>	0.00€	548.268,65€	548.268,65€
<i>Apoio financeiro a operações de salvaguarda e valorização ambiental</i>	68.388,00€	0.00€	68.388,00€
Total	104.428,51€	548.268,65€	652.697,16€

Fonte: Relatório de Atividades e de Gestão 2024

À data de 31 de dezembro de 2024, encontravam-se afetos ao FMSAU de Matosinhos os seguintes ativos municipais: disponibilidades financeiras na conta bancária específica 5.340.673,72 €.

Por forma a dar cumprimento ao seu objeto, ou seja, às finalidades a que o FMSAU de Matosinhos se destina, foi já possível, a partir de 2023, começar a pôr em prática a aplicação dessas verbas a operações / projetos estruturantes para a boa execução do Plano Diretor Municipal de Matosinhos.

Assim, desde a sua constituição e até 31.12.2024, foram incorridos os seguintes encargos:

Tabela 80 – Operações financiadas pelo FMSAU

2023	Valor
<i>Aquisição de serviços para o desenvolvimento de Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana de Custóias, Guifões, Lavra, Leça do Bailio, Perafita, Santa Cruz do Bispo e Senhora da Hora</i>	68.388,00€
2024	Valor
<i>Aquisição de 2 parcelas destinadas à abertura do arruamento “via variante à Rua de Picoutos”</i>	201.338,25€

<i>Aquisição de imóvel destinado à via variante à Rua D. Nuno Álvares Pereira, em Matosinhos</i>	81.930,40
<i>Aquisição de terreno da Travessa Central do Seixo, em S. Mamede de Infesta, inserido na AUDAC 151</i>	100.000,00€
Total	548.268,65€

Fonte: Relatório de Atividades e de Gestão 2024

6.3. Cumprimento das recomendações da avaliação ambiental (monitorização estratégica)

A Declaração Ambiental do PDMM elenca e analisa a forma como as considerações ambientais decorrentes da avaliação ambiental foram integradas no Plano.

De uma forma geral, a Declaração Ambiental (DA) conclui que o processo de revisão do PDMM integrou as recomendações, estimando, do ponto de vista ambiental, efeitos positivos e evolutivos significativos relativamente à situação de referência (com a vigência do PDM anterior).

Não obstante essa conclusão, define a necessidade de adotar, durante a implementação do Plano, medidas de monitorização da aplicação de algumas daquelas recomendações. Para isso, foi definido um conjunto de indicadores/medidas de avaliação e controlo, em conformidade com o disposto no artigo 11.º do DL n.º 232/2007.

Essa monitorização desenvolve-se a 2 níveis: a Monitorização Ambiental e Territorial, que incide na evolução das variáveis de estado do território; já apresentadas no capítulo 2 deste REOT; e a Monitorização Estratégica, destinada a avaliar as oportunidades e ameaças, bem como a eficácia das recomendações da AAE.

Esta secção incide sobre este nível da Monitorização Estratégica e analisa, sobretudo, a forma como as diversas alterações (incluindo a correção material e a suspensão parcial) dão corpo às recomendações da avaliação ambiental. A leitura é sintética e apresenta-se nas tabelas seguintes.

1.ª correção material (Aviso n.º 9648/2022, de 12 de maio de 2022), com correções na planta de ordenamento, na planta de condicionantes e no regulamento

Fator de Sustentabilidade	Recomendação
Desenvolvimento Socioeconómico	A correção, de natureza normativa, elimina constrangimentos à instalação de atividades económicas, tendo em conta as necessidades específicas das mesmas. Sem efeito imediato no dinamismo económico local.
Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano	A correção reforça o quadro legal aplicável ao uso do solo, promovendo coerência entre as disposições regulamentares e a estrutura do modelo territorial. Contribui para uma leitura mais clara, facilitando a correta interpretação e aplicação da disciplina do plano e pode, indiretamente, favorecer a qualificação do espaço urbano.
Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	O regulamento mantém o enquadramento existente, sem alteração de traçados de estrutura ecológica ou medidas específicas de valorização ambiental.
Vulnerabilidades e Riscos	O documento tem uma função normativa de clarificação e harmonização, sem impacto direto neste fator.
Acessibilidade e Mobilidade	A sua natureza é regulatória e organizativa, sem efeitos diretos na melhoria da acessibilidade ou na promoção de transportes sustentáveis.

1.ª alteração por adaptação do PDM ao Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (Declaração n.º 20/2022, de 3 de fevereiro de 2022), recaindo sobre o regulamento e a planta de ordenamento IV).

Fator de Sustentabilidade	Recomendação
Desenvolvimento Socioeconómico	O foco está na proteção ambiental e regulação territorial, não havendo recomendações específicas para o dinamismo económico local. O contributo para este fator é, portanto, indireto ou neutro. São identificadas as atividades económicas e turísticas, compatíveis e vocacionadas para a faixa costeira.
Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano	A alteração estabelece limites claros à urbanização e edificação nas zonas de proteção e salvaguarda, restringindo construções, loteamentos e ampliações. Estas medidas contribuem para conter a dispersão urbana, proteger os usos do solo e garantir uma ocupação mais ordenada e compatível com a segurança territorial.
Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	É dado relevo à proteção da vegetação autóctone, à estabilização de taludes com técnicas de engenharia natural e à valorização de elementos patrimoniais e arqueológicos. Estas ações favorecem a conservação dos ecossistemas e a integração da paisagem como elemento funcional do ordenamento.
Vulnerabilidades e Riscos	O plano delimita faixas de salvaguarda à erosão e ao galgamento costeiro, interdita construções em zonas de risco e obriga à menção expressa desses riscos nos alvarás. Estas disposições fortalecem a gestão preventiva, a adaptação climática e a resiliência do território face a perigos naturais.
Acessibilidade e Mobilidade	Permite-se a construção de percursos pedonais e cicláveis e de infraestruturas de transporte coletivo, desde que não alterem o perfil natural. Estas intervenções favorecem a fruição pública e alinham-se com princípios de mobilidade suave e sustentável, ainda que como função secundária da norma.

1.ª alteração (Aviso n.º 3787/2023, de 20 de fevereiro de 2023), atualizando o PDMM para compatibilização com o Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho (RCM n.º 111/2021, de 11 de agosto) e alteração de algumas normas regulamentares.

Fator de Sustentabilidade	Recomendação
Desenvolvimento Socioeconómico	A alteração visa reforçar a estrutura económica e apoiar usos mistos em alinhamento com a recomendação de promover novas atividades económicas.
Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano	Alarga o âmbito de aplicação dos parâmetros urbanísticos de referência para a boa conceção do desenho do espaço urbano, e acautela a conflituosidade e desarticulação de morfotipologias, garantindo uma ocupação mais ordenada do território. Reforça a importância da distribuição das mais-valias, indispensáveis para o investimento público na organização espacial e qualificação do ambiente urbano.
Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	Valoriza a paisagem e biodiversidade, com integração de infraestruturas verdes e elementos naturais na conceção do desenho urbano, tal como linhas de água e arborização de interesse. Inclui também preocupações com espécies invasoras, e a gestão da vegetação autóctone, como recomendado.
Vulnerabilidades e Riscos	Prevê-se a articulação com o PMPEC e o reforço da resiliência às alterações climáticas, conforme recomendado. Estão presentes garantias de adoção de soluções construtivas e infraestruturais que permitem aumentar a resiliência ao avanço das águas do mar. A gestão das zonas associadas a estabelecimentos

	com substâncias perigosas é adequada à dinâmica evolutiva do risco, sob avaliação contínua e acompanhamento dos serviços de proteção civil.
Acessibilidade e Mobilidade	As alterações não introduzem modificações nem afetam esta matéria.

1.ª suspensão parcial e estabelecimento de medidas preventivas (Aviso n.º 21531/2022, 11 de novembro de 2022) + 1.ª alteração simplificada e 1.ª correção material à REN (Aviso n.º 11601/2023), para compatibilizar as opções estabelecidas no PDMM com uma operação urbanística de importância fundamental para a transformação económica e social.

Fator de Sustentabilidade	Recomendação
Desenvolvimento Socioeconómico	A suspensão visa viabilizar um investimento com criação estimada de 12.000 postos de trabalho qualificado no setor tecnológico (<i>Fuse Valley / Tech Campus</i>), reforçando o dinamismo económico local. Alinha-se diretamente com as recomendações de promover novas atividades económicas e contrariar tendências demográficas negativas.
Organização Espacial do Território e Ambiente Urbano	A operação exige reorganização do uso do solo e reconfiguração de acessibilidades, contribuindo para a qualificação da entrada no concelho e a integração urbana. Estão previstas cedências para espaços verdes e articulação com estruturas territoriais existentes, como o Corredor Verde do Leça.
Recursos Naturais, Paisagísticos e Patrimoniais	O projeto integra cedência de cerca de 4,5 hectares para espaços verdes públicos, incluindo margens do rio Leça, promovendo a sua requalificação ecológica. Estas ações reforçam a estrutura verde e a fruição pública da paisagem, conforme recomendado, embora implicando a exclusão de cerca de 2 mil m ² de REN.
Vulnerabilidades e Riscos	A localização e avaliação ambiental favorável do projeto, aliadas à reorganização urbanística e à integração com áreas consolidadas, reduzem exposição a riscos naturais. O planeamento assenta numa abordagem preventiva e compatível com o ordenamento existente.
Acessibilidade e Mobilidade	Prevê-se a requalificação do Nó do Chantre e novos acessos à EN13, com ganhos na articulação viária. Estas soluções respondem às recomendações de melhoria das infraestruturas de transporte e mobilidade sustentável.

7. SÍNTESE DE CONCLUSÕES

7.1. Estado e dinâmicas territoriais

O território de Matosinhos revela um conjunto de dinâmicas demográficas, económicas, sociais e ambientais que ajudam a compreender os desafios e oportunidades que o município enfrenta num ciclo de forte transformação urbana, social e económica.

Dinâmicas Demográficas

Matosinhos apresenta atualmente cerca de 181 mil habitantes, após recuperar da perda registada entre 2011 e 2021. As projeções apontam para um crescimento moderado até 185–190 mil habitantes em 2034, sustentado sobretudo pela atração migratória, uma vez que os movimentos naturais permanecem negativos.

A estrutura demográfica evidencia um envelhecimento acelerado — aumento de quase 40% da população sénior — e uma redução significativa dos jovens e adultos em idade ativa. Paralelamente, cresce o número de agregados familiares, embora com menor dimensão média, destacando-se o aumento expressivo de famílias unipessoais.

Uso do Solo e Edificação

O município mantém uma componente territorial agrícola relevante, com 19% do solo em RAN e 16% em REN (2023). No solo urbano, predomina a impermeabilização (60%), refletindo alta densidade de ocupação. Ainda assim, o solo urbano apresenta uma capacidade significativa de expansão (possibilidade de acréscimo de 49% no número de alojamentos), quer por meio da nova ocupação do solo, quer pela densificação vertical do edificado existente.

Apenas 8% do solo urbano está abrangido por planos de urbanização ou pormenor, o que reforça a importância do PDM como instrumento orientador. Regista-se ainda um aumento significativo do licenciamento, com crescimento superior a 300% nas novas construções entre 2014 e 2023.

Habitação e Mercado Imobiliário

O parque habitacional permanece estável, mas cresce o número de alojamentos ocupados e o peso do arrendamento, que aumenta mais de 11% na última década.

A leitura tipológica mostra uma clara proliferação de fogos T0 e T1, alinhada com a diminuição da dimensão dos agregados familiares.

O mercado imobiliário encontra-se sob forte pressão, com aumentos muito expressivos tanto nas rendas (+19,6%) como no valor de venda (+68%) na década, revelando um município em crescente atratividade, mas também um território com desafios crescentes de acessibilidade à habitação.

A Carta Municipal de Habitação (2024) surge como resposta, orientando o crescimento futuro para o território provido de adequadas condições urbanas de suporte à habitação e contribuindo para a mitigação da vulnerabilidade e da periferização das áreas residenciais.

A Zona de Pressão Urbanística (ZPU) criada em janeiro de 2023, também representa um contributo adicional importante para o acesso à habitação.

Turismo em Expansão

O turismo constitui uma das dinâmicas mais marcantes do território. O alojamento local cresceu de 1 para 137 unidades em pouco mais de uma década (2010-2023) e a oferta hoteleira aumentou de 13 para 19 estabelecimentos.

A capacidade total de camas turísticas cresceu +34% e as dormidas +21% (entre 2018 e 2023), consolidando Matosinhos como destino turístico relevante e reforçando o papel da frente atlântica enquanto ativo estratégico.

Ação Social, Educação e Saúde

A forte presença da rede social tem, com mais de 5.400 utentes apoiados por diferentes respostas sociais, destacando-se creches e estruturas para idosos, revela-se ainda insuficiente para suprir plenamente as necessidades da população do concelho, sobretudo no apoio à terceira idade.

Por outro lado, o território observa menos estabelecimentos escolares e menos alunos, confirmando o impacto direto do envelhecimento populacional.

No ensino superior, o número de estudantes cresce, traduzindo a capacidade de atração de instituições especializadas. A oferta de saúde mantém-se estável e bem distribuída.

Economia e Emprego

A economia local dá sinais robustos: o número de empresas cresce +21% e o emprego +32% (2011-2022). O setor mais dinâmico é o das Tecnologias de Informação e Comunicação, que quase duplicam em empresas e quadruplicam em emprego (+300 empresas; +6.300 trabalhadores).

O PDM classifica 25% do solo urbano como área de atividades económicas, incluindo zonas logísticas de grande escala. A agricultura apresenta perdas na maioria das freguesias, demonstrando o abandono progressivo da atividade, em detrimento do setor terciário.

Mobilidade e Acessibilidades

A rede viária apresenta grande extensão (678 km), mas persistem desafios ao nível da sua capacidade de distribuição e articulação, bem como na partilha do espaço com os modos pedonal e ciclável — 28% das vias não têm passeios adequados e a rede ciclável existente é ainda limitada (20 km).

Projetos estruturantes — como a nova linha de metro de São Mamede IPO–Estádio do Mar, o corredor BRT Matosinhos–Aeroporto e a Linha de Alta Velocidade (LAV) — reforçam a mobilidade sustentável e a conectividade metropolitana, nacional e até internacional.

Ambiente e Infraestruturas Ambientais

O município apresenta boa ou satisfatória qualidade do ar, níveis de água segura superiores a 99% e uma redução muito significativa das perdas reais de água (-70%).

Os espaços verdes representam 232 hectares, ainda insuficientes face à pressão urbana.

Riscos e Vulnerabilidades

As ocorrências associadas a eventos naturais aumentaram +118% entre 2017 e 2022, refletindo maior frequência de fenómenos extremos.

Atualmente, os riscos de cheias urbanas são relativamente baixos. Contudo, fenómenos como o galgamento oceânico, as inundações e a erosão costeira poderão, nos próximos anos, representar uma ameaça significativa para as construções situadas nas zonas mais próximas do litoral. Para já, as duas áreas identificadas como críticas no Programa da Orla Costeira Caminha–Espinho (POC-CE)

encontram-se devidamente acauteladas. A Câmara Municipal tem vindo a adotar medidas e a promover intervenções de adaptação aos riscos costeiros, concretizando uma estratégia de requalificação alinhada com as orientações do POC-CE para estas áreas, que inclui soluções de recuo planeado e de acomodação.

A impermeabilização dos corredores húmidos e litorais revela fragilidades significativas, sobretudo num território costeiro exposto à erosão.

Registou-se uma melhoria na segurança rodoviária, com diminuição de 18% do número de acidentes de viação com vítimas entre 2017 e 2022.

Cultura e Património

O concelho dispõe de 42 bens classificados e uma oferta cultural diversificada — auditórios, museus, bibliotecas e centros culturais — concentrada sobretudo em Matosinhos e Leça da Palmeira, reforçando o papel da cultura na identidade e atratividade do território.

Governança e Participação

A participação pública permanece reduzida, com apenas 23 contributos registados nas consultas públicas dos 7 instrumentos de planeamento realizadas entre 2020 e 2024.

Apesar disso, o município dá passos sólidos na construção de um Sistema de Avaliação e Monitorização do Plano Diretor Municipal, essencial para uma gestão territorial mais transparente e orientada a resultados.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Matosinhos evidencia excelente desempenho nos serviços urbanos essenciais, com cobertura quase total de água e saneamento e alta qualidade das águas balneares.

O município reforça a sua capacidade de inovação, com mais investigadores, investimento em I&D e crescimento das atividades tecnológicas.

Persistem desafios relevantes:

- Pressão elevada no mercado da habitação, com preços em forte subida.

- Escassez de espaços verdes urbanos.

- Pressão contínua sobre ecossistemas sensíveis.

- Dependência do automóvel.

No conjunto, registam-se bons resultados em infraestruturas e inovação, mas fragilidades em sustentabilidade urbana e ambiental.

Avaliação Ambiental e Monitorização Territorial (cf. Avaliação Ambiental Estratégica do PDM)

A monitorização confirma progressos claros em água, saneamento, qualidade do ar, gestão de resíduos e eficiência hídrica.

Contudo, o território enfrenta pressões ambientais crescentes, sobretudo:

- Aumento de eventos naturais extremos e riscos associados.

- Fragilidade ecológica em corredores ripícolas e litorais.

Os indicadores reforçam a necessidade de reforçar a adaptação climática, expandir a infraestrutura verde e melhorar a integração ambiental no planeamento urbanístico.

No global, há evolução positiva, mas o equilíbrio entre o crescimento urbano e a criação de espaços verdes e valorização ambiental continua a ser um dos principais desafios estratégicos do município.

SÍNTESE CONCLUSIVA – ESTADO E DINÂMICAS TERRITORIAIS

O território está em progressiva transformação, marcado por forte atratividade urbana, dinâmica económica e expansão turística, mas também por pressões ambientais, riscos climáticos e desafios habitacionais.

As tendências apontam para a necessidade de reforçar políticas de habitação, adaptação climática, mobilidade sustentável e participação cívica, assegurando um desenvolvimento equilibrado, resiliente e alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

7.2. Instrumentos de planeamento e outros referenciais estratégicos

Instrumentos em vigor

O município possui um conjunto robusto de instrumentos de planeamento, destacando-se:

- Plano Diretor Municipal de Matosinhos (PDMM, 2019) e respetivas alterações/correções posteriores (2022–2023), incluindo adaptação ao POC Caminha–Espinho, correções materiais de lapsos e omissões, suspensão parcial associada ao projeto Fuse Valley/Tech Campus e alterações pontuais ao regulamento, sobretudo para eliminar ambiguidades na interpretação das reais opções do Plano.
- 13 planos de urbanização e de pormenor, dos quais apenas 2 foram alterados após a entrada em vigor do PDMM, revelando necessidade de atualização face a novas dinâmicas.
- Carta Municipal de Habitação (2024), plenamente integrada com o PDM e estruturada com base no princípio da interdependência entre as políticas de habitação e a capacitação territorial.
- Integração com instrumentos supramunicipais: PROT Norte, PNPOT, PGRH, POC, entre outros.

Sublinha-se que o quadro de planeamento é coerente, mas necessita de atualizações para garantir melhor alinhamento com o contexto atual e com as pressões habitacionais, económicas, ambientais e de mobilidade.

Sistema de Avaliação e Monitorização

O Sistema de Avaliação e Monitorização (SAM) do PDM, em fase de conceção, é composto por indicadores qualitativos e quantitativos que permitem acompanhar:

- Estado e dinâmicas territoriais,
- Execução do plano,
- Resultados/efeitos,
- Desempenho/funcionalidade do próprio PDM.

Este sistema constituirá um novo paradigma de gestão territorial, essencial para um planeamento adaptativo, tal como defendido no PROT Norte.

Articulação Estratégica

O PDMM demonstra boa integração com:

- os vetores estratégicos e finalidades definidos na sua matriz estratégica,
- os objetivos de políticas setoriais (habitação, mobilidade, ambiente, economia, cultura),
- os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com incidência territorial.

O município tem vindo a reforçar uma visão integrada, mas ainda existem zonas de tensão, especialmente entre:

- expansão urbana e valorização ambiental,
- pressão imobiliária e coerência da resposta habitacional,
- mobilidade sustentável e densificação urbana.

Balanço crítico da execução dos instrumentos de planeamento

Embora existam vários instrumentos em vigor, a sua execução é desigual. Vários planos estão desatualizados perante novas dinâmicas (ex.: encerramento da refinaria, novos investimentos estratégicos, pressão habitacional).

O conjunto de instrumentos, embora sólido, precisa de uma atualização coordenada, não apenas o PDMM, mas também os planos de urbanização e de pormenor.

O PDMM tem sido ajustado através de alterações, mas alguns domínios apresentam dificuldades de aplicação, nomeadamente:

- o regime económico-financeiro / a perequação urbanística,
- a habitação: a fixação de parâmetros para conformidade com o RJUE e Portaria n.º 75/20224, de 29/02; a regulação tipológica dos fogos, das funções complementares e da integração nos espaços de atividades económicas.
- O regime de ocupação dos espaços de atividades económicas face à evolução do perfil das atividades económicas.

A Carta Municipal de Habitação introduz uma visão mais atualizada da política municipal de habitação e constitui um reforço estratégico do sistema de planeamento, ao incorporar o conceito de *habitat* como dimensão indissociável da habitação.

SÍNTESE CONCLUSIVA - INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E OUTROS REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

Destacam-se as seguintes conclusões-chave:

- Os comportamentos dos agentes do território alteram-se em função de novas regras estabelecidas pelos planos. Esses comportamentos, por vezes, são imprevisíveis e só se

tornam evidentes algum tempo após a sua entrada em vigor. Tendo sido identificados desvios que comprometem os desígnios territoriais e o interesse público, os planos devem ser reajustados.

- O território está em progressiva transformação: envelhecimento acelerado da população, pressão sobre a habitação, expansão turística, dinamismo das TIC e riscos ambientais crescentes. Muitos dos instrumentos — não só o PDMM, mas também os planos de urbanização e de pormenor — estão desatualizados ou com dificuldades de aplicação em matérias como as do regime económico e financeiro. As dinâmicas territoriais superam a capacidade de adaptação dos instrumentos existentes, criando zonas de desfasamento regulatório e operacional.
- Existe alinhamento estratégico no papel, mas insuficiente tradução em ações coerentes, sistemáticas e territorialmente integradas. O quadro de planeamento é abrangente, mas assimétrico na execução. Existem vários instrumentos formais em vigor, mas muitos necessitam de atualização para garantir coerência e resposta eficaz às novas dinâmicas territoriais. A integração entre instrumentos melhorou, sobretudo com a CMH, mas persistem lacunas. A coerência entre habitação, mobilidade, ambiente e economia ainda requer maior harmonização, sobretudo na escala inframunicipal.
- O PDMM mantém centralidade estratégica, mas enfrenta limitações operativas. As sucessivas correções e alterações mostram a necessidade de clarificação e adaptação normativa de forma a responder às exigências da gestão do território e à sua compatibilização com as políticas setoriais.
- O SAM pode representar um avanço significativo na gestão territorial, funcionando como um mecanismo estruturante para uma governação baseada em evidência. No entanto, ainda necessita de plena consolidação na prática municipal. Tanto o SAM quanto a monitorização são avanços estruturantes, mas ainda incipientes e em fase de implementação — essencial para um planeamento adaptativo, mas ainda não plenamente operacional. Um dos desafios é integrá-lo sistematicamente nos processos de decisão e revisão dos instrumentos.

7.3. Eficácia (execução) e eficiência (cumprimento de objetivos) do PDMM

A avaliação conjunta de execução (cap. 4) e eficiência (cap. 5) permite identificar quatro grandes áreas onde o PDM de Matosinhos demonstrou desempenho elevado, traduzido tanto em execução robusta como em impacto territorial positivo e cumprimento de objetivos estratégicos:

- Reabilitação urbana e qualificação do espaço público;
- Ambiente e recuperação ecológica do território (com destaque para o Vale do Leça);
- Dinamização económica e acolhimento de novas atividades;
- Execução de investimento público em habitação e equipamentos.

Reabilitação Urbana e Qualificação do Espaço Público

O PDMM foi claramente eficaz na reabilitação urbana, com impactos visíveis na qualidade dos espaços públicos e na vitalidade urbana:

- Elevada execução financeira e física nas ações ligadas a espaço público, equipamentos e qualificação urbana.
- A reabilitação urbana é identificada como um dos objetivos com “contributo significativo” na eficiência do plano, o que significa que as ações incidiram mais na melhoria/manutenção de espaços já existentes do que na criação de novos.

Valorização Ambiental e Recuperação do Vale do Leça

O domínio mais fortemente destacado em toda a avaliação (A1.3) é a recuperação e valorização do Vale do Leça, graças ao forte investimento realizado e ao elevado grau de execução dos projetos associados.

Também se registam progressos claros em ambiente urbano: perdas reais de água reduzidas em 70%, qualidade do ar “Bom/Muito Bom”, reforço de espaços verdes urbanos, melhorias ambientais integradas na execução.

Promoção de Novas Atividades Económicas

A promoção da instalação de novas atividades económicas (E2.1) e a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial (U1.1), no seu conjunto, são objetivos gerais em que os progressos foram evidentes, podendo concluir-se que o PDM foi bastante eficiente, para atração de investimento e consolidação de setores estratégicos.

- Crescimento expressivo das atividades económicas, sobretudo no setor TIC;
- Forte instalação de novas empresas e aumento muito significativo do emprego qualificado.

Habitação e Equipamentos (de iniciativa municipal)

Embora o acesso à habitação continue a ser um desafio territorial, o PDMM demonstrou eficácia nos vetores diretamente dependentes da ação pública, ainda que os desafios estruturais do mercado continuem para além do âmbito direto do plano:

- Investimento muito expressivo em habitação e equipamentos (66% do total investido pelo município no período 2020–2024);
- Ações de reabilitação e melhoria de habitação pública e promoção do arrendamento acessível foram lançadas e estão em velocidade de cruzeiro;
- A aprovação da Carta Municipal de Habitação reforça o domínio.

Gestão Territorial em Áreas-Chave (UOPG 1, 2 e 6)

Algumas UOPG atingiram níveis de execução financeira acima dos 70–80%, face ao montante previsto, destacando-se:

- UOPG 2 (83%) – desempenho exemplar;
- UOPG 1 (70%) – execução sólida;
- UOPG 6 (62%) – acima da média concelhia.

Estas unidades evidenciam coerência entre planeamento e ação, pois o montante executado aproxima-se do valor previsto para os investimentos.

Por outro lado, há domínios em que apesar do montante executado ficar muito abaixo do previsto para os investimentos, a execução teve maior impacto no cumprimento dos objetivos. Isto deve-se à concentração numerosa de ações, por exemplo nas UOPG 4 e 5, que correspondem a zonas de maior dinamismo económico e urbano.

Mobilidade Suave e Cultura de Mobilidade

O PDMM foi pouco eficaz na promoção da mobilidade ativa e numa mudança estrutural nos padrões de deslocação:

- Há um objetivo crítico não cumprido (MT2.2), pois a expansão da rede ciclável ficou muito aquém do previsto: apenas 20 km existentes perante 117 km planeados;
- Regista-se a execução reduzida das ações de mobilidade sustentável, com fraca integração territorial e o pouco progresso na redução da dependência do automóvel.

Reforço de ligação viária entre Matosinhos e Leça da Palmeira através do porto de Leixões

- A recorrente inoperacionalidade da ponte móvel, associada ao progressivo agravamento das condições de circulação na A28, evidencia de forma cada vez mais clara a urgência de concretizar uma solução de ligação alternativa que responda às necessidades de mobilidade entre Matosinhos e Leça. A representação constante da Planta de Ordenamento apesar de meramente indicativa, procura, contudo, salvaguardar e manter presente uma necessidade estrutural cuja relevância se tem vindo a acentuar.
- Embora a definição e concretização desta infraestrutura exijam um processo de discussão e concertação institucional alargada, a sua importância estratégica não pode ser desvalorizada nem remetida para um horizonte indefinido. Pelo contrário, a crescente pressão sobre a A 28 e as perspetivas de transformação associadas à futura reconversão da refinaria reforçam a importância desta ligação, tornando indispensável a sua consideração o quanto antes no planeamento e na definição das opções de desenvolvimento territorial.

Requalificação de Áreas de Atividades Económicas

Para além dos bons resultados na atração de novas atividades, o PDMM impulsionou o processo de transformação das áreas de atividades económicas, que apesar de lento, tende a promover o desenvolvimento dos procedimentos necessários à execução das AUDAC e das SUOPG localizadas nestes espaços.

Ação Climática e Energia Sustentável (PAES)

As medidas previstas no PAES e na EMAAC estão incorporadas no PDM e distribuídas por diversas áreas de atuação, contribuindo para os objetivos dos vetores ambiental, de qualificação urbanística e de mobilidade e transportes: reabilitação do parque habitacional municipal, modos suaves e transportes públicos, espaços verdes e azuis, permeabilização do solo, arborização, iluminação pública, entre outras. Está assegurada a articulação entre o planeamento territorial e as políticas municipais de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

- Os objetivos A1.8 e A1.9 são cumpridos de forma satisfatória, atendendo à boa execução das ações convergentes com as metas do Plano de Ação para a Energia Sustentável (PAES), e de investimentos consistentes em medidas de mitigação e adaptação climática, como é o caso do transporte público e modos ativos, da reabilitação do edificado, da iluminação pública, e dos espaços verdes e de utilização coletiva.

Participação Cívica e Governança Territorial

O PDM não conseguiu envolver a sociedade civil nem criar uma cultura de participação consistente.

- Objetivo G1.1 com fraca execução – por exemplo, apenas 23 contribuições em participações públicas em quatro anos (2020–2024);
- Participações com baixo nível de relevância para as questões de interesse público relacionadas com o ordenamento e planeamento do território, sendo ainda predominantemente focadas em temas de foro privado, sem trazer contributos significativos para a dimensão pública;
- Baixa apropriação do plano pela comunidade e agentes locais;
- Monitorização e comunicação do PDM ainda incipientes.

Execução Territorial Desigual (UOPG 3 e UOPG 5)

- Se avaliarmos o montante executado face à população residente, estas duas UOPG registam desempenho abaixo da média (69%), mostrando assimetrias no território. Isto traduz-se em desigualdades na distribuição do investimento e transformação urbana, traduzindo falta de equidade territorial.

Fraca Dinamização de SUOPG e AUDAC

- O modelo operativo do PDMM, fortemente dependente da iniciativa privada, assenta numa aprendizagem ainda em evolução dos processos e procedimentos, envolvendo a interação entre a câmara municipal e os agentes privados;
- A dependência de decisões e investimentos privados tem limitado o controlo sobre o ritmo de desenvolvimento e execução destas áreas, que nem sempre acompanha as expectativas da Administração. O modelo revelou-se, por inerência, pouco eficaz na transformação rápida das áreas de expansão planeadas;
- Das 160 AUDAC previstas, apenas 5 atingiram fases avançadas de desenvolvimento. A maioria depende da iniciativa privada, apresentando progressos lentos. As SUOPG encontram-se em andamento, mas ainda têm um percurso significativo a percorrer até à sua concretização.

SÍNTESE CONCLUSIVA – EFICÁCIA E EFICIÊNCIA

A leitura combinada dos capítulos 2 a 5 revela um território em rápida transformação, onde o PDMM demonstra bons níveis de execução e impactos evidentes em domínios como requalificação urbana, ambiente e dinamização económica — mas a um ritmo desigual entre áreas temáticas e unidades territoriais.

O diagnóstico territorial (cap. 2) evidencia forte pressão urbanística, desequilíbrios demográficos, dinâmicas económicas intensas, riscos ambientais crescentes e desigualdades intraconcelhias. Em contrapartida, o capítulo 4 mostra que a execução do Plano é significativa, mas assimétrica, condicionada por dependência da iniciativa privada, limitações regulamentares e constrangimentos operativos. Já o capítulo 5 demonstra que a eficiência é moderada: os objetivos relacionados com a

requalificação/construção de habitação pública, equipamento e espaços públicos têm bom desempenho, enquanto a mobilidade e a participação, ficam aquém do esperado.

No geral, o PDMM funciona bem como instrumento estruturador e promotor de investimento público, mas, com exceção dos processos AUDAC e SUOPG, não tem conseguido operar plenamente como motor de mudança nas áreas que dependem de mobilização social, reorientação de comportamentos ou transformação complexa do sistema de mobilidade.

7.4. Qualidade e funcionalidade do Plano

O PDMM constituiu, à data da sua publicação, uma mudança significativa no modelo de gestão territorial do concelho, tendo sido inovador a nível nacional em alguns aspetos. O seu regulamento é coerente com a estratégia do PDMM e a sua planta de ordenamento reflete adequadamente a estrutura territorial definida.

A aplicação prática dos principais elementos do PDMM – regulamento e planta de ordenamento – ao longo de 5 anos, e a articulação existente entre os responsáveis pela gestão urbanística e pelo planeamento territorial do Município, tem permitido manter atualizada a identificação de lapso, falhas e incongruências dos documentos do plano. Foram, neste contexto, detetados os seguintes problemas:

- Normas difíceis de operacionalizar em temas como mecanismos perequativos, estacionamento, infraestrutura geral e complementaridade funcional;
- Necessidade de clarificar conceitos e parâmetros urbanísticos.

As medidas propostas para resolver os problemas acima passam, essencialmente, por ajustes pontuais ao PDMM. Apesar de algumas delas se poderem resolver através de um procedimento de correção material, a maioria exige uma alteração ao plano, não estando em causa, portanto, a necessidade de uma revisão.

Um dos aspetos inovadores do PDMM foi a introdução, nos termos da lei aplicável, da previsão do Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística que foi constituído em 2020 e que tem vindo, progressivamente, a aumentar o valor das receitas geradas anualmente. Pode-se afirmar que a constituição deste fundo se revelou positiva, permitindo financiar a aquisição de terrenos, e ações de valorização ambiental e urbanística no âmbito de operações de reabilitação urbana.

Salienta-se, no entanto, que a utilização dos recursos do fundo (encargos) tem sido relativamente baixa, face à coleta. Com efeito, no final de 2024, apenas tinham sido gastos cerca de 12% das receitas afetas ao fundo.

O capítulo 6 do REOT realça a necessidade de rever os critérios de aplicação do fundo, assegurando maior alinhamento com os objetivos do PDMM.

No que respeita às recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica, o PDMM integrou adequadamente as recomendações da AAE e as suas posteriores alterações vieram reforçar aspetos ambientais sensíveis.

8. RECOMENDAÇÕES

8.1. No âmbito das dinâmicas territoriais

- i. Consolidar políticas de habitação (resposta à pressão de preços, correção do desequilíbrio tipológico dos fogos) e ancorar nova oferta em condição de centralidade bem servida;
- ii. Acelerar mobilidade sustentável (ciclovias, BRT/Metro, rede pedonal qualificada, influência no redesenho da rede UNIR) e reduzir dependência do automóvel;
- iii. Ampliar a infraestrutura verde e proteger corredores húmidos e litorais;
- iv. Aproveitar o dinamismo económico para atrair investimento qualificado, estruturar espaços económicos e elevar o valor acrescentado local;
- v. Reforçar governança e participação cívica, crítica e informada, (processos participativos ativos e comunicação) e consolidar uma prática continuada de monitorização e transparência ao nível do planeamento e gestão territorial.
- vi. Face ao encerramento da refinaria de Matosinhos, compatibilizar as premissas que decorrem da evolução do contexto socioeconómico, com as opções do Município, quanto ao processo de reconversão em marcha, por forma a responder ao desenvolvimento daquela área do concelho.
- vii. A evolução do perfil das atividades económicas tem conduzido ao surgimento de novas atividades, sobretudo as associadas às tecnologias, aos serviços avançados e à economia do conhecimento, que apresentam padrões diferenciados de ocupação e utilização do espaço quando comparadas com a indústria tradicional. Estas atividades tendem a exigir espaços mais flexíveis, multifuncionais e integrados em contextos urbanos qualificados, privilegiando a proximidade a centros de conhecimento, serviços de apoio e redes de inovação. Verifica-se igualmente uma relação diferente com o território e com as infraestruturas. Se a indústria clássica e a logística pesada dependem fortemente de acessibilidade rodoviária, muitas das novas atividades valorizam a proximidade a transportes públicos e a conectividade digital, reduzindo, em muitos casos, a necessidade de deslocações físicas intensivas. O recurso ao trabalho remoto e a modelos híbridos contribui igualmente para uma menor pressão sobre a mobilidade diária. Estas transformações traduzem-se em novas exigências ao nível do ordenamento do território e do planeamento urbano que se devem refletir na organização dos espaços de atividades económicas.

8.2. No âmbito do sistema de planeamento

O sistema de planeamento deve evoluir para um modelo mais ágil, atualizado e baseado em evidência, capaz de acompanhar a velocidade das transformações territoriais de Matosinhos. A prioridade imediata deve ser a realização de correções e alterações ao PDMM, particularmente para clarificação regulamentar do regime económico-financeiro e a sua conformidade com as diretrizes do PNPT e a recente Portaria n.º 75/2024, no que se refere ao acesso à habitação. Paralelamente, deve proceder-se à atualização dos planos de pormenor e de urbanização que apresentem desatualizações face à evolução das condições económicas, sociais, ambientais ou culturais, bem como a consolidação do SAM.

- viii. Acelerar a atualização dos planos de urbanização (PU) e de pormenor (PP). Os PU e PP em vigor encontram-se, em grande parte, já executados. Dos treze existentes, seis estão executados ou em fase avançada de execução. Dois planos foram alterados após a entrada em vigor do PDMM, enquanto os cinco restantes podem apresentar desatualizações face às novas dinâmicas territoriais: alterações económicas, pressões habitacionais, desafios ambientais e investimentos estratégicos, evidenciando um défice de atualização. Esta atualização deve ser faseada e alinhada com o PDMM e com a Carta Municipal de Habitação, integrando modelos de mobilidade sustentável, resiliência climática e estratégias de densificação controlada, bem como os mecanismos de perequação exigidos pela nova Lei de Solos.
- ix. Reforçar articulação entre o PDMM e as diversas políticas setoriais. Apesar de existir coerência estratégica, há ainda zonas de tensão entre políticas como habitação, mobilidade e ambiente — visível na pressão imobiliária e nos indicadores ambientais. Apoiado no SAM, pode ser criado um mecanismo intersetorial permanente de coordenação entre urbanismo, ambiente, mobilidade, ação social e economia, garantindo alinhamento e atualização contínua dos instrumentos.
- x. Consolidar e operacionalizar o Sistema de Avaliação e Monitorização. O SAM é um avanço importante, mas ainda não está consolidado, e muito menos plenamente integrado na prática municipal. Isso exigirá a definição de responsáveis funcionais, a integração dos indicadores em *dashboards* acessíveis, estabelecer momentos formais de revisão (anual?).
- xi. Atualizar as normas do PDMM que criam obstáculos operativos, como diversas disfunções do regulamento ou a outros níveis. Deve ser preparada uma alteração de ajustamento regulamentar, focada em clarificar o regulamento, reduzindo litígios e alinhando com a legislação nacional atual. Este aspeto será detalhado mais adiante.
- xii. Garantir maior integração entre planeamento e política habitacional. A Carta Municipal de Habitação traz uma visão forte, mas esta precisa de entrar estruturalmente no sistema de planeamento. Algumas sugestões poderão ser a inclusão nos planos de quotas ou orientações de diversidade tipológica, incentivos a habitação acessível em centralidade ou ainda critérios de inclusão de público-alvo prioritário. Consolidar a Carta Municipal de Habitação, como elemento orientador na ponderação das áreas de cedência e como suporte ao exercício da discricionariedade administrativa.
- xiii. Continuar a apostar em objetivos de adaptação climática. Face aos riscos ambientais crescentes que foram identificados (erosão, galgamento e inundação costeira, eventos extremos e fragilidade ecológica), deverá ser considerada a integração de metas para a proteção de corredores ecológicos e requisitos de infraestrutura verde urbana nas decisões de planeamento.
- xiv. Fortalecer o modelo de gestão participativa, desenvolvendo um modelo de participação ampliada que inclua metodologias inovadoras e facilitadoras de incentivo à participação nos processos de planeamento (por exemplo, *workshops* territoriais por UOPG, plataformas digitais simplificadas para consulta e participação, utilização de linguagem concreta e transparente).
- xv. Promover a participação orientada para o interesse público e coletivo, em que o envolvimento da população e das partes interessadas seja direcionado para o melhor ordenamento e planeamento do território, em vez de se centrar em interesses individuais ou questões particulares.

- xvi. Reforçar a articulação entre planeamento e execução, garantindo que os planos de urbanização e de pormenor e as unidades de execução sejam implementados com maior celeridade e estimulando a participação proativa dos atores privados na transformação do território.
- xvii. A execução desequilibrada, entre as temáticas (ambiente, mobilidade, equipamento e habitação), evidencia a necessidade de reforçar o equilíbrio na distribuição das ações e investimento pelas várias valências urbanísticas, garantindo uma maior convergência e coerência entre as diferentes áreas de intervenção. Importa igualmente promover uma distribuição mais equilibrada do investimento per capita entre as UOPG, em função da população abrangida, de modo a assegurar uma maior equidade territorial - as UOPG 3 e 5 apresentam-se desfavorecidas em relação às demais.

8.3. No âmbito da execução e cumprimento de objetivos

xviii. Recomendação geral

O quadro estratégico do PDMM é pouco operacional, incluindo vetores e objetivos para os quais o Plano dificilmente terá contributo, tratados de forma igual com outros em que o Plano é elemento central. Também se registam sobreposições, dependência de outros instrumentos de planeamento datados ou sem eficácia ou, até, redação ambígua ou instabilidade de conceitos. Neste sentido, recomenda-se que, numa futura alteração ou revisão do PDM:

- seja revisto o quadro de objetivos, de forma a focá-los em aspetos onde o conteúdo do PDM tenha impacto;
- as definições sejam estabilizadas e, se possível, façam referência a aspetos mensuráveis, especialmente no que se refere à execução material, e não apenas financeira, das ações.
- A recorrente inoperacionalidade da ponte móvel, associada ao progressivo agravamento das condições de circulação na A28, evidencia de forma cada vez mais clara a urgência de concretizar uma solução de ligação alternativa que responda às necessidades de mobilidade entre Matosinhos e Leça da Palmeira. A representação constante da Planta de Ordenamento de carácter meramente indicativo, procura, contudo, salvaguardar e manter presente uma necessidade estrutural cuja relevância se tem vindo a acentuar. Embora a definição e concretização desta infraestrutura exijam um processo de reflexão, concertação institucional e consensualização alargada, a sua importância estratégica não pode ser desvalorizada nem remetida para um horizonte indefinido. Pelo contrário, a crescente pressão sobre as infraestruturas existentes e as perspetivas de transformação associadas à futura reconversão da refinaria reforçam o carácter premente desta ligação, tornando indispensável a sua consideração desde já no planeamento e na definição das opções de desenvolvimento territorial.

xix. Mobilidade Suave e Sustentável

A rede ciclável é muito reduzida e as ações de mobilidade ativa são pouco eficazes. Recomenda-se:

- Rever prioridades de investimento no PPI, garantindo financiamento anual alocado à expansão da rede ciclável e pedonal;
- Integrar requisitos obrigatórios de mobilidade suave nos PU/PP e nas operações urbanísticas (vias partilhadas, ligações intermodais, infraestrutura ciclável);
- Após aprovação, implementar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS), com metas anuais e responsáveis identificados.

xx. Ação Climática e Energia Sustentável.

Recomenda-se:

- Excluir os objetivos gerais de prossecução das estratégias do PAES e do EMAAC, por redundância;
- Consolidar a Estrutura Verde Municipal, como elemento orientador na ponderação das áreas de cedência e como suporte ao exercício da discricionariedade administrativa;
- Reforçar o investimento em soluções de base natural (bacias de retenção, renaturalização de linhas de água, sombreamento urbano).

xxi. Participação Pública e Governança

Face ao baixo nível de participação pública e à baixa apropriação social do PDMM, recomenda-se:

- Criar uma plataforma digital de participação contínua, com submissão de propostas, votações e *dashboards* de monitorização;
- Reforçar a comunicação pública sobre o PDMM, traduzindo linguagem técnica em conteúdos acessíveis.

xxii. Execução Territorial Desigual (UOPG 3 e 5)

Recomenda-se uma maior equidade territorial na distribuição do investimento, com canalização de recursos públicos estruturantes (equipamentos, mobilidade, regeneração, espaço público) para as UOPG 3 e 5, que apresentam execução abaixo da média municipal, visando também estimular o investimento privado.

xxiii. Agilização da dinâmica AUDAC

- Reforço dos recursos técnicos especializados na temática das unidades de execução, de forma a tornar mais ágil e eficiente um processo que, pela sua natureza, é juridicamente e socialmente complexo, quer do ponto de vista técnico, quer do serviço prestado à população.
- Rever as AUDAC com base em critérios técnicos objetivos, que permitam identificar eventuais casos em que a revogação não comprometa as exigências legais da classificação do solo, nem prejudique o bom ordenamento do território nem ou o princípio da equidade territorial.

8.4. No âmbito da qualidade e funcionalidade do Plano**xxiv. Procedimento de alteração do PDMM**

- Deliberar o início do procedimento e produzir uma proposta de alteração do PDMM que consubstancie os aspetos identificados na tabela 77 e na secção 6.1 em geral;
- Promover a participação preventiva incentivando a identificação, pelos particulares, de sugestões e informações relevantes para o ordenamento do território do concelho, através de tecnologias digitais e soluções inovadoras.

xxv. Atualização/reponderação de planos de urbanização e pormenor

Ajustar os PU e PP, quando se justifique em função da evolução das condições socioeconómicas, ambientais e culturais.

xxvi. Otimização do FMSAU

- Maior aproveitamento do potencial do FMSAU, adotando as mudanças organizativas necessárias a uma maior capacidade de execução das ações do PDMM que possam ser apoiadas por este Fundo;

Afinar as orientações estratégicas clarificando os domínios onde os respetivos recursos podem ser aplicados, destacando-se: habitação acessível, mobilidade sustentável, mitigação de riscos e promoção de infraestrutura verde.

xxvii. Monitorização

- Consolidar e implementar o SAM e os mecanismos de informação e avaliação (*dashboards*, REOT), integrando tecnologias digitais inovadoras e sistemas de IA para potenciar a análise de dados e suportar a tomada de decisão.
- Rever o quadro de indicadores de monitorização previstos na AAE, ajustando os indicadores aos aspetos mais desafiantes para este território (riscos costeiros, resiliência climática e vulnerabilidades ambientais urbanas) e promover a sua monitorização e reporte regular.

9. ANEXOS

Anexo A: Indicadores de Monitorização Ambiental e Territorial da avaliação ambiental do PDMM

INDICADOR	Variável	Unidade	Tema	Freq.	Fonte	Período	Valor	Obs.
COBERTURA DO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS	COBERTURA DE SERVIÇO	%	ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE	BIENAL	CMM		ND	
EQUIPAMENTOS DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	EQUIPAMENTOS	N. °	ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE	ANUAL	CMM		ND	
ESTACIONAMENTO PRIVADO DISPONÍVEL	LUGARES	N. °	ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE	BIENAL	CMM		ND	
EXTENSÃO DA REDE DE CICLOVIAS OU PEDONAL	REDE CICLÁVEL/PEDONAL	km	ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE	ANUAL	CMM		ND	
PRAIAS ACESSÍVEIS A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA	PRAIAS	N. °	ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE	BIENAL	INE	2025	12	
USO DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS	VEICULOS	N. °	ACESSIBILIDADES E MOBILIDADE	BIENAL	EMPRESAS DE TC		ND	
AGREGADOS FAMILIARES RESIDENTES NO CONCELHO EM SITUAÇÃO DE GRAVE CARÊNCIA ECONÓMICA, BENEFICIÁRIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL E/OU APOIO ECONÓMICO PARA PAGAMENTO DE RENDA DE CASA EM HABITAÇÃO PERMANENTE	AGREGADOS FAMILIARES	N. °	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ANUAL	CMM	2023	5140	
EFETIVO EMPRESARIAL (Nº DE EMPRESAS)	EMPRESAS	N. °	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ANUAL	INE	2023	24290	
PESSOAL AO SERVIÇO DAS EMPRESAS	PESSOAS	N. °	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ANUAL	INE	2023	119064	
VALOR ACRESCENTADO BRUTO DAS EMPRESAS	VAB	MIL EUROS	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ANUAL	INE	2023	3 782 011	
EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS ESPECIALIZADAS EM PRODUÇÕES VEGETAIS	EXPLORAÇÕES	N. °	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	DECENAL	INE	2019	85	

INDICADOR	Variável	Unidade	Tema	Freq.	Fonte	Período	Valor	Obs.
EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS ESPECIALIZADAS EM PRODUTOS ANIMAIS	EXPLORAÇÕES	N. °	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	DECENAL	INE	2019	64	
EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS MISTAS	EXPLORAÇÕES	N. °	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	DECENAL	INE	2019	31	
CRESCIMENTO EFETIVO DA POPULAÇÃO	CRESCIMENTO POPULAÇÃO	%	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ANUAL	INE	2024	0,83	var. 24-23
NÍVEL DE ATENDIMENTO DE RECOLHA SELETIVA	RECOLHA	%	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	BIENAL	ERSAR	2023	78	
NÍVEL DE ATENDIMENTO EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ATENDIMENTO	%	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	BIENAL	ERSAR	2023	100	
NÍVEL DE ATENDIMENTO EM SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	DRENAGEM	%	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	BIENAL	ERSAR	2023	99	
NÍVEL DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DRENADAS	TRATAMENTO	%	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ANUAL	ERSAR	2023	99	
ÁGUA SEGURA	ÁGUA SEGURA	%	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	ANUAL	ERSAR	2023	100	
EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE APOIO À TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA, JUVENTUDE E DEFICIÊNCIA	EQUIPAMENTOS	N. °	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO	BIENAL	CMM		157	
AÇÕES DE RACIONALIZAÇÃO DOS CONSUMOS ENERGÉTICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL NOS ÚLTIMOS 5 ANOS	AÇÕES	N. °	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO	ANUAL	CMM		ND	
AÇÕES/MEDIDAS QUE PROMOVERAM A CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS	AÇÕES	N. °	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO	ANUAL	CMM		ND	
EDIFÍCIOS COM CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA, POR TIPOLOGIA DE CLASSE ENERGÉTICA	EDIFÍCIOS CERTIFICADOS	N. °	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO	ANUAL	CMM/ADENE	2024	5011	
PROJETOS LICENCIADOS NO ÂMBITO DA EFICIÊNCIA	PROJETOS	N. °	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO	ANUAL	CMM		ND	

INDICADOR	Variável	Unidade	Tema	Freq.	Fonte	Período	Valor	Obs.
ENERGÉTICA/ENERGIAS RENOVÁVEIS			TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO					
REDUÇÕES DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL, RELACIONADOS COM A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES/MEDIDAS DE RACIONALIZAÇÃO ENERGÉTICA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS	CUSTOS	EUROS	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO E AMBIENTE URBANO	ANUAL	CMM		ND	
AÇÕES DE VALORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREA COM INTERESSE PAISAGÍSTICO	AÇÕES	N. °	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		ND	
ÁREA TOTAL DE SOLOS RECUPERADOS/REMEDIADOS SOBRE A ÁREA TOTAL DE SOLOS CONTAMINADOS	ÁREA	%	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		ND	
PARQUES E ÁREAS DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE DO CONCELHO	ÁREA	ha	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		ND	
INTERVENÇÕES PARA INCREMENTO DO VOLUME DE ENCAIXE DAS RIBEIRAS PARA ATENUAÇÃO DE CHEIAS/INUNDAÇÕES/GALGAMENTOS	INTERVENÇÕES	N. °	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM/APA		ND	
AÇÕES PARA A VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO, EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO OU COM INTERESSE MUNICIPAL	AÇÕES	N. °	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		ND	
ÁREA INTERVENCIONADA PARA A VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO, EM	ÁREA	%	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		ND	

INDICADOR	Variável	Unidade	Tema	Freq.	Fonte	Período	Valor	Obs.
VIAS DE CLASSIFICAÇÃO OU COM INTERESSE MUNICIPAL								
MIRADOUROS E SÍTIOS DE INTERESSE PAISAGÍSTICO	INFRAESTRUTURAS	N. °	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		ND	
PERCURSOS PEDESTRES DE INTERESSE PAISAGÍSTICO	PERCURSOS	km	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		ND	
MASSAS DE ÁGUA SUPERFICIAIS COM ESTADO GLOBAL "BOM E SUPERIOR"	ESTADO FINAL	%	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	BIENAL	INE	2024	7,3	Indicador alternativo
ÁGUAS BALNEARES COM QUALIDADE EXCELENTE	PRAIAS	%	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	INE	2023	93,7	Indicador alternativo
ZONAS BALNEARES CLASSIFICADAS COM BANDEIRA AZUL	ZONAS BALNEARES	N. °	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	ABAE/APA	2025	17	
ÁREA IMPERMEABILIZADA EM SOLO RÚSTICO	ÁREA	ha	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		181,1 (9%)	
ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL, REN E RAN	ÁREA	%	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM	2023	35,4	
OCUPAÇÃO NÃO AGRÍCOLA NA RAN, DECORRENTES DA APLICAÇÃO DE	ÁREA	ha	RECURSOS NATURAIS,	ANUAL	CMM		ND	

INDICADOR	Variável	Unidade	Tema	Freq.	Fonte	Período	Valor	Obs.
EXCESSÕES ADMITIDAS AO ABRIGO DO SEU REGIME JURÍDICO			PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS					
OCUPAÇÃO PERMITIDA AO ABRIGO DAS EXCEÇÕES AO REGIME JURÍDICO DA REN	ÁREA	ha	RECURSOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PATRIMONIAIS	ANUAL	CMM		ND	
ACIDENTES DE VIAÇÃO COM TRANSPORTES DE MERCADORIAS PERIGOSAS	ACIDENTES	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	BIENAL	CMM		ND	
DISTÂNCIAS ENTRE OS ESTABELECIMENTOS ENQUADRADOS NO DECRETO-LEI N.º 150/2015, DE 5 DE AGOSTO E AS ZONAS RESIDENCIAIS, LOCAIS DE UTILIZAÇÃO PÚBLICA E VIAS DE COMUNICAÇÃO	DISTÂNCIA	km	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM		ND	
ESTABELECIMENTOS ABRANGIDOS PELO DECRETO-LEI N.º 173/2008 (DIPLOMA PCIP)	ESTABELECIMENTOS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM		ND	
ESTABELECIMENTOS ENQUADRADOS NO DECRETO-LEI N.º 150/2015, DE 5 DE AGOSTO (SEVESO)	ESTABELECIMENTOS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM		8	
INFRAESTRUTURAS RELOCALIZADAS DEVIDO A FENÓMENOS NATURAIS EXTREMOS	INFRAESTRUTURAS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM/APA		ND	
INVESTIMENTO EM PROJETOS ASSOCIADOS À MITIGAÇÃO DE CHEIAS E INUNDAÇÕES	INVESTIMENTO	EUROS	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM		ND	
OCORRÊNCIA DE EVENTOS NATURAIS EXTREMOS	OCORRÊNCIAS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM		ND	
OCORRÊNCIA DE INCIDENTES TECNOLÓGICOS	OCORRÊNCIAS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM		ND	
PLANOS E PROJETOS COM INCIDÊNCIA NO MUNICÍPIO COM	PLANOS/PROJETOS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM		ND	

INDICADOR	Variável	Unidade	Tema	Freq.	Fonte	Período	Valor	Obs.
ORIENTAÇÕES NO QUE SE REFERE A MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS								
SIMULACROS DE GESTÃO DE EMERGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE FORTE AGITAÇÃO MARÍTIMA, DE REBENTAMENTO DA DEFESA FRONTAL OU INSTABILIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE DEFESA COSTEIRA	SIMULACROS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	BIENAL	CMM/APA		ND	
SIMULACROS DE GESTÃO DE EMERGÊNCIA PARA SITUAÇÕES EM CASO DE INCIDENTES TECNOLÓGICOS	SIMULACROS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	BIENAL	CMM		ND	
SISTEMAS DE ALERTA DE CHEIAS/INUNDAÇÕES/GALGAMENTOS DA FAIXA LITORAL	SISTEMAS DE ALERTA	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM/APA		ND	
TERRITÓRIO POR CLASSE DE RISCO DE EROÇÃO DO SOLO	ÁREA	%	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM / CCDD-N		ND	
LINHA DE COSTA EM SITUAÇÃO DE EROÇÃO	ÁREA	%	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	DGT	2016	20,1	Indicador alternativo
UNIDADES INDUSTRIAIS LOCALIZADAS ILEGALMENTE NO QUE RESPEITA NOMEADAMENTE A RECETORES SENSÍVEIS	INDÚSTRIAS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	BIENAL	CMM		ND	
ZONAS AMEAÇAS PELO MAR	PERIMETRO LITORAL	km	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM/APA		7,8	
AUTOS DE NOTÍCIA RELATIVOS AS INFRAÇÕES AMBIENTAIS	AUTOS	N. °	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM		ND	
PROPORÇÃO DE LINHA DE COSTA EM SITUAÇÃO DE EROÇÃO	PERIMETRO LITORAL	%	VULNERABILIDADES E RISCOS	ANUAL	CMM/APA	2016	<25	Indicador alternativo

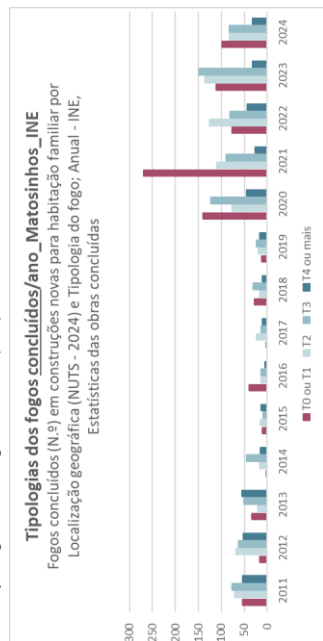
Anexo B: Tipologias de Fogos

Nota: Os dados utilizados sobre o Parque Habitacional, as médias e projeções da Carta Municipal de Habitação tiveram por base as estatísticas das obras concluídas.

METADADOS do indicador "Fogos concluídos (N.º) em construções novas para habitação familiar e Tipologia do fogo: Anual - INE, Estatísticas das obras concluídas".
As fontes de informação são de periodicidade mensal e de caráter exaustivo, compreendendo 2 inquéritos:

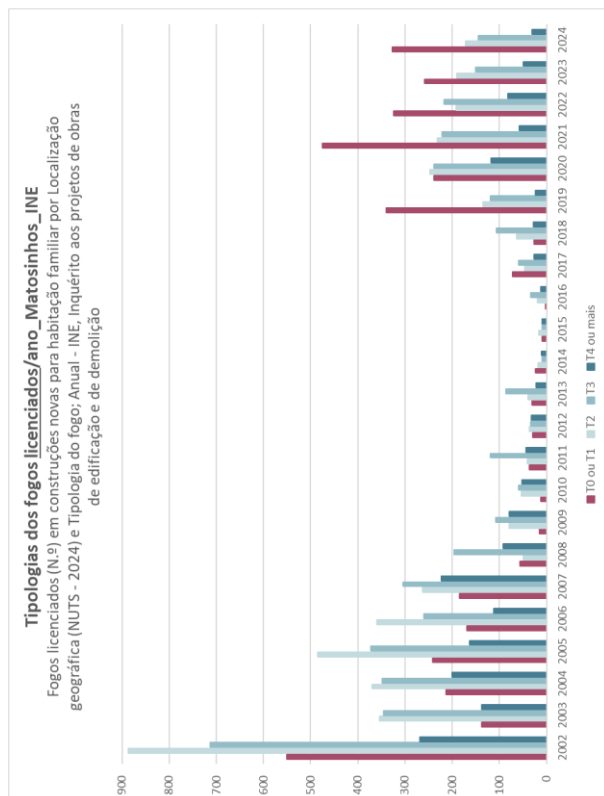
1. Inquérito à Utilização de Obras Concluídas
 - Licenças ou Autorizações de utilização dos edifícios emitidas pela câmara
2. Inquérito à Conclusão de Obras
 - Abrange os particulares donos de obra, quando a data provável de conclusão da obra é ultrapassada sem que tenha ocorrido a emissão do alvará de licença/autorização de utilização do edifício

Tipologias dos fogos concluídos(N.º)/Ano_Matosinhos_INE_20122024



■ T0 ou T1 ■ T2 ■ T3 ■ T4 ou mais

Tipologias dos fogos licenciados(N.º)/Ano_Matosinhos_INE_20022024



■ T0 ou T1 ■ T2 ■ T3 ■ T4 ou mais

TIPOLOGIAS DE FOGOS

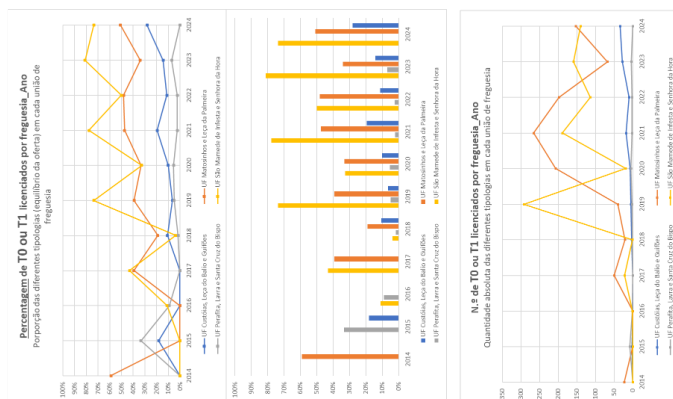
CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

DIVISÃO DE PLANEAMENTO

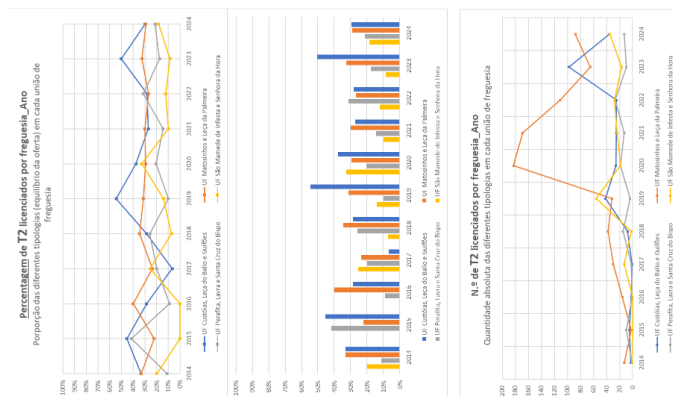


Tipologias dos fogos licenciados (% e N.º) FREGUESIA Ano (2014-2024)_ Matosinhos

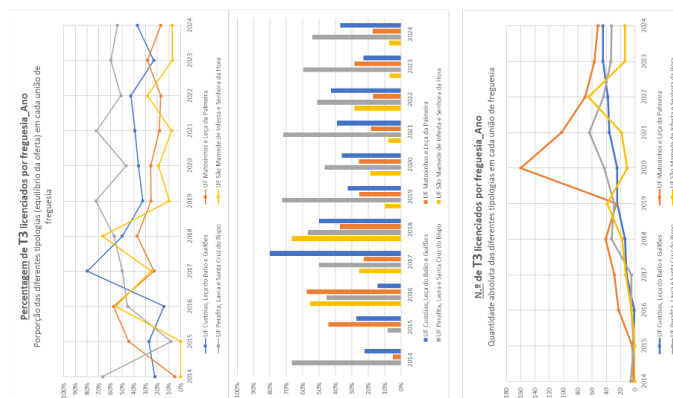
T0 ou T1



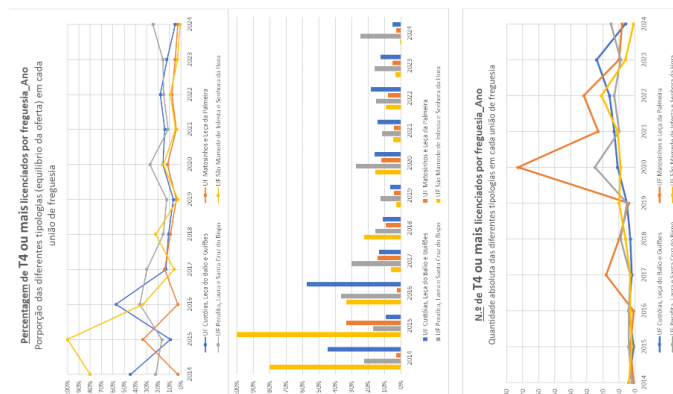
T2



T3



T4 ou mais



UF Matosinhos e Leça da Palmeira

UF São Mamede de Infesta e Senhora da Hora

UF Custóias, Leça do Balio e Guifões

UF Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo

TIPOLOGIAS DE FOGOS

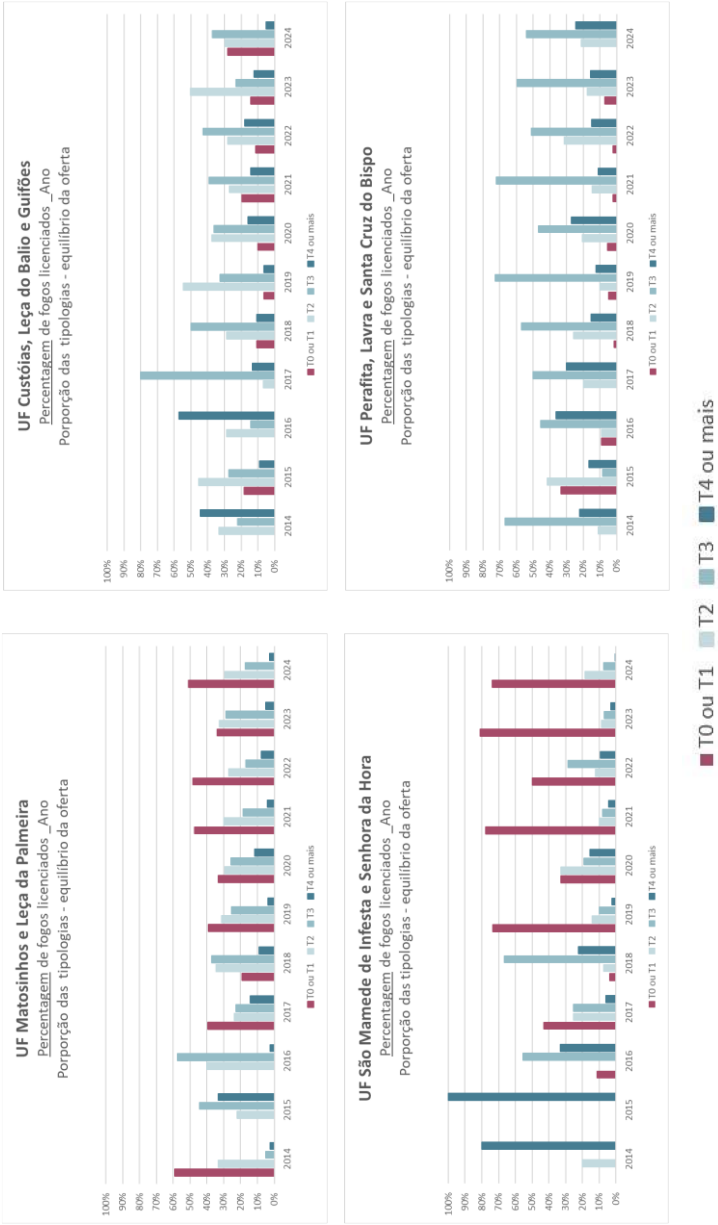
CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

DIVISÃO DE PLANEAMENTO



Tipologias dos fogos licenciados (%)_ FREGUESIA_Ano (2014- 2024)_ Matosinhos

Verificação do equilíbrio das tipologias de fogo em cada união de freguesia

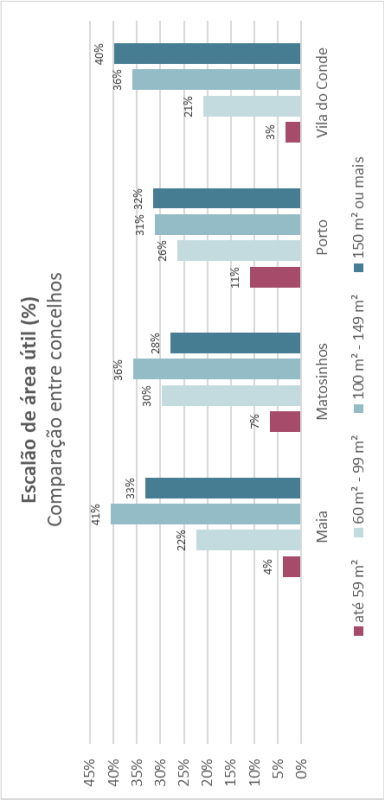


Área média dos FOGOS EXISTENTES – comparação entre concelhos

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º) por concelho Censos [2021] (NUTS - 2013), Escalão de área útil

Concelhos	Menos de 30 m² (30 m²)	30 m² - 39 m² (35 m²)	40 m² - 49 m² (45 m²)	50 m² - 59 m² (55 m²)	60 m² - 79 m² (70 m²)	80 m² - 99 m² (90 m²)	100 m² - 119 m² (110 m²)	120 m² - 149 m² (135 m²)	150 m² - 199 m² (175 m²)	200 m² ou mais (250 m²)	Área total m²	Área média dos alojamentos m²
Maia	16 290	36 295	69 525	121 605	413 980	955 620	1 250 810	1 238 760	883 925	1 157 000	6 143 810	118
Matosinhos	34 770	78 085	144 540	245 245	769 720	1 437 210	1 414 380	1 243 485	936 775	1 130 250	7 434 460	106
Porto	98 010	198 555	345 420	495 550	1 121 890	1 614 060	1 623 710	1 624 185	1 523 200	1 752 500	10 397 080	102
Vila do Conde	7 740	17 640	33 300	64 185	213 290	538 380	665 060	625 860	594 825	3 597 780	124	

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (%) por concelho Censos [2021] (NUTS - 2013), Escalão de área útil



Área média dos FOGOS LICENCIADOS entre 2019 e 2023 – comparação entre concelhos (a.c. média bruta aproximada às tipologias)

Fogos licenciados Matosinhos		2019 a 2023		Tipologias	a.c. média		total	
		N.º de fogos	%		m²	m²		
	Tipologia							
	T0 e T1	1 635	42%		50	81 750		
	T2	993	25%		95	94 335		
	T3	947	24%		130	123 110		
	T4 ou mais	330	8%		190	62 700		
Total		3 905	100%			361 895		
Média 2019 a 2023								92,7

Fogos licenciados Porto		2019 a 2023		Tipologias	a.c. média		total	
		N.º de fogos	%		m²	m²		
	Tipologia							
	T0 e T1	3 631	49%		50	181 550		
	T2	1 872	25%		95	177 840		
	T3	1 411	19%		130	183 430		
	T4 ou mais	530	7%		190	100 700		
Total		7 444	100%			643 520		
Média 2019 a 2023								86,4

Fogos licenciados Maia		2019 a 2023		Tipologias	a.c. média		total	
		N.º de fogos	%		m²	m²		
	Tipologia							
	T0 e T1	443	21%		50	22 150		
	T2	617	29%		95	58 615		
	T3	834	39%		130	108 420		
	T4 ou mais	231	11%		190	43 890		
Total		2 125	100%			233 075		
Média 2019 a 2023								109,7

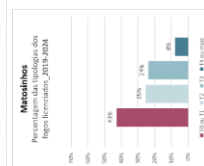
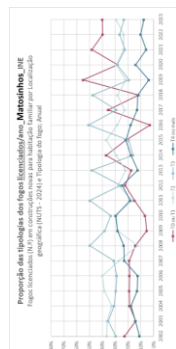
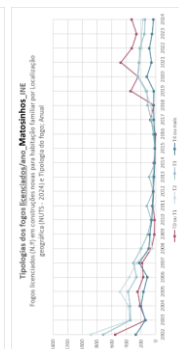
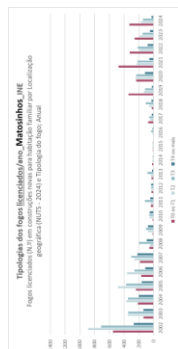
Fogos licenciados Vila do Conde		2019 a 2023		Tipologias	a.c. média		total	
		N.º de fogos	%		m²	m²		
	Tipologia							
	T0 e T1	77	5%		50	3 850		
	T2	325	21%		95	30 875		
	T3	993	64%		130	129 090		
	T4 ou mais	162	10%		190	30 780		
Total		1 557	100%			194 595		
Média 2019 a 2023								125,0

Tipologias dos Fogos Licenciados (n.º e %) / Ano _INE

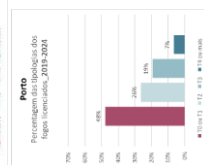
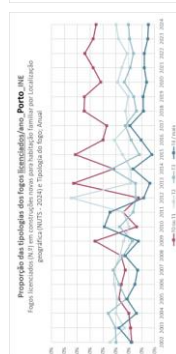
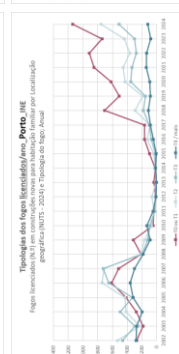
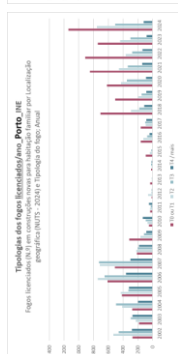
Comparação entre concelhos

■ T0 ou T1 ■ T2 ■ T3 ■ T4 ou mais

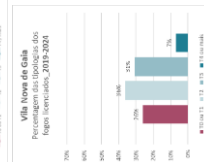
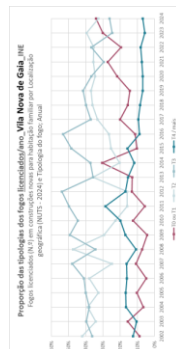
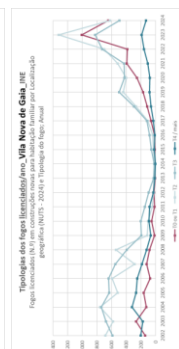
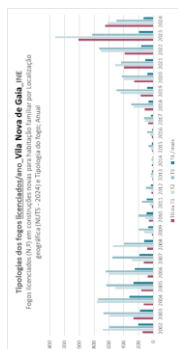
Matosinhos



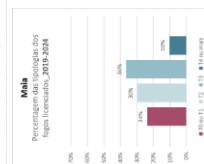
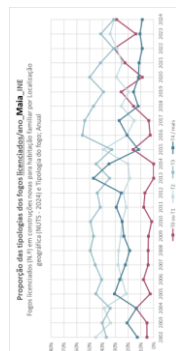
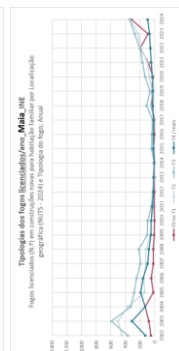
Porto



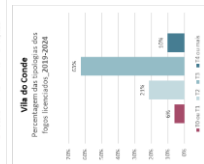
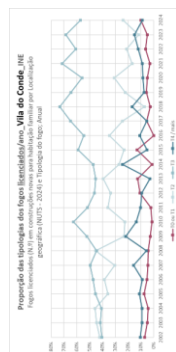
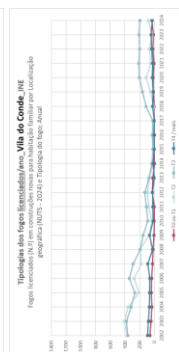
Vila Nova de Gaia



Maia



Vila do Conde



TIPOLOGIAS DE FOGOS

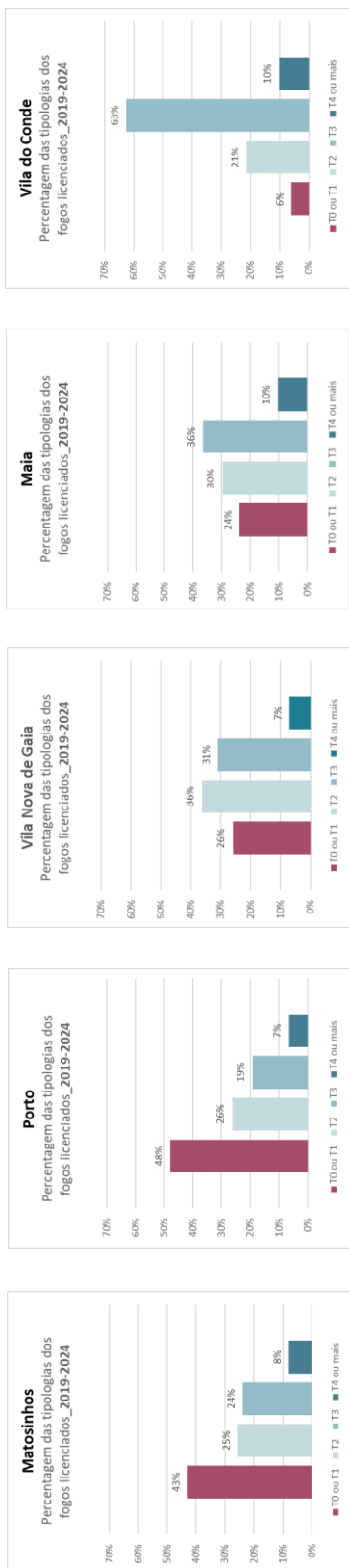
CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

DIVISÃO DE PLANEAMENTO



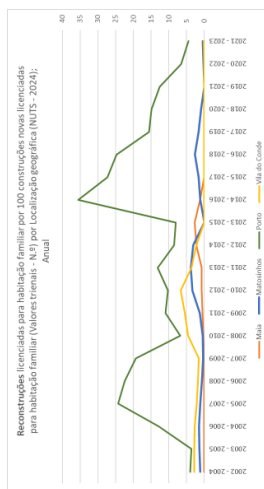
Tipologias do FOGOS LICENCIADO em construção nova entre 2019 e 2024 (%) / Ano_INE

Comparação de Matosinhos com os concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Maia e Vila do Conde

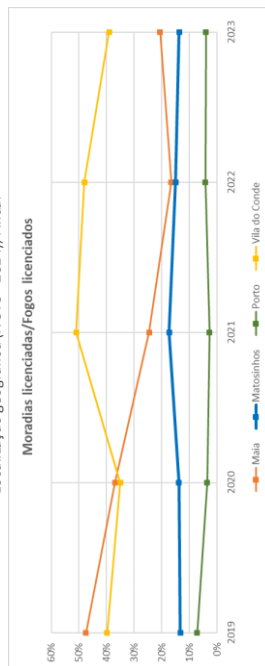


■ T0 ou T1 ■ T2 ■ T3 ■ T4 ou mais

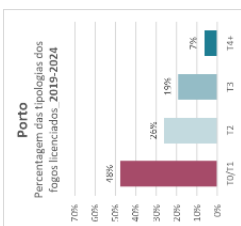
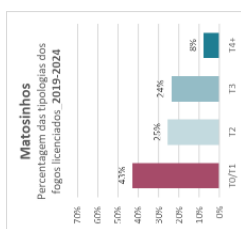
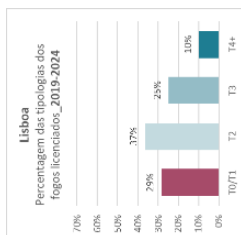
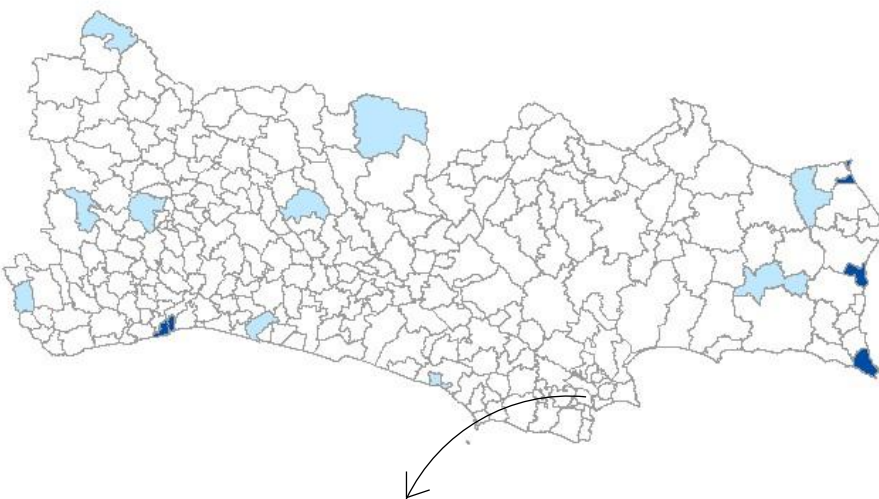
Reconstruções licenciadas para habitação familiar por 100 construções novas licenciadas para habitação familiar (Valores trienais - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual



Edifícios licenciados (moradias - N.º) em construções novas para habitação familiar por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual



Municípios do território continental com maior prevalência percentual de fogos licenciados em construção nova, entre 2019 e 2024 /Ano _INE

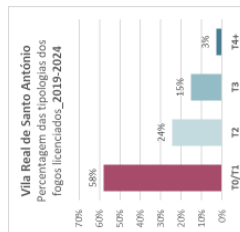
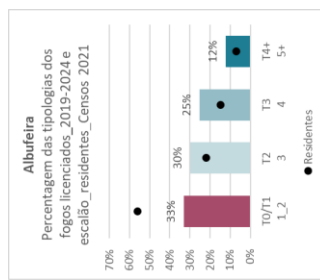
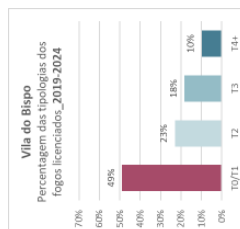


Frequência de licenciamento da tipologia T0/T1 relativamente às restantes

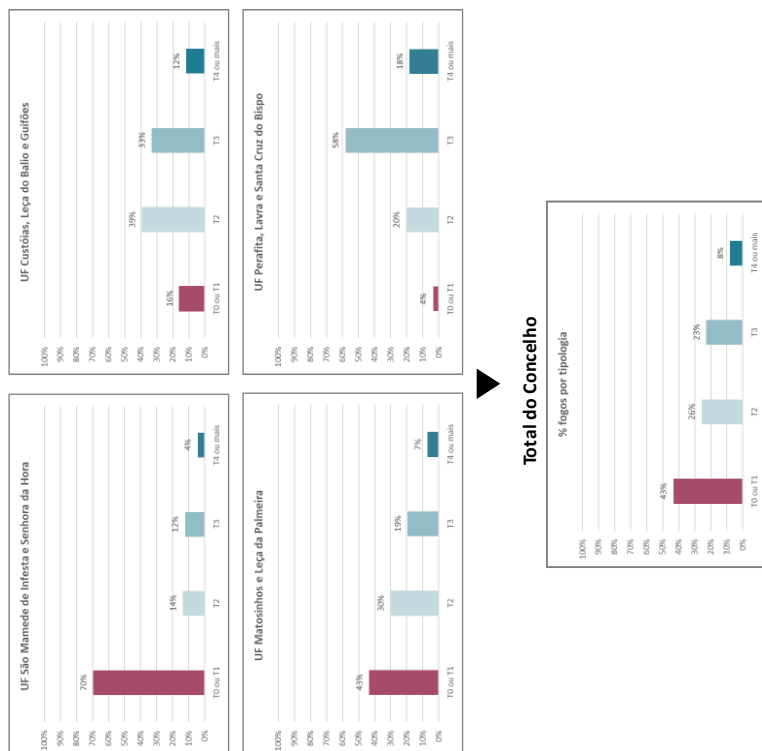
T0/T1 maior frequência do que qualquer outra tipologia

T0/T1 maior frequência do que T2, mas não a tipologia com maior prevalência

T0/T1 menor frequência do que T2



% de tipologias dos FOGOS LICENCIADOS_2019-2024



RGEU

Limites mínimos

	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6
Área bruta (m ²)	35	52	72	91	105	122	134

Média

limite máximo/limite mínimo

	T0	T1	T2	T3	T4 +
Área bruta (m ²)	45	63	84	104	136

Estatística mercado

(Imovirtual_Matosinhos)

	T0	T1	T2	T3	T4 +
Área bruta (m ²)	45	55	95	130	190

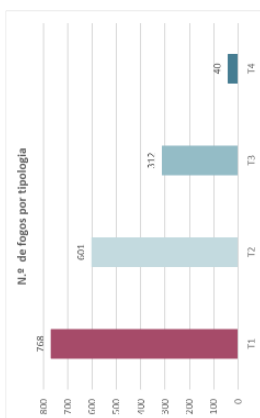
Portaria 65/2019, de 19 de fevereiro

Limites máximos de área bruta, de acordo com a respetiva tipologia

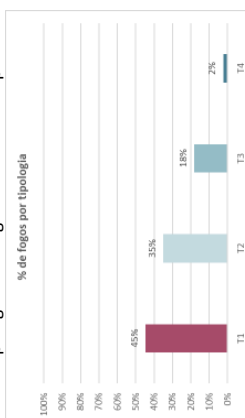
Tipologias							
	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6
Área bruta (metros quadrados)	59	73	95	117	128	150	

MatosinhosHabit

N.º de famílias c/pedido de habitação por tipologia

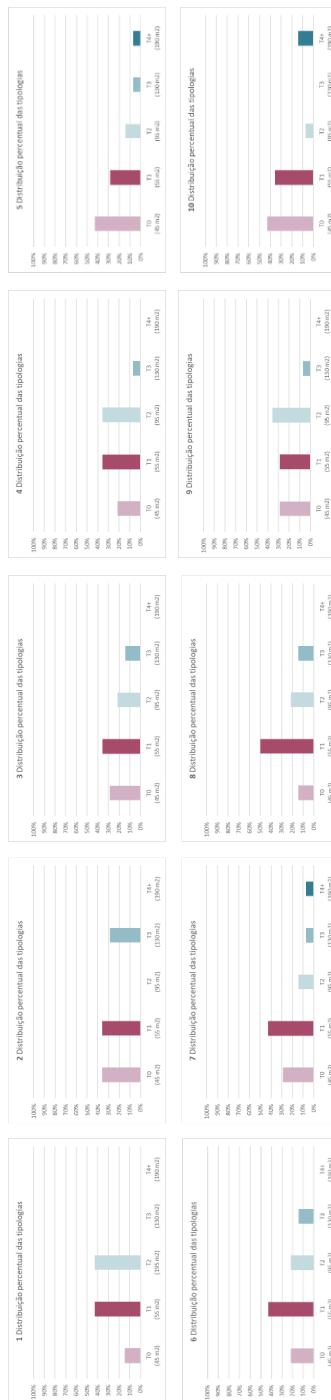
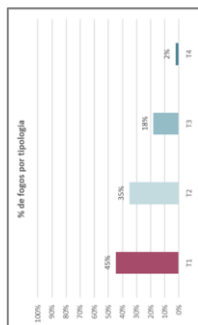


% das tipologias dos fogos referentes aos pedidos



Pedidos MatosinhosHabit

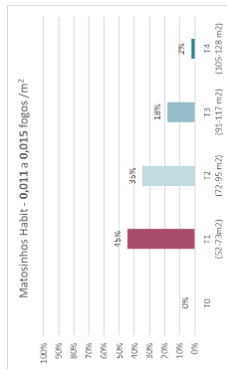
C SIMULAÇÃO: área bruta de construção de habitação (a.c.) = 1.000 m ²									
N.º fogos (0 ou a vac.)	TIPOLOGIAS e respectivas áreas médias de fogo					Total m ²			
	T0 (45 m ²)	T1 (55 m ²)	T2 (95 m ²)	T3 (130 m ²)	T4 (190 m ²)				
1	14	2	6	6			960		
	14	7	7				700		
	14	5	5	4			860		
2	14	5	5		4		1020		
3	14	4	5	3	2		1000		
4	14	3	5	5	1		1015		
5	14	6	4	2	1	1	1000		
6	14	3	6	3	2		1010		
7	14	4	6	2	1	1	1020		
8	14	2	7	3	2		1020		
9	14	4	4	5	1		1005		
10	14	6	5	1	2		1020		



Distribuição percentual das tipologias dos fogos

Rácio entre o n.º total de fogos e a área bruta de construção de habitação (fogos/m²)

Matosinhos Habit - Pedidos de habitação



Distribuição dos fogos por tipologia						Fogos/a.c.
Tipologia	T0	T1	T2	T3	T4	0,0111
Área/fogo (m²)	-	73	96	117	128	Total
N.º fogos	-	786	601	312	40	1721
Área total (m²)	-	90064	57095	36504	5120	154783

Utilizando a.c. máximas da Portaria 65/2019

	T0	T1	T2	T3	T4	T5
59	73	95	117	128	150	

RGEU

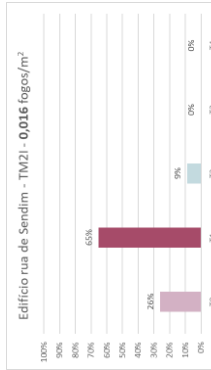
Límites mínimos de área bruta (m²)

Distribuição dos fogos por tipologia						Fogos/a.c.
Tipologia	T0	T1	T2	T3	T4	0,0148
Área/fogo (m²)	-	52	72	91	105	Total
N.º fogos	-	785	601	312	40	1721
Área total (m²)	-	39936	43372	28592	4200	115900

Utilizando a.c. mínimas do RGEU

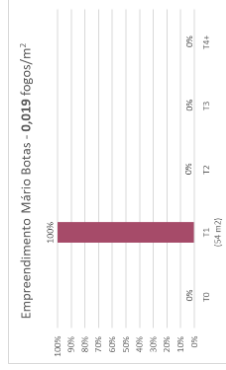
T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6
35	52	72	91	105	122	134

Edifício rua de Sendim - TM21



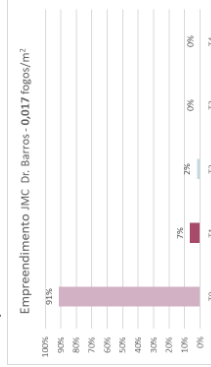
Distribuição dos fogos por tipologia						Fogos/a.c.
Tipologia	T0	T1	T2	T3	T4	0,0156
Área/fogo (m²)	-	6	15	2	0	Total
N.º fogos	-	6	15	2	0	23
Área total (m²)	-	-	-	-	-	1474

Empreendimento Mário Botas



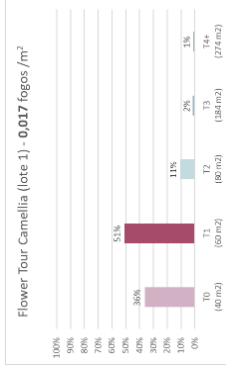
Distribuição dos fogos por tipologia						Fogos/a.c.
Tipologia	T0	T1	T2	T3	T4	0,0183
Área/fogo (m²)	-	54	-	-	-	Total
N.º fogos	-	0	114	0	0	114
Área total (m²)	-	6136	-	-	-	6136

Empreendimento JMC Dr. Barros - 0,017 fogos/m²



Distribuição dos fogos por tipologia						Fogos/a.c.
Tipologia	T0	T1	T2	T3	T4	0,0165
Área/fogo (m²)	-	-	-	-	-	Total
N.º fogos	-	135	10	3	0	149
Área total (m²)	-	-	-	-	-	8996

Flower Tour Camellia



Distribuição dos fogos por tipologia						Fogos/a.c.
Tipologia	T0	T1	T2	T3	T4	0,0171
Área/fogo (m²)	-	40	80	134	274	Total
N.º fogos	-	48	66	14	2	133
Área total (m²)	-	1320	4280	1120	396	7712

Anexo C: Ponderação da execução dos objetivos gerais do PDM - indicadores não financeiros

Com base nas ações inscritas no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) municipais foi atribuído a cada objetivo um fator de ponderação conforme descrito abaixo.

Fator de ponderação	
x 0	Sem despesa e excluída
x 1	Sem despesa e ativa
x 2	Com despesa e ativa
x 2	Com despesa e terminada

Nas páginas seguintes apresentam-se os resultados dessa análise, os quais são incorporados na avaliação de eficiência (cumprimento dos objetivos do plano) apresentada no capítulo 5 deste REOT.

UOPG 1

Projeto Territorial O disperso + perto 1

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																												Ponderação
		C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT									
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3	2.4				
Equipamento	Casa Mortuária de Perafita	—	✓	x 0	U 1.2; U 2.1									•	•						•		•								0			
	Casa Mortuária de Lavra	—	✓	x 0	U 1.2; U 2.1; MT 1.1; MT 1.2									•	•						•		•				•	•				0		
	Mercado Municipal de Angeiras	✓	✓	x 2	E 2.2; U 1.2; U 2.1													2			2		2								10			
	Surf-House no Mercado Municipal de Angeiras	✓	—	x 2	E 2.2; U 1.2; U 2.1										2	2				2		2										8		
	EB Dr. José Domingues dos Santos	—	—	x 1	U 1.2; U 2.1										1	1						1		1								4		
	EB da Agudela	✓	—	x 2	U 1.2; U 2.1										2	2						2		2								8		
	Albergue no Mercado Municipal de Angeiras - Infraestruturas de apoio aos peregrinos do Caminho de Santiago	✓	✓	x 2	E 2.2; U 1.2; U 2.1										2	2				2		2										8		
Habitação	CH da Guarda FFH	✓	—	x 2	U 1.3; U 2.1									2	2								2	2								8		
	CH de Angeiras	—	—	x 1	U 1.3; U 2.1									1	1								1	1								4		
	CH da Guarda FFH 3.ª fase	—	—	x 1	U 1.3; U 2.1									1	1								1	1								4		
	CH da Guarda Perafita	✓	✓	x 2	U 1.3; U 2.1									2	2								2	2								8		
Ambiente	Jardim na envolvente ao centro social Padre Ângelo Ferreira Pinto	✓	—	x 2	A 1.5; A 1.9; U 2.1					2				2	2									2								8		
	Praça de Lavra	✓	✓	x 2	A 1.5; A 1.9; U 2.1					2				2	2																	6		
	Mapa Angeiras - novos aprestos de praia	—	—	x 1	A 1.1; A 1.5; A 1.9	1				1				1	1																	4		
Mobilidade	Rua Parque de Campismo de Angeiras (PMT - A2.1)	—	—	x 1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1									1	1								1					1	1			5		
	Arruamento envolvente ao Mercado de Angeiras (PMT - A4.8)	✓	—	x 2	U 2.1; MT 1.1; MT 2.4																					2				2		4		
	Projetos mobilidade 360 (PMT - A2.1)	—	—	x 1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1										1	1							1					1	1				5	
TOTAL						1	0	0	0	5	0		22	22	0			6		9	6	15	0		2	2	2	0	0	2	94			
POTENCIAL						2	0	0	0	6	0		32	32	0			6		14	8	24	0		4	6	4	0	0	2	140			

Projeto Territorial Parque Rural de Lavra e Perafita

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação		
		C/ despesa executada	Excluída			A										E				U						MT						
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4	
Ambiente	Criar uma rede de caminhos rurais - Caminho rural - ligação entre a rua dos caçadores e a rua do Marreco em Lavra	✓	—	x 2	A 1.1; A 1.4; A 1.6; A 1.9; E 2.2; U 2.2	2			2		2				2					2									14			
						TOTAL	2	0	0	2	0	2		2	2	0			2		0	0	0	2		0	0	0	0	0	0	14
						POTENCIAL	2	0	0	2	0	2		2	2	0			2		0	0	0	2		0	0	0	0	0	0	14

Projeto Territorial Faixa Atlântica Norte

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação
		C/ despesa executada	Excluída			A								E				U						MT						
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3	
Ambiente	Medidas de defesa da orla costeira	V	—	x 2	A1.1; A1.2; A1.9	2	2						2	2															8	
TOTAL						2	2	0	0	0	0		2	2	0			0		0	0	0	0		0	0	0	0	0	8
POTENCIAL						2	2	0	0	0	0		2	2	0			0		0	0	0	0		0	0	0	0	0	8

TOTAL UOPG 1	5	2	0	2	5	2		26	26	0			8		9	6	15	2		2	2	2	0	0	2		116
POTENCIAL	6	2	0	2	6	2		36	36	0			8		14	8	24	2		4	6	4	0	0	2		162

UOPG 2

Projeto Territorial O disperso + perto 2

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação		
		C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT							
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4	
Equipamento	Antiga junta de freguesia de Sta. Cruz do Bispo	✓	–	x 2	U 1.2; U 2.1									2	2						2		2								8	
	EB1/II da Quinta do Vieira	✓	✓	x 2	U 1.2; U 2.1									2	2						2		2								8	
	Cobertura do ringue da Vila Lia	✓	✓	x 2	U 1.2; U 2.1									2	2						2		2								8	
	Parque de apoio de estacionamento à piscina de Leça do Balio	✓	–	x 2	U 1.2; U 2.1									2	2						2		2								8	
	EB de Leça do Balio	✓	–	x 2	U 1.2; U 2.1									2	2						2		2								8	
	Campo de futebol de Junqueira	–	✓	x 0	U 1.2; U 2.1									•	•						•		•									
Habitação	CH de Gatões	–	–	x 1	U 1.3; U 2.1									1	1							1	1								4	
	CH das Farrapas	✓	–	x 2	U 1.3; U 2.1									2	2							2	2								8	
	CH de Custió	✓	–	x 2	U 1.3; U 2.1									2	2							2	2								8	
	CH do Chouso	✓	–	x 2	U 1.3; U 2.1									2	2							2	2								8	
Mobilidade	Rua Bombeiros Voluntários (PMT - A2.1)	✓	–	x 2	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1									2	2								2				2	2			10	
	Rua Joaquim Neves dos Santos (PMT - A2.1)	–	✓	x 0	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1									•	•							•				•	•					
	Ciclovia de ligação entre Hospital de São João e Corredor Verde do Leça (PMT - A2.3)	–	–	x 1	A 1.4; U 2.2; MT 1.2; MT 2.1; MT 2.2; MT 2.4				1					1	1								1			1	1	1		1	8	
	Rua do Chantre (PMT - A2.1)	–	–	x 1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1									1	1	1							1			1	1				6	
	Ruas de Tourais e Monte Castelo - Guifões (PMT - A2.1)	✓	–	x 2	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1									2	2								2			2	2				10	
	Linha de Leixões - serviço de passageiros	–	–	x 1	MT 1.2; MT 2.3									1	1	1										1			1		5	
	Rua Gonçalves Zarco (PMT - A2.1)	✓	–	x 2	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1									2	2	2							2			2	2				12	
TOTAL						0	0	0	1	0	0		26	26	4				0		10	7	24	1		0	9	8	1	1	1	119
POTENCIAL						0	0	0	2	0	0		34	34	6				0		12	8	30	2		0	14	12	2	2	2	160

Projeto Territorial Parque do Vale do Leça

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação	
		C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT						
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4
Equipamento	Património e museus - Centro interpretativo do castro de Guifões e trabalhos arqueológicos Trabalho arqueológicos Mosteiro de Bouças e Castro de Guifões	✓	–	x 2	A 1.1; A 1.3; U 1.2; E 2.2	2		2										2		2										8	
	Piscina do Monte de São Brás	✓	–	x 2	A 1.1; U 1.2; E 2.2	2												2		2										6	
	Casa do caseiro do Monte de São Brás para atividades educativas	–	✓	x 0	A 1.5; U 1.2; E 2.2					•			•	•				•		•		•									
Habitação	CH da Ponte do Carro	✓	–	x 2	U 1.3; U 2.1															2	2									8	
Ambiente	Monte de São Brás	✓	✓	x 2	A 1.1; A 1.5; A 1.9; E 2.2	2				2			2	2				2												10	
	Corredor Verde do Leça	✓	–	x 2	A 1.1; A 1.3; A 1.4 A 1.5; A 1.6; A 1.9 U 2.2; E 2.2	2		2	2	2	2		2	2				2					2							18	
Mobilidade	Estações de metro - criação de percurso pedonal (PMT - A2.1)	✓	–	x 2	MT 1.2; MT 2.1								2	2												2	2			8	
	Ligação da rua de Linhares ao Parque da Ciência (PMT - A4.8)	–	–	x 1	MT 1.1; MT 2.4																				1		2		1	2	
TOTAL						8	0	4	2	4	2		8	8	0			8		4	2	2	2		1	2	2	0	0	1	60
POTENCIAL						8	0	4	2	6	2		10	10	0			10		6	2	4	2		2	2	2	0	0	2	74

TOTAL UOPG 2	8	0	4	3	4	2		34	34	4			8		14	9	26	3		1	11	10	1	1	2					179
POTENCIAL	8	0	4	4	6	2		44	44	6			10		18	10	34	4		2	16	14	2	2	4					234

UOPG 3

Projeto Territorial Polo económico do Freixo

Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação		
	C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT							
					1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4	
Destacamento territorial da GNR - Freixieiro	✓	—	x 2	U 1.2; U 2.1								2	2	2					2										8		
Complexo desportivo da Bateria	—	—	x 1	E 1.1; U 1.2; U 2.1								1	1	1					1		1							5			
Bairro paroquial de Rodão	—	—	x 1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1							4			
Recircular Lab - Laboratório para a prevenção e reutilização de resíduos	—	—	x 1	A 1.8								1	1															2			
Bacia hidrográfica da envolvente da rua Gonçalves Zarco - Mar Shopping - A28	—	—	x 1	A 1.6; A 1.9						1		1	1	1														4			
Av. Mário Brito (PMT - A2.1 e A2.3)	✓	—	x 2	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1 MT 2.2; MT 2.4								2	2	2						2				2	2	2		2	16		
Rotunda da rua Silva Aroso (junto à Lassen) - Perafita (PMT - A4.8)	—	✓	x 0	E 1.1; MT 1.1; MT 2.4										•									•				•	0			
Linha de Metro-Bus (BRT) entre o aeroporto e Matosinhos	—	—	x 1	MT 1.1; MT 1.2 MT 2.3; MT 2.4								1	1	1									1	1			1	1	7		
Ligação da A28 à Petrogal - 3.10 (PMT - A4.8)	✓	✓	x 2	E 1.1; MT 1.1; MT 2.4										2									2				2	6			
TOTAL					0	0	0	0	0	1		9	9	9				0		3	1	4	0		3	3	2	2	1	5	52
POTENCIAL					0	0	0	0	0	2		14	14	14				0		4	2	6	0		6	4	2	2	2	8	80

Projeto Territorial Coesão urbana 3

Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação		
	C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT							
					1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4	
Bairro paroquial de Gonçalves	—	—	x 1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1								4		
Parque das Ribeiras	✓	—	x 2	A 1.5; A 1.9; U 2.1					2			2	2																6		
Praça do Freixo	✓	✓	x 2	A 1.5; A 1.9; U 2.1					2			2	2																6		
Rua Gonçalves Zarco (<u>PMT - A2.1</u>)	✓	—	x 2	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1								2	2	2						2					2	2			12		
TOTAL					0	0	0	0	4	0		7	7	2				0		0	1	3	0		0	2	2	0	0	0	28
POTENCIAL					0	0	0	0	4	0		8	8	2				0		0	2	4	0		0	2	2	0	0	0	32

Projeto Territorial Faixa Atlântica Areias Altas

Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação	
	C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT						
					1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4
ETAR - tratamento secundário	—	✓	x 0	A1.2; A1.6; A1.9; U 1.2		•				•			•						•										0	
Medidas de defesa da orla costeira	✓	—	x 2	A1.1; A1.2; A1.9	2	2						2	2																8	
TOTAL					2	2	0	0	0	0		2	2	0				0		0	0	0	0		0	0	0	0	0	8
POTENCIAL					2	4	0	0	0	2		2	4	0				0		2	0	0	0		0	0	0	0	0	16

TOTAL UOPG 3	2	2	0	0	4	1		18	18	11				0		3	2	7	0		3	5	4	2	1	5		88
POTENCIAL	2	4	0	0	4	4		24	26	16				0		6	4	10	0		6	6	4	2	2	8		128

POTENCIAL	0	0	0	0	8	2	60	60	0	10	24	20	42	0	12	10	4	2	2	12	268
-----------	---	---	---	---	---	---	----	----	---	----	----	----	----	---	----	----	---	---	---	----	-----

POTENCIAL	0	0	0	0	6	0	42	42	0	28	38	0	34	0	12	18	8	2	2	6	238
-----------	---	---	---	---	---	---	----	----	---	----	----	---	----	---	----	----	---	---	---	---	-----

POTENCIAL	0	0	0	0	14	2	102	102	0	38	62	20	76	0	24	28	12	4	4	18	506
-----------	---	---	---	---	----	---	-----	-----	---	----	----	----	----	---	----	----	----	---	---	----	-----

UOPG 5

Projeto Territorial Coesão urbana 5

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																												Ponderação
		C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT									
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3	2.4				
Equipamento	Armazéns Gerais	V	V	x2	U 1.2; U 2.1								2	2						2		2									8			
	EB de Sendim - JI Passos Manuel	—	—	x1	U 1.2; U 2.1								1	1						1		1									4			
	Escola da Amieira (2)	—	—	x1	U 1.2; U 2.1								1	1						1		1									4			
	Campo de Jogos do Padroense	—	—	x1	U 1.2; U 2.1								1	1						1		1				1	1				6			
	EB Irmãos Passos	—	—	x1	U 1.2; U 2.1								1	1						1		1									4			
	EB1/JI da Barranha	V	—	x2	U 1.2; U 2.1								2	2						2		2									8			
	EB da Amieira (1)	V	V	x2	U 1.2; U 2.1								2	2						2		2									8			
	Centro de Bem Estar Social (realidade social) - Unidade de cuidados continuados	—	—	x1	U 1.2; U 2.1								1	1						1											3			
Habitação	CH Seixo 1.ª fase	V	—	x2	U 1.3; U 2.1								2	2							2	2									8			
	CH de São Gens	—	—	x1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1									4			
	CH do Seixo 12.ª fase	V	—	x2	U 1.3; U 2.1								2	2							2	2									8			
	CH do Seixo 3.ª fase	V	—	x2	U 1.3								2	2							2										6			
	CH de Recarei	V	—	x2	U 1.3; U 2.1								2	2							2	2									8			
	CH de Santiago de Custóias	—	—	x1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1									4			
	CH do Padrão da Légua	—	—	x1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1									4			
	CH rua atriz Alda Rodrigues - Senhora da Hora	V	—	x2	U 1.3								2	2							2										6			
	CH de Guilfões	—	—	x1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1									4			
Ambiente	Parque do Seixo	V	—	x2	A 1.5; A 1.6; A 1.9; U 2.1					2	2		2	2																	8			
Mobilidade	Rotunda da av. Xanana Gusmão e rua de São Gens (PMT - A4.8)	—	—	x1	U 2.1; MT 1.1; MT 2.4																				1					1	2			
	Ligação rua Joaquim Neves dos Santos à rua S. João (PMT - A4.8)	V	V	x2	U 2.1; MT 1.1; MT 2.4																				2					2	4			
	Rua Rui Gameiro (PMT - A2.1)	—	—	x1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1								1	1								1				1	1				5			
	Rua da Amieira (PMT - A2.1)	—	—	x1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1								1	1								1				1	1				5			
	Projetos mobilidade 360 (PMT - A2.1)	—	—	x1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1								1	1								1				1	1				5			
	Linha de Leixões - serviço de passageiros	—	—	x1	MT 1.2; MT 2.3								1	1	1											1			1		5			
	Arruamento na envolvente dos armazéns municipais (PMT - A4.8)	—	—	x1	U 2.1; MT 1.1; MT 2.4																				1					1	2			
	TOTAL					0	0	0	0	2	2		31	31	1		0	0			11	14	23	0		5	5	3	0	1	4	133		
POTENCIAL					0	0	0	0	2	2		44	44	2		0	0			16	18	34	0		8	10	6	0	2	6	194			

Projeto Territorial Cidade Nova

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																												Ponderação
		C/ despesa executada	Excluída			A								E				U						MT										
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3	2.4				
Equipamento	Campo de Jogos do Senhora da Hora Futebol Clube	—	—	x1	U 1.2; U 2.1								1	1						1		1								4				
	Praça da Senhora da Hora - Skatepark	—	—	x1	U 1.2; U 2.1								1	1						1					1	1				5				
	EB de Custóias	—	—	x1	U 1.2; U 2.1								1	1						1		1								4				
Habitação	CH de São Gens - piscina	V	—	x2	U 1.3; U 2.1								2	2							2	2								8				
	CH Custóias 3.ª fase FFH	V	—	x2	U 1.3; U 2.1								2	2							2	2								8				
Ambiente	Praça da Senhora da Hora: monumento à antiga fábrica da Efanor	V	—	x2	A 1.5; A 1.9 U 2.1; E 2.2					2			2	2				2												8				
	Praça da Igreja de Custóias	V	—	x2	A 1.5; A 1.9; U 2.1					2			2	2							2									8				
Mobilidade	Rotunda da N12 com a av. Teixeira Ruela (PMT - A4.8)	—	—	x1	U 2.1; MT 1.1; MT 2.4																			1					1	2				
	Rua Nova de São Gens (PMT - A2.1 e A2.3)	—	—	x1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1 MT 2.2; MT 2.4								1	1											1	1	1		1	6				
	Ligação entre a Barranha e a Cruz de Pau - 4.1 Via de ligação da zona de equipamentos que envolvem o Estádio do Mar e a rua da Barranha com passagem superior sobre a A28/IC1 (PMT - A4.9 e A2.3)			x2	MT 1.1; MT 1.2; MT 2.1; MT 2.2; MT 2.4								1	1									2	2	2	2		2	12					
	Variante à rua de S. Gens - 5.5 (PMT - A4.8)	—	V	x0	E 2.1; MT 1.1; MT 2.4																									0				
TOTAL						0	0	0	0	4	0		13	13	0		0	2			3	4	8			4	4	3	3	0	4	65		
POTENCIAL						0	0	0	0	4	0		18	18	0		2	2			6	4	10	0		8	6	4	4	0	8	94		

TOTAL UOPG 5	0	0	0	0	6	2		44	44	1		0	2		14	18	31	0		9	9	6	3	1	8						198
POTENCIAL	0	0	0	0	6	2		62	62	2		2	2		22	22	44	0		16	16	10	4	2	14						288

UOPG 6

Projeto Territorial Coesão urbana 6

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação	
		C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT						
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4

Projeto Territorial Cidade Nascente

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação	
		C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT						
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4
Equipamento	Nova centralidade de S. M. Infesta (1)	✓	—	x 2	U 1.2; U 2.1								2	2						2		2								8	
	Nova centralidade de S. M. Infesta (2)	—	—	x 1	U 1.2; U 2.1								1	1						1		1								4	
	Creche de S. M. Infesta	✓	✓	x 2	U 1.2; U 2.1								2	2						2		2								8	
	Escola segunda oportunidade	—	✓	x 0	U 1.2; MT 1.1; MT 1.2								•	•						•					•	•					0
	EB Maria Manuela Sá	—	—	x 1	U 1.2; U 2.1								1	1						1		1								4	
	ES Abel Salazar	✓	—	x 2	U 1.2; U 2.1								2	2						2		2								8	
Habitação	CH de Moalde	✓	—	x 2	U 1.3; U 2.1								2	2							2	2								8	
	CH do Telheiro	—	—	x 1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1								4	
	CH da Estação	—	—	x 1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1								4	
	Edifícios na rua Flor de Infesta	✓	—	x 2	U 1.3; U 2.1								2	2							2	2								8	
	Bairro da Mojaf	—	—	x 1	U 1.3; U 2.1								1	1							1	1								4	
Mobilidade	Linha de Leixões - serviço de passageiros	—	—	x 1	MT 1.2; MT 2.3								1	1												1			1	4	
	Ciclovia de ligação entre Hospital de São João e Corredor Verde do Leça (PMT - A2.3)	—	—	x 1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1; MT 2.2; MT 2.4								1	1												1	1	1		1	6
TOTAL						0	0	0	0	0	0		17	17	0			0		8	7	15	0		0	2	1	1	1	1	70
POTENCIAL						0	0	0	0	0	0		26	26	0			0		12	10	20	0		2	6	2	2	2	2	110

Projeto Territorial Arco Verde de São mamede

Tema	Designação da ação	Ação PPI 2020-2024		Fator de ponderação	Objetivos	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação	
		C/ despesa executada	Excluída			A									E				U						MT						
						1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3		2.4
Habitação	CH de Picoutos - S. Mamede de Infesta	—	—	x 1	U 1.3; U 2.1									1	1								1	1							4
Mobilidade	Linha de Leixões - serviço de passageiros	—	—	x 1	MT 1.2; MT 2.3									1	1												1			1	4
	Ciclovia de ligação entre Hospital de São João e Corredor Verde do Leça (PMT - A2.3)	—	—	x 1	U 2.1; MT 1.2; MT 2.1; MT 2.2; MT 2.4									1	1												1	1	1		1
TOTAL						0	0	0	0	0	0		3	3	0			0		0	1	1	0		0	2	1	1	1	1	14
POTENCIAL						0	0	0	0	0	0		6	6	0			0		0	2	2	0		0	4	2	2	2	2	28

TOTAL UOPG 6	0	0	0	0	0	0		20	20	0			0		8	8	16	0		0	4	2	2	2	2	2	2	2	84
POTENCIAL	0	0	0	0	0	0		32	32	0			0		12	12	22	0		2	10	4	4	4	4	4	4	4	138

PONDERAÇÃO DA EXECUÇÃO - INDICADORES NÃO FINANCEIROS

UOPG	Projeto Territorial	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								Ponderação do contributo da execução p/ objetivos								
		A									E				U						MT						Projeto territorial				UOPG			
		1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3	2.4	Efetiva	%	Potencial	%	Efetiva	% da efetiva face à potencial	Potencial	% da potencial face ao total das ações
1	O disperso + perto 1	1	0	0	0	5	0		22	22	0		0	6		9	6	15	0		2	2	2	0	0	2	94	9%	140	67%	116	72%	162	11%
	Parque Rural de Lavra e Perafita	2	0	0	2	0	2		2	2	0		0	2		0	0	0	2		0	0	0	0	0	0	14	1%	14	100%				
	Faixa Atlântica Norte	2	2	0	0	0	0		2	2	0		0	0		0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	8	1%	8	100%				
2	O disperso + perto 2	0	0	0	1	0	0		26	26	4		0	0		10	7	24	1		0	9	8	1	1	1	119	12%	160	74%	179	76%	234	16%
	Parque do vale do Leça	8	0	4	2	4	2		8	8	0		0	8		4	2	2	2		1	2	2	0	0	1	60	6%	74	81%				
3	Polo económico do Freixieiro	0	0	0	0	0	1		9	9	9		0	0		3	1	4	0		3	3	2	2	1	5	52	5%	80	65%	88	69%	128	9%
	Coesão urbana 3	0	0	0	0	4	0		7	7	2		0	0		0	1	3	0		0	2	2	0	0	0	28	3%	32	88%				
	Faixa Atlântica Areias Altas	2	2	0	0	0	0		2	2	0		0	0		0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	8	1%	16	50%				
4	Coesão urbana 4	0	0	0	0	4	1		44	44	0		0	6		16	17	33	0		10	8	4	2	1	10	200	20%	268	75%	358	71%	506	35%
	Cidade Atlântica	0	0	0	0	6	0		30	30	0		0	22		19	0	25	0		7	10	4	1	1	3	158	15%	238	66%				
5	Coesão urbana 5	0	0	0	0	2	2		31	31	1		0	0		11	14	23	0		5	5	3	0	1	4	133	13%	194	69%	198	69%	288	20%
	Cidade Nova	0	0	0	0	4	0		13	13	0		0	2		3	4	8	0		4	4	3	3	0	4	65	6%	94	69%				
6	Coesão urbana 6																																	
	Cidade Nascente	0	0	0	0	0	0		17	17	0		0	0		8	7	15	0		0	2	1	1	1	1	70	7%	110	64%	84	61%	138	9%
	Arco Verde de São mamede	0	0	0	0	0	0		3	3	0		0	0		0	1	1	0		0	2	1	1	1	1	14	1%	28	50%				

Poderação efetiva - por objetivo	15	4	4	5	29	8		216	216	16		0	46		83	60	153	5		32	49	32	11	7	32
Poderação efetiva - por vetor	497									62				301						163					

Totais	1023	70%	1 456	100%
--------	------	-----	-------	------

UOPG	Anexo I do PDM - Objetivos Gerais																								TOTAL / UOPG	%/ TOTAL	
	A									E				U						MT							
	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.1	1.2	2.1	2.2	1.1	1.2	1.3	2.1	2.2	2.3	1.1	1.2	2.1	2.2	2.3			2.4
1	6	2	0	2	6	2		36	36	0		0	8		14	8	24	2		4	6	4	0	0	2	162	11%
2	8	0	4	4	6	2		44	44	6		0	10		18	10	34	4		2	16	14	2	2	4	234	16%
3	2	4	0	0	4	4		24	26	16		0	0		6	4	10	0		6	6	4	2	2	8	128	9%
4	0	0	0	0	14	2		102	102	0		0	38		62	20	76	0		24	28	12	4	4	18	506	35%
5	0	0	0	0	6	2		62	62	2		2	2		22	22	44	0		16	16	10	4	2	14	288	20%
6	0	0	0	0	0	0		32	32	0		0	0		12	12	22	0		2	10	4	4	4	4	138	9%
Poderação potencial - por objetivo	16	6	4	6	36	12		300	302	24		2	58		134	76	210	6		54	82	48	16	14	50	1456	100%
Poderação potencial - por vetor	682									84				426						264						1456	100%

% face ao potencial - por objetivo	94%	67%	100%	83%	81%	67%		72%	72%	67%		0%	79%		62%	79%	73%	83%		59%	60%	67%	69%	50%	64%
% face ao potencial - por vetor	73%									74%				71%						62%					

OBJETIVOS AVALIADOS POR OUTRO TIPO DE INDICADOR

A 1.7 Reduzir o risco ambiental associado aos estabelecimentos que comportem perigosidade	Objetivo regulamentar Artigo 13.º (Estabelecimentos com substâncias perigosas) Artigo 56.º (Estimativa prévia de zona de proteção de risco associado a estabelecimentos com substâncias perigosas)
E 1.1 Reordenar e requalificar a atividade económica do concelho	Descrição do objetivo: Estruturar o espaço físico de suporte às atividades económicas - mobilidade, equipamentos e áreas verdes - nos espaços que oferecem condições para o desenvolvimento de polos de atividade económica, identificados como categoria de uso do solo no PDM, e que apresentam necessidade especial de organização do espaço urbano. Outros indicadores: Execução das AUDAC e SUOPG em "Espaços de atividades económicas"
E 1.2 Implementar a estratégia de <i>Matosinhos Logístico</i>	A estratégia "Matosinhos Logístico" não chegou a ser elaborada. A qualificação do solo e o Anexo V do regulamento consubstanciam estratégia para a logística
E 2.1 Promover a instalação de novas atividades económicas	Objetivo regulamentar Outros indicadores: Execução das AUDAC e SUOPG em "Espaços de atividades económicas"
U 1.1 Promover a fixação de atividades económicas em complemento da atividade residencial	Objetivo regulamentar Artigo 24.º (Disposições gerais da edificabilidade em solo urbano) Artigo 35.º (Utilização e índices - espaços centrais) Artigo 38.º (Utilização e índices - espaços urbanos de baixa densidade) Indicadores da Gestão Urbanística ainda não articulados com o planeamento
U 2.3 Promover a qualidade das novas intervenções	Objetivo regulamentar Artigo 16.º (Princípios de enquadramento - solo rústico) Artigo 26.º (Integração do edificado em morfotipologia urbana) Artigo 28.º (Parâmetros qualitativos de referência) Outros indicadores: Execução das AUDAC

